



SARAH LOPES SILVA

**GESTÃO SOCIAL DO IFMG CAMPUS FORMIGA: UMA
PROPOSTA PARADIGMÁTICA**

**LAVRAS - MG
2025**

SARAH LOPES SILVA

**GESTÃO SOCIAL DO IFMG CAMPUS FORMIGA: UMA PROPOSTA
PARADIGMÁTICA**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras,
como parte das exigências do Programa de Pós-
Graduação em Administração, área de concentração em
Organização, Gestão e Sociedade, para obtenção do título
de Doutora.

Prof. Dr. José Roberto Pereira
Orientador

Prof. Dra. Arlete Aparecida de Abreu
Coorientadora

**LAVRAS - MG
2025**

**Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração
de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com
dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Silva, Sarah Lopes.

Gestão Social do IFMG Campus Formiga : Uma proposta paradigmática / Sarah
Lopes Silva. - 2026.

321 p. : il.

Orientador: José Roberto Pereira

Coorientadora: Arlete Aparecida de Abreu

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Lavras, 2026.

Bibliografia.

1. Gestão Social. 2. Cidadania Deliberativa. 3. Pedagogia Crítica. 4. DRPE. 5.
IFMG Campus Formiga. I. Pereira, José Roberto. II. Abreu, Arlete Aparecida de. III.
Universidade Federal de Lavras. IV. Título.

SARAH LOPES SILVA

SOCIAL DO IFMG CAMPUS FORMIGA: UMA PROPOSTA PARADIGMÁTICA

SOCIAL MANAGEMENT AT IFMG'S FORMIGA CAMPUS: A PARADIGMATIC PROPOSAL

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Administração, área de concentração em Organização, Gestão e Sociedade, para obtenção do título de Doutora.

APROVADA em 16 de 04 de 2026

Dra. Vânia Aparecida Rezende - UFSJ

Dr. Ana Eliza Ferreira Alvim da Silva - UFLA

Dr. Lucas Canestri de Oliveira - UFLA

Dr. Miguel Rivera Perez Junior - IFMG

Documento assinado digitalmente
 JOSE ROBERTO PEREIRA
Data: 05/07/2026 12:35:37-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. José Roberto Pereira
Orientador

Documento assinado digitalmente
 ARLETE APARECIDA DE ABREU
Data: 06/07/2026 07:52:04-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dra. Arlete Aparecida de Abreu
Coorientadora

**LAVRAS - MG
2025**

*Dedico esta tese a você,
meu querido Joaquim.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, princípio e fim de todas as coisas, pela sustentação invisível nos momentos de incerteza e pela força renovada a cada amanhecer. Esta vitória não é apenas um título acadêmico, mas o testemunho de uma fé que remove montanhas e de uma graça que me permitiu chegar até aqui.

Ao meu filho, Joaquim, a razão de cada esforço e o combustível para a minha superação. Quando comecei essa jornada, você era um pedacinho de mim; hoje, é meu companheiro e, do seu jeito, soube esperar pacientemente a mamãe terminar o estudo. Você aprendeu, desde muito cedo, que a educação é o caminho. Que este trabalho seja para você um exemplo de que o conhecimento é a única herança que ninguém pode nos tirar e que, com dedicação, o mundo se abre diante de nós. Você é o meu maior “inédito viável”.

À minha base, minha família, por ser o porto seguro em meio às tempestades da pesquisa. À minha Mãe, Nina, e ao meu Pai, Zé, cujos ensinamentos e amor incondicional moldaram meu caráter e permitiram que eu sonhasse tão alto. Às minhas irmãs, Lala e Anna, pelo companheirismo, pela escuta e por estarem sempre ao meu lado em cada degrau desta escalada. Obrigada pela colaboração incondicional que me deram, física, emocional e moral. Agradeço pelos cuidados com o Joaquim, pelos almoços preparados para me poupar o tempo e pelo lar que sempre me abriga e me acolhe. Vocês são as raízes que me sustentam. Aos meus irmãos Rodrigo, Tetê, Mel, Pri, pelo carinho dedicado, mesmo distantes.

Ao meu orientador, Dr. José Roberto Pereira, uma pessoa verdadeiramente incrível e um exemplo raro de humanidade e sabedoria. Agradeço por ter sido muito mais que um orientador; foi um mestre generoso, cuja sabedoria e paciência foram fundamentais para que eu não perdesse o rumo. Sua capacidade de enxergar além das teorias e sua sensibilidade para tratar o conhecimento como ferramenta de transformação social foram inspirações diárias. Obrigada pela confiança incondicional, pelo incentivo nos momentos de dúvida e por me ensinar que a excelência acadêmica só faz sentido quando acompanhada de humildade e empatia. Ter tido sua condução nesta tese foi um privilégio que carregarei com orgulho e gratidão por toda a minha trajetória profissional.

À minha coorientadora, Arlete Abreu, pela generosidade na partilha do saber e pelo olhar atento que tanto enriqueceu esta investigação. Agradeço, de forma especial, pela sua amizade e pelo apoio emocional constante; sua presença acolhedora foi um bálsamo nos momentos de “desespero”.

Às “minhas meninas do projeto”, como sempre falo, Sabrina, Julia e Amanda, pela parceria incansável, pelas trocas valiosas e por tornarem o percurso da pesquisa mais leve e colaborativo. A presença de vocês foi fundamental para a materialização deste trabalho. Guardarei sempre no coração nossos encontros e a nossa amizade, que foram essenciais para atravessar essa jornada com alegria e união.

À minha amiga Gisleine, pela presença constante, pelo incentivo nos dias de exaustão e por acreditar em mim, mesmo quando eu duvidava. Amizades assim são raras e essenciais para a saúde da alma durante um doutorado. Você é uma pessoa incrível, um ser humano raro, que estará sempre na minha vida. Conte comigo!

Agradeço ao IFMG por me proporcionar a possibilidade de cursar o doutorado com afastamento. Um agradecimento especial à equipe do IFMG Campus Formiga. Aos professores, técnicos e alunos que abriram as portas da instituição e do conhecimento, permitindo que esta pesquisa ganhasse vida. Sem a colaboração e a abertura de vocês para o diálogo, este trabalho

não seria possível. Aos demais atores sociais que participaram da pesquisa, doando seu tempo e suas percepções. A voz de cada um de vocês é a essência deste diagnóstico.

Um agradecimento especial à Equipe do Tatame do Bem. Vocês são a materialização de tudo o que este trabalho defende: a força da coletividade, o poder da transformação social e o compromisso ético com o próximo. O exemplo de cidadania que emana do Tatame é uma luz mostrando que o “inédito viável” acontece no tatame, na disciplina e no coração de cada um que faz esse projeto ser o orgulho da nossa comunidade. Ver a prova viva de que a transformação acontece através da dedicação renovou minhas forças para continuar acreditando na emancipação através do afeto e da luta.

Agradeço às agências de fomento CAPES e CNPq pelo financiamento deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para esta vitória. O caminho foi longo, exigiu força para resistir aos obstáculos e superação para transcender os limites do cansaço. Hoje, a conclusão deste ciclo não é apenas o fim de uma tese, mas a celebração da resistência e da persistência. Que a motivação que me trouxe até aqui continue a guiar meus passos em direção a novas transformações, pois a educação é, acima de tudo, um ato de liberdade.

“O rastro da razão comunicativa não se encontra na dominação, mas na capacidade dos sujeitos de se entenderem e de agirem em conjunto, transformando a realidade pelo poder do argumento e não pelo argumento do poder.”

— Jürgen Habermas

RESUMO

A atuação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) é atravessada por uma tensão dialética intrínseca entre a racionalidade burocrático-instrumental e a missão de promover o desenvolvimento regional e a emancipação humana. Esta tese investiga o problema do distanciamento entre a prática gerencial e a proposta pedagógica original do IFMG Campus Formiga, questionando se o seu atual paradigma de gestão atende aos objetivos de desenvolvimento local e autonomia estudantil. O objetivo geral consistiu em compreender, analisar e caracterizar a gestão da instituição, fundamentando-se nas categorias da Gestão Social, da Cidadania Deliberativa e da Pedagogia Crítica. A metodologia seguiu um desenho de pesquisa multidimensional e qualitativo, estruturado em quatro fases sequenciais: 1) análise da gênese histórica e das expectativas da comunidade via Análise Crítica do Discurso (ACD) de reportagens e documentos; 2) reconstrução do processo de formalização administrativa; 3) diagnóstico da gestão institucional contemporânea; e 4) avaliação da percepção de atores externos e egressos. O aporte teórico-metodológico utilizou a perspectiva de Fairclough e a teoria da ação comunicativa de Habermas para interpretar as “mini esferas públicas” que pautaram a criação do campus. A intervenção prática foi operacionalizada por meio do Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE), envolvendo uma equipe interdisciplinar e 32 sujeitos sociais (docentes, técnicos, discentes e sociedade civil) em processos de escuta ativa e triangulação de informações. Os resultados evidenciaram um paradoxo institucional: embora o campus tenha se consolidado como um centro de excelência acadêmica e técnica, padece de uma “insularidade institucional” que enfraqueceu os vínculos dialógicos com o território. A análise demonstrou que as promessas de desenvolvimento regional integrado foram, em parte, substituídas por uma lógica de verticalização decisória. No que tange aos egressos, os achados indicam que a instituição obtém êxito na qualificação para o mercado, mas apresenta lacunas na formação de sujeitos transformadores, resultando em “peças de excelência” para a engrenagem produtiva que carecem de protagonismo na cidadania deliberativa. A percepção da sociedade civil corroborou esse diagnóstico, revelando um descompasso estratégico entre a oferta curricular e as necessidades reais do arranjo produtivo local, caracterizando o campus como uma “oportunidade subaproveitada” pelo entorno. As considerações finais apontam que o isolamento das chefias e a carência de pertencimento são sintomas de um modelo tecnocrático que se afastou da gestão social. A tese culmina na proposição e validação da Gestão Social (GS) como proposta paradigmática para o IFMG Campus Formiga. Esta proposta, fundamentada na racionalidade comunicativa, procura romper

a verticalidade administrativa e institucionalizar o diálogo como eixo estratégico. Conclui-se que a transição para este paradigma é o “inédito viável” necessário para se reverter a insularidade e efetivar o compromisso dos IFs com a emancipação social. Esta tese reafirma que a eficácia institucional não deve ser medida apenas por indicadores de desempenho técnico, mas por sua porosidade às demandas sociais e por sua capacidade de forjar cidadãos autônomos e comprometidos com o bem comum.

Palavras-chave: Gestão Social. Cidadania Deliberativa. Pedagogia Crítica. DRPE. IFMG Campus Formiga. Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

The performance of the Federal Institutes of Education, Science, and Technology (IFs) is intersected by an intrinsic dialectical tension between bureaucratic-instrumental rationality and the mission of promoting regional development and human emancipation. This thesis investigates the problem of the gap between managerial practice and the original pedagogical proposal of IFMG Campus Formiga, questioning whether its current management paradigm meets the objectives of local development and student autonomy. The general objective consisted of understanding, analyzing, and characterizing the institution's management, based on the categories of Social Management, Deliberative Citizenship, and Critical Pedagogy. The methodology followed a multidimensional and qualitative research design, structured in four sequential phases: 1) analysis of the historical genesis and community expectations via Critical Discourse Analysis (CDA) of reports and documents; 2) reconstruction of the administrative formalization process; 3) diagnosis of contemporary institutional management; and 4) evaluation of the perception of external actors and alumni. The theoretical-methodological framework utilized Fairclough's perspective and Habermas's theory of communicative action to interpret the "mini public spheres" that guided the creation of the campus. The practical intervention was operationalized through Emancipatory Participatory Rapid Appraisal (EPRA), involving an interdisciplinary team and 32 social subjects (faculty, technical staff, students, and civil society) in processes of active listening and information triangulation. The results evidenced an institutional paradox: although the campus has consolidated itself as a center of academic and technical excellence, it suffers from an "institutional insularity" that has weakened the dialogical bonds with the territory. The analysis demonstrated that the promises of integrated regional development were, in part, replaced by a logic of decision-making verticalization. Regarding the alumni, the findings indicate that the institution succeeds in qualifying for the market but presents gaps in the formation of transformative subjects, resulting in "pieces of excellence" for the productive machinery that lack protagonism in deliberative citizenship. The perception of civil society corroborated this diagnosis, revealing a strategic mismatch between the curricular supply and the real needs of the local productive arrangement, characterizing the campus as an "underutilized opportunity" by its surroundings. The final considerations point out that the isolation of leadership and the lack of belonging are symptoms of a technocratic model that has moved away from social management. The thesis culminates in the proposal and validation of Social Management (SM) as a paradigmatic proposal for IFMG Campus Formiga. This proposal, grounded in communicative rationality, seeks to break

administrative verticality and institutionalize dialogue as a strategic axis. It is concluded that the transition to this paradigm is the “untested feasible” necessary to reverse insularity and fulfill the commitment of the IFs to social emancipation. This thesis reaffirms that institutional efficacy should not be measured only by technical performance indicators, but by its porosity to social demands and its capacity to forge autonomous citizens committed to the common good.

Keywords: Social Management. Deliberative Citizenship. Critical Pedagogy. EPRA. IFMG Formiga Campus. Regional Development.

INDICADORES DE IMPACTO

Esta tese impacta diretamente a gestão do IFMG Campus Formiga e seu território, considerando-se a construção do Paradigma de Gestão Social (PGS) e a consequente transformação da relação entre a instituição e a sociedade. O IFMG se posiciona como um agente de emancipação social ao desenvolver ações formativas com a população da região, estimulando a comunidade a participar ativamente na definição de seu próprio destino. O paradigma proposto de gestão social do IFMG Formiga proporciona a transparência e o diálogo tanto interna quanto externamente à instituição, o que poderá impactar positivamente tanto no uso efetivo dos recursos de uso comum quanto em ações políticas legítimas com o sistema dos IFs e com os potenciais parceiros no âmbito de seu território de atuação. A Gestão Social, embora centrada no diálogo e na política, tem um impacto tecnológico significativo ao redefinir como e para que a tecnologia deve ser usada. O foco deixa de ser a eficiência técnica isolada e passa a ser a utilização da tecnologia como ferramenta de emancipação social, pois o uso da racionalidade comunicativa exige canais transparentes e acessíveis para o diálogo. Além disso, o paradigma proposto de Gestão Social do IFMG Formiga poderá ser replicado para toda a rede dos IFs, gerando efeitos econômicos duradouros e legítimos ao otimizar a alocação de recursos comuns e direcionar a inovação para o desenvolvimento territorial.

IMPACT INDICATORS

This dissertation has a direct impact on the management of the IFMG Formiga Campus and its surrounding territory by contributing to the development of the Social Management Paradigm (SGP) and the consequent transformation of the relationship between the institution and society. IFMG positions itself as an agent of social emancipation by developing educational and outreach initiatives with the local population, encouraging the community to actively participate in shaping its own future. The proposed Social Management Paradigm for IFMG Formiga promotes transparency and dialogue both within the institution and between the institution and external stakeholders. This approach is expected to positively influence the effective use of common resources and strengthen legitimate political actions involving the Federal Institutes (IFs) system and potential partners within its area of influence. Although Social Management is primarily grounded in dialogue and democratic decision-making, it also generates a significant technological impact by redefining how and for what purposes technology should be employed. Rather than focusing exclusively on technical efficiency, this paradigm emphasizes the use of technology as a tool for social emancipation. The adoption of communicative rationality requires transparent and accessible channels that facilitate dialogue, participation, and collaborative decision-making. Furthermore, the proposed Social Management Paradigm for IFMG Formiga has the potential to be replicated across the entire Federal Institutes Network, generating long-term and legitimate economic benefits through the optimization of common resource allocation and by directing innovation toward territorial development.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais ideias de Max Weber e Jürgen Habermas sobre racionalidade e racionalização	38
Quadro 2 - Vertentes teóricas da Gestão Social e seu locus principal	41
Quadro 3 - Dimensões científicas da Gestão Social	42
Quadro 4 - Categorias teóricas da Gestão Social	43
Quadro 5 – Categorias e critérios de análise da Cidadania Deliberativa relacionados às características da Gestão Social	53
Quadro 6 - Educação assistencialista versus educação dialógica	68
Quadro 7 - Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões	82
Quadro 8 – Aspectos populacionais da microrregião de Formiga	83
Quadro 9 - Delineamento metodológica da tese	90
Quadro 10 - Desenho de Pesquisa	94
Quadro 11 – Relação das técnicas de coleta e análises de dados	96
Quadro 12: Critérios de análise para os documentos do IFMG campus Formiga	103
Quadro 13 - Caracterização dos entrevistados	104
Quadro 14 - Categorias e Critérios da Cidadania Deliberativa	107
Quadro 15 – Técnicas desenvolvidas no DRPE	108
Quadro 16 - Caracterização dos atores sociais envolvidos no DRPE	110
Quadro 17 – Quantitativos de participantes nos grupos focais	112
Quadro 18 – Caracterização dos participantes, grupo focal dos egressos do Campus Formiga	113
Quadro 19 – Caracterização dos participantes, grupo focal dos estudantes do Campus Formiga	115
Quadro 20 – Caracterização dos participantes, grupo focal dos professores de Formiga, Pains	116
Quadro 21 – Caracterização dos participantes, grupo focal de empresários	117
Quadro 22 – Caracterização dos participantes, grupo focal tatame do bem	117
Quadro 23 - Rede de práticas do discurso envolvido na constituição e formalização de uma instituição de ensino pública federal na cidade de Formiga	132
Quadro 24 - Contexto histórico da Expansão da Rede Federal	161
Quadro 25 – Campus do IFMG e suas tipologias	188
Quadro 26 - Rede de práticas do discurso envolvido na constituição e formalização de uma instituição de ensino pública federal na cidade de Formiga	200
Quadro 27- Cursos oferecidos pelo Campus Formiga	206
Quadro 28- Edital 16/2007 – Seleção para 2º semestre/2007 CEFET Bambuí extensão Formiga	207
Quadro 29 - Edital 49/2007 - Seleção para 1º semestre/2008 CEFET Bambuí Extensão Formiga	208
Quadro 30 - Edital 36/2008 - Seleção para 2º semestre/2008 CEFET Bambuí Extensão Formiga	208
Quadro 31 Grandes áreas de atuação e eixos tecnológicos, por campus	264
Quadro 32 – Base conceitual do PGS IFMG Campus Formiga	270
Quadro 33 – PGS do IFMG Campus Formiga na prática	284

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação de Curso/aluno do IFMG Campus Formiga.....	204
Tabela 2 - Número de professores do IFMG – Campus Formiga, por área de atuação.....	205
Tabela 3 - Cidade natal dos estudantes do ensino médio integrado - IFMG Campus Formiga.....	215
Tabela 4 – Quantitativo de aluno por estado	216
Tabela 5 - Quantitativo de estudantes da região imediata de Formiga.....	220

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Processo de comunicação	72
Figura 2 - Círculo das Matrizes Epistêmicas, abordagens sociológicas, teorias e metodologias	90
Figura 3 - Prefeitura anuncia escola profissionalizante para Formiga	121
Figura 4 – Deputado atribui crise política a “SUB-GRUPO” do PT	125
Figura 5 – Deputados Virgílio Guimarães e Odair Cunha visitam Formiga	126
Figura 6 – Prefeitura de Formiga lançará bases para o CEFET	128
Figura 7 – Assinatura do Convênio entre Prefeitura Municipal de Formiga e o CEFET Bambuí.....	142
Figura 8 – Visita do deputado federal Virgílio Guimarães em Formiga	143
Figura 9 – Inauguração do CEFET é adiada para 6 de junho	145
Figura 10 – Microrregião de Formiga é a 14ª em geração de emprego em Minas	146
Figura 11 – Iniciada a primeira etapa da obra do CEFET em Formiga.....	147
Figura 12 – Iniciada a segunda etapa da obra do CEFET em Formiga	148
Figura 13 – Anúncio do primeiro vestibular do CEFET Bambuí extensão Formiga	150
Figura 14 – Curso de informática é o mais procurado do Vestibular do CEFET Bambuí	152
Figura 15 – Aula Inaugural do CEFET Bambuí extensão Formiga	153
Figura 16 – Convite para Aula Inaugural do CEFET Bambuí extensão Formiga	154
Figura 17 – Apresentação dos cursos do CEFET Bambuí extensão Formiga aos empresários.....	155
Figura 18 – Primeira turma de Formandos do CEFET Bambuí extensão Formiga.....	158
Figura 19 – CEFET de Formiga será independente de Bambuí.....	167
Figura 20 –Comemoração pela conquista da UNED	168
Figura 21 – CEFET de Formiga se torna independente.....	169
Figura 22 – Formiga recebe recursos para iniciar a obra da UNED Formiga	173
Figura 23 – Convite para homenagem ao Diretor Geral do CEFET	177
Figura 24 – CEFET Agora é UNED.....	178
Figura 25 – Anúncio institucional do IFMG Campus Formiga	178
Figura 26- Linha do tempo da trajetória institucional do IFMG Campus Formiga.....	181
Figura 27 - Antigo paradigma versus novo paradigma da rede federal de educação	183
Figura 28 - Distribuição das Reitorias no Estados de Minas Gerais	186
Figura 29 – CEFET de Formiga se torna campus.....	195
Figura 30– Comemoração pela conquista do IFET	196
Figura 31 – Senado aprova projeto que cria os Institutos Federais.....	197
Figura 32 –Sancionada a Lei que cria os Institutos Federais	198
Figura 33 – Organograma do IFMG Campus Formiga.....	221
Figura 34 - Ciclo do PGS IFMG Campus Formiga	271
Figura 35 - Ciclo do Paradigma de Gestão Social IFMG Campus Formiga	272
Figura 36 - Paradigma de Gestão Social IFMG Campus Formiga.....	283

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Relação de estudantes de Minas Gerais por cidade natal	217
Gráfico 2– Quantitativo de estudantes do ensino médio integrado da região imediata de Formiga	219
Gráfico 3 – Quantitativo de estudantes do ensino superior da região imediata de Formiga.....	219

LISTA DE SIGLAS

EPT - Educação Profissional e Tecnológica
IFs - Institutos Federais de Educação Ciências e Tecnologia
EMI - Ensino Médio Integrado
CEFET - Centros Federais de Educação Tecnológica
UNED - Unidades de Ensino Descentralizada
IFMG – Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia de Minas Gerais
APLs - Arranjos Produtivos Locais
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PIB – Produto Interno Bruto
DRPs - Diagnósticos Rápidos Participativos
ACD - Análise Crítica do Discurso
PT - Partido dos Trabalhadores
FHC - Fernando Henrique Cardoso
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBC – Interesse bem compreendido
ProUni - Programa Universidade para Todos
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
RUENI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
UNIFOR – Universidade de Formiga
PGS IFMG Campus Formiga - Paradigma de Gestão Social para o IFMG Campus Formiga
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	23
1.1 Problema de pesquisa.....	28
1.2 Objetivos	28
1.3 Justificativa e relevância da pesquisa	29
1.4 Estrutura da tese	32
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E LENTES CRÍTICAS.....	34
2.1 Gestão e Racionalidade	34
2.2. Gestão Social.....	39
2.2.1 Categorias teóricas centrais da Gestão Social	42
2.3 Democracia deliberativa	45
2.4 Bases da Governança	47
2.5 Cidadania Deliberativa	50
2.5.1 Categorias e critérios da cidadania deliberativa	52
2.6 Educação, Desenvolvimento e Emancipação	58
2.6.1 Pedagogia Crítica e Emancipação Social	67
2.6.2 O Desenvolvimento Regional sob uma ótica social.....	73
2.6.3 O Desenvolvimento Territorial.....	76
3. METODOLOGIA	89
3.1 Ontologia, epistemologia e paradigma de pesquisa.....	91
3.2 Abordagem, natureza e método de pesquisa	91
3.3 Coleta, análise e interpretação das informações	92
3.3.1 Pesquisa Documental.....	96
3.3.1.1 Jornais: O Pergaminho e Nova Imprensa.....	97
3.3.1.2 Documentos da Instituição.....	101
3.3.2 Entrevistas Semiestruturadas.....	103
3.3.3 DRPE.....	105
3.3.4 Grupos Focais	112
4. IFMG CAMPUS FORMIGA: UM CONTEXTO HISTÓRICO	119
4.1 Fase que antecede a criação do IFMG Campus Formiga.....	120
4.1.1 Ideologia e Poder na Criação do CEFET Bambuí extensão Formiga.....	133
4.1.2 Razões argumentativas a favor e contra: os discursos políticos e sociais em torno de sua criação.	135
4.2. Fase de constituição e formalização do IFMG Campus Formiga	139

4.2.1 CEFET-BambuÍ extensão Formiga	140
4.2.2 CEFET Bambuí-UNED Formiga	159
4.2.3 IFMG Campus Formiga	180
4.2.4 Ideologia e poder na constituição e formalização do IFMG Campus Formiga.....	202
4.3 Fase posterior à criação do IFMG Campus Formiga	204
4.3.1 IFMG Campus Formiga: Atos Normativos	220
4.3.2 DRPE IFMG Campus Formiga.....	227
5. O IFMG NA PERSPECTIVA DA COMUNIDADE.....	237
5.1 A formação profissional oferecida pelo IFMG na perspectiva da comunidade	237
5.2 A percepção do egresso sobre sua emancipação.....	251
6. ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS DA PESQUISA	260
7. PARADIGMA DE GESTÃO SOCIAL PARA O IFMG	267
7.1 Fundamentos do Paradigma de Gestão Social: Argumento central	267
7.2 O Paradigma de Gestão Social	269
7.3 PGS do IFMG Campus Formiga na prática	284
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	287
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	292
APÊNDICE A – Relação das matérias que mencionam o CEFET/IFMG	305
APÊNDICE B – Quadro de referências DRPE Campus Formiga	317
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semiestruturado dos grupos focais: Estudantes	319
APÊNDICE D – Roteiro de entrevista semiestruturado dos grupos focais: Tatame do Bem.....	320
APÊNDICE E – Roteiro de entrevista semiestruturado dos grupos focais: Empresários	321
APÊNDICE F – Roteiro de entrevista semiestruturado dos grupos focais: Professores da Rede Pública de Formiga, Pais e Córrego Fundo	322
APÊNDICE G – Roteiro de entrevista semiestruturado dos grupos focais: Egressos.....	323
ANEXO A – Matéria jornal O Pergaminho e Nova Imprensa.....	324
ANEXO B – Boletim De Serviço Bs/CEFET-Bi Nº 01/2007.....	325
ANEXO C – Reportagem do Jornal o Pergaminho	327
ANEXO D – O CEFET em aproximação com a comunidade	328
ANEXO E – FORMIGA é contemplada e CEFET se torna Unidade Descentralizada	333

1.INTRODUÇÃO

A Rede Federal de Educação vivenciou uma grande reestruturação no século XXI, culminando na criação dos Institutos Federais de Educação Ciências e Tecnologia, ou simplesmente IFs (Brasil 2008a). Essa política contrapõe-se às concepções neoliberais e abre oportunidades para milhões de jovens e adultos da classe trabalhadora, ampliando o acesso à educação, a permanência e aprendizagem nos sistemas de ensino (Pacheco, 2010). Os IFs têm como proposta distanciar a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do modelo centrado na qualificação profissional que visa a atender ao mercado, oportunizando, assim, uma formação integral do estudante.

Iniciamos esse debate analisando a lei 11.892/08, art. 6º incisos I e II em que se estabelece que os IFs devem orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais. O texto se apresenta na lei conforme segue:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; (Brasil 2008, Seção II, Art.6º)

Em complemento ao artigo 6º temos o artigo 7º que, ao elencar os objetivos, inclui a promoção da integração e da verticalização da educação básica, tecnológica e superior, e a formação de cidadãos e profissionais. Além de mencionar como objetivo a educação profissional técnica e de nível médio, preferencialmente de forma integrada, formação inicial e continuada, a educação superior, a pesquisas aplicadas e a atividades de extensão, ela prevê o estímulo e apoio a “processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional (Brasil, 2008, art.7º inciso V)”.

Essa dupla finalidade estabelecida pela lei - o desenvolvimento econômico, social e cultural local e regional e a formação integral e emancipação - representa um ponto importante na missão dos IFs, sendo essas as características que o diferenciam do projeto educacional desenvolvido ao longo dos anos, em que prevalece(u) o dualismo histórico entre a elite e o proletariado. Consciente da grande importância que tem a missão dos IFs, para aprofundar na

temática, buscamos, em Frigotto (2018), a formação integral e emancipatória do cidadão; em Moura (2007), a discussão de politecnia e a integração curricular e, por fim, o papel dos IFs no território, com os autores Pereira e Cruz (2019).

O projeto do Ensino Médio Integrado (EMI) defendido por Dante Moura e seus pares buscou fazer uma “travessia” (Moura, 2007): a integração entre ciência, trabalho e cultura como princípio pedagógico. O objetivo de que o estudante possa compreender e transformar o mundo do trabalho, e não apenas se submeter a ele, buscando, assim, a emancipação dos sujeitos. A emergência da noção e proposta do ensino médio integrado não abandona a concepção de educação omnilateral e politécnica, mas surge num contexto de disputa social e política, especialmente no plano da legislação educacional nos primeiros anos do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Conforme explícito na publicação sobre a ideia de ensino médio integrado (Frigotto et al, 2005), esta proposta não possui o mesmo sentido da formação politécnica, embora a ela esteja vinculada. Por isso, o entendemos como uma travessia contraditória e, em certo sentido, ambígua.

A grande alternativa teórica para superar essa divisão entre a elite e o proletariado é a Politecnia, um ideal defendido por Karl Marx e, no Brasil, por educadores como Dermeval Saviani. A Politecnia propõe que a escola ensine os princípios gerais e científicos de todos os processos produtivos, integrando teoria e prática, em vez de focar apenas em ofícios específicos. Por exemplo, ao trabalhar com madeira e metal, o aluno entenderia as leis da física e da química aplicadas à produção. Embora a Politecnia tenha sido defendida para o Ensino Médio, sua essência foi descaracterizada na legislação, restando apenas a menção à “compreensão dos fundamentos científicos-tecnológicos dos processos produtivos”. Esse desfecho era, em parte, esperado pelos educadores progressistas, que viam a inclusão da Politecnia mais como um debate político e teórico do que como uma vitória garantida na lei.

Portanto, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos IFs. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico. Busca-se uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menor ênfase na formação para ofícios e maior foco na compreensão do mundo do trabalho e em uma consequente participação qualitativamente superior. Isso implica um profissionalizar-se mais amplo, que abra possibilidades de reinventar-se no mundo e para o mundo, princípios válidos, inclusive, para as engenharias e licenciaturas.

Percebe-se que esse duplo mandato não é harmonioso, mas sim uma travessia contraditória (Moura 2007). O sucesso dos IFs depende de sua capacidade interna de resistir às pressões do mercado (mandato regional reducionista) em favor do projeto de emancipação. Em suma, Frigotto (2018) fornece a lente crítica para se analisar o duplo mandato, pois permite afirmar que o Desenvolvimento Regional só é efetivamente sustentável e socialmente justo se estiver ancorado na Formação Humana Integral e Politécnica. Diante do exposto, percebe-se que, embora a Lei estabeleça esse duplo mandato ambicioso, a sua concretização depende fundamentalmente de estratégias de gestão e planejamento no nível do campus.

A obra de Frigotto (2018), “Indeterminação de identidade e reflexos nas políticas institucionais formativas dos IFs”, é uma análise crítica e materialista dialética sobre as contradições e os desafios enfrentados por essas instituições, desde sua origem, pois, segundo o autor, sua identidade e o propósito de sua oferta formativa permanecem em disputa. Para o autor, a identidade ambígua dos IFs é caracterizada, por um lado, emancipatório, com a missão de oferecer uma formação humana omnilateral e politécnica, em que seria possível a superação da dualidade histórica e, por outro lado, mercantilista, caracterizada pela pressão para formação rápida, que atenda às demandas imediatas do mercado de trabalho e aos Arranjos Produtivos Locais (APLs), sem se questionar a estrutura social. Essa ambiguidade faz com que a visão mercantil se infiltre nas políticas institucionais e o ideal emancipatório não se consolide plenamente.

Frigotto (2018) analisa como as características inovadoras dos IFs acabam gerando novas contradições: i) verticalização como fator de disputa, pois a possibilidade de atuar em todos os níveis de ensino criou uma tendência em muitos *campi* de priorizar o Ensino Superior e a Pós-Graduação, deixando o EMI, o coração do projeto pedagógico emancipatório, em segundo plano ou sob ameaça de abandono; ii) risco de diferenciação, uma vez que a verticalização pode institucionalizar uma nova diferenciação dentro da dualidade que já existe, sendo instituições que priorizam a formação universitária para um segmento mais privilegiado e as que ficam com o “resto” da formação profissional. O autor cita o exemplo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) como um espelho do risco que os IFs correm, com uma redução da educação à dimensão instrumental.

É crucial destacar-se que a pressão exercida pelo mercado, frequentemente materializada através da adesão aos APLs, representa um risco significativo para a integridade do projeto educacional dos Institutos Federais. A forte demanda por alinhamento imediato às

necessidades regionais do setor produtivo pode facilmente conduzir a uma formação instrumentalizada.

Neste cenário, a prioridade recai sobre o repasse de competências técnicas específicas e imediatas, adequadas aos ofícios exigidos pelos APLs, em detrimento da formação integral e politécnica proposta. O foco no “saber fazer” específico, desvinculado dos princípios científicos e da crítica cultural, acaba por prejudicar o projeto maior de emancipação humana, transformando o egresso em um mero operador técnico, e não em um sujeito capaz de transformar criticamente o mundo do trabalho.

Dessa forma, a busca pela sustentabilidade regional, quando desequilibrada, ameaça transformar a nobre “travessia” do EMI em um atalho reducionista para a satisfação mercadológica. A lacuna apontada reside precisamente na definição da oferta de cursos. É neste momento estratégico que se manifesta o ponto nevrálgico dessa tensão: A escolha dos cursos e sua estrutura curricular decidem se o campus priorizará a demanda imediata e restrita do mercado (formação instrumental) ou se investirá na formação humana integral, em diálogo com as necessidades profundas e a transformação social da sociedade (projeto politécnico).

Essa decisão operacional traduz a escolha entre submissão ou emancipação no dia a dia da instituição. Para enfrentar o desafio da ambiguidade institucional, esta pesquisa propõe a adoção do paradigma de Gestão Social no IFMG campus Formiga. Diferente da gestão estratégica focada na eficiência do mercado, a Gestão Social se baseia no processo decisório dialógico e compartilhado, visando à construção do bem comum. Tal paradigma é ancorado em categorias teóricas cruciais: a Cidadania Deliberativa, que garante os mecanismos de participação, diálogo e debate de forma plural e inclusiva; e a Pedagogia Crítica, que orienta a formação do estudante para a análise e intervenção na sua realidade, e não apenas para a adaptação ao mercado, promovendo assim a sua emancipação social.

A oferta de educação em todos os níveis e modalidades de ensino tem como foco estreitar o compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador, levando à prática de educação profissional e tecnológica além do fator econômico - que até a criação dos IFs era o espectro primordial que movia seu fazer pedagógico. Essa iniciativa busca relacionar as variáveis educação e trabalho com objetivo de novas políticas de inclusão social, assumindo um ideário da educação como direito e da afirmação de um projeto societário que corrobore uma inclusão social emancipatória (Brasil, 2008a).

Sendo o IFMG uma instituição voltada à educação profissional integral, de forma inovadora, um novo modelo de instituição demanda uma nova forma de gestão (Pacheco, 2010,

p.18). Assim, entende-se que os IFs trazem como “principal função a intervenção na realidade, na perspectiva de um país soberano e inclusivo, tendo como núcleo, para irradiação das ações, o desenvolvimento local e regional”, sendo instrumento na construção e resgate da cidadania e da transformação social. E para que tal função não se torne mero assistencialismo, como foi usada em seu contexto histórico, é necessário que busque uma educação emancipatória, tornando o homem sujeito. Para Freire (2021), o assistencialismo é antidialógico, deixando o homem mudo, na passividade, não lhe oferecendo condições para o desenvolvimento de sua consciência. E o autor complementa que, para democracias autênticas, precisa-se de sujeitos cada vez mais críticos. Assim, a educação deve ajudar o homem a se ajudar, deixando-o numa postura conscientemente crítica de seus problemas.

Diante desse contexto de superação da dualidade histórica e visando garantir a educação integral e emancipatória no IFMG campus Formiga, junto ao desenvolvimento local e regional, propõe-se um paradigma de planejamento institucional ancorado na Gestão Social. A gestão social apresenta-se como um processo gerencial dialógico voltado para a construção do bem comum, em que a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (Cançado; Pereira; Tenório, 2015).

A Gestão Social se opõe à racionalidade utilitária, que prioriza a lógica do mercado e a eficiência gerencial. Nesse sentido, a Gestão Social envolve a tomada de decisão coletiva, livre de coerção, amparada pelo processo dialógico, pela linguagem compreensível e pela transparência, enquanto processo de conscientização crítica na busca por um entendimento esclarecido, com vistas a alcançar a emancipação social (Cançado; Pereira; Tenório, 2015; Cançado; Tenório; Pereira, 2011)

O método de Gestão Social a ser proposto na definição dos cursos baseia-se em três categorias teóricas articuladas: O processo dialógico de decisão (Gestão Social) deve ser sustentado pela Cidadania Deliberativa – um método que garante a tomada de decisão coletiva, livre de coerção e amparada pelo processo dialógico e transparência (Cançado; Tenório; Pereira, 2011). Por sua vez, o resultado pedagógico desta decisão é a emancipação dos estudantes, inspirada pela Pedagogia Crítica de Paulo Freire. Conforme Freire (1979), a educação deve ajudar o homem a se tornar sujeito, e não objeto, desenvolvendo-se por meio da problematização da realidade, na sua apreensão e transformação. Assim, a Gestão Social no IFMG campus Formiga torna-se imperativa para que a sociedade seja protagonista das decisões e para que o instituto cumpra seu papel de promotor de desenvolvimento e de emancipação social.

A estrutura inicial dessa autarquia é a união da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista, os CEFET de Ouro Preto e Bambuí e as Unidades de Ensino Descentralizada (UNED) de Formiga e Congonhas. Sua Reitoria é localizada na cidade de Belo Horizonte e integra a gestão dos 18 campus que fazem parte desse Instituto (IFMG, 2023a). O campus Formiga é um dos *campi* pioneiros na formação do IFMG. Esse campus vem de uma trajetória de 16 anos de atuação no ensino. A instituição atende atualmente a 730 estudantes, não só de Formiga e região, como de todo o país. Seu quadro de servidores é composto de 47 técnicos administrativos e 84 docentes, sendo esses efetivos, substitutos e/ou visitantes. Oferece, de forma presencial, os cursos de ensino médio integrado, cursos de graduação e licenciatura, além de mestrado profissional (IFMG, 2023a). A relevância do Campus Formiga reside, portanto, na sua consolidação como polo de educação, ciência e tecnologia em sua região imediata (IBGE, 2017), o que torna imperativo que sua estratégia de oferta de cursos concilie a excelência técnica com o engajamento social e o desenvolvimento territorial.

1.1 Problema de pesquisa

Conforme apresentado, embora a legislação seja clara em relação à finalidade dos IFs no desenvolvimento regional e na emancipação, a efetividade dessa missão é um desafio constante. Os IFs, por sua própria natureza, vivem essa tensão: de um lado, a pressão por eficiência e resultados técnicos (racionalidade utilitária/burocrática); do outro, sua missão social, inclusiva e emancipadora (que exige Gestão Social e Pedagogia Crítica).

Diante desse contexto, nos apoiamos na aproximação teórico-conceitual da Gestão Social, da cidadania deliberativa e da educação dialógica de Paulo Freire para propor um paradigma de Gestão Social para o IFMG Campus Formiga, considerando a pergunta central que norteia esta pesquisa: **O paradigma de Gestão do IFMG, campus Formiga, alcança os objetivos a que se propôs em sua concepção, no sentido de contribuir para a promoção do desenvolvimento local e regional, proporcionando as condições de emancipação social dos estudantes?**

A tese propõe demonstrar que a estruturação de um paradigma de Gestão Social para o IFMG, campus Formiga, poderá contribuir com a promoção do desenvolvimento local e regional e, consequentemente, proporcionar a emancipação dos estudantes.

1.2 Objetivos

O objetivo geral deste estudo é compreender, analisar e caracterizar o paradigma de Gestão do IFMG Campus Formiga, no que diz respeito ao alcance dos objetivos a que se propôs em sua concepção, no sentido de contribuir para a promoção do desenvolvimento local e regional, proporcionando a emancipação social dos estudantes, com base nas categorias da gestão social, da cidadania deliberativa e da pedagogia crítica.

Para se alcançar esse objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

1. Contextualizar a fase que antecede a criação do IFMG Campus Formiga, assim como a fase de constituição e formalização e a fase posterior a sua criação, no sentido de compreender a relação deste com a comunidade local e regional ao longo dos anos;
2. Avaliar a formação profissional oferecida pelo IFMG Campus Formiga para o desenvolvimento local e regional na percepção da sociedade civil formiguense e da região;
3. Avaliar a emancipação do estudante egresso do IFMG Campus Formiga com base na sua percepção.
4. Propor um paradigma de gestão social para o IFMG Campus Formiga que incorpore as categorias e os princípios da gestão social, da cidadania deliberativa e da pedagogia crítica, no sentido de atender aos objetivos a que se propôs em sua concepção, no sentido de contribuir para a promoção do desenvolvimento local e regional, proporcionando as condições de emancipação social dos estudantes.

1.3 Justificativa e relevância da pesquisa

Segundo o pesquisador Gaudêncio Frigotto (2018), referência na educação profissional do país, os IFs, desde sua criação em 2009, expressam a mais ampla e significativa política no campo da educação pública. A expressividade da instituição e sua importância para a sociedade, por si, mostram-se como um relevante objeto de pesquisa. Assim, as justificativas para a realização desta tese podem ser divididas por sua relevância acadêmica, institucional e social. A seguir, será apresentada cada uma delas de forma detalhada.

Este estudo justifica-se academicamente, pois pesquisas sobre gestão social mostram-se oportunas e relevantes, uma vez que se trata de um tema contemporâneo e contribuições teóricas e empíricas apoiam a construção do campo (Cançado; Tenório; Pereira, 2011). A Gestão Social

aplicada ao IFMG é uma iniciativa ainda não encontrada na literatura, o que torna a temática ainda mais pertinente.

Frigotto *et al.* (2018), em pesquisa realizada sobre o estado da arte dos “IFs”, no período de 2008 a 2014, colocaram como temáticas importantes para levantamento os seguintes pontos: i) os impactos socioeconômicos que a implementação e a expansão dessas instituições pelo Brasil vêm ocasionando nas regiões em que passam a funcionar; ii) qual é a sua intrínseca relação com a educação de jovens e adultos; iii) como se deu o processo de construção das identidades dos IFs e os diálogos promovidos; e por fim, iv) **se houve diálogos com a comunidade da região onde foram criados**, com o corpo docente, discente e de técnicos administrativos dessas instituições distribuídas pelo Brasil. Este último ponto colocado pelos autores fortalece ainda mais o desenvolvimento dessa tese que busca o emprego do paradigma da Gestão Social no IFMG, uma vez que, como colocado anteriormente, essa é compreendida como uma ação gerencial dialógica entre docentes do IFMG, Campus Formiga e população regional no processo de ofertas de cursos profissionalizantes como um bem comum que visa à emancipação dos sujeitos envolvidos.

Ainda no estudo de Frigotto *et al.* (2018), foram analisadas 42 teses e dissertações, sendo apenas três da área de administração. Mesmo com o lapso de tempo entre este trabalho e o estudo de Frigotto, percebe-se que a área da administração tem realizado poucos trabalhos sobre a gestão do IFMG. Os autores colocam que, o estudo de Costa (2011), em entrevista concedida por um dirigente do Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro (IFRJ)/Campus Nilópolis, e sua expansão para Volta Redonda, à época do processo de “ifetização”, destaca que não adianta muito ter uma escola técnica e profissionalizante, -se cujos estudantes, depois de formados, tenham de migrar para outras regiões em busca de trabalho, caso a escola não esteja em sintonia com os arranjos produtivos locais, os quais, por sua vez, são fundamentais ao desenvolvimento econômico e social da região. Desta maneira, caracteriza-se o processo de expansão dos IFs nos municípios e no interior do estado como uma ação que tem o objetivo e a perspectiva de desenvolver social e economicamente a região na qual é instalado o instituto. Os autores enfatizam, com base nos estudos de Bartholo (2011), Moura (2010) e Ramos (2011), que abordam a temática dos IFs no desenvolvimento local, a necessidade de a escolha dos cursos se dar em consonância com as necessidades e demandas locais, trazendo benefícios e crescimento local e regional (Frigotto *et al.*, 2018).

Este estudo apresenta relevância institucional, pois o IFMG tem como propósito o impacto socioeconômico local e regional, assumido o setor educacional grande importância

para o desenvolvimento das pessoas. Neste contexto, este estudo se justifica, uma vez que seus resultados podem subsidiar a instituição pesquisada na implementação de políticas de gestão, contribuindo para diminuir a evasão escolar, aperfeiçoar seu desempenho e, conseqüentemente, melhorar a condição de vida da sociedade local, gerando situações favorecedoras de padrões mais elevados de produtividade e de qualidade de vida. Contribui, ainda, com um paradigma de gestão social para definição de cursos que poderão suprir as necessidades reais da população de Formiga e dos municípios ao seu entorno e não de cursos definidos sem metodologia adequada para tal fim, com base nos desejos ou afinidade dos docentes ou da instituição. Segundo Pacheco e Rezende (2009), concretizar os objetivos da instituição implica em um novo paradigma de gestão baseado no respeito, no diálogo e na construção de consensos possíveis, tendo sempre como horizonte o bem da comunidade e não o enclausuramento das instituições. Pacheco (2010) coloca que, diante do conceito proposto pelo IF, é necessário definir de forma clara o papel daqueles que fazem educação em cada instituição de ensino e da sociedade como um todo. Para o autor, a força da instituição se apresenta nos índices de sucesso acadêmico, na valorização dos educadores da Rede, no conceito de educação que não se limita à ação escolar, mas sim, que envolve a comunidade.

Ao utilizar o paradigma de gestão social para a definição da oferta de cursos profissionalizantes do IFMG Formiga, os resultados poderão subsidiar a elaboração de política pública de gestão social dos IFs em todo o Brasil, no sentido de promover a transformação da realidade regional no âmbito de atuação dos institutos. Ademais, o presente estudo propõe uma contribuição inovadora ao preencher uma lacuna de gestão: a criação de indicadores de avaliação do desenvolvimento regional e da emancipação associados à oferta de cursos. Tais indicadores (como índices de evasão escolar, empregabilidade e continuidade da formação acadêmica) permitirão ao IFMG monitorar, de forma mais efetiva e coerente com seu duplo mandato, o impacto real de sua atuação no território.

A relevância social deste estudo fundamenta-se nas finalidades do IFMG propostas pela Lei 11.892/08 (Brasil, 2008), cujo Art. 6º, inciso IV, estabelece que a instituição deve orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais. Assim, justifica-se socialmente quando a comunidade é, também, protagonista no processo da pesquisa e nas decisões políticas, criando a possibilidade de emancipação de seus membros.

Além disso, temos que Pacheco (2010), em seu livro “Os Institutos Federais: uma revolução da educação profissional e tecnológica”, coloca que a intervenção no processo

didático-pedagógico se completa, no âmbito da escola, com a participação organizada da comunidade que, na “maioria dos casos, é o único espaço público de integração, organização e lazer disponível” (Pacheco, 2010, p. 9). Dessa forma, a escola deve permanecer aberta à sociedade, firmando-se como polo cultural. Para esse autor, essa proposta se torna real a partir do momento em que as organizações comunitárias assumam em conjunto as tarefas de gerir estes espaços e zelar pelo patrimônio público, sendo o diálogo e a organização o caminho para conquistar essa parceria. O autor completa, ainda, que a participação de todos os atores envolvidos no processo não significa falta de direção, mas sim, a 'possibilidade de que o projeto pedagógico seja permeado pela vida concreta de cada comunidade, possibilitando diferentes abordagens através de uma construção coletiva pela comunidade escolar' (Pacheco, 2010 p.10).

Por fim, este estudo está alinhado com a tendência global do engajamento público, que envolve o empoderamento comunitário, a participação dos cidadãos e o fortalecimento das esferas públicas (Piecza; Escobar, 2013). Segundo Tenório, a Gestão Social é o caminho para esta emancipação, pois contribui para um “[...] gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais” (Tenório, 2008, p. 25-26). Ao propor um paradigma de Gestão Social, esta pesquisa contribui diretamente para transformar o Campus Formiga em um verdadeiro instrumento de transformação social e emancipação no seu território.

1.4 Estrutura da tese

Neste capítulo introdutório foi apresentada uma breve contextualização dos conceitos principais utilizados como fundamentação para esta pesquisa, seguida pela delimitação do problema de pesquisa, do objetivo geral e dos objetivos específicos, culminando na justificativa da investigação, que é apresentada nos âmbitos acadêmico, institucional e social. No Capítulo dois é detalhada a fundamentação teórica e as lentes críticas que sustentam esta tese, abordando a contraposição entre Gestão Social versus Gestão Estratégica, a base da governança e decisão fundamentada na Cidadania Deliberativa e na análise da Burocracia, e, por fim, a Pedagogia Crítica, a Emancipação Social como resultados da formação, o Desenvolvimento Regional sob a ótica social e o Desenvolvimento territorial. Em seguida, no Capítulo três, é apresentado o percurso metodológico do estudo, detalhando-se os procedimentos de coleta e análise de informações. No Capítulo quatro, são apresentados os resultados da pesquisa, iniciando com o contexto histórico do Campus Formiga, que abrange a fase anterior à criação do IFMG, a fase

de constituição e formalização, e o período posterior à sua criação; posteriormente, aborda-se o Campus Formiga sob uma perspectiva normativa, seguida pela percepção da sociedade interna e externa. No Capítulo cinco, é apresentada uma análise crítica dos resultados. Finalmente, o Capítulo seis culmina na proposição do paradigma de Gestão Social para o IFMG Campus Formiga, encerrando-se com as considerações finais e o referencial bibliográfico.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E LENTES CRÍTICAS

Neste capítulo, são abordadas as teorias centrais e conceitos utilizados para este projeto. Inicialmente, abordaremos a Gestão e a Racionalidade, buscando apresentar um contraponto entre a Racionalidade Utilitária/Instrumental e a Gestão Social em sua Racionalidade Substantiva/Dialógica. Em seguida, direcionamos para as bases da Governança e decisão: Burocracia Weberiana e suas disfunções no setor público e a Cidadania Deliberativa Habermasiana como critério de legitimidade na tomada de decisão. Por fim, apresentamos a Educação, em uma perspectiva de dualismo histórico na EPT e a missão social dos IFs, a Pedagogia Crítica e a Emancipação Social como resultado de uma formação, o desenvolvimento regional para além do crescimento econômico sob a ótica social e o desenvolvimento territorial.

2.1 Gestão e Racionalidade

Nesta seção, ao discorrer sobre gestão e racionalidade, muito além de detalhar sobre a racionalidade utilitária/instrumental e a burocracia em Max Weber (1864-1920), buscamos estabelecer uma lente crítica abordando, em contraponto, a gestão social e a racionalidade substantiva/dialógica em Habermas (1929). Oriundo da escola de Frankfurt e herdeiro intelectual da Teoria Crítica, Habermas, “dedicou-se ao estudo do movimento dialético da razão iluminista e ao resgate da razão emancipatória, visando o futuro de uma sociedade emancipada (Oliveira, 1993 p.16)”.

Desde o Iluminismo, a ciência procura se tornar “o único saber verdadeiro”, negando reconhecer o valor da religião, do sagrado, da intuição e do mágico. Nessa guerra, a ciência saiu vitoriosa (Oliveira, 1993). A essência do Iluminismo consistia em libertar o homem da ignorância, dos mitos, fortalecendo o saber e o uso da razão como instrumento emancipatório. Libertar o homem equivale a torná-lo consciente de sua realidade e responsável pelo seu próprio destino. A razão iluminista, da forma como fora concebida originalmente, conduziria, portanto, a humanidade à autonomia e à autodeterminação (Oliveira, 1993).

Contudo, o saber idealizado pelo Iluminismo foi direcionado predominantemente para a ciência e a técnica, em detrimento da emancipação humana. A razão iluminista se transformou em Razão Instrumental utilizada como instrumento para a manutenção do poder através da dominação e repressão. Nesse sentido, a crítica de Marcuse, membro da Escola de Frankfurt, é

em relação à aliança feita entre a ciência/técnica e as forças produtivas. Marcuse argumenta que o avanço tecnológico se dá à custa da repressão dos indivíduos e que o conceito de razão técnica é ideológico, pois disfarça seu caráter parcial e é, na verdade, dominação calculada sobre a natureza e o homem (Oliveira, 1993).

A racionalidade formal e instrumental, principalmente na sociedade ocidental moderna, encontra sua fundamentação sociológica e analítica central na obra de Max Weber. Para Sell (2012), um dos maiores desafios da interpretação da obra de Max Weber é a complexidade e a polissemia de seus conceitos de racionalidade, reconhecendo a controvérsia em torno da temática, que, ao longo dos anos, gerou grandes debates na literatura especializada. Para ele, a sociologia de Weber tem como problema central a busca pela singularidade do racionalismo ocidental e moderno e o processo de racionalização social que levou ao “desencantamento do mundo”, tanto no sentido religioso quanto científico (Shell, 2012).

Sell (2012) argumenta que o objetivo de Weber não era criar uma filosofia da racionalidade, mas sim usar a racionalidade como ferramenta analítica (recurso heurístico) para explicar o processo de racionalização. Weber utilizava a racionalidade de quatro maneiras diferentes para compreender o mundo moderno no ocidente. Para Shell, fica mais clara a análise em duas dimensões, sendo elas, material/formal, que analisa a estrutura e as ordens sociais e a lógica de seu funcionamento interno e teórica/prática, que busca analisar as imagens de mundo (cultura) e como elas geram estilos de vida metódicos (conduta).

A racionalidade material preocupa-se com o conteúdo da ação, ou seja, com a adesão a um conjunto de valores (éticos, sociais, religiosos ou políticos), como a justiça ou a igualdade, enquanto a racionalidade formal preocupa-se com o cálculo, a eficiência e a aplicação de regras universais, impessoais e abstratas. É a lógica da Burocracia e do mercado capitalista. Sell ressalta que essas racionalidades muitas vezes estão em conflito, pois o que é justo, materialmente, pode ser ineficiente, formalmente (Shell, 2012).

Em relação à racionalidade teórica ou intelectual, esta busca o domínio da realidade através de conceitos abstratos e intelectuais, como o trabalho do cientista e a filosofia. É a busca por um sentido racional do mundo. Já a racionalidade prática refere-se a um modo de vida metódico e sistemático, buscando dominar a vida cotidiana e as ações por meio da técnica e da organização (Shell, 2012).

O exercício exegético de Sell demonstra que a diversidade de conceitos de racionalidade em Weber não é uma falha, mas um recurso metodológico sofisticado que permite ao sociólogo

retratar a complexidade e os múltiplos sentidos do processo de racionalização na vida social moderna.

A Burocracia é a forma de organização social que atinge o mais alto grau de racionalidade funcional/formal, sendo rapidez, previsibilidade, cálculo e controle. Contudo, Weber alerta para as consequências perversas da burocracia, como o excesso de poder, o segredo do conhecimento técnico e a aliança com o poder econômico.

A racionalização em Weber é o processo de subordinação das esferas sociais aos critérios racionais de decisão, levando à inevitável burocratização universal do mundo. No Estado moderno, a burocracia se estabelece como a forma de organização predominante, atingindo, segundo Max Weber (1999), o mais alto grau de racionalidade funcional. Sua emergência está ligada a fatores históricos como a sacralização do direito e a crescente racionalização técnico-científica, embora a burocracia, em formas não modernas (como a patrimonial), já existisse em civilizações antigas (Egito, China) e em instituições como a Igreja Católica.

A burocracia moderna é definida por um conjunto de características essenciais: a existência de leis, regulamentos e normas que definem cargos e delimitam direitos e deveres; a hierarquia administrativa clara; e a valorização do saber técnico especializado, com profissionais selecionados por exames. Weber (199) considerava a burocracia como a forma de administração social mais eficiente em comparação com todas as outras, pois suas características, quando associadas, permitem rapidez, previsão, controle, calculabilidade e economicidade, atendendo aos interesses das classes dirigentes. Por esses motivos, ela é vista como a forma de dominação mais racional.

Contudo, ser racional não significa ser necessariamente eficiente. A burocracia aumenta sua eficiência pela despersonalização, eliminando “o amor e o ódio” e todos os elementos irracionais para sustentar o cálculo. As disfunções citadas por Weber (1999) incluem o excesso de poder burocrático no governo, a tendência ao segredo do conhecimento profissional, e a formação de alianças com o poder econômico que podem levar à plutocracia.

Weber (1999) conclui que há uma tendência inevitável à burocratização universal do mundo, um resultado da racionalização da sociedade que se torna cada vez mais complexa e é administrada por meio desse recurso. O problema da burocracia reside em sua autonomização: ela deixa de ser um mero instrumento de organização para se tornar um fim em si mesma. Ao fazer isso, ela domina aqueles a quem deveria servir, transforma-se em poder, e essa inversão

corresponde ao uso instrumental da razão. Essa estrutura é tão poderosa que Weber acreditava ser quase impossível de ser eliminada ou substituída.

O conceito de racionalização em Jürgen Habermas surge como uma crítica e uma reformulação das teorias anteriores, buscando explicar as dinâmicas do capitalismo tardio e o papel do Estado. Habermas (1980) parte do reconhecimento de que as relações sociais modernas continuam predominantemente determinadas pela esfera econômica, mas aponta que a insuficiência capitalista levou o Estado a assumir um papel crescentemente intervencionista. Este Estado, ao distribuir compensações e benefícios sociais, atua como um mecanismo estabilizador da economia, garantindo a sobrevivência do capital e exercendo controle político e social. Essa atuação estatal gera o que Habermas (1980) chama de Nova Ideologia: o comportamento intervencionista, que angaria a lealdade da população por meio de benefícios, mas, ao mesmo tempo, subtrai o debate político e o desenvolvimento do processo discursivo, impedindo a discussão sobre caminhos alternativos para a humanidade.

Nesse sentido, Habermas (1980) propõe reformular as categorias do materialismo histórico, substituindo a relação forças produtivas/relações de produção pela díade trabalho e interação. Sua proposta central é um novo paradigma que conjuga o agir com relação a fins, o trabalho, com uma nova esfera de relação, o Agir Comunicativo. Este paradigma não elimina a Razão Instrumental, mas a subordina a uma nova concepção de razão, a Razão Comunicativa. Esta racionalidade é dialógica e emerge de um contexto sem coerção, onde os sujeitos buscam o entendimento mútuo e o consenso sobre questões de verdade, justiça e autenticidade através do diálogo e da argumentação, permitindo a exteriorização livre de ideias.

Habermas (1980) enquadra as relações sociais em duas dimensões, a do Sistema em que se localizam a economia e as organizações, regidas pela Razão Instrumental e a do Mundo da Vida, que corresponde às vivências e experiências concretas de vida, regida pela Razão Comunicativa. Ele concorda que o ser humano sofre a instrumentalização resultante da crescente interferência do Sistema no Mundo da Vida. No entanto, diferentemente dos pensadores mais pessimistas da Teoria Crítica, como, por exemplo, Marcuse, Habermas manifesta uma visão mais otimista. Ele reconhece a inevitabilidade do avanço tecnológico e do sistema produtivo, mas defende que a solução está em preservar os limites e delimitar as fronteiras da Razão Instrumental, garantindo que a Razão Comunicativa prevaleça e se subordine aos fins estabelecidos pelos próprios homens para sua realização e emancipação (Habermas 1981).

Entre os atores existe um contraste epistemológico, em que Weber é visto como positivista conservador, com ênfase no método e na explicação, embora um positivista ampliado que reconhecia o método compreensivo e a subjetividade, e Habermas se alinha à dialética, Teoria Crítica. Mas, ambos manifestam profunda preocupação com a tecnificação e a burocratização das sociedades modernas, que ameaçam a razão e a liberdade individual. Assim, percebe-se que, enquanto Weber fazia um diagnóstico sombrio de burocratização inelutável, Habermas oferece uma saída otimista; a sobrevivência da razão e da liberdade depende da força da razão comunicativa e do discurso para questionar os pressupostos da dominação.

Quadro 1 - Principais ideias de Max Weber e Jürgen Habermas sobre racionalidade e racionalização

Característica/ Conceito	Max Weber (Racionalidade Instrumental)	Jürgen Habermas (Razão Comunicativa)
Origem da Racionalidade	Tipologia da Ação Social: Racionalidade formal e material.	Novo Paradigma: Agir Comunicativo (Interação) em oposição ao Agir Instrumental (Trabalho).
Racionalidade Predominante	Racionalidade Formal /Funcional: Foco no cálculo, na eficiência e na adequação de meios para fins (lógica da empresa capitalista).	Razão Comunicativa: Foco no diálogo, no entendimento mútuo e no consenso sobre a verdade, a justiça e a autenticidade.
Estrutura Organizacional	Burocracia: Forma de organização social mais racional e eficiente (previsão, controle). Personifica o espírito técnico-científico.	Dualidade Mundo/Sistema: O Mundo do Sistema (mercado, Estado, organizações) é regido pela Razão Instrumental.
Racionalização (Processo)	Burocratização universal é inevitável: Subordinação das esferas sociais aos critérios racionais. A burocracia se torna um fim em si mesma, dominando aqueles a quem deveria servir.	Colonização do Mundo Vivido: O Mundo do Sistema invade e impõe sua lógica instrumental ao Mundo Vivido (vivências, interações), comprometendo a liberdade.
Visão do Futuro/Solução	Pessimista: Preocupa-se com a ameaça inevitável à autonomia individual e à liberdade devido à burocratização crescente.	Otimista: Não busca eliminar a Razão Instrumental, mas subordiná-la à Razão Comunicativa para assegurar a liberdade e a emancipação.
Implicação Ética/Política	Subtrai a dimensão política da dominação, pois a racionalidade funcional dispensa a discussão pública sobre as relações de poder.	O discurso e o questionamento são a única saída para resistir à instrumentalização e à unidimensionalização do homem.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Oliveira (1993)

O artigo Razão Instrumental versus Razão Comunicativa escrito pela professora Fátima Bayma de Oliveira (1993) aborda a racionalidade e suas repercussões no mundo moderno, na perspectiva de Weber e Habermas, buscando, por fim, pontos de convergência entre esses autores. No quadro 1, são sintetizadas as ideias descritas pela autora.

A Razão Comunicativa de Habermas é o alicerce filosófico da Gestão Social no Brasil. Enquanto a crítica da Teoria Crítica (Horkheimer, Adorno) e a tipologia de Weber estabelecem o diagnóstico da dominação, a Razão Comunicativa de Habermas é o instrumento filosófico que aponta a solução. Os estudos de Cançado, Pereira e Tenório (2015) traduzem essa solução para o contexto brasileiro da Administração, consolidando a Gestão Social como paradigma que utiliza a Cidadania Deliberativa na busca pela coordenação de ações orientadas pelo consenso e pelos valores (Razão Substantiva), em oposição à mera eficiência técnica do IFMG.

2.2. Gestão Social

A Gestão Social, segundo Carmo *et al.* (2023, p.2), “representa uma forma de administração emergente, em um contexto de demandas crescentes por respostas sociais mais efetivas para a coletividade”. No Brasil, o professor Tenório foi o primeiro a desenvolver trabalhos sobre o tema, sobre o qual vem desenvolvendo trabalhos desde 1990 (Cançado; Pereira; Tenório, 2013; Cançado; Tenório; Pereira, 2011). Este autor fundamenta-se em autores brasileiros como Alberto Guerreiro Ramos, na Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, inicialmente com Horkheimer, Marcuse, Adorno e, logo depois, em Jürgen Habermas, pertencente à “Segunda Geração”, para construir o conceito (Cançado; Tenório; Pereira, 2011; Cançado, Pereira E Tenório, 2015).

De Guerreiro Ramos, Tenório (2008) herda o questionamento do *status quo* da Administração, sendo a Gestão Social uma “linha de fuga”, um contraponto, em relação à racionalidade utilitária, marca da gestão estratégica (Tenório, 2008a). Baseando-se em Habermas, Tenório (2008) constrói sua proposta de racionalidade comunicativa para construir a Gestão Social. Para o autor, essa racionalidade, ao possibilitar a mediação entre teoria e prática por meio do diálogo entre os agentes sociais envolvidos no processo, permitiria o alcance da proposta de emancipação – fim último da Gestão Social (Carmo, 2022). A influência habermasiana se faz presente nas categorias teóricas fundantes da Gestão Social, a saber: dialogicidade, democracia deliberativa, esfera pública, racionalidade comunicativa” (Alcântara; Pereira; Silva, 2015).

É importante ressaltar que a Gestão Social, erroneamente, tem sido frequentemente compreendida de forma limitada, mais relacionada à gestão de políticas e/ou programas sociais, de organizações do terceiro setor, do combate à pobreza e até ambiental do que à discussão de uma gestão democrática (Cançado; Pereira; Tenório, 2013; Cançado; Tenório; Pereira, 2011).

A Gestão Social envolve a tomada de decisão coletiva, livre de coerção, amparada pelo processo dialógico, pela linguagem compreensível e pela transparência, enquanto processo de conscientização crítica na busca por um entendimento esclarecido, com vistas a alcançar a emancipação social (Cançado; Pereira; Tenório, 2015; Cançado; Tenório; Pereira, 2011).

Cançado, Tenório e Pereira (2011) colocam que a base da gestão social é a tomada de decisão coletiva, justificando essa afirmação com os autores: Tenório (2008b, 2008a), que propõe a cidadania deliberativa na esfera pública, França Filho (2008), que fala da subordinação da lógica instrumental (baseada no poder hierarquizado) às outras lógicas e, Fischer, (2002, 2006) e Fischer; Melo, (2006), que apresentam a questão da articulação de múltiplos níveis de poder e das contradições entre interesses individuais e coletivos.

Nesse contexto, surge outra característica da Gestão Social, a dialogicidade, pois a decisão realmente coletiva é livre de coerção, sendo o entendimento o caminho. A transparência surge como condição necessária para as demais características; assim, a linguagem deve ser inteligível a todos os participantes. Baseado em Freire (1987, 1996) e Tenório (2008), temos a emancipação do homem como fim da gestão social. A participação efetiva no processo de tomada de decisão traz crescimento e amadurecimento para os atores (Freire, 1987, 1996), que ampliam sua visão de mundo enquanto seres humanos dotados de razão e cidadãos participantes de uma esfera pública (Cançado; Pereira; Tenório, 2013).

Buscando analisar as possíveis vertentes teóricas que se apresentam no campo da Gestão Social, Peres Jr e Pereira (2014), realizaram uma análise de citações exploratórias elencando quatro abordagens que se justificam pelo impacto das publicações, pela fundamentação teórica e pela origem dos pesquisadores. Complementar a este trabalho temos o estudo de Alcântara e Pereira (2015) que destaca o *locus* da Gestão Social. No Quadro 2, foi feita uma síntese dos resultados desses estudos.

Posto que a Gestão social se segmenta em vertentes teóricas, nessa tese me posiciono na vertente frankfurtiana, compartilhando com os autores a ideia de que o *locus* das pesquisas são as esferas públicas, considerando que a Escola de Frankfurt abriga diversos teóricos com pensamentos nem sempre coincidentes. Teixeira Cruz (2017) alerta que a “escola de

pensamento” da teoria crítica frankfurtiana deve ser mais bem denominada como abordagem habermasiana, como já o faz Alcântara (2015, 2018).

Em relação ao conceito que não encontra consenso na literatura, compartilho do posicionamento de Cançado, Tenório e Pereira (2011, p. 697) que conceituam Gestão social como a “[...] tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último”.

Quadro 2 - Vertentes teóricas da Gestão Social e seu locus principal

Principais abordagens Peres Jr e Pereira (2014)	Loci principal de cada abordagem Alcântara e Pereira (2015)
Teoria crítica frankfurtiana, na qual derivam os trabalhos de Fernando Guilherme Tenório e Genauto Carvalho de França Filho	Sociedade: o terceiro setor, o espaço social, o <i>locus</i> compartilhado e a esfera pública.
Gestão do desenvolvimento social interorganizacional (organizações complexas) por Tânia Maria Diederichs Fisher	O espaço local, o território e as interorganizações.
Administração Pública societal, elaborada por Ana Paula Paes de Paula	Conselhos gestores, os orçamentos participativos e as demais experiências locais que envolvem participação
Abordagem puquiiana, em razão da atuação dos autores na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como Ladislau Dowbor e Luciano Junqueira	Espaço público, o terceiro setor, as organizações não governamentais e os movimentos sociais.

Fonte: Adaptado de Carmo *et al.* (2023, p.10).

A Gestão Social tem um potencial transversal e pode ser realizada no setor público, no setor privado e no terceiro setor (Tori; Pappers; Keserü, 2022). Essa se mostra fundamental e urgente, em um contexto marcado por princípios utilitários que anulam a promoção da equidade e do bem comum (Carmo, 2022)

A Gestão Social se aproxima de diversos domínios, sendo a administração, administração pública, estudos organizacionais e serviço social (Alcântara, 2018). No entanto, de acordo com Guerra e Teodósio (2014), a gestão social possui natureza híbrida, compartilhando conhecimentos de outras áreas, perspectivas de outros campos e lógicas opostas ao mercado produtivista.

Em relação à ontologia, epistemologia e metodologia, Cançado, Pereira e Tenório (2015) recorreram às obras de Jones, de 1993, e de Burrell e Morgan, de 1979, para delimitar o campus. Este delineamento é apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 - Dimensões científicas da Gestão Social

Dimensão	Características da Gestão Social
Ontologia	Nominalismo
Epistemologia	Antipositivismo
Natureza Humana	Voluntarismo
Metodologia	Ideográfico

Fonte: Cançado; Pereira; Tenório (2013, p. 132).

A perspectiva ontológica nominalista na Gestão Social vê o indivíduo como capaz de (re)construir sua realidade a partir da sua ação sobre o mundo. O antipositivismo caracteriza a Gestão social na medida em que a realidade social pode e deve ser (re)construída no interesse dos seus membros e a partir da sua percepção. A natureza humana da Gestão Social é o voluntarismo, pois a percepção é pela (re)construção da realidade a partir da interação entre as pessoas e a sua intersubjetividade sem coerção. Por fim, a metodologia é a ideográfica que se baseia na importância de se deixar que o sujeito revele sua natureza e suas características durante a pesquisa (Cançado; Pereira; Tenório, 2013).

Decorrida a construção das bases teóricas da Gestão Social, sobretudo por meio da fundamentação habermasiana, novas concepções surgiram. A partir daí são acrescentadas perspectivas distintas, com o objetivo de se aproximar o campo da modernidade (Tenório; Araújo, 2020), por meio do resgate de raízes históricas (Pacífico Filho; Borges; Cançado, 2017; Tenório; López Parra; Tenório, 2022) e incremento de concepções decoloniais (Hernández; Cançado, 2017; Tenório; Araújo, 2020). E ainda, inicia-se um esforço para o avanço das práticas de Gestão Social, mediante o reconhecimento de deficiências inerentes ao contexto cultural, afastado do ideal weberiano (De Paiva *et al.*, 2018; Garcia *et al.*, 2018). Dessa forma, a possibilidade de práticas da Gestão Social passa a ser avaliada em seu contexto, história e estrutura, para que não se incorra em exigências demasiadas e incompatíveis com a realidade.

Carmo (2022), em sua dissertação de mestrado, identificou e analisou estudos que utilizaram instrumentos metodológicos que contribuem para o construto epistemológico e paradigmático da Gestão Social, o que será abordado a seguir.

2.2.1 Categorias teóricas centrais da Gestão Social

Cançado, Pereira e Tenório (2013) apresentam três categorias teóricas da Gestão Social que se articulam em uma perspectiva dialógica, sendo elas: Interesse bem compreendido (IBC),

Esferas Públicas e Emancipação. A partir dessas categorias, derivam categorias complementares conforme o quadro 4:

Quadro 4 - Categorias teóricas da Gestão Social

Categoria principal	Categoria complementar
IBC	Solidariedade Sustentabilidade
Esferas Públicas	Comunidades de Prática Democracia deliberativa Dialogicidade Interorganizações Intersubjetividade
Emancipação	Racionalidade Comunicativa

Fonte: Adaptado de Cançado, Pereira e Tenório (2013, p. 138-139)

A primeira característica da Gestão Social descrita pelos autores é o IBC, sendo suas categorias complementares a Solidariedade e a Sustentabilidade. Essa categoria, “parte da premissa de que o bem-estar coletivo é pré-condição para o bem-estar individual” (Cançado; Pereira; Tenório, 2013, p.140). Ou seja, o bem-estar coletivo propicia o bem-estar individual, de modo que a defesa dos interesses coletivos leva à defesa de interesses também particulares. Quando o IBC se insere em um contexto de solidariedade e sustentabilidade, viabiliza a construção das bases do processo de democratização (Cançado; Tenório; Pereira, 2015).

A solidariedade é relacionada à interdependência e à mutualidade de interesses e deveres, evidencia o compromisso com o outro, a coesão social do grupo, sendo seu vínculo com o IBC a caminhada no sentido da responsabilidade compartilhada pelo coletivo. A solidariedade é uma condição para que a sustentabilidade aconteça:

“...o IBC seria o instrumento pelo qual o potencial de Solidariedade se realiza em prol da Sustentabilidade, em outras palavras, ao se tratar do bem-estar coletivo (solidário, no sentido estrito do termo) na perspectiva do IBC tem-se como norte a Sustentabilidade (ampla, não só ambiental).” (Cançado; Pereira; Tenório, 2013, p.132)

Passando à categoria das Esferas Públicas, temos que essa é o *locus* para que a Gestão Social ocorra de fato, é o espaço para seu desenvolvimento na perspectiva habermasiana (Oliveira; Cançado; Pereira, 2010; Cançado; Tenório; Pereira, 2013; Cançado; Pereira; Tenório, 2015), lugar de intermediação (comunicação e deliberação) entre os três grandes setores, Estado, Sociedade e Mercado. As Esferas Públicas são, essencialmente, um fluxo de comunicação que fundamenta a deliberação pública. Habermas (2011) a define como uma rede

que possibilita a comunicação de conteúdos, posicionamentos e opiniões. Os fluxos comunicacionais envolvidos nessas esferas são filtrados e sintetizados, podendo convergir em opiniões públicas ligadas a temas-problemas específicos.

As esferas públicas são um meio dinâmico que abriga diversas problematizações, e seu espaço é ampliado e difundido por meio do que Habermas (2011) denomina de agir da fala - agir comunicativo. Nesse sentido, a linguagem do direito adquire o poder de socializar e integrar os indivíduos na sociedade, pois constitui aquela fala de compreensão geral e que se dá de modo espontâneo no cotidiano, operando como um tipo de mídia comunicacional ativa, engendrada entre os emissores do mundo-da-vida. A linguagem do direito passa a se constituir instrumento tanto para as rotinas da vida, quanto para os discursos mais elaborados e especializados, que se materializam no sistema parlamentar, como leis, normas e regulamentos.

Para Tenório (2008), é por meio das esferas públicas que a participação dos atores da sociedade civil, reunidos e atuantes com base em estruturas comunicativas, visando à discussão e ao alcance de um entendimento coletivo, formam democraticamente a opinião pública e a vontade geral. Conselhos, fóruns, orçamentos participativos (Oliveira; Cançado; Pereira, 2010; Cançado; Tenório; Pereira, 2015) são exemplos de espaços públicos em que também podem se desenvolver as “mini-esferas públicas”, com possibilidade de serem ampliadas para toda a sociedade. Para Oliveira, Cançado, Pereira (2010), a Gestão Social consiste em uma proposta colaborativa para a organização e funcionamento de tais espaços, tendo como base a transformação do poder comunicativo em poder administrativo. As Esferas Públicas, aliadas à “*res publica*”, são produto do desenvolvimento do interesse público em um contexto democrático (Oliveira, 2012).

Assim, as Esferas Públicas abrangem as categorias complementares, tais como: Democracia Deliberativa (processo decisório), Racionalidade (equilíbrio entre as racionalidades; subordinação da lógica instrumental ao agir comunicativo), Dialogicidade (capacidade de comunicar e entender as pessoas), Intersubjetividade (interação entre o “Ego e o Alter” pela compreensão do diálogo), Comunidades de Prática (dinâmica de interação) e Interorganizações (Cançado; Tenório; Pereira, 2015).

A última categoria teórica da Gestão Social é a Emancipação. Esse é o ponto de chegada (objetivo e resultado) da Gestão Social (Cançado; Tenório; Pereira, 2015). A Emancipação significa livrar-se da tutela de alguém e pensar por si mesma, na busca de autonomia (Cançado, 2011, 2014). De acordo com Justen (2016), o sujeito alcança a Emancipação quando é capaz de pensar o mundo e pensar-se no mundo. Como resultado da Gestão Social, a Emancipação

possibilita que o sujeito se afaste da subordinação do meio e se considere, como os outros, pertencentes de uma relação recíproca. Todos os esforços empreendidos pelo exercício da Gestão Social e sua lógica amparada pelas categorias teóricas aqui trabalhadas só farão sentido quando alcançarem a Emancipação. É nesse processo que os sujeitos refletem sobre seus próprios problemas e os problemas comuns, analisam suas causas e eles próprios encontram no processo dialógico de interação a resolução de seus problemas.

Contudo, a Gestão Social nas instituições públicas, como os Institutos Federais, confronta-se diretamente com a lógica administrativa dominante. O Sistema (Habermas) desses órgãos ainda é largamente estruturado pela Burocracia Weberiana, cuja primazia é a racionalidade formal, oposta ao diálogo. Portanto, para avaliar o potencial de Gestão Social no IFMG, é fundamental analisar as Bases da Governança e Decisão. A sessão a seguir explorará o conflito entre a rigidez da Burocracia e suas disfunções e a necessidade de institucionalização da Democracia Deliberativa, que se configura como elemento central das Esferas Públicas da gestão social e como critério de legitimidade na tomada de decisão.

2.3 Democracia deliberativa

A democracia deliberativa inicia-se com a análise de Alexis de Tocqueville, que compreende a democracia não meramente como um conjunto de normas jurídicas, mas como um “estado social” e um “hábito do coração” (Tocqueville, 2005, p.31). Para Tocqueville (2005), o maior risco inerente ao sistema democrático reside na tirania da maioria, fenômeno no qual a pressão social pela conformidade sufoca o dissenso e o debate plural. A saúde de uma democracia dependeria, portanto, da vitalidade das associações civis. É no seio dessa “sociedade intermediária” que o indivíduo transcende seu isolamento privado para o interesse público, desenvolvendo o “autointeresse bem compreendido” (Tocqueville, 2005, p.592). Essa dinâmica associativa é o embrião da deliberação contemporânea, pois postula que o debate é capaz de transformar a opinião puramente individual em uma consciência coletiva esclarecida.

Complementando a base cultural de Tocqueville, Robert Dahl (2001) oferece um suporte procedimental indispensável por meio do conceito de poliarquia. Dahl argumenta que regimes democráticos reais, em larga escala, exigem requisitos institucionais mínimos para que o processo de tomada de decisão seja justo. Entre os critérios estabelecidos pelo autor, destaca-se o entendimento esclarecido como o pilar da deliberação (Dahl, 2001, p. 78).

Para Dahl, a democracia não se resume ao ato de votar, mas exige que cada cidadão tenha oportunidades iguais de descobrir e validar, por meio do debate e do acesso à informação qualificada, quais são seus verdadeiros interesses. Sem essa base informativa, a deliberação torna-se um simulacro de escolha, vulnerável à manipulação. A poliarquia de Dahl exige, portanto, que a agenda política esteja sob controle do corpo de cidadãos, garantindo que o programa de discussão não seja sequestrado por elites, o que reforça a necessidade de instituições que protejam a livre circulação de ideias e o direito à contestação pública (Dahl, 2001, p. 78).

Essa estrutura institucional ganha uma dimensão de agência e conflito com as contribuições de Alain Touraine (1987). Para o sociólogo francês, a democracia deve ser entendida como o espaço em que os movimentos sociais lutam pela gestão da modernidade e pela afirmação do sujeito (Touraine, 1987). O autor afasta-se de uma visão puramente harmoniosa da deliberação, inserindo a dimensão da historicidade e da tensão entre a lógica instrumental do Estado e a lógica das identidades culturais. A democracia deliberativa, sob esta ótica, é o sistema que permite a comunicação entre universos distintos, garantindo que o poder político não esmague a autonomia dos atores sociais. Assim, a deliberação não busca apenas o consenso passivo, mas a integração de conflitos sociais em um processo de negociação que respeite a vontade do indivíduo de ser ator de sua própria história, transformando demandas sociais em direitos políticos reconhecidos (Touraine, 1987, p. 154).

A fundamentação filosófica desse processo atinge sua maturidade com a Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas (2012). Habermas propõe que a legitimidade das normas em uma sociedade plural depende de um processo discursivo no qual os indivíduos buscam o entendimento mútuo em vez do sucesso estratégico ou da manipulação. Na chamada “situação ideal de fala” (Habermas, 2012), o autor postula que o debate deve ser livre de coações, em que apenas a “força do melhor argumento” (Habermas, 2012, p. 54) prevaleça. Habermas conecta a estrutura procedimental de Dahl à esfera pública informal, sugerindo que a deliberação legítima começa no mundo da vida, no cotidiano e nos movimentos sociais, para depois bombardear o sistema político-administrativo (Habermas, 2012). A teoria habermasiana oferece a base ética que sustenta a democracia deliberativa: uma lei só é legítima se puder contar com a anuência de todos os afetados após um processo de debate aberto, inclusivo e orientado pelo entendimento.

Em última análise, a convergência entre o pluralismo associativo de Tocqueville (2005), o rigor procedimental da poliarquia de Dahl (2001), a subjetividade pautada pelo conflito em

Touraine (1987) e a pragmática universal da ética discursiva de Habermas (2012) permite conceber a democracia deliberativa como um modelo dinâmico e multidimensional. Tal paradigma não se limita a uma dimensão meramente procedimental; antes, configura-se como um complexo mecanismo de filtragem racional, no qual o diálogo intersubjetivo transcende a condição de fim em si mesmo para consolidar-se como um instrumento de construção de uma vontade coletiva legitimada (Habermas, 2012). Esse processo de deliberação busca equacionar a tensão dialética entre a eficácia operacional do sistema político-administrativo e a salvaguarda das liberdades individuais e sociais, garantindo que a soberania popular seja exercida por meio de um fluxo comunicativo contínuo entre a sociedade civil e o Estado (Habermas, 2012).

2.4 Bases da Governança

A fim de apresentar a necessidade de institucionalização da Democracia Deliberativa, abordo, primeiramente, a Burocracia Weberiana e suas disfunções como contraponto. Inicialmente, o conceito de burocracia referia-se a funcionários de Estado. A partir de Max Weber, o termo passou a significar o processo de racionalização e profissionalização de todas as organizações, sendo elas públicas ou privadas, baseado na especialização técnica e na necessidade de melhor desempenho diante da secularização e da competição (Abrucio E Loureiro, 2018).

A visão de Max Weber sobre a burocracia vai além de uma mera técnica de gestão, é uma estrutura de poder político. Martins (1997) coloca que o primeiro problema da burocracia é de natureza epistemológica, pois raramente a sociologia política de Weber conta com uma apreciação organizacional condizente com a sua complexidade. Para esse autor, isso se mostra em duas perspectivas: a da sociologia das organizações e a da administração. Estas duas perspectivas têm dois traços em comum: uma insistente incompreensão da burocracia no contexto da sociologia política de Weber e uma confusão acerca dos atributos epistemológicos dos tipos-ideais. O primeiro traço resulta numa compreensão organizacional da burocracia, desconexa de uma visão da burocracia em Weber, no conjunto de sua obra. Falham os sociólogos das organizações e os administradores ao tentar conceituar a burocracia a partir da organização burocrática, porque “antes de mais nada, burocracia é poder” (Bresser Pereira e Prestes-Motta, 1980). O segundo traço apoia-se na confusão entre organização burocrática e no tipo ideal descrito por Weber, que, de recurso puramente metodológico, no qual não cabe identificação com a realidade, é transformado em modelo prescritivo (Bertero, 1981).

Para Weber (1999), todo empreendimento de poder que pretende ter continuidade no tempo - ganhando a dimensão de um tipo de dominação - necessita organizar um aparato administrativo, o qual constitui a base material e instrumental do poderio estatal. Ou seja, política e administração são inseparáveis na prática, mas logicamente separadas, sendo a política (o mando) o campo que define o fim, a direção, a ordem e a Burocracia (a Administração) é o meio e a base instrumental que garante que esse fim seja alcançado de forma estável (Abrucio e Loureiro, 2018).

Abrucio e Loureiro (2018) relacionam características da administração burocrática, definidas por Weber. Embora muitas também apareçam nas empresas capitalistas, estas serão destacadas a seguir em suas peculiaridades no aparelho estatal:

- i) A seleção de funcionários deve ser feita segundo critérios de mérito e especialização técnica, por meio de processos universais de recrutamento, garantindo meritocracia e igualdade de acesso aos postos públicos;
- ii) O cargo burocrático supõe estabilidade funcional, de modo que as funções e as políticas devem ser contínuas;
- iii) O emprego público é atividade profissional que exige remuneração fixa, carreira e uma série de garantias para dar autonomia administrativa à burocracia. Essa autonomia exige um tipo ideal de funcionário que seja neutro e impessoal na prestação do serviço, devendo tratar os cidadãos e qualquer organização da sociedade sem nenhum privilégio;
- iv) A administração burocrática pauta-se por princípios de hierarquia funcional bem definidos, de mando e subordinação entre autoridades superiores e inferiores, tanto no plano interno ao funcionalismo, como na sua relação com os agentes políticos;
- v) As atribuições de seus membros são fixadas formalmente, em leis ou regulamentos, com clara definição e distribuição das atividades necessárias ao cumprimento dos objetivos visados.

Nesse sentido, a administração pública segue normas e procedimentos que buscam garantir a criação de um protocolo de atuação e a definição de critérios universais de funcionamento dos serviços públicos, que protegem os servidores do jugo arbitrário dos comandantes políticos e garantem o tratamento igualitário dos cidadãos.

Em uma definição sintética, o tipo ideal weberiano de burocracia seria composto por um corpo funcional e estável de cargos públicos, preenchidos por funcionários selecionados por seu mérito técnico especializado, organizados por estrutura profissional permanente. Esse tipo administrativo deve ser voltado a responder ao público, seja obedecendo às regras universais que regem a administração, seja atuando conforme padrões de probidade.

Ademais, Weber (1999) já havia percebido que havia o perigo de a burocracia fazer da autonomia funcional uma forma de enclausuramento e defesa dos seus próprios interesses. De todo modo, mesmo com todas essas disfunções e consequências não intencionadas, o objetivo inicial das reformas burocráticas era “despatrimonializar” o poder estatal, de modo que este fosse orientado para o interesse público.

Os autores Abrucio e Loureiro (2018), abordam a burocracia não apenas em seus defeitos internos mas, principalmente, através das consequências políticas e sociais negativas que o modelo weberiano gera no contexto democrático. Os autores reconhecem a crítica do senso comum, que aponta as disfunções óbvias, como a ineficiência e a lentidão e morosidade que atrapalham os negócios e aflige a vida dos cidadãos.

No entanto, a disfunção mais crítica que os autores discutem é aquela que representa um risco à própria ordem democrática, ecoando as preocupações de Max Weber, sendo essa o excesso de poder e a usurpação política. A burocracia, quando apoiada em seu saber especializado e superioridade técnica, se transforma em um poder autônomo. Isso resulta no que se denomina insulamento burocrático, ou seja, a burocracia se isola da sociedade e das pressões políticas, passando a ditar os fins públicos em vez de meramente executar os meios. Esse domínio dos especialistas pode levar à neutralização da política, minando a essência da democracia, que é a discussão sobre valores e opções (Abrucio e Loureiro, 2018).

Por fim, os autores destacam o grande desafio de se controlar esse poder permanente, que constitui uma formidável estrutura calcada na hegemonia técnica e na continuidade. A disfunção mais crucial, nesse sentido, é justamente essa usurpação política e insulamento burocrático, pois ela define o problema que a Cidadania Deliberativa se propõe a resolver, ao criar mecanismos para forçar o controle democrático e a inserção social da burocracia. A grande conclusão do ensaio de Martins (1997) reside, portanto, na constatação de que o cerne do problema da administração pública moderna é a persistência da dicotomia entre Política e Administração.

O fracasso dos modelos burocrático e gerencial em integrar a técnica com a Política prova que a simples busca por eficiência é insuficiente para garantir a democracia na gestão. É neste ponto que a Cidadania Deliberativa, ao institucionalizar a participação e o diálogo na esfera pública, configura-se como o mecanismo necessário para superar a dicotomia weberiana e conferir legitimidade e conteúdo social às decisões administrativas, realizando a união entre a competência técnica e os fins coletivos. A burocracia no IFMG campus Formiga deve ser analisada como um problema político (Martins, 1997) e ético (Habermas, 1981), cuja

Racionalidade Instrumental em ação precisa ser controlada e substituída pela Racionalidade Substantiva, através da prática da Cidadania Deliberativa.

2.5 Cidadania Deliberativa

A origem do conceito de Gestão Social também está vinculada à ideia de Cidadania Deliberativa, conforme argumentado por Tenório (2008). Esse tipo de cidadania, fundamentado na teoria de Habermas, confere legitimidade às decisões por meio de processos de discussão orientados por princípios como inclusão, pluralismo, igualdade participativa, autonomia e bem comum. A Cidadania Deliberativa implica a criação de uma rede de debates e negociações, buscando a solução racional para questões pragmáticas, éticas e morais. Nesse contexto, o indivíduo participa ativamente de uma democracia, influenciando decisões como eleitor, trabalhador ou consumidor para moldar seu destino social (Tenório, 2008a). Essa participação ativa é crucial para o efetivo exercício da Cidadania Deliberativa, uma condição que também se reflete na prática da Gestão Social (Carmo, 2022).

A ligação entre Cidadania Deliberativa e Gestão Social é estabelecida inicialmente por Tenório (1998), que compara a cidadania liberal com a republicana. Ele se baseia na obra de Habermas (1995) - Três modelos normativos de democracia - para fazer essa comparação. Neste trabalho, Habermas (1995) esclarece as diferenças entre as visões liberal e republicana através do processo democrático. Segundo ele, na visão liberal, o processo democrático permite que o Estado atenda aos interesses do sistema enquanto desempenha seu papel como aparato da administração pública em uma economia de mercado. Na visão liberal, a política, através do poder administrativo, tem o objetivo de impor interesses sociais privados à coletividade. Por outro lado, na visão republicana, a política, além de ter também a função de mediação, é o meio pelo qual as comunidades solidárias percebem sua dependência mútua. Essas relações de dependência são reconhecidas e vivenciadas nas relações cotidianas, consciente e voluntariamente, de forma que os indivíduos formam uma associação de portadores de direitos livres e iguais (Habermas, 1995).

A visão de Habermas (1995) sobre o cidadão nas perspectivas liberal e republicana é diferenciada. Na visão liberal, o cidadão é visto como detentor de direitos subjetivos e recebe a proteção do Estado, enquanto busca defender seus interesses privados. Por outro lado, na visão republicana, o cidadão é um ator político, membro de uma comunidade de indivíduos livres e iguais. A proteção do Estado, neste caso, é realizada através de um processo inclusivo de

formação de opinião e vontade política, voltado para o bem comum. A autodeterminação dos sujeitos contrapõe o viés do mercado e atende a democracia social, enquanto igualdade política e decisória.

Como uma alternativa ao liberalismo e ao republicanismo contrastantes mencionados anteriormente, Habermas (1995) considerou a política deliberativa, a qual se baseia nas condições de comunicação que permitem ao processo político a presunção de gerar resultados racionais, pois nele a política deliberativa é realizada em toda a sua plenitude (Habermas, 1995, p. 45). É com base neste conceito que Tenório (1998; 2008b) identifica a definição de cidadania (e sua relação com a racionalidade comunicativa) e defende a necessidade de se construir uma gestão compatível, voltada para o entendimento, que alcança o consenso através do argumento - a Gestão Social. A Cidadania Deliberativa e a Gestão Social estão intrinsecamente ligadas, pois ambas consistem em ação política deliberativa, em que a autodeterminação dos sujeitos se opõe à tendência do mercado e atende à democracia social, enquanto igualdade política e decisória (Carmo, 2022).

Segundo Tenório *et al.* (2008), a cidadania deliberativa se encontra no meio do debate entre a concepção liberal, que defende a liberdade de negociação, e a concepção republicana, que prioriza o bem comum. Nesse contexto, a alternativa deliberativa, proposta por Habermas (1995), coloca como prioridade o consenso argumentativo, que é o resultado de processos comunicativos, sob as formas de deliberação moral, ética, pragmática e de negociação. Além de levar em conta a formação da opinião e da vontade comum através do autoentendimento ético, a teoria de Habermas também considera o ajuste de interesses através da justificação moral (justiça como garantia processual), que garante a participação de todos em igualdade de condições (Tenório, 2008c; Tenório *et al.*, 2008). Com essa consideração, a justiça passa a ser um pressuposto básico do processo.

O ideal de justiça mencionado anteriormente, segundo Habermas (1995), envolve o reconhecimento dos outros (de todos) como iguais e, portanto, possuidores de direitos iguais, e subsequentemente, a regulamentação constitucional do poder derivado da lei. Na política deliberativa, a vontade comum é construída não apenas “através de uma autocompreensão ética, mas também através do equilíbrio de interesses e compromissos, através da escolha racional de meios em relação a um fim, através de justificações morais e exames de coerência jurídicos” (Habermas, 1995, p.45). Assim, pode-se inferir que a ação racional comunicativa, aliada à justiça expressa em termos de moralidade e equidade, constitui as bases para a Cidadania Deliberativa.

Allebrandt (2010) explica que a Cidadania Deliberativa constrói a representação de uma sociedade descentralizada, incluída em um espaço público que apresenta, identifica e soluciona problemas sociais. No âmbito da república, a Cidadania Deliberativa acontece por meio da realização do processo político da formação da opinião e da vontade, acrescida da valorização da construção de um Estado democrático de direito (Tenório, 2008). Os atores sociais apresentam os seus argumentos, amparados pela ação comunicativa, e em comunidade se articulam, repetindo a tríade diálogo-entendimento-acordo coletivo para, finalmente, efetivarem uma tomada de decisão.

Segundo Tenório (2016, 2008c), a Cidadania Deliberativa se manifesta na Esfera Pública, pois é nesse espaço que se permite um distanciamento da busca por interesses estritamente particulares, das relações discriminatórias e de exploração, e onde a Democracia Deliberativa é exercida. Assim, ela conecta os cidadãos (sociedade civil), que são participantes ativos, questionando as ações realizadas pelo Estado e pelo mercado. Tenório (1998) ilustra tais questionamentos como a demanda por melhores salários/condições de trabalho (mercado) e a participação ativa e solidária nos destinos da comunidade (Estado). É essa conexão dos indivíduos, realizada na Esfera Pública, que permite debates e discussões, apoiados pela racionalidade comunicativa, que conduzem ao entendimento dos problemas da sociedade e dos esforços necessários para alcançar o bem comum.

2.5.1 Categorias e critérios da cidadania deliberativa

Com o objetivo de avaliar a prática da Cidadania Deliberativa, foi desenvolvido um “modelo de avaliação da participação e da deliberação cidadã nos processos decisórios situados nas esferas públicas ou em políticas públicas praticadas no Brasil” (Villela, 2012, p. 36). Dessa forma, o conceito de Cidadania Deliberativa é inicialmente dividido em 6 categorias e 21 critérios de análise. Carmo (2022) relaciona esses critérios às características essenciais da Gestão Social, conforme detalhado no Quadro 5.

Segundo Allebrandt (2016), as categorias e critérios representam uma ferramenta metodológica que guia pesquisas teórico-empíricas relacionadas à democracia participativa, que desempenha o papel de um *checklist*, fornecendo orientação para o processo de monitoramento ou observação de espaços e práticas correlatas.

Quadro 5 – Categorias e critérios de análise da Cidadania Deliberativa relacionados às características da Gestão Social

(Continua)

Categorias	Critérios	Características identificáveis na Gestão Social
Processos de discussão: discussão de problemas através da autoridade negociada na esfera pública. Pressupõe igualdade de direitos e é entendido como um espaço intersubjetivo e comunicativo que possibilita o entendimento dos atores sociais envolvidos	Canais de difusão: existência e utilização de canais adequados ao acesso à informação para a mobilização dos potenciais participantes.	Transparência e Inteligibilidade.
	Qualidade da informação: diversidade, clareza e utilidade da informação proporcionada aos atores envolvidos.	Transparência e Inteligibilidade.
	Espaços de transversalidade: espaços que atravessam setores no intuito de integrar diferentes pontos de vista.	Dialogicidade; Entendimento.
	Pluralidade do grupo promotor: compartilhamento da liderança a fim de reunir diferentes potenciais atores.	Tomada de decisão coletiva, sem coerção; Dialogicidade.
	Órgãos existentes: uso de órgãos e estruturas já existentes evitando a duplicação das estruturas.	Transparência e Inteligibilidade; Entendimento.
	Órgãos de acompanhamento: existência de um órgão que faça o acompanhamento de todo o processo, desde sua elaboração até a implementação, garantindo a coerência e fidelidade ao que foi deliberado de forma participativa.	Transparência e Inteligibilidade.
	Relação com outros processos participativos: interação com outros sistemas participativos já existentes na região.	Entendimento; Dialogicidade.
Inclusão: incorporação de atores individuais e coletivos anteriormente excluídos dos espaços decisórios de políticas públicas	Abertura dos espaços de decisão: processos, mecanismos, instituições que favorecem a articulação dos interesses dos cidadãos ou dos grupos, dando uma chance igual a todos de participação na tomada de decisão.	Tomada de decisão coletiva, sem coerção; Transparência e Inteligibilidade; Dialogicidade.
	Aceitação social, política e técnica: reconhecimento pelos atores da necessidade de uma metodologia participativa, tanto no âmbito social, quanto no político e no técnico.	Tomada de decisão coletiva, sem coerção; Transparência e Inteligibilidade; Dialogicidade.
	Valorização cidadã: valorização por parte da cidadania sobre a relevância da sua participação.	Entendimento.
Pluralismo: multiplicidade de atores (poder público, mercado e sociedade) que, a partir de seus diferentes pontos de vista, estão envolvidos no processo de decisão.	Participação de diferentes atores: atuação de associações, movimentos e organizações, bem como cidadãos não organizados, envolvidos no processo deliberativo.	Tomada de decisão coletiva, sem coerção; Transparência e Inteligibilidade; Entendimento.
	Perfil dos atores: características dos atores em relação as suas experiências em processos democráticos de participação.	Tomada de decisão coletiva, sem coerção.

(Conclusão)

Categorias	Crítérios	Características identificáveis na Gestão Social
Igualdade participativa: isonomia efetiva de atuação nos processos de tomada de decisão nas políticas	Forma de escolha de representantes: métodos utilizados para a escolha de representantes.	Tomada de decisão coletiva, sem coerção.
	Discursos dos representantes: valorização de processos participativos nos discursos exercidos por representantes.	Tomada de decisão coletiva, sem coerção; Transparência e Inteligibilidade; Entendimento.
	Avaliação participativa: intervenção dos participantes no acompanhamento e na avaliação das políticas públicas.	Tomada de decisão coletiva, sem coerção; Entendimento.
Autonomia: apropriação indistinta do poder decisório pelos diferentes atores nas políticas públicas.	Origem das proposições: identificação da iniciativa das proposições e sua congruência com o interesse dos beneficiários das políticas públicas adotadas.	Tomada de decisão coletiva, sem coerção; Entendimento.
	Alçada dos atores: intensidade com que as administrações locais, dentro de determinado território, podem intervir na problemática.	Tomada de decisão coletiva, sem coerção.
	Perfil da liderança: características da liderança em relação à condução descentralizadora do processo de deliberação e de execução.	Tomada de decisão coletiva, sem coerção; Transparência e Inteligibilidade; Entendimento.
	Possibilidade de exercer a própria vontade: instituições, normas e procedimentos que permitam o exercício da vontade política individual/coletiva.	Tomada de decisão coletiva, sem coerção.
Bem comum: bem-estar social alcançado através da prática republicana.	Objetivos alcançados: relação entre os objetivos planejados e os realizados.	Transparência e Inteligibilidade; Entendimento
	Aprovação cidadã dos resultados: avaliação positiva dos atores sobre os resultados alcançados.	Entendimento.
Controle social: apropriação, pela sociedade organizada, dos meios e instrumentos de planejamento, fiscalização e análise das ações e serviços.	Transparência das informações: formas de acesso às informações com o objetivo de fiscalização.	Transparência.
	Legitimidade social: reconhecimento social dos responsáveis pelo exercício do controle.	Inteligibilidade; Entendimento.
	Acompanhamento de políticas públicas: métodos de acompanhamento das ações.	Tomada de decisão coletiva, sem coerção; Transparência.
	Instrumentos de controle: acesso dos cidadãos às informações, por meio de atas, relatórios.	Tomada de decisão coletiva, sem coerção; Transparência e Inteligibilidade; Entendimento.
	Inteligibilidade: capacidade de compreensão das informações.	Inteligibilidade.
	Promoção do controle social: capacidade de promoção do controle social.	Tomada de decisão coletiva, sem coerção.

Fonte: Carmo, 2022, (p. 42-43), adaptado de Tenório *et al.* (2008, p.11); Tenório *et al.* (2009, p. 400); Allebrandt (2010, p. 72-73; 2016, p. 47-48); Villela (2012, p. 39-40); Cançado, Tenório e Pereira (2015, p. 195-198); Ribas (2016) e Allebrandt *et al.* (2018).

A primeira categoria, processos de discussão, aborda a análise do debate e da tomada de decisão na esfera pública. Essa análise parte da premissa de igualdade participativa e diálogo aberto, conforme destacado por Silveira, Cançado e Pinheiro (2014). Os processos de discussão desempenham um papel fundamental nos procedimentos decisórios relacionados às esferas públicas e às políticas públicas, conforme delineado por Villela (2012). Estes processos, embasados no agir comunicativo habermasiano, são influenciados pelo contexto, tradições e valores locais, moldando a compreensão de cada sujeito social sobre o tema em discussão. Em outras palavras, é crucial considerar o mundo vivido de cada participante do processo (intersubjetividade). Cada indivíduo contribui e aprende com os outros (discussão crítica), evoluindo em direção a um consenso baseado na compreensão dos problemas reconhecidos e em suas possíveis soluções, como discutido por Tenório *et al.* (2008; 2009). Para possibilitar a identificação e o mapeamento, essa categoria é desmembrada em sete critérios, canais de difusão, qualidade da informação, espaço de transversalidade, pluralidade do grupo promotor, órgãos existentes, órgãos de acompanhamento e relação com outros processos participativos.

Em relação às características da Gestão Social, a categoria citada se relaciona com a transparência (distribuição clara e verdadeira de informações), compreensibilidade (entendimento contextual e subjetivo), dialogicidade (diálogo aberto e livre), entendimento (compreensão em direção ao consenso) e tomada de decisão coletiva (participação de todos, fundamentada na racionalidade comunicativa). Além disso, essa categoria, assim como as outras, é voltada para o objetivo do bem comum e para a realização do objetivo final da emancipação (Carmo, 2022).

A segunda categoria apresentada, inclusão, contraria as normas estabelecidas no pensamento predominante, questionando as fundamentações do poder. Esse poder pode ocupar espaços e favorecer, internamente, a autoridade administrativa que prevalece ali. A inclusão permite que a voz dos excluídos do sistema seja ouvida, possibilitando que eles participem nos espaços públicos de decisão e representem os interesses coletivos (Tenório *et al.*, 2008; Tenório *et al.*, 2009). A categoria apresentada abrange três critérios que são abertura dos espaços de decisão, aceitação social, política e técnica e valorização cidadã.

Ao associar essa categoria à Gestão Social, destacam-se características, como tomada de decisão coletiva sem coerção, transparência, inteligibilidade, dialogicidade e entendimento. Isso implica que a efetivação do princípio de inclusão ocorra de maneira participativa,

promovendo discussões claras, compreensíveis e que expressem as subjetividades daqueles que mais clamam pelo exercício do bem comum (Carmo, 2022).

A terceira categoria, denominada pluralismo, enfatiza a diversidade nos espaços públicos. De acordo com Silveira, Cançado e Pinheiro (2014), o pluralismo é responsável por mapear a diversidade, os interesses e as formas de atuação dos diversos atores, criando um espaço verdadeiramente participativo e democrático. Esta categoria destaca a descentralização do poder e busca identificar quais atores locais estão envolvidos nas tomadas de decisão (Villela, 2012, p. 41). No contexto da Cidadania Deliberativa, o pluralismo não se limita a refletir as representações dos grupos privilegiados, mas também inclui os diversos atores que participam das deliberações públicas locais (Tenório *et al.*, 2008; Tenório *et al.*, 2009). Isso é consistente com o princípio de inclusão, que é uma parte integral do mesmo modelo. Essa categoria se divide em dois critérios a saber, participação de diferentes autores e perfil dos autores. O pluralismo está relacionado à Gestão Social, pois leva em consideração a compreensão e o entendimento (condições necessárias para tornar a participação de todos favorável e produtiva), a tomada de decisão coletiva sem coerção (ou seja, valoriza e admite a participação de todos, sem distinção), e incorpora o princípio de transparência ao processo (Carmo, 2022).

A quarta categoria, conhecida como igualdade participativa, sugere que todas as oportunidades devem ser igualmente acessíveis a todos os membros de uma comunidade. A igualdade participativa expressa a noção de que qualquer cidadão, desde que tenha acesso a informações e canais de deliberação, tem a capacidade de influenciar as decisões tomadas através de processos deliberativos (Tenório *et al.*, 2008; Tenório *et al.*, 2009). A existência de espaços de deliberação só é viável quando se atende ao requisito da igualdade participativa, pois ela possibilita que os indivíduos, sejam eles individuais ou organizados, possam contribuir efetivamente com suas ideias e ações. Essa categoria é dividida em três critérios que são a forma de escolha dos participantes, o discurso dos representantes e a avaliação participativa. Quando associada à Gestão Social, esta categoria apresenta características, como: tomada de decisão coletiva sem coerção; transparência; compreensibilidade e entendimento. Portanto, como a igualdade participativa implica em igualdade entre os participantes da decisão, é fundamental que o processo seja composto por informações claras e acessíveis, resultando em discussões críticas e compreensíveis para todos (Carmo, 2022).

A quinta categoria da Cidadania Deliberativa é a autonomia, que simboliza a “habilidade das comunidades em avaliar e resolver seus próprios problemas locais” (Villela,

2012, p.41). Esta categoria examina como os atores agem em sua própria tomada de decisão e empoderamento, em conformidade com o que o processo participativo determina. A autonomia avalia se o poder decisório é apropriado para os agentes, auxiliando assim no desempenho das ações de controle social e na eficácia das políticas públicas (Silveira; Cançado; Pinheiro 2014). Quando associada à Gestão Social, a autonomia está ligada ao cidadão que exige do Estado o cumprimento de seus direitos, mas que também participa de ações que contribuem para a melhoria das condições coletivas. Essa categoria se divide em quatro critérios que são: origem das proposições, alçada dos autores, perfil da liderança e a possibilidade de exercer a própria vontade.

Em relação às características da Gestão Social, a autonomia está relacionada com a tomada de decisão coletiva sem coerção, compreensão, transparência e inteligibilidade. Essas características facilitam o amadurecimento da participação dos indivíduos, que, à medida que se aprimoram, contribuem para o objetivo da emancipação.

A sexta categoria, conhecida como bem comum, está diretamente ligada aos resultados de um processo que visa melhorar as condições de vida da sociedade, através da resolução de seus problemas. Em termos simples, o bem comum se refere aos benefícios, tangíveis ou intangíveis, que uma comunidade recebe como resultado de políticas públicas ou ações no âmbito público (Tenório *et al.*, 2008; Tenório *et al.*, 2009). A categoria é dividida em dois critérios, conhecidos como objetivos alcançados e aprovação cidadã dos resultados. O bem comum é construído para atender às demandas sociais não atendidas pelo Estado, seja através do controle e acompanhamento das políticas públicas, ou através da implementação de novas ações no âmbito público. O objetivo é tomar decisões sobre o futuro da comunidade, a partir de sucessivas deliberações, baseadas na transparência, compreensibilidade e entendimento do que constitui benefícios reais para todos.

A última categoria é o controle social, destacada na dissertação de Ribas (2016) - Controle Social do Desenvolvimento Regional à Luz da Gestão Social no âmbito do Corede Missões. Esta nova categoria foi introduzida após discussões do GPDeC, com o objetivo inicial de complementar as ações de controle social no desenvolvimento regional do noroeste gaúcho, que é o objeto do projeto de pesquisa do GPDeC, na linha de Gestão Social e políticas públicas. O controle social envolve a participação da sociedade civil na criação, acompanhamento e monitoramento das ações da administração pública. Portanto, o controle social só ocorre quando a sociedade participa ativamente, quando os atores sociais estabelecem um diálogo e definem suas prioridades, que surgem das necessidades reais da comunidade (Ribas, 2016; Allebrandt

et al., 2018). Essa categoria se divide em seis critérios que são: transparência das informações, legitimidade social, acompanhamento de políticas públicas, instrumentos de controle, inteligibilidade e promoção do controle social.

O controle social tem sido associado ao campo da Gestão Social. De acordo com Tenório (2016, p.23), “grupos com características de gestão compartilhada e proposta deliberativa estão, explicitamente, impulsionando o controle social, uma vez que a interação dos atores promove um monitoramento coletivo entre eles”. Cançado e Pinheiro (2016) argumentam que, quando o controle social é associado à participação popular, ele facilita o surgimento da Gestão Social como uma ferramenta de controle social exercida em estruturas existentes ou espaços potenciais. A Gestão Social representa uma proposta mais concreta para o exercício do controle social, já que é uma realização institucional que ainda não foi totalmente implementada na prática. Em uma perspectiva processual, Silva, Cançado e Santos (2017) sugerem que, no nível local, o controle social, como objetivo final, promove o aprimoramento da democracia e da cidadania deliberativa, e a Gestão Social, como meio, facilita o desenvolvimento desse processo, com a missão de emancipar os cidadãos. Considerando a inter-relação completa entre os conceitos, as características da Gestão Social que se destacam, quando relacionadas ao controle social e seu caráter disciplinador, são: tomada de decisão coletiva sem coerção; compreensibilidade; entendimento; e transparência.

A Emancipação, definida como o fim último da Gestão Social e da Cidadania Deliberativa, exige que a reflexão ultrapasse as estruturas de governança e se concentre na formação do sujeito. Para que o IFMG campus Formiga possa resistir à racionalidade instrumental (que reifica o estudante e o burocrata), sua prática pedagógica deve ser, intrinsecamente, um ato de libertação. É neste ponto que a Educação, o Desenvolvimento e a Emancipação se tornam categorias indissociáveis, pois a missão dos IFs, expressa na legislação, só pode ser alcançada se o modelo pedagógico adotado for capaz de superar a histórica dicotomia na EPT.

2.6 Educação, Desenvolvimento e Emancipação

A Rede Federal de Educação vivenciou uma grande reestruturação no século XXI, culminando na criação dos Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia, ou simplesmente IFs (Brasil 2008a). Essa política contrapõe-se às concepções neoliberais e abrem oportunidades para milhões de jovens e adultos da classe trabalhadora, ampliando o acesso à

educação, a permanência e aprendizagem nos sistemas de ensino (Pacheco, 2010). Os IFs têm como proposta distanciar a educação profissional e tecnológica (EPT) do modelo centrado na qualificação profissional que visa atender ao mercado, oportunizando, assim, uma formação integral do estudante.

Para se compreender as mudanças estruturais que ocorrem na EPT, assim como entender sua importância, é necessário compreender a trajetória da EPT desde sua gênese até os dias atuais, enfatizando sua origem de desigualdade e dualidade. Conforme salienta Ciavatta e Ramos (2011), olhando apenas as políticas educacionais contemporâneas, não é possível compreender a desigualdade e a dualidade da educação brasileira atual; é preciso analisar essas políticas à luz de uma estrutura social secular, historicamente construída para manter a desigualdade entre as classes sociais, desde a época da colonização. Para as autoras, a origem do problema é estrutural, não apenas conjuntural. Desde sua origem, as instituições públicas de ensino foram usadas estritamente como política de caráter moral-assistencialista (Brasil 2008a) buscando assistir a classe desprovida de recursos (Marta, 2012).

Na perspectiva de Frigotto (2007), a dívida para com a EPT, tanto quantitativa quanto qualitativa e relacional, é um problema histórico, resultado de uma sociedade construída na escravidão e na colonização, reforçado por um modelo econômico moderno, em que o neoliberalismo consolidou um capitalismo dependente. Nesse contexto, é possível afirmar que a dualidade é funcional a um projeto de desenvolvimento que se consolidou a partir de um país colônia e escravocrata (Frigotto, 2007).

Ao analisar essa dualidade histórica da educação no Brasil, de um lado, temos a escola das elites, sendo uma formação voltada para a universidade e o trabalho intelectual e, de outro lado, a escola técnica, profissionalizante, com formação rápida para o mercado de trabalho, destinada aos filhos dos pobres. Nota-se, assim, uma divisão feita de forma consciente, que mantém a desigualdade social, e não um erro pedagógico (Ciavatta e Ramos, 2011).

As Leis Orgânicas do Ensino, conhecidas como Reforma Capanema, que formaram o conjunto completo de decretos-leis que reorganizaram o ensino no Brasil, entre 1942 e 1946, durante a gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação (no período do Estado Novo), mas especificadamente o Decreto-Lei nº 4.244/42 que institucionalizou o Ensino Secundário, pode ser considerado um marco legal da dualidade na educação.

Esse decreto-lei dividiu o ensino em ciclos, institucionalizando a separação entre o Ensino Secundário (Clássico/Científico) de caráter propedêutico e humanista, reservado à formação da elite para o acesso ao Ensino Superior e o Ensino Profissional

(Industrial/Comercial) terminal e voltado para a qualificação imediata da classe trabalhadora. A dualidade se manifesta no fato de não haver equivalência entre os percursos formativos, definindo que a formação intelectual era privilégio de uma minoria, enquanto a maioria era destinada ao trabalho manual sem o domínio dos fundamentos científicos (Kuenzer, 1997).

Ao chegarmos à Ditadura (1971), a permanência dessa dualidade com a Lei nº5.692/71 (Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus) pode ser considerada o segundo momento. Essa legislação educacional promulgada no Governo Médici, visava reestruturar toda a educação básica da época, alinhando-a aos objetivos do regime. Houve uma tentativa de se impor a profissionalização universal e compulsória no Segundo Grau. Contudo, essa medida tinha objetivos políticos e econômicos claros (Moura, 2007). Para Frigotto (2018), no período da ditadura militar, a educação pública sofreu um processo de descaracterização, desinvestimento e, principalmente, de alinhamento aos interesses do capital.

Ao estabelecer o Ensino Médio como de caráter “terminal”, a lei visava, dentre outros fatores, à contenção de demanda, pois desestimulava a grande massa de estudantes do 2º Grau de pleitear vagas no Ensino Superior, que se tornava um foco de contestação política na época. Outro ponto que se destaca é a qualificação rasteira, que buscava uma qualificação de mão de obra de baixo custo para atender à rápida expansão industrial (modelo taylorista/fordista); por fim, a ênfase no tecnicismo e nas “habilidades” tinha o objetivo de desviar o foco das disciplinas humanísticas e da crítica social, promovendo a ideologia do regime autoritário, como analisam os estudos de Moura (2007), Frigotto (1984) e Kuenzer (1997). O resultado foi o fracasso da profissionalização, que se tornou superficial e rápida. A dualidade não foi eliminada; ela se reafirmou pela má qualidade da oferta pública (Moura, 2009).

Um terceiro momento é a fragmentação e a lógica Neoliberal (1996 - 1997). A Lei nº9.394/96, mais conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é a principal legislação que rege a educação no Brasil. Ela substitui a legislação anterior representada pela Lei nº5.692/71. A LDB, artigo 4º, prevê como obrigação do Estado a Educação básica e gratuita: a) pré-escola, b) ensino fundamental e c) ensino médio. O artigo 21 desta Lei dispõe que a educação escolar se compõe assim: I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II - educação superior. E, por fim, o artigo 22 desta Lei considera que a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, sendo o capítulo II dedicado à educação básica.

Apesar de a LDB situar o Ensino Médio como etapa final da Educação Básica, esta foi confrontada pelo Decreto nº 2.208/97 no governo FHC. Este decreto foi um marco na história da EPT no Brasil, sendo objeto de crítica dos educadores Frigotto, Ciavatta e Kuenzer, nas décadas de 1990 e 2000.

Em um contexto de hegemonia neoliberal e sob a influência de organismos internacionais, o decreto, explicitamente, separou o Ensino Médio do Técnico (modalidades concomitante e subsequente). Essa fragmentação visava: i) reduzir a formação técnica a uma sequência de módulos estanques; ii) adotar o currículo por competências, focado na flexibilidade exigida pelo mercado, dissociando o conhecimento científico do trabalho e reforçando a ideologia do ajuste individual.

O Decreto 2.208/97, de 17 de abril de 1997, regulamentava os artigos da LDB que tratavam da Educação Profissional. Seu ponto mais polêmico foi o de proibir a modalidade de integração curricular entre o Ensino Médio e a EPT de nível médio. Ou seja, o Ensino Técnico deveria ter uma organização curricular própria e independente do Ensino Médio. Na prática, o decreto legalizou e reforçou a dualidade histórica da educação brasileira, ao limitar a forma de oferta Concomitante, em que o aluno cursaria o Ensino Médio e o Técnico ao mesmo tempo, mas em matrículas e currículos separados, podendo até ser em instituições diferentes e, subsequentemente, em que o aluno só pode fazer o Ensino Técnico após a conclusão do Ensino Médio.

Esse decreto promoveu o foco na formação por competências modulares, que é a visão que prioriza a qualificação rápida e o treinamento superficial do trabalhador, visando à sua adaptabilidade ao mercado, em detrimento da formação humana e científica ampla. Nesse sentido o Decreto é frequentemente chamado de símbolo do ajuste neoliberal na educação na década de 1990. As forças progressistas lutaram durante anos para revogá-lo, mas sua revogação só aconteceu em 2004, por meio do Decreto nº 5.154/04, que restabeleceu a integração curricular. Esse fato é considerado a vitória ética e política que abriu caminho para a criação dos IF e seu projeto de Ensino Médio Integrado (EMI).

O projeto do EMI defendido por Dante Moura e seus pares buscou, nesse momento, fazer uma “travessia” (Moura, 2007): a integração entre ciência, trabalho e cultura como princípio pedagógico para que o estudante possa compreender e transformar o mundo do trabalho, e não apenas se submeter a ele, buscando, assim, a emancipação dos sujeitos.

A emergência da noção e proposta do EMI não abandona a concepção de educação omnilateral e politécnica, mas surge em um contexto de disputa na sociedade e no plano político

da legislação educacional nos primeiros anos do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Como está explícito na publicação que sintetiza em parte a ideia de ensino médio integrado (Frigotto *et al.*, 2005), não tem o mesmo sentido que a proposta de formação politécnica, mas a ela está vinculada.

Os IFs foram legalizados pela Lei 11.892/2008 e, em parte, são oriundos dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), de Escolas Agrotécnicas e de Escolas Técnicas ligadas às universidades federais (Arantes e Costa, 2020). Esse movimento foi realizado no governo Lula e representa a mais significativa política educacional desenvolvida no Brasil (Brasil, 2008a). Essas instituições foram concebidas para se desenvolverem sob o tripé do ensino, pesquisa e extensão e, sobretudo, promover o desenvolvimento local e regional, buscando inclusão social e qualidade de vida (Cunha 2010, Frigotto 2015).

O Decreto nº 5.154/04 resgatou a possibilidade de a formação integrada, em que o Ensino Médio e a EPT são desenvolvidos de forma indissociável, buscando a formação omnilateral (humana e profissional) dos estudantes. Esta concepção, base para a expansão dos IFs, representa um esforço de superação da dualidade (Brasil, 2004; Frigotto, 2016; Ramos, 2010).

Ciavatta e Ramos (2011) colocam que o dualismo se mantém devido às visões limitadas da realidade imposta pelo positivismo e pelo essencialismo. Enquanto o primeiro evidencia o visível, o empírico, como se apenas oferecer cursos sem olhar as condições precárias da escola fosse a solução, o segundo destaca ideias abstratas, como “o ser”, sem olhar para os fatos da vida real. Ambas as visões recusam a totalidade social ignorando a complexa ligação entre economia, política, cultura, trabalho e educação. Isso reduz a educação a um mero treinamento funcional para o mercado.

Constatar que existem escolas diferentes de ricos e de pobres não é suficiente para entender a dualidade, segundo Ciavatta e Ramos (2011); é preciso ir além, é necessário aplicar o método Dialético, pois esse exige uma visão do fenômeno como uma “síntese de múltiplas determinações”, ou seja, é preciso analisar as raízes estruturais da sociedade de classes que sustentam a dualidade. O termo “dualismo educacional” é corrente nos estudos da área da educação – a exemplo de Kuenzer (1997, 2005), Landim (2009) e Rangel (2011). As autoras partem, em geral, da evidência das diferenças de qualidade, com cursos mais breves, de menor custo e entre a educação que é oferecida aos filhos das elites e aos filhos dos pobres.

Nesse contexto, as autoras apresentam a proposta do EMI como um caminho difícil para se tentar superar essa fragmentação e buscar uma educação unitária, integral e omnilateral,

sendo a educação completa para o ser humano. A grande alternativa teórica para superar essa divisão é a Politecnia, um ideal defendido por Karl Marx e, no Brasil, por educadores como Dermeval Saviani. Embora essa ideia da Politecnia tenha sido defendida para o Ensino Médio, ela foi descaracterizada na legislação, restando apenas a menção à “compreensão dos fundamentos científicos-tecnológicos dos processos produtivos”. Esse desfecho era esperado pelos educadores progressistas, que entendiam a inclusão da Politecnia mais como um debate político e teórico do que como uma vitória garantida na lei.

Essa empreitada teve início em 2005, com a derrubada da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994 (Brasil, 1994), que, entre outras deliberações, trazia a proibição de abertura de novas unidades de ensino profissional no Brasil (Brasil, 2023b). Tal lei foi substituída pela Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005 (Brasil, 2005), que dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino (Brasil, 2005, Artigo 3º, parágrafo 5º, p.1).

Pacheco (2010) argumenta que os IFs são instituições de educação superior, básica e profissional, criadas pelo governo Federal como uma ação inovadora em termos institucionais devido a sua proposta político-pedagógica. Eles ofertam educação profissional e tecnológica, integrando e verticalizando a educação, sendo a educação básica, profissional e superior, visando formar e qualificar os cidadãos para atuar profissionalmente nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (Brasil, 2008a). O objetivo de contribuir para o desenvolvimento local e regional destina-se à “melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas” (Brasil 2008a p.16).

A Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (p.1), “Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências”. O artigo 2 da referida Lei estabelece a definição legal e a identidade institucional dos IFs:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multi *campi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (Brasil, 2008, p.1).

Ao estabelecer a oferta de educação nos níveis superior, básico e profissional, formaliza-se a verticalização da educação nessas instituições. Isso permite que o estudante inicie seus estudos na instituição e possa prosseguir até o nível superior, promovendo a formação integral e combatendo a antiga dualidade que limitava os estudantes técnicos. Em relação ao pluricurriculares e multi *campi*, fica estabelecida a estrutura operacional e a abrangência geográfica da instituição. Nesse sentido, o primeiro obriga o IF a oferecer uma diversidade de cursos e níveis, adaptando-se às necessidades do seu território, enquanto o segundo confirma a estratégia de interiorização, levando a educação profissional, científica e tecnológica de qualidade para regiões que historicamente careciam de instituições federais, atuando diretamente no desenvolvimento regional.

Ainda de acordo com esse artigo da Lei, temos que os IFs devem ser especializados na oferta de EPT, sendo essa sua missão central, a vocação primária e diferenciadora. E, por fim, toda a sua estrutura deve estar voltada para a articulação entre ciência, tecnologia e trabalho, com o objetivo de formar um novo tipo de profissional que domine os fundamentos dos processos produtivos, visa superar a dualidade histórica por meio de uma formação integral e indissociável.

O artigo 6º da Lei 11.892/08 apresenta as finalidades e características dos IFs. A missão dos IFs transcende a mera formação profissional. De acordo com esse artigo, podemos destacar: i) a formação integral e verticalização; ii) o compromisso com o Desenvolvimento Regional e; iii) apoio e Extensão Comunitária. Por fim, esse artigo reconhece os IFs como autarquias federais de ensino, pesquisa e extensão que atuam como vetores de desenvolvimento local e regional por meio de uma formação científica e tecnológica integrada e voltada à transformação social e à inclusão produtiva.

Para Eliezer Pacheco, os IFs são uma revolução na EPT. Essas instituições são parte de um conjunto de políticas públicas que, dentre distintas iniciativas, foram responsáveis pela expansão da rede federal de educação, possibilitando sua interiorização e, sobretudo, ampliando a oferta de ensino médio integrado, tendo como essência a EPT (Pacheco, 2011).

Na proposta político-pedagógica dos IFs destacam-se como fundamentos essenciais, que definem sua identidade, a verticalização desde a educação básica até a superior e a estrutura multicampi. Ao permitir aos docentes atuarem em diferentes níveis e os discentes compartilharem espaços de aprendizagem, a verticalização busca integração e articulação, superando assim a dualidade histórica vivenciada pela educação. Já em relação à estrutura multi *campi* temos uma única autarquia federal que se manifesta em múltiplas unidades distribuídas

por diferentes cidades e regiões, evidenciando o território de abrangência das ações dos IFs. Muito além de uma estrutura geograficamente delimitada temos seu papel político e social, estando diretamente ligada ao objetivo de desenvolvimento regional e emancipação, pois ela materializa a política de interiorização da Rede Federal reafirmando o seu compromisso de intervenção em suas respectivas regiões. Nesse sentido os cursos nas novas unidades devem ser definidos por meio de audiências públicas e da escuta às representações da sociedade, buscando harmonia com a sociedade que o cerca (Pacheco, 2010). A obrigatoriedade do envolvimento comunitário na escolha dos cursos oferecidos pelos IFs não está especificada na Lei de criação dos IFs, mas sim em um conjunto de princípios e diretrizes institucionais, detalhada nos regulamentos internos e planos de desenvolvimento de cada Instituto. Esse movimento de envolver a comunidade oportuniza a sintonia entre os IFs, a comunidade e os arranjos produtivos locais.

Na necessária articulação com outras políticas sociais, os Institutos Federais devem buscar a constituição de observatórios de políticas públicas, tornando-as objeto de sua intervenção através das ações de ensino, pesquisa e extensão articuladas com as forças sociais da região. É nesse sentido que os Institutos Federais constituem espaços fundamentais na construção dos caminhos visando ao desenvolvimento local e regional. Para tanto, devem ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para ocupações determinadas por um mercado (Pacheco, 2011, p.14)

Nesse sentido, os IFs “se propõem a uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos (Pacheco, 2011, p.15)”. Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos IFs. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior nele, com um profissionalizar-se mais amplo, que abra infinitas possibilidades de reinventar-se no mundo e para o mundo, princípios esses válidos, inclusive, para as engenharias e licenciaturas.

Segundo Moraes (2018), os observatórios de políticas públicas são mecanismos voltados à compilação, produção e difusão de informações e conhecimentos sobre as políticas públicas no âmbito de determinado território, tema ou segmento social. Há mais de duas décadas, em diferentes países, a designação “observatório” tem sido utilizada por grande diversidade de

organizações criadas por instituições acadêmicas, governamentais ou da sociedade civil com o objetivo de ampliar o acesso à informação sobre a ação pública e democratizar os processos de elaboração e controle social das políticas públicas.

A essência da contribuição de Frigotto (2018) gira em torno de mostrar que o duplo mandato dos IFs se cumpre na resistência ao impulso de se tornarem meramente instrumentais. Para o autor, a verdadeira formação integral opõe-se a visões reducionistas que reiteram modelos históricos superados, nos quais o ensino é convertido em adestramento para o trabalho simples. O desenvolvimento local e regional se torna contraditório quando interpretado apenas como formar mão de obra rapidamente para o mercado. Os IFs devem defender a formação politécnica/omnilateral, onde é possível a emancipação, sendo, assim, um contraponto histórico, um resgate do sentido da educação pública com a perspectiva da escola unitária.

Moura (2007), em seu artigo “Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração”, após fazer uma retrospectiva histórica da EPT enfatizando a dualidade com a educação básica, busca compreender como superar a dualidade em um projeto pedagógico que integre a modalidade de ensino técnica e o nível de educação básica.

Para o autor, a educação politécnica voltou a ser debatida com o governo federal em 2003. O autor coloca que, em sua literalidade, o termo representa:

uma educação unitária e universal destinada à superação da dualidade entre cultura geral e cultura técnica e voltada para “o domínio dos conhecimentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno” (Saviani, 2003, p.140, citado por Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2005, p. 42) sem, no entanto, voltar-se para uma formação profissional *stricto sensu*, ou seja, sem formar profissionais em cursos técnicos específicos (Moura, 2007 p.19).

Ao conceituar o termo Politecnia, Moura (2007) tem consciência de que essa visão ideal possibilita a superação total da dualidade histórica entre EPT e educação básica, promovendo uma educação unitária e universal. Nesta perspectiva pura, a escolha por uma profissão específica só viria após a conclusão da Educação Básica. Mas o autor também reconhece que a Politecnia pura é algo inviável na sociedade brasileira contemporânea e, nesse impasse, uma solução transitória e viável foi materializada pelo Decreto nº 5.154/04 que, ao revogar o decreto 2.208/97, tornou o EMI uma realidade. O EMI é um tipo de Ensino Médio que garante a integralidade da Educação Básica (incluindo a ciência, a cultura e o trabalho como eixos

estruturantes) e, ao mesmo tempo, oferece a formação profissional *stricto sensu* (o curso técnico) exigida pela “dura realidade” da desigualdade social.

Nesse ponto, o autor encontra-se com os demais autores progressistas ao apontar que o EMI é uma solução transitória (de média ou longa duração) e uma condição necessária para a “travessia” de Frigotto, Ciavatta e Ramos. Não é a Politécnica pura que seria o ideal, mas aponta em sua direção porque contém os princípios de sua construção. A “travessia” busca o futuro em que não seja mais “luxo” para o jovem pobre escolher sua profissão após os 18 anos.

Por fim, Moura (2007) conclui que a ampliação do Ensino Médio Integrado nas instituições públicas é a melhor forma de (re)construir uma identidade própria e de qualidade para o Ensino Médio brasileiro, garantindo a formação integral e, ao mesmo tempo, a qualificação profissional necessária para a inserção social digna da juventude trabalhadora.

2.6.1 Pedagogia Crítica e Emancipação Social

Paulo Freire falou de educação, democracia, emancipação; da necessidade urgente de se formar o homem com consciência crítica, que lhe possibilite tornar-se sujeito, pois a vocação do homem é de ser sujeito e não objeto, é de agir democraticamente e não de se manter na passividade. A pedagogia crítica de Paulo Freire sustenta a ideia de que o sujeito tem o direito à educação que liberta. Com grande sensibilidade, esse autor descreve em seu livro ‘Educação como prática e liberdade’, publicado em 1967, período em que viveu no exílio, que, “necessitávamos de uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política” (Freire, 2021, p. 117), mas, para que isso aconteça, é necessário um novo sistema de educação, que seja capaz de desenvolver nossa capacidade intelectual.

Para esse autor, um dos primeiros discernimentos do homem foi a dimensionalidade do tempo, sendo esse um grande marco na história da cultura humana. Cultura que, para ele, “...é tudo aquilo que resulta da atividade humana, do esforço criador e recriador do homem, de seu trabalho para transformar e firmar relações de diálogo com os outros homens” (Freire, 2021, p.72-73). A consciência de sua temporalidade lhe dá um domínio exclusivo que é o da História e da Cultura. Sua historicidade o faz um ser situado e datado no tempo.

Se o homem é retirado dessa historicidade, ele se ajusta à massificação, fica acomodado, perde a liberdade, coisifica-se. Assim, domesticado e acomodado, já não é sujeito. Sendo essa a questão central, salienta-se que é necessário manter uma atitude crítica permanente, único

modo pelo qual o homem realizará sua vocação natural de integrar-se, superando a atitude do simples ajustamento ou acomodação, apreendendo temas e tarefas de sua época (Freire, 2022).

Com a educação emancipatória e dialógica, o aprendizado se torna um encontro em que se busca o conhecimento, e não a transmissão ou imposição de conhecimento. Nesse sentido, Freire (2022) diferencia uma educação assistencialista de uma educação dialógica, conforme se verifica no Quadro 6.

Quadro 6 - Educação assistencialista versus educação dialógica

Educação assistencialista Extensão Estrutura vertical	Educação dialógica Comunicação Estrutura horizontal
Anestesia o educando a-críticos, ingênuos ensina a memorizar	Desafia o educando a pensar criticamente; Compromete-se com a compreensão
Rígida, dogmática e autoritária Instrumento de dominação Educador disserta o conteúdo, estende-o	Móvel, crítica Instrumento de libertação Educador problematiza o conteúdo que os mediatiza (problematização homem/mundo)
Comunica o conteúdo	Estabelece diálogo, comunicação
A educação <i>que é, deixa de ser</i> , não relaciona com seu contexto e não tem poder transformador.	A educação <i>está sendo</i> em relação dialética com o seu contexto, tem poder de transformação sobre a realidade. Conhecendo a realidade, podemos transformá-la.
Desumanista: coisifica o homem	Humanista: considera o homem como sujeito.

Fonte: Adaptado de Freire (2022, 40-60).

A educação dialógica é a que possibilita ao homem sua emancipação, a construção de sua vocação de ser sujeito, como preconiza a pedagogia de Paulo Freire. Para esse autor, ao longo do tempo, a luta do homem tem sido a de superar tudo aquilo que o torna acomodado ou ajustado. É uma luta por sua humanização, ameaçada constantemente pela opressão que o esmaga, às vezes sendo feita em nome de sua própria libertação (Freire, 2021).

Conscientização é o conceito central nas ideias de Freire sobre Educação. Para Freire (2016, p.55), “a educação, como prática de liberdade, é um ato de conhecimento, uma abordagem crítica da realidade”. Ele considera que os homens são capazes de atuar conscientemente sobre a realidade objetivada. É exatamente isso a “práxis humana”, a unidade indissolúvel entre ação e reflexão sobre o mundo. A posição espontânea em que o homem se aproxima em relação ao mundo é uma posição ingênua. Dessa forma, a conscientização exige que ele passe da esfera espontânea de apreensão da realidade para uma esfera crítica, na qual a

realidade se oferece como objeto cognoscível e na qual o homem assume um posicionamento epistemológico. Quanto mais nos conscientizamos, mais esclarecemos a realidade, e mais nos aproximamos da essência do fenômeno diante de nós. Por isso, a conscientização não existe fora da práxis, ou seja, fora do ato “ação-reflexão”:

“Por essa razão mesma, a conscientização é engajamento histórico. Ela é igualmente consciência histórica: por ser inserção crítica na história, ela implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Ela exige que os homens criem a própria existência com o material que a vida lhes oferece...” (Freire, 2016 p.57).

Nesse contexto, o que Freire (2021) nos apresenta é que o homem deve ser ajudado a se “educar” para ser um ser histórico, consciente dos problemas do seu tempo, das suas necessidades; a partir dessa conscientização ele é capaz de agir sobre a realidade e modificá-la.

Quando o homem apreende sua realidade e nela pode intervir, ele sai da posição ingênua, natural do ser humano, para uma posição crítica, o que acontece por meio da conscientização. Esse processo torna-se cíclico à medida que novos temas emergem na sociedade e novamente o homem precisa se conscientizar e ter uma posição crítica.

Mas, por uma educação que, por ser educação, haveria de ser corajosa, propondo ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades, sobre seu papel no novo clima cultural da época de transição. Uma educação que lhe propiciasse a reflexão sobre o seu próprio poder de refletir e que tivesse sua instrumentalidade (Freire, 2021, p.80).

No livro “Conscientização”, Freire (2016) sintetiza seis convicções sobre a educação emancipadora e dialógica que se complementam: i) a educação deve ser precedida por uma reflexão sobre o homem e uma análise do contexto de vida real; ii) é mediante essa reflexão sobre sua situação que o homem se torna sujeito; iii) à medida que o homem, integrado em seu contexto, reflete sobre esse contexto e se engaja, ele mesmo se constrói e se torna sujeito; iv) ao integrar-se às condições de seu contexto de vida, reflete sobre elas e encontra respostas aos desafios que elas lhe apresentam, o homem cria cultura; v) o homem faz história por meio de suas respostas aos desafios e suas relações; vi) a educação deve ser adaptada ao objetivo que se persegue, que é permitir ao homem tornar-se sujeito.

A primeira convicção sobre a fundamentação da educação, que deve ser precedida por uma reflexão sobre o homem e uma análise do contexto de vida real vivenciado por este homem que se quer ajudar a se educar. Sem esta reflexão sobre o homem real, é possível que os métodos educacionais reduzam o homem a uma condição de objeto. Entretanto, como coloca o autor, a vocação do homem é ser sujeito, não objeto. A educação emancipa o homem a partir de tudo o

que constitui sua vida como um sujeito de suas próprias ações. É o que manifestam frases, como: “E educação só é um instrumento válido se estabelece uma relação dialética com o contexto social em que o homem está enraizado.” (Freire, 2016, p.67). Sobre ‘ser instrumento’ Freire esclarece que é a concordância entre a vocação ontológica do homem e o contexto em que se situa.

A segunda proposição trata da ideia do homem como sujeito, sendo que “é mediante reflexão sobre sua situação, sobre seu ambiente concreto, que o homem se torna sujeito.” (Freire 2016, p.68). Quanto mais refletir sobre sua situação real, mais se torna consciente e pronto a intervir sobre e na realidade a fim de mudá-la. Uma educação que desenvolve a tomada de consciência e a atitude crítica liberta o homem, em vez de aprisioná-lo, como faz a educação que vigora na contemporaneidade, visando ajustar o indivíduo à sociedade, bem mais do que promovê-lo em sua própria trajetória (Freire, 2016).

Na terceira, temos que é à medida que o homem, integrado em seu contexto, reflete sobre esse contexto e se engaja, que ele mesmo se constrói e se torna sujeito. Essa ideia-força pode ser decomposta em duas afirmações: i) O homem é capaz de reconhecer que existem realidades que lhe são exteriores; e ii) É por meio de suas relações que o homem se torna sujeito. Nesse sentido, a quarta aponta para seus aspectos culturais à medida que o homem, ao integrar-se às condições de seu contexto de vida, reflete sobre elas e encontra respostas aos desafios que elas lhe apresentam. Para Paulo Freire a cultura representa a transformação da natureza pelo homem. A cultura é tudo que resulta da atividade humana, do esforço criador e recriador do homem, de seu trabalho para transformar e firmar relações de diálogo com os outros homens. Constitui também a aquisição sistemática de experiência humana, mas uma aquisição crítica e criadora (Freire, 2016).

A quinta convicção indica que o homem não é somente criador de cultura por suas relações e suas respostas aos desafios que a realidade lhes apresenta, mas também faz história, por meio dessas mesmas respostas e de suas relações. E, por fim, na sexta convicção o autor coloca que a educação deve ser adaptada ao objetivo que se persegue, que é permitir ao homem tornar-se sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, firmar relações de reciprocidade com os outros homens, formar sua própria cultura e fazer história (Freire, 2016). Essa concepção crítica da educação de Freire se apresenta em um processo cíclico, uma vez que o homem deve constantemente refletir sobre seu contexto de vida real.

Assim, o autor aponta que se queremos que o homem atenda aos itens relacionados, é essencial prepará-lo mediante uma educação autêntica:

A realidade só pode ser modificada se o homem descobrir que pode sim, e pode sê-lo por ele. Portanto, é preciso fazer dessa conscientização o objetivo fundamental da educação; é preciso, em primeiro lugar, provocar uma atitude crítica, de reflexão, que leve à ação. (Freire, 2016, p.76).

Nesse contexto de uma educação autêntica, torna-se fundamental incluir a participação democrática no processo de conscientização, no sentido de levar o homem de sua posição ingênua para uma posição crítica, em que se torna sujeito.

A participação democrática no contexto da educação emancipatória, enquanto prática educativa-crítica, deve proporcionar condições para que os envolvidos, educadores e educandos, pratiquem a experiência do “assumir-se” como ser social e histórico, pensante, comunicante, transformador, criador, realizador, agente da ação social, que tem comunidade, família, tradição, cultura. Dessa forma, na experiência educativa os saberes, juntos, vão se tornando sabedoria e a autonomia do educando é respeitada. Freire (1996) considera como sendo educabilidade essa capacidade de aprender e transformar a realidade, e ainda, de nela intervir e recriar.

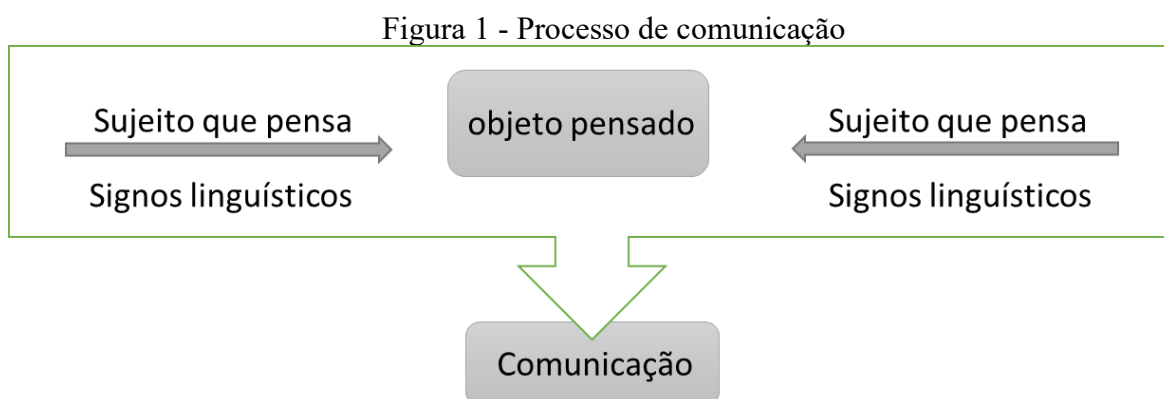
A dialogicidade implica a responsabilidade social e política do homem, uma consciência transitiva, que não se desenvolve nas condições oferecidas pela estrutura dominante. No Brasil, o que predominou foi o mutismo do homem. Inexistiam condições de experiência, de vivência da participação popular na coisa pública. Não havia povo. Jamais, ou quase jamais, interferindo o homem na constituição e na organização da vida comum.” (Freire, 2021, p. 77).

A cultura antidemocrática, escravista, colonial foi tão enraizada que até hoje pode-se afirmar que, no Brasil, as aspirações democráticas são incipientes. Paulo Freire, na obra Educação como Prática da Liberdade coloca: “Daí que, como diz Zevedei Barbu, uma estrutura democrática, uma ação democrática, em geral, tenha de ser feita, não só com o consentimento do povo, mas com as suas próprias mãos.” (Freire, 2021, p. 88). Assim, o homem brasileiro deveria assumir sua responsabilidade social e política, participando cada vez mais dos destinos da escola dos seus filhos, no sindicato, na empresa, clubes, agremiações, igreja, comunidade rural, sociedades beneficentes. Assim, iríamos ajudando o homem brasileiro, no clima cultural da fase de transição, a aprender democracia com a própria existência desta (Freire, 2021).

Por fim, o diálogo é a problematização do próprio conhecimento, se liga em uma indiscutível relação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide. Para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la, é necessário que o estudante reflita sobre o porquê do fato, sobre suas conexões com outros fatos no contexto global em que se deu.

Freire (2022) explica que o mundo social e humano, exclusivo do homem, não existiria como é, se não fosse a comunicação, pois o conhecimento humano se dá na comunicabilidade, sendo a intersubjetividade uma característica primordial deste mundo cultural e histórico. Pela intersubjetividade, se estabelece a comunicação entre os sujeitos a propósito de um objeto (Freire, 2022).

O pensamento deve ser compreendido dentro de suas funções cognitivas e comunicativa. Na comunicação não há sujeitos passivos, pois o diálogo é comunicativo. Em relação dialógica comunicativa, os sujeitos interlocutores se expressam através de um mesmo sistema de signos linguísticos. Se não houver compreensão entre os sujeitos, a comunicação torna-se impossibilitada, conforme se apresenta o esquema na Figura 1. A educação que comunica é diálogo, é um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a compreensão dos significados e, assim, não se faz transferência de saber (Freire, 2022).



Fonte: Da autora a partir de Freire (2022).

Quando se tem as relações dialéticas com o real, o concreto é que existe a educação como um processo de constante libertação do homem. Essa educação não aceita o homem isolado do mundo e nem o mundo sem o homem, pois, isolado, este é incapaz de transformá-lo. A história é feita pelo homem, ao mesmo tempo que nela vão se fazendo também. “O homem é homem, e o mundo é mundo. Na medida em que ambos se encontram numa relação permanente, o homem transformando o mundo e sofrendo os efeitos de sua própria transformação”.

O autor apresenta em sua metodologia que o homem, para realizar sua vocação de ser sujeito no mundo, precisa de uma educação que o leve a refletir sobre esse contexto de vida. Só a partir dessa reflexão, esse será capaz de agir criticamente sobre a realidade e atuar sobre ela de forma democrática, sendo capaz de modificá-la e reconstruí-la, sendo esse processo de forma cíclica, uma vez que essa realidade está em constante transformação

2.6.2 O Desenvolvimento Regional sob uma ótica social

Pinheiro (2012, p. 8) coloca que “há muito, o termo “desenvolvimento” deixou de denotar somente fenômenos e processos estritamente econômicos, tais como o aumento do produto real *per capita* ou o aumento da produtividade dos fatores de produção”. Nesse sentido, o autor considera que o conceito se apresenta de forma ampla, porém imprecisa; assim, é preciso olhar para o seu significado em uma perspectiva contextual e, de forma progressiva, buscar esclarecê-lo.

Nesse sentido, Pereira e Cruz (2019) colocam que a política federal de expansão e a criação dos IFs prevê uma formação integral para o cidadão, conforme exposto anteriormente, buscando romper com o dualismo histórico, ao discutirem a potencial contribuição dos IFs no desenvolvimento local regional, conforme especificado pela Lei de criação, por meio dos princípios da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), tendo como pano de fundo a estrutura desigual do desenvolvimento territorial brasileiro. Para esses autores, existe oportunidade de mudar realidades ao incorporar a essa política a questão territorial, mas, para isso, é necessário iniciativas e políticas que cheguem aos espaços mais distantes do território nacional, dado o reconhecimento da heterogeneidade e desigualdades entre localidades, regiões imediatas ou intermediárias, ampliando as possibilidades de escolhas (Pereira e Cruz, 2019).

Segundo Pereira e Cruz (2019), a expansão dos IFs seguiu uma política de base territorial em dois segmentos: regionalização (garantindo capilaridade) e territorialização (buscando o enraizamento e a inclusão das práticas e economias locais). A implantação foi organizada em três fases (totalizando 488 novos *campi*), seguindo critérios que priorizavam o equilíbrio espacial, a cobertura das mesorregiões e a sintonia com os Arranjos Produtivos Locais (APLs) e programas sociais (como o Território da Cidadania).

Para Pereira e Cruz (2019), os Institutos Federais, quando alinhados à PNDR, buscam reduzir a fragmentação territorial ao levar equipamentos estratégicos de Ciência e Tecnologia para regiões periféricas, impulsionando sua integração na economia nacional. Contudo, esses autores colocam que, devido à complexidade e ao caráter recente da implantação, a análise das potencialidades se limita, por enquanto, às considerações sobre a sua institucionalidade e sua capacidade de enfrentar as desigualdades

Pereira e Cruz (2019) analisam o papel central dos IFs na promoção do desenvolvimento regional, reforçando que a própria Lei 11.892/08, em seu Art. 6º, inciso I, estabelece a atuação

da EPT com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local e na territorialidade. Os autores reconhecem que, embora a educação seja vital para a competitividade sistêmica e a qualificação da força de trabalho, é crucial que os IFs ofereçam uma formação holística, humanística e multidisciplinar, que vá além da demanda exclusiva do capital para promover a cidadania e a justiça social.

Para isso, é atribuído aos IFs o desafio de ultrapassar seus “muros” e integrar-se ao seu entorno. A presença de um campus favorece um novo ordenamento territorial e fomenta o planejamento local, gerando dois tipos de impactos, o de curto prazo, que movimenta o comércio e o mercado local via gastos de servidores e estudantes, e o de longo prazo, que promove a transformação estrutural da região através da difusão de conhecimento, da formação de mão de obra qualificada e da interação com o setor produtivo (Pereira e Cruz, 2019).

Contudo, para que essa contribuição seja efetiva e consiga reduzir as desigualdades, a EPT deve ser tratada como um fator de indução de políticas de desenvolvimento territorial integrado. O sucesso depende de uma ação articulada e multissetorial que reconheça as dimensões social, econômica, cultural e ambiental do desenvolvimento (conforme a PNDR) e que exija que os quadros dirigentes dos IFs desenvolvam a sensibilidade e a motivação necessárias para intervir nos desafios das localidades, especialmente nas áreas mais distantes e periféricas. Em suma, para Pereira e Cruz (2019), a contribuição dos IFs é possível e fundamental, desde que a dimensão educativa (emancipatória) e a dimensão do desenvolvimento regional (integrada) sejam conduzidas de forma planejada e articulada.

A PNDR (I e II), na qual Pereira e Cruz (2019) se apoiaram, representa o esforço estruturado do Brasil para enfrentar as profundas desigualdades socioeconômicas entre e dentro de suas macrorregiões. A PNDR II enfatizou a transversalidade, ou seja, a articulação coordenada de políticas setoriais em diversas frentes para alcançar o desenvolvimento. Os principais eixos estratégicos de intervenção incluíam: i) Desenvolvimento Produtivo, ii) Ciência, Tecnologia e Inovação, iii) Educação e Qualificação Profissional, iv) Infraestrutura e Sustentabilidade.

Pozzer e Neuhold (2022, p.2) partem da hipótese de que o desenvolvimento regional se tornou a “coluna vertebral” dessa política pública, sendo o eixo central que norteou todo o processo de expansão e interiorização da EPT no Brasil: “os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como vetores de desenvolvimento regional”. Os autores buscam mapear como o projeto de desenvolvimento foi construído e implementado, analisando documentos legislativos e critérios de localização. Pozzer e Neuhold (2022) confirmam que o objetivo

político de fazer os IFs servirem ao desenvolvimento regional é evidente desde o Decreto de 2007, que antecedeu a Lei de 2008. As finalidades e objetivos dos IFs (Art. 6º e 7º da Lei) estabelecem a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais como um de seus principais vetores.

A pesquisa de Pozzer e Neuhold (2022) comprova a eficácia da política de expansão na interiorização da Rede. A análise da localização dos novos *campi* mostra que uma parcela significativa (cerca de 58,8%) foi instalada em municípios com menos de 100 mil habitantes. Isso é fundamental para levar infraestrutura qualificada e conhecimento a áreas historicamente desassistidas, combatendo a concentração de capital e saber. Outro ponto importante é que o projeto que deu origem aos IFs está alinhado ao conceito de desenvolvimento regional endógeno, valorizando os recursos e as potencialidades internas das próprias comunidades. Isso é reforçado pela busca de um enfoque comunitário e sustentável para a atuação da instituição.

A política de expansão, fundamentada em uma abordagem territorial e intersetorial, logrou êxito ao confrontar a cultura bacharelesca e o histórico desprestígio que marginalizaram a educação profissional no Brasil. Contudo, apesar dos avanços na interiorização e na infraestrutura, Pozzer e Neuhold (2022) advertem para o desafio de se consolidar uma interface efetiva com o território. Isso ocorre porque a rigidez das culturas organizacionais e a escassez de mecanismos institucionais de governança limitam a interação dos *campi* com seu entorno, resultando em um vínculo frágil e descontínuo com os processos de desenvolvimento regional. Em síntese, Pozzer e Neuhold (2022) concluem que os IFs possuem um alto potencial teórico e estrutural para serem vetores de desenvolvimento regional sustentável, mas o sucesso desse projeto depende da superação dos obstáculos internos e da consolidação de uma cultura de gestão e atuação que priorize o enraizamento territorial em suas ações de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Somado a essa perspectiva, o estudo de Felizardo Júnior, Ferreira e Gava (2021) fornece uma validação empírica sobre a contribuição dos Institutos Federais para o desenvolvimento local e regional em Minas Gerais. Os autores investigaram se a instalação de um *campus* impacta positivamente indicadores socioeconômicos, utilizando uma análise comparativa entre municípios mineiros que possuem IFs e municípios “gêmeos” (sem IFs), selecionados por meio do método de pareamento por escore de propensão. A comparação baseou-se em categorias do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), especificamente nas vertentes de Emprego e Renda, Educação e Saúde. Os resultados demonstram que a influência dos IFs é mais proeminente em municípios de pequeno porte, apresentando impactos estatisticamente

significativos na elevação da renda média e na melhoria dos indicadores educacionais. Assim, a pesquisa confirma que a descentralização da Rede Federal atua como uma estratégia eficaz para reduzir assimetrias regionais, promovendo infraestrutura técnica e conhecimento em áreas historicamente periféricas.

2.6.3 O Desenvolvimento Territorial

Ao afirmar que o IFMG transcende sua função de instituição de ensino para se tornar um verdadeiro motor de desenvolvimento, Pozzer e Neuhold (2022) destacam que essa é a centralidade dessa política pública e seu principal caráter inovador. Os IFs foram criados com o propósito de responder a uma série de desafios sociais urgentes no Brasil, que iam além da simples qualificação profissional, como melhorar a qualidade e o nível de escolaridade da população (Frigotto; Ciavatta, Ramos, 2005); reduzir as desigualdades de gênero e étnico-raciais (Nascimento; Cavalcanti; Ostermann, 2020); aumentar a empregabilidade de jovens e adultos; formação de professores; estímulo à produção e circulação de bens e serviços culturais, fomento ao cooperativismo e a proteção ambiental (Brasil, 2008a).

Destacamos a seguir dois excertos da Lei de criação dos IFs, Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, por considerar que esse é o eixo central dessa política pública, o desenvolvimento local e regional promovido por essas instituições:

Seção II

Das Finalidades e Características dos Institutos Federais

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com *ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional*;

II - Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas *às demandas sociais e peculiaridades regionais*;

IV - Orientar sua oferta formativa em benefício da *consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal*;

Seção III

Dos Objetivos dos Institutos Federais

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, *estendendo seus benefícios à comunidade*;

IV - Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, *em articulação com o*

mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
V - Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à *emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;*

Ao analisar o excerto do Art. 6º, inciso I, onde se afirma que a educação oferecida deve ter “ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”, identifica-se que a instituição não pode estar isolada da sociedade ao seu redor. Esse fato é reforçado pelo inciso IV, que menciona a oferta de cursos orientada para fortalecer os “arranjos produtivos, sociais e culturais locais”, com base em um mapeamento das potencialidades regionais. Isso mostra que a instituição deve se adaptar ao seu entorno, e não o contrário.

Outro ponto importante é sobre a pesquisa, que não tem um fim em si mesma. O Art. 6º, Inciso II, e o Art. 8º, Inciso III, indicam que a pesquisa e a tecnologia devem ser focadas na “geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais”. Essa é a base para a criação de um polo de inovação que resolva problemas práticos da comunidade e do setor produtivo.

Partindo para o Art. 8º, Inciso IV, temos o terceiro pilar, a extensão. Essa é uma via de mão dupla, pois deve articular o mundo do trabalho com os segmentos sociais, promovendo a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. Isso transforma o IF em um agente de inclusão e colaboração, que leva o conhecimento para fora dos muros da escola e o coloca à disposição da sociedade. Essa análise se fecha com o Art. 8º, Inciso V, ressaltando o papel dos IFs em estimular processos que resultem na geração de trabalho e renda e na emancipação do cidadão. Assim, a instituição não se limita à formação profissional, mas busca capacitar indivíduos para que sejam autônomos na busca por uma vida melhor.

Compreende-se que é a sinergia entre os três pilares, ensino, pesquisa e extensão que transforma o IFMG campus Formiga em um agente de desenvolvimento, superando a visão tradicional de uma escola e demonstrando seu papel crucial na construção de um futuro mais próspero e equitativo para a região de Formiga. Partindo desse pressuposto, é importante salientar que o desenvolvimento local e regional é uma abordagem que integra diferentes perspectivas, indo além da simples análise de dados econômicos e adotando uma visão holística e multidisciplinar. Ele envolve a melhoria da qualidade de vida, a sustentabilidade ambiental, a equidade social e a capacidade de uma comunidade de construir seu próprio futuro.

Inicialmente, para essa discussão, é necessário estruturar o território ao qual se refere o desenvolvimento local e regional. Sem pretensões de esgotar a temática de território nesse

capítulo, buscamos delimitar, por meio da literatura, o alcance do desenvolvimento regional em que o IFMG Campus Formiga está inserido.

Tenório (2016) coloca que, nos últimos anos, o conhecimento sobre território tem sido modificado, saindo da limitação de espaço fixo para algo que transcende barreiras geográficas.

A compreensão de território [...] não mais se confunde exclusivamente com espaços geograficamente delimitados, isto é, com os traços de uma região natural em particular, de uma paisagem delimitada, de um rio que contorna, de uma montanha que se divide, de uma fronteira policiada (Tenório, 2016 p.65).

De acordo com esse autor, um território não é um espaço fixo, mas sim uma rede de relações em constante movimento e transformação. Isso significa que as interações e os laços entre as pessoas e os grupos que o compõem podem se alterar ao longo do tempo, em um processo contínuo de adaptação à realidade. Nesse contexto, território é um “lugar de relações sociais, internas e externas, bem como um espaço aberto em constante transformação de acordo com interesses comunitariamente compartilhados” (Tenório 2016, p. 65).

Para Souza (2006), território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, afastando-se dos conceitos de região natural e geográfica. O território é visto como um “instrumento de exercício de poder” (Souza, 2006, p. 78). Quando falamos em poder, esse pode ser de domínio do Estado, econômico ou da comunidade. Para Souza (2006), o estudo do território não pode se furtar ao estudo das relações de poder; estas, por sua vez, são geograficamente delimitadas; em outras palavras, “falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação” (Souza, 2006, p. 153).

Nessa leitura, o território só se constitui na medida em que é ocupado, ou seja, quando nele se desenvolvem relações de poder. Sob tal perspectiva, os estudos sobre esse assunto “indicam, por um lado, que a formação de um território resulta do encontro e da mobilização dos atores que integram um dado espaço geográfico e que procuram identificar e resolver problemas comuns” (Cazella; Bonnal; Maluf, 2009, p. 37).

Segundo Saquet (2010), o território é marcado como espaço de relações entre os homens e entre estes e a natureza. Sob esse enfoque, o conceito de território ganha uma leitura relacional e se distingue das leituras estáticas e descritivas da paisagem, o que implica reconhecer que o território é dinâmico e que as relações se alteram ao longo do tempo. Assim, as relações que se manifestam não são simples ou verticais, como define e delimita o Estado, mas ao contrário:

[...] existe uma pluralidade de sujeitos, em relação recíproca, contraditória e de unidade entre si, *no* e *com* o lugar e *com outros* lugares e pessoas; identidades. Os elementos basilares do território, ou seja, as redes de circulação e comunicação, as relações de poder, as contradições e a identidade, interligam-se, fundem-se umas nas outras numa trama relacional (multitemporal e multiescalar) indissociável (Saquet, 2010, p. 158).

Souza (2006) destaca o território com foco no poder e controle, fornecendo uma lente política que alerta sobre as desigualdades e o controle (quem detém o poder sobre a delimitação); enquanto Tenório (2016) coloca uma perspectiva de rede social e diálogo, fornecendo uma lente social que descreve como a transformação ocorre (como as pessoas se relacionam para mudar o território) e, por fim, Cazella, Bonnal, Maluf (2009) destacam os atores e as políticas públicas, sendo uma lente prática que afirma o papel do ator (a necessidade de mobilizar as pessoas para a ação). Esses autores convergem na compreensão de território enquanto espaço ativo, mostram que o desenvolvimento regional não é apenas uma questão de geografia (Souza 2006) ou economia (crítica a abordagens anteriores), mas sim de relações sociais, diálogo e disputa pelo poder de definir o futuro daquele espaço (Tenório, Cazella et al.).

Nesse sentido, ao romper com uma visão estática do território, adotando esse como uma categoria política, social e relacional, definida por laços, redes e, sobretudo, por relações de poder (Souza, 2006; Tenório, 2016), tem-se que a atuação da instituição seja compreendida não apenas em termos geográficos, mas como um agente que interfere ativamente nas relações, exercendo poder e mobilizando atores para a resolução de problemas comuns (Cazella et al., 2009; Saquet, 2010).

Em sintonia com essa perspectiva de território ativo, o IBGE coloca que as mudanças na divisão territorial ao longo do tempo acontecem porque o pensamento geográfico evolui e, ao mesmo tempo, reflete as constantes transformações sociais, econômicas, políticas e ambientais que ocorrem no Brasil e no mundo (IBGE, 2017). Nesse contexto, ao longo dos anos, tanto o conceito quanto a denominação e delimitação das regiões sofreram alterações.

As Zonas Fisiográficas são uma forma de divisão regional mais antiga, que precedeu as mesorregiões e microrregiões. Elas representam um momento importante na história da geografia brasileira, sendo uma divisão criada principalmente com base em características físicas e naturais homogêneas, como o tipo de solo, relevo, vegetação e clima. Este formato foi utilizado pelo IBGE na primeira metade do século XX para a coleta e organização de dados estatísticos (IBGE 2017).

Com a evolução da metodologia e do pensamento geográfico, o IBGE percebeu que a realidade do país era mais complexa do que apenas suas características físicas. A dinâmica social, as relações econômicas e a organização das cidades se tornaram fatores tão ou mais importantes sendo o conceito de território substituído, gradualmente, pelos conceitos de mesorregiões e microrregiões Homogêneas, passando a prevalecer em 1968. Essas formas buscavam refletir a realidade socioeconômica, além dos aspectos físicos, oferecendo uma visão mais completa e funcional para o planejamento e a análise do território brasileiro (IBGE, 2017).

Em 1989, passou-se às mesorregiões e microrregiões, abarcando-se lacunas, como as desigualdades encontradas entre suas diversas regiões. Diferentemente do modelo de regionalização empregado nas décadas anteriores, que partira da agregação de áreas segundo critérios de homogeneidade, a metodologia adotada nesses estudos apoiou-se na noção de totalidade nacional, tomando as Unidades da Federação como universo de análise (IBGE, 2017).

A Mesorregião é compreendida como uma área individualizada, em uma Unidade da Federação, que apresenta forma de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante; o quadro natural, como condicionante; e a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial. Essas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como Mesorregião tenha uma identidade regional (IBGE, 2017).

Já as Microrregiões são consideradas como partes das Mesorregiões e são definidas por suas especificidades quanto à estrutura da produção agropecuária, industrial, extrativa mineral e pesqueira. Para a compreensão das especificidades da estrutura produtiva, utilizaram-se informações sobre o quadro natural e sobre relações sociais e econômicas particulares, compondo a vida de relações locais pela possibilidade de atender à população por meio do comércio de varejo ou atacado ou dos setores sociais básicos (IBGE, 2017).

Souza (2023) adverte que, no PDI do IFMG, as delimitações geográficas são equivalentes às mesorregiões e microrregiões definidas pelo IBGE, mas é importante incorporar outras delimitações, tais como as regiões geográficas intermediárias e imediatas, o recorte regional atualmente adotado pelo IBGE (2017). Assim, para efeitos de delimitação geográfica, essa tese considera para estudo o atual recorte do IBGE.

Em 2017, o IBGE fez uma atualização dos recortes regionais que visam acompanhar a diferenciação interna do território brasileiro, que é um resultado das transformações econômicas, demográficas, políticas e ambientais ocorridas ao longo das últimas décadas. Essa

nova definição regional está vinculada ao processo de mudança, socioeconômico e político-administrativa que alterou a geografia do País, gerando diferenças e desigualdades que tornaram mais complexa a leitura de seu território. Assim sendo, as unidades mesorregionais e microrregionais passam a ser denominadas como Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas, respectivamente (IBGE 2017).

A principal mudança para essa transição está na metodologia e nos critérios de agrupamento. Enquanto a divisão anterior se baseava em uma abordagem mais “estática”, focada em características físicas, sociais e econômicas de forma mais genérica, a nova regionalização (IBGE, 2017) adotou uma abordagem funcional e hierárquica.

Enquanto as Mesorregiões e Microrregiões (1989) tinham como critério a homogeneidade física e socioeconômica, buscando agrupar municípios com características semelhantes, as Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas adotam como critério a rede urbana e a hierarquia de cidades, sendo o foco as relações de dependência e a influência dos centros urbanos sobre os municípios vizinhos. A divisão agora reflete o movimento das pessoas, o fluxo de bens e serviços e a relação de poder entre as cidades. Em resumo, a mudança reflete a evolução do pensamento geográfico, que passou a considerar as relações entre as cidades como o principal fator de organização do espaço.

Para o IBGE as regiões geográficas imediatas, em sua essência, são estruturadas em torno de centros urbanos. Essas áreas existem para atender às necessidades diárias das pessoas, como fazer compras, buscar emprego, ter acesso a serviços de saúde e educação, além de serviços públicos (como INSS e fóruns). Em relação às regiões geográficas intermediárias se posicionam em uma escala entre os estados (Unidades da Federação) e as regiões imediatas. A delimitação dessas regiões geralmente leva em conta a presença de grandes centros, como metrópoles ou capitais regionais. No entanto, em locais onde esses grandes centros não existem, a definição pode ser feita com base em cidades menores que sejam representativas para o conjunto de regiões imediatas que a compõem (IBGE).

A proposta para regionalizar o Brasil foi criada a partir da identificação de cidades-polo e dos municípios que se conectam a elas. Essa metodologia se baseia em dois conceitos principais: “território-rede” e “território-zona”. O primeiro, “território-rede”, leva em conta o movimento e os fluxos, reconhecendo que o espaço não é apenas fixo e estável. A combinação desses dois conceitos (“território-zona”, que foca na continuidade espacial, e “território-rede”, que foca nos fluxos) é usada para diferenciar as regiões, analisando tanto a sua proximidade física quanto as conexões e interações (materiais e imateriais) que as atravessam (IBGE, 2017).

O território-zona se refere a uma área contínua e homogênea, onde os fluxos e elementos fixos (como cidades e infraestruturas) estão concentrados. Um exemplo disso são os arranjos populacionais, em que cidades próximas se unem e as pessoas se movem diariamente entre elas para trabalho e estudo. No entanto, o texto ressalta que esse tipo de território não deve ser visto de forma isolada, pois ele sempre se conecta, através de redes, a espaços maiores e mais distantes (IBGE, 2017).

Já o território-rede foca na importância de certas cidades (os polos) e na influência que elas exercem sobre outras áreas. A intensificação dos fluxos (de pessoas, informações, mercadorias) na sociedade moderna torna a divisão territorial mais complexa. Por isso, essa abordagem considera a direção e a intensidade desses fluxos para entender como o espaço é organizado e como a divisão do trabalho se distribui no território.

Nas Regiões Geográficas Imediatas, os arranjos populacionais, até por sua própria definição, foram considerados como uma unidade urbana básica indivisível. Assim, cada arranjo só poderia pertencer a uma única Região Geográfica Imediata, salvo as exceções. Nesse sentido, no quadro 7, é apresentada a cidade de Formiga dentro da regionalização proposta.

Quadro 7 - Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias - 2017

Estado	Região Geográfica Intermediária	Região Geográfica Imediata	Número de Municípios da região Imediata
MG	Divinópolis	Formiga	Arcos
			BambuÍ
			Córrego Danta
			Córrego Fundo
			Formiga
			Iguatama
			Medeiros
			Pains
			Pimenta
			TapiraÍ

Fonte: IBGE, 2017.

Conforme exposto, Formiga é a Região Imediata de dez cidades, sendo essas Arcos, Bambuí, Córrego Danta, Córrego Fundo, Formiga, Iguatama, Medeiros, Pains, Pimenta e TapiraÍ. A região intermediária desta região imediata é a cidade de Divinópolis (Quadro 7). Importante destacar que as cidades de Bambuí e Arcos têm campus do IFMG e serão consideradas nessa análise por fazer parte da região imediata de Formiga.

As características populacionais dessa região são apresentadas no quadro 8.

Quadro 8 – Aspectos populacionais da microrregião de Formiga

Aspectos populacionais					
Município	População Censo 2022	População estimada 2025	Densidade demográfica hab/km ²	Porte do Município	Area (km ²)
Arcos	41.416	41.416	81,23	Médio Porte	510,048
Bambuì	23.546	23.546	16	Pequeno Porte	1.453,99
Córrego Danta	2.960	2.956	4,50	Pequeno Porte	657,425
Córrego Fundo	6.133	6.333	60,66	Pequeno Porte	101,112
Formiga	68.248	70.897	45,44	Médio Porte	1.501,915
Iguatama	6.826	6.782	10,87	Pequeno Porte	628,200
Medeiros	3.900	4.068	4,12	Pequeno Porte	946,437
Pains	8.142	8.353	19,30	Pequeno Porte	421,862
Pimenta	8.563	8.817	20,64	Pequeno Porte	414,969
Tapiraí	1.690	1.698	4,14	Pequeno Porte	407,920
Total do território	171.424	174.866	24,33		7043,878

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do Censo (2022), IBGE (2022).

Ao analisar a dinâmica territorial da Região Imediata de Formiga, percebe-se uma região marcada pela polarização, onde dois municípios concentram a força econômica e populacional, enquanto os demais apresentam características de ruralidade (mistura de rural e urbano) ou esvaziamento demográfico. Somando a população de Formiga (68.248) e Arcos (41.416), temos 109.664 habitantes, o que representa 63,9% de toda a população da região intermediária.

Ao comparar o Censo 2022 com a estimativa de 2025, notam-se três movimentos distintos: i) Crescimento no polo principal em que Formiga projeta um crescimento de cerca de 3,8%, reafirmando seu papel de atrator regional; ii) Declínio dos municípios menores, como Córrego Danta e Iguatama, que apresentam decréscimo. Isso sugere êxodo (saída de pessoas) em busca de oportunidades nos polos maiores; iii) Arcos e Bambuí mantêm números idênticos ou muito próximos, sugerindo uma estabilização do crescimento.

Arcos (81,23 hab/km²) e Córrego Fundo (60,66 hab/km²) são os municípios com maior densidade. No caso de Córrego Fundo, isso se explica pela sua área territorial pequena (apenas 101 km²), funcionando quase como um enclave urbano denso. Já os municípios de Medeiros, Tapiraí e Córrego Danta possuem densidades em torno de 4 a 5 hab/km², o que indica vastas extensões territoriais com pouquíssimas pessoas, características típicas de economias agrárias extensivas.

Em relação a uma hierarquia de dependência, Formiga, se classifica como uma cidade de médio porte, atuando como centro de serviços (saúde, educação superior, comércio) para a região intermediária. A cidade de Arcos também é de médio porte, e os demais municípios são de pequeno porte e dependem dos fluxos pendulares (viagens diárias) para os polos.

Ainda nesse contexto, o mapeamento dos arranjos produtivos locais e regionais do IFMG é a base do estudo de Souza (2023), publicizado no livro “Arranjos produtivos, territórios, educação profissional e tecnológica: o IFMG e suas articulações potenciais”. Para o autor é essencial que esses arranjos e como eles se relacionam com a formação territorial e sua produção estejam ligados à EPT brasileira, pois precisam estar potencialmente integrados às ofertas de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFMG.

Seguindo a premissa de que a oferta formativa precisa se articular aos arranjos produtivos, a lei ressalta que a identificação desses, deve ser por meio de mapeamento das potencialidades ligadas aos contextos das unidades que a compõem, tanto ao desenvolvimento socioeconômico quanto cultural.

No âmbito da lei, os arranjos envolvem três dimensões, a econômica, que é comumente atrelada ao termo, a social e a cultural. Em relação à produção social, esta pode abarcar um amplo universo com múltiplas formas e lógicas de organizações comunitárias, envolvendo práticas essencialmente políticas, intrínsecas aos atores que conformam um determinado grupo social. Já na produção cultural, estariam inseridas práticas imateriais, produções de objetos, transmissões de saberes, cultos, modos de se cultivar a terra, um campo amplo que se soma aos aspectos produtivos e sociais mencionados. Por isso, Souza (2023) coloca que é importante conhecer os arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais de modo preciso e, ao mesmo tempo, dinâmico, prevendo-se adaptações conforme as relações socioespaciais se modificam ao longo do tempo.

Nesse contexto nosso posicionamento, conforme colocado anteriormente nessa tese, vai de encontro ao autor, entendendo que a identificação de arranjos produtivos constitui um propósito claro dos mapeamentos a serem realizados, e que esse orienta as ofertas de cursos, projetos e ações da Rede Federal, sendo essa relação estritamente extensionista e de pesquisa atrelado às práticas de ensino ofertadas.

O estudo de Souza (2023), que orienta nossa análise de mapeamento local e regional, buscou desenvolver uma abordagem contemplando aspectos econômicos, territoriais, ambientais, sociais e culturais. Seu estudo foi complementado com dados e informações socioespaciais levantadas no Sistema de Informações Georreferenciadas - SIG. Pretende-se

também abordar o conceito de Arranjos Produtivos Locais / Regionais de forma articulada às diretrizes de aprendizagem e inovação, norteadoras da política institucional vigente no âmbito do IFMG, bem como à produção do espaço social e do território. Por fim, deve-se correlacionar os mapeamentos elaborados a práticas de ensino, extensão e pesquisa estabelecidas no âmbito do Instituto.

Tais objetivos são justificados pelo próprio atendimento a diretrizes constantes no PDI que, por sua vez, tem como base fundamental a Lei Federal Nº 11.892/ 2008. O autor salienta que é importante observar que um trabalho dessa natureza articula campos distintos, envolvendo debates relacionados à geografia e ao planejamento territorial, à produção econômica e social e, principalmente, ao universo da educação profissional e tecnológica. Acredita-se que o cruzamento de tais universos pode ensejar diálogos conceituais que têm na transdisciplinaridade uma busca básica e fundamental, o que também contribui para justificar as abordagens aqui propostas (Souza, 2023).

A referência em termos de escala continuará a ser a regional, sendo aqui mantida a busca por abordar o IFMG através da sua estrutura em rede. Aproximações serão realizadas sempre que necessário, sendo aqui alcançada uma escala intermunicipal capaz de compreender determinadas complementaridades funcionais entre estruturas e processos produtivos, presentes na área de estudo. (Souza, 2023).

Essa afirmação do autor vai de encontro à análise da lei citada anteriormente, em que se afirma que a instituição não pode estar isolada da sociedade em seu contexto local e completa-se com o conceito de região intermediária e imediata do IBGE (2017) em que as cidades se estruturam em rede urbana.

Identificar e delimitar os arranjos produtivos regionais e locais nos contextos relacionados aos *campi* do IFMG busca cumprir a Lei n.11.892/2008, adotando uma escala regional, focando na estrutura em rede do IFMG. Sua análise tem como ponto de partida o mapeamento institucional da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (SEDE-MG), que classifica APLs. A pesquisa discute como esse conceito é desenvolvido no Brasil e a transposição dessas informações para uma base georreferenciada. É ressaltado o caráter institucional da base da SEDE-MG, sujeita a atualizações e à dinamicidade dos APLs. A escala de mapeamento da SEDE-MG, entre estadual e regional, é reforçada como referência. Para o autor, o mapeamento dos APLs da SEDE-MG, apesar de ter sido realizado com base em dados de 2013, e ser, portanto, um retrato estático de algo dinâmico, é um material de referência importante para a primeira etapa da pesquisa (Souza, 2023).

Destacamos no texto de Souza (2023) uma área a oeste da Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde o autor insere a região imediata de Formiga assim como sua região intermediária, Divinópolis. Pela própria natureza do estudo, conforme coloca o autor, e que também foi delimitado nessa tese, não podemos fazer uma análise isolada para compreender o desenvolvimento local e regional.

O centro-oeste de Minas Gerais, em que se localizam os *campi* de Arcos, Formiga e Bambuí, tem estruturas e processos produtivos conformados de forma associada a núcleos urbanos de pequeno e médio porte. Apesar de não ser exclusiva no contexto em estudo (a inserção regional do IFMG e suas articulações potenciais), pode-se dizer que a organização em rede dessas nucleações urbanas potencializa a produção e seus arranjos, inserida tanto nos municípios em que os *campi* se situam quanto em áreas do entorno. Isso se aplica às relações entre minerações de calcário e indústrias de calcinação, instaladas principalmente nos municípios de Arcos, Córrego Fundo e Pains, e as localidades urbanas circundantes. Em contraponto a esse arranjo, ao sul tem-se um conjunto de estruturas diretamente ligadas às atividades turísticas relacionadas ao Lago de Furnas, inserido no município de Formiga e entorno (Souza, 2023).

Posto isso, a região Oeste inclui Divinópolis, Carmo do Cajuru, Santo Antônio do Monte e Nova Serrana e apresenta APLs estruturados por unidades de pequeno e médio porte, com etapas produtivas distribuídas territorialmente, gerando vínculos socioeconômicos intrínsecos. Localizando-se essas cidades na divisão regional do IBGE (2017), temos a região geográfica intermediária de Divinópolis e as regiões geográficas imediatas de Divinópolis que incluem Divinópolis e Carmo do Cajuru e Nova Serrana, que inclui Santo Antônio do Monte e Nova Serrana.

A APL do Vestuário de Divinópolis compreende 19 municípios, incluindo Formiga e Arcos ambos da região imediata de Formiga e com unidades do IFMG. A indústria do vestuário em Divinópolis se desenvolveu em resposta às instabilidades econômicas da siderurgia local, com famílias se adaptando a diferentes etapas da produção de roupas (Souza, 2023).

Ao analisar a evolução do PIB municipal, Formiga, Bambuí, e Piumhi apresentam crescimento do Valor Adicionais Brutos¹ (VAB) da atividade agropecuária entre 2004 e 2016. Essa configuração, acompanhada por municípios no entorno, como Arcos, aponta para um cenário de maior equilíbrio regional. O mapeamento de cobertura da terra (2020) indica áreas dedicadas à agricultura em Bambuí, Formiga e Piumhi, e manchas de silvicultura em Arcos,

¹ Valores adicionais brutos são (VAB) é uma medida fundamental na contabilidade nacional, utilizada para mensurar a contribuição de cada setor produtivo (agricultura, indústria, serviços) para a economia de um país, estado ou município.

com a presença de “mosaico de agricultura e pastagem”, sugerindo produções agropecuárias variadas e de menor porte.

A região Centro-Oeste apresenta uma quantidade expressiva de atividades minerárias, com licenciamentos de argilas, minério de calcário, areia e cascalho, localizados principalmente em Arcos, Córrego Fundo, Doloresópolis, Formiga, Iguatama e Pains. A concentração de atividades de maior porte se dá em Arcos e Pains, representada pela extração de calcário, enquanto as extrações de argila e areia/cascalho são mais esparsas.

A indústria química na região se articula prioritariamente à recauchutagem de pneumáticos, com 21 empreendimentos licenciados entre 2013 e 2019. Essa concentração de empresas do mesmo ramo sugere lógicas de desenvolvimento comuns na Região Centro-Oeste. A proximidade com o APL de fogos de artifício de Santo Antônio do Monte é notada. A presença de indústrias alimentícias para a produção de carnes e de leite de origem bovina, não acompanhada de atividades agrossilvipastoris, é observada em municípios como Piumhi, Arcos e Formiga, sugerindo informalidade ou falta de licenciamento dessas atividades. As análises dos dados do PIB e VAB apontam para um crescimento esperado dos serviços em relação à indústria. Embora haja indicações de estabilização das atividades industriais e até retração em áreas específicas, não se configura um cenário de desindustrialização.

De acordo com o estudo de Souza (2023), a região imediata de Formiga engloba APLs que vão além da delimitação dessa região, o que vai de encontro ao conceito de território dinâmico conforme propõem autores como Tenorio (2016), Cazella, Bonnal, Maluf (2009) e Souza (2006) em que há uma perspectiva de relações sociais, diálogo e poder.

Em suma, a região imediata de Formiga é caracterizada por um dinamismo econômico diversificado. Destaca-se na agropecuária, com crescimento do VAB nessa atividade em municípios como Formiga, Bambuí e Piumhi entre 2004 e 2016. Possui uma relevante presença de indústrias de vestuário, sendo parte do APL do Vestuário de Divinópolis, e uma significativa atividade minerária, com licenciamentos para argila, calcário, areia e cascalho em cidades como Formiga, Arcos e Pains. Além disso, a indústria química focada na recauchutagem de pneumáticos e a indústria alimentícia de carnes e laticínios também contribuem para a economia local, sugerindo um arranjo produtivo regional multifacetado e com potencial para desenvolvimento.

Posta a fundamentação desta pesquisa, percebe-se que a análise do triplo mandato dos IFs - a formação integral, a Inclusão e diversidade e o desenvolvimento territorial - revela a travessia contraditória entre o ideal legal de desenvolvimento regional integrado à emancipação

e as pressões da racionalidade instrumental. Enquanto a teoria exige que o IF amplie as capacidades e promova a autonomia dos sujeitos, a realidade institucional demonstra que a burocracia, o insulamento e a cultura organizacional limitam essa interface com o território. Nesse contexto, a Gestão Social e a Cidadania Deliberativa surgem, portanto, não apenas como um modelo de gestão, mas como um paradigma político-pedagógico para que os IFs e, em específico, o IFMG campus Formiga consigam superar o desafio da interface e transformar o seu alto potencial estrutural em efetivo desenvolvimento social, garantindo que o poder decisório e a alocação de recursos estejam sujeitos ao diálogo e à vontade da comunidade que a instituição se propõe a servir.

Diante do arcabouço teórico exposto, fica evidente que o papel dos IFs como vetores de desenvolvimento regional e emancipação depende, fundamentalmente, da eficácia de seus processos de gestão e interação com o território. Para verificar a aderência dessa teoria à realidade empírica e identificar os desafios práticos da implementação dessa política pública, delineou-se um desenho metodológico específico. A seguir, apresentam-se os procedimentos, a caracterização da pesquisa e os critérios de análise que nortearam a investigação no cenário do IFMG.

3. METODOLOGIA

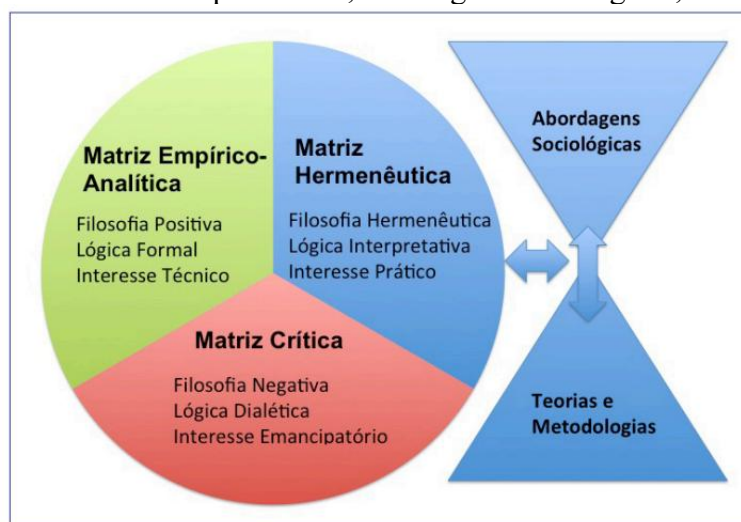
Neste capítulo, apresentam-se os delineamentos metodológicos utilizados para se atingir os objetivos desta pesquisa. Conforme esclarecido por Saccol (2010), é fundamental compreender os pressupostos que fundamentam os métodos de investigação antes de defini-los, uma vez que um paradigma de pesquisa está intrinsecamente ligado às crenças sobre a realidade (ontologia) e à forma como o conhecimento é construído (epistemologia). Sob essa ótica, o pesquisador deve estar consciente de que a ontologia, a epistemologia e a visão da natureza humana fundamentam o seu estudo, sendo a metodologia a etapa que delimita os procedimentos, instrumentos de coleta e interpretação de resultados (GODOY, 2010).

Entretanto, para além da escolha de um paradigma estático e isolado, esta pesquisa fundamenta-se na proposição de Paes de Paula (2016). A autora propõe superar a “guerra paradigmática” ao adotar a tese da incompletude cognitiva, reconhecendo que nenhum paradigma isolado é capaz de capturar a totalidade de um fenômeno organizacional complexo como a Gestão Social. Nesse sentido, ela propõe um modelo circular e dinâmico, baseado na tese de Habermas sobre os interesses do conhecimento, constituído por três matrizes fundamentais conforme segue:

1. Matriz Empírico-Analítica (Interesse Técnico): Voltada para a explicação, a previsão e o controle. Prioriza a objetividade e a busca por leis gerais, sendo fundamental para a compreensão das estruturas formais e burocráticas da gestão.
2. Matriz Hermenêutica (Interesse Prático): Focada na compreensão e na interpretação dos sentidos e significados. No contexto dos Institutos Federais, essa matriz permite interpretar como os atores sociais compreendem a gestão e o desenvolvimento local através da linguagem e da interação.
3. Matriz Crítica (Interesse Emancipatório): Orientada para a autorreflexão e a transformação social. Busca desvelar relações de poder e promover a autonomia dos sujeitos, alinhando-se aos pressupostos de emancipação de Paulo Freire e ao agir comunicativo habermasiano.

A figura 2 ilustra a relação entre as matrizes:

Figura 2 - Círculo das Matrizes Epistêmicas, abordagens sociológicas, teorias e metodologias



Fonte: Paes de Paula (2016, p. 35).

O quadro 9 apresenta de forma breve a escolha metodológica desse estudo.

Quadro 9 - Delineamento metodológica da tese

Classificação	Escolha metodológica	Matriz de Referência
Ontologia	Intersubjetiva / Construção Social	Reconhece a realidade como fruto da interação humana, mas admite a existência de estruturas que precisam de transformação (Matriz Crítica).
Epistemologia	Construtivista e Crítica	Baseada na Incompletude Cognitiva: busca o entendimento (Hermenêutica) sem abrir mão da denúncia e mudança social (Crítica).
Paradigma de Pesquisa	Reconstrução Epistêmica (Híbrido: Hermenêutico-Crítico)	Supera a “guerra paradigmática” ao integrar o interesse prático (compreensão) com o interesse emancipatório (gestão social).
Abordagem	Qualitativa	Foca na profundidade dos significados e na subjetividade dos atores sociais no IFMG.
Natureza	Reconstrutiva	Ultrapassa a mera exploração de campo propondo uma nova síntese entre a gestão administrativa e necessidades da comunidade.
Método	Estudo de Caso	Lócus para a aplicação das reconstruções epistêmicas em uma realidade organizacional concreta.
Coleta de dados	Bibliográfica, Documental, DRPE, Grupo focal, Entrevista semiestruturada	Representa o Pluralismo Metodológico para captar diferentes dimensões da realidade (técnica, dialógica e política).
Análise de dados	Análise de Conteúdo, Análise Crítica do Discurso	Reflete o movimento do Círculo: a sistematização dos dados (Hermenêutica) prepara o terreno para a crítica das relações de poder (Crítica).

Fonte: Elaborado pela autora com base em Paes de Paula (2016, p.35).

Dessa forma, a decisão epistemológica deste estudo não se encerra em um único quadrante, mas busca uma reconstrução epistêmica que articule os interesses práticos (Matriz Hermenêutica), necessários para compreender os significados compartilhados no IFMG, aos interesses emancipatórios (Matriz Crítica), fundamentais para a promoção da equidade e justiça social pretendidas. A seguir, cada um dos delineamentos é discutido detalhadamente.

3.1 Ontologia, epistemologia e paradigma de pesquisa

Nesta pesquisa, embora se reconheça a imprescindibilidade das estruturas técnicas e dos dados normativos (Matriz Empírico-Analítica) como base material e estrutural que sustenta a existência do IFMG Campus Formiga, a orientação epistemológica desloca-se predominantemente para a intersecção entre as matrizes hermenêutica e crítica.

Essa escolha justifica-se pela natureza do objeto de estudo: a gestão democrática e o desenvolvimento regional não podem ser plenamente compreendidos apenas por dados estatísticos frios. Pelo contrário, os elementos empíricos são aqui submetidos ao crivo do diálogo, exigindo a interpretação dos sentidos institucionais e o compromisso ético com a transformação social. Assim, assume-se uma postura epistemológica em que a eficácia técnica (interesse técnico) é orientada pela compreensão mútua (interesse prático) e pela finalidade emancipatória (interesse emancipatório), integrando a teoria à práxis transformadora.

3.2 Abordagem, natureza e método de pesquisa

Ao reconhecer que a gestão social no IFMG Campus Formiga é um fenômeno multifacetado, as escolhas de abordagem, natureza e método buscam dar conta das dimensões técnica, prática e emancipatória do objeto.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na premissa de que os fenômenos sociais e organizacionais não podem ser plenamente compreendidos por meio da redução a variáveis quantificáveis. No horizonte do Círculo das Matrizes Epistêmicas, a abordagem qualitativa atua de forma transversal: permite a análise documental e normativa das estruturas burocráticas (Matriz Empírico-Analítica), possibilita o mergulho na subjetividade e nos significados atribuídos pelos atores às práticas de gestão (Matriz Hermenêutica) e sustenta a reflexão profunda necessária para desvelar as contradições e potenciais emancipatórios da

instituição (Matriz Crítica). Assim, o foco desloca-se da representatividade estatística para a profundidade dos processos intersubjetivos (sujeito-sujeito), buscando captar a complexidade das relações que moldam o desenvolvimento regional no âmbito do IFMG.

Quanto à natureza, este estudo caracteriza-se como exploratório, porém, sob o referencial adotado, assume um caráter fundamentalmente reconstrutivo. De acordo com Paes de Paula (2016), o conhecimento organizacional avança por meio de reconstruções que buscam sanar a incompletude cognitiva das teorias vigentes.

Assim, a pesquisa é exploratória por buscar maior proximidade com a realidade da Gestão Social no campus, mas é reconstrutiva porque não se limita a descrever o que existe; ela busca articular a estrutura administrativa (interesse técnico) com os anseios da comunidade (interesse prático) e os princípios da pedagogia crítica, visando propor uma nova síntese para a gestão regional. Dessa forma, o processo de reconstrução epistêmica culmina na terceira matriz — a Matriz Crítica —, ao transformar o conhecimento colhido em potencial de emancipação e autonomia para os sujeitos e para a própria instituição.

O método escolhido é o Estudo de Caso, aplicado ao IFMG Campus Formiga. O estudo de caso é o método por excelência para investigações que utilizam o Círculo das Matrizes, pois permite ao pesquisador observar o fenômeno em seu contexto real (YIN, 2015), local onde as tensões entre a gestão burocrática e o 'agir comunicativo' se manifestam de forma concreta.

Como locus de uma instituição criada para a equidade, o Campus Formiga torna-se o caso ideal para uma análise que transita entre a interpretação dos sentidos e a crítica das estruturas de poder, possibilitando identificar como a oferta de cursos pode, de fato, contribuir para a emancipação social do estudante.

3.3 Coleta, análise e interpretação das informações

Devido à natureza interdisciplinar desta investigação, foram adotadas diversas técnicas para a construção e interpretação dos dados, orientadas pelo princípio do pluralismo metodológico. No âmbito do Círculo das Matrizes Epistêmicas, a coleta de informações não se restringe à obtenção de evidências, mas busca o equilíbrio entre o interesse técnico (dados normativos), o interesse prático (compreensão mútua via linguagem) e o interesse emancipatório (reflexão crítica sobre a realidade).

Dessa forma, a análise e a interpretação das informações não ocorrem de maneira isolada; elas refletem o movimento circular proposto por Paes de Paula (2016), em que a sistematização dos dados prepara o terreno para a compreensão hermenêutica e, por fim, para a crítica das relações de poder. Para facilitar a visualização desse percurso, o Quadro 10 sintetiza a arquitetura da investigação e suas respectivas ferramentas operativas.

Em consonância com Paes de Paula (2016), as técnicas empregadas na pesquisa não foram tratadas como meros instrumentos de coleta ou extração de informações. Pelo contrário, foram concebidas como espaços de intersubjetividade, onde ocorre o encontro sujeito-sujeito.

Essa abordagem fundamenta-se na Matriz Hermenêutica e na Matriz Crítica, nas quais o pesquisador e os participantes buscam o entendimento mútuo através do agir comunicativo. Durante a coleta de dados a preocupação central da equipe não foi apenas a obtenção de respostas, mas a criação de uma atmosfera de confiança e simetria que permitisse o compartilhamento de significados e a autorreflexão dos sujeitos sobre a realidade do IFMG Campus Formiga. Dessa forma, os dados resultantes dessas etapas são compreendidos como construções coletivas, em que a voz da comunidade acadêmica e externa é reconhecida em sua autonomia, reforçando o compromisso desta investigação com a gestão social e a emancipação.

Quadro 10 - Desenho de Pesquisa

(Continua)

Fase da Pesquisa	Coleta	Fonte	Análise	Descrição	Objetivo
1.Fase que antecede a criação do IFMG Campus Formiga	Reportagens dos Jornais	O Pergaminho	Análise Crítica de Discurso (ACD) (Faircloucg, 2001)	Análise do processo de discussão sobre a criação do IFMG em Formiga, identificando as razões argumentativas e os discursos políticos em torno do tema. Sob a ótica de Habermas, os jornais locais são tratados como registros de esferas públicas periféricas - espaços de deliberação onde o Mundo da Vida manifestou suas pretensões de validade. Busca-se compreender como a opinião comum formada nessas “mini esferas” adquiriu densidade política para pautar o Sistema (Estado) e influenciar a decisão institucional de implantar o campus.	Objetivo Específico 1
		Nova Imprensa			
	Entrevistas	E01			
		E03			
	Documentos	Arquivos do IFMG: digital e Físico	Análise de Conteúdo (Bardin, 1977)		
2.Processo de constituição e formalização do IFMG campus Formiga	Reportagens dos Jornais	O Pergaminho	Análise Crítica de Discurso (ACD)	Reconstrução da trajetória do campus, desde sua gênese enquanto CEFET até a oficialização como IFMG, por meio do acompanhamento do discurso mediático. Sob a perspectiva habermasiana, a esfera pública atua aqui como termômetro da legitimidade do processo, evidenciando as tensões entre o projeto político-pedagógico desejado pelo Mundo da Vida e as normas de formalização impostas pelo Sistema. Ressalta-se que essa trajetória não é uma verdade absoluta, mas uma interpretação construída via análise crítica, visando desvelar a transição da vontade popular para a formalização administrativa.	Objetivo Específico 1
		Nova Imprensa			
	Entrevista	E01			
		E02			
		E04			
		E05			
	Documental	Arquivos do IFMG: digital e Físico	Análise de Conteúdo		

					(Conclusão)
3.Fase posterior a criação do IFMG Campus Formiga	Documental	Arquivos do IFMG: digital e Físico	Análise de Conteúdo	Compreender o momento atual da instituição e sua forma de gestão	Objetivo Específico 1
	DRPE	IFMG Campus Formiga	Análise de Conteúdo	Captar a avaliação da comunidade interna e externa sobre o desenvolvimento local e emancipação.	
4.O IFMG na perspectiva da comunidade	Grupo focal	Egressos	Análise de Conteúdo	Identificar e analisar a percepção da sociedade civil organizada formiguense e da região sobre a formação profissional dos cursos oferecidos pelo IFMG; identificar a demanda da sociedade local em relação a cursos técnicos integrados em Formiga e região; Compreender a emancipação do egresso na sua percepção (Interesse Emancipatório/Matriz Crítica).	Objetivo Específico 2 e 3
		Estudantes			
		Prof. rede pública Formiga			
		Prof. rede pública Pains			
		Prof. rede pública Córrego Fundo			
		Sociedade Civil Organizada			
		Empresários			

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Conforme demonstrado no desenho de pesquisa, o percurso metodológico não ocorreu de forma estática ou linear, mas sim por meio de um movimento cíclico entre as matrizes epistêmicas. As fases iniciais (1, 2 e 3) priorizaram a reconstrução das estruturas formais e dos discursos fundadores (Matrizes Empírico-Analítica e Hermenêutica), fornecendo a base necessária para que, na Fase 4, a pesquisa atingisse seu ápice na Matriz Crítica. Ao confrontar a trajetória institucional com as percepções da comunidade e dos egressos, este estudo buscou superar a mera descrição técnica para alcançar o interesse emancipatório, propondo uma síntese que oriente a oferta de cursos não apenas como uma decisão administrativa (Sistema), mas como um compromisso com a autonomia dos sujeitos (Mundo da Vida).

Para melhor compreensão do desenho de pesquisa, a seguir serão detalhadas as técnicas de coleta de dados, as fontes e as técnicas de análise de dados conforme apresentado no quadro 11.

Quadro 11 – Relação das técnicas de coleta e análises de dados

Técnica de Coleta	Fontes	Técnica de Análise
Pesquisa Documental	Jornal O Pergaminho Jornal Nova Imprensa	Análise Crítica do Discurso (ACD)
	Atas, Portarias, PDI, Arquivos Físicos/ Digitais do IFMG.	Análise de Conteúdo
Entrevista Semiestruturada	Roteiro de perguntas aplicado aos sujeitos-chave (E01 a E04).	Análise de Conteúdo Análise Crítica do Discurso
DRPE	Servidores do IFMG campus Formiga Alunos representantes	Análise de Conteúdo
Grupo Focal	Egressos Estudantes Professores da rede pública Sociedade Civil Empresários.	Análise de Conteúdo

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

3.3.1 Pesquisa Documental

A pesquisa documental engloba as seguintes fontes: (1) Jornais O Pergaminho e Nova Imprensa; (2) arquivos da instituição físico e digital, regulamentos, leis, material publicitário e atas;

3.3.1.1 Jornais: O Pergaminho e Nova Imprensa

Foram coletadas matérias dos principais jornais da cidade, “Nova Imprensa e O Pergaminho”. Identificou-se que o Jornal Nova Imprensa disponibilizava todo seu acervo pelo próprio site; assim, este jornal foi escolhido inicialmente pela conveniência, facilidade de acesso e de identificação das informações. O jornal é divulgado semanalmente e aborda questões locais, regionais e nacionais. Para identificação das matérias, foi acessado o acervo digital desde 2005, fazendo buscas em cada edição com as palavras: CEFET e IFMG. Os documentos foram baixados e arquivados para análise em conjunto com as entrevistas e documentos.

O acesso ao jornal O Pergaminho, que tem publicação diária, foi realizado por meio de exemplares disponibilizados na Biblioteca Pública Municipal de Formiga “Doutor Sócrates Bezerra de Menezes”, que mantém arquivados em seu acervo todos os exemplares desse jornal desde a inauguração. A principal estratégia utilizada na busca foi a leitura atenta do jornal. Como se trata de muitas edições, a leitura da capa, para orientação das manchetes e as datas de reportagens encontradas no jornal Nova Imprensa foram consideradas como um passo importante para o auxílio.

As reportagens encontradas nos jornais Nova Imprensa e O Pergaminho que fazem menção ao CEFET/IFMG somam 57 notícias e são listadas no Apêndice A, seguindo a ordem cronológica, apresentando Jornal, data, título da matéria e resumo do conteúdo.

Depois de reunidos todos os textos publicados em jornais que tratavam da temática de criação e formalização do IFMG, os jornais foram colocados em ordem cronológica para facilitar a compreensão da narrativa, foi realizada uma primeira leitura das matérias e, posteriormente, feita a Análise Crítica do Discurso (ACD).

Essa vertente analítica concebe o discurso como um momento revelador das práticas sociais. A relação entre discurso e sociedade ocorre de forma dialética, sendo, ao mesmo tempo, um produto social e um modo de ação capaz de produzir mudanças socioculturais (Fairclough, 2001). Assim, foi analisada a estrutura do texto, para buscar identificar as estruturas ideológicas nele presentes nas três fases que constituem o *lôcus* da pesquisa. A construção linguística está ligada ao contexto social em que foi produzida, sendo a sociedade a base da estrutura do discurso.

Em seus estudos, Fairclough (2001) ressalta o papel representativo da mídia e do trabalho ideológico, por meio da linguagem utilizada e das representações que faz do mundo,

influenciando na construção de identidades e relações sociais. O discurso midiático configura-se como a forma de produção dos textos pelas instituições ligadas a ele e a forma pela qual eles são distribuídos socialmente para o público. As ideologias produzidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem *status* de senso comum.

A análise da intertextualidade manifesta permitiu verificar-se como os diversos textos publicados sobre o IFMG Campus Formiga expressam as representações de mundo e as ideologias no processo que antecede a criação, a fase de formalização e a fase posterior de desenvolvimento do instituto e contribuem para a mobilização de uma mini esfera pública que possa ter gerado influência sobre decisões políticas que tenham viabilizado a criação do IFMG e sua implementação no município de Formiga, MG.

A construção do *corpus* para a ACD se deu a partir de reportagens dos Jornais Nova Imprensa e O Pergaminho, além das entrevistas com E01, E02, E03, E04 e E05 e documentos do arquivo da Instituição. Na fase que antecede a criação do IFMG as reportagens do Jornal Nova Imprensa e O Pergaminho compreendem o período de 9 de agosto de 2005 a 7 de outubro de 2005. Já a fase de constituição e formalização do campus as reportagens compreendem o período de 14 de outubro de 2005 a 20 de dezembro de 2008.

O *corpus* selecionado foi submetido à ACD de Norman Fairclough, uma abordagem que examina a relação intrínseca entre a linguagem e o poder na sociedade. Na fase que antecede a criação do IFMG campus Formiga, o *corpus* foi analisado considerando-se como problema social **a criação ou não de uma instituição de ensino pública na cidade de Formiga**. Para Fairclough (1995), um problema social é toda questão que afeta a sociedade de maneira significativa, envolvendo relações de poder, desigualdades e ideologias subjacentes. É um problema porque as formas como as coisas são ditas (e não ditas) têm consequências reais nas relações de poder, nas identidades e nas práticas sociais.

Nesse contexto, a criação de uma instituição pública de ensino em Formiga configura-se como problema social, pois envolve disputas de poder, desigualdades sociais e ideologias que impactam diretamente a comunidade. Questões educacionais são frequentemente reconhecidas como problemas sociais críticos, já que influenciam o desenvolvimento econômico e social a longo prazo. A implantação de uma nova instituição pode ampliar a qualidade e o acesso à educação, enquanto sua ausência tende a restringir oportunidades, sobretudo para famílias de baixa renda, aprofundando disparidades socioeconômicas. A seguir, descreve-se a análise de discurso realizada neste momento de discussão.

A ACD, na fase de constituição e formalização do IFMG campus Formiga, foi realizada considerando-se como problema social: **“o discurso envolvido na constituição e formalização de uma instituição de ensino pública federal na cidade de Formiga”**. Esse é considerado um problema social por várias razões integradas, que oferecem uma análise mais aprofundada dos acontecimentos.

Assim, o problema social proposto pode envolver desigualdade no acesso à educação de qualidade, disputas entre diferentes projetos de desenvolvimento local, tensão entre política pública e interesses privados, resistência cultural à valorização do ensino técnico, fragilidade das redes de apoio (governamental, comunitária, midiática). É uma forma de ação social que constrói realidades, negocia poderes, veicula ideologias e tem consequências materiais e simbólicas significativas para a comunidade e para a própria instituição. Analisar esse discurso permite desvelar as relações de poder, os interesses em jogo e os sentidos naturalizados que permeiam a vida social. A criação e formalização do IFMG Campus Formiga representa uma ação de enfrentamento desse quadro, promovendo interiorização do ensino e justiça social. A seguir, descrevemos a análise de discurso realizada deste momento da discussão.

Os autores Bessa e Sato (2018, p.131) colocam que a “análise do problema e a elaboração do *corpus* dependem do desenho de pesquisa”. Assim, ao considerar a criação de uma instituição de ensino pública na cidade de Formiga como um problema social, podemos classificar os gêneros discursivos como jornalístico e de entrevista.

O gênero jornalístico compreende textos como notícias e reportagens, que investigam e analisam diferentes aspectos do tema abordado. De acordo com Fairclough, pode-se classificá-lo em três níveis: Pré-gênero – é caracterizado como jornalismo de serviço público, cujo objetivo é informar e educar sobre questões que afetam a sociedade e podem influenciar políticas públicas e decisões comunitárias; o Subgênero – se apresenta na notícia de educação, voltada a reportar eventos, decisões e políticas que impactam o setor educacional, explorando seus efeitos sociais, econômicos e políticos; e o Gênero – situado, que são as reportagens específicas publicadas em Nova Imprensa e O Pergaminho, sobre a criação de uma instituição pública federal de ensino em Formiga.

Em relação às entrevistas, estas pertencem ao gênero entrevista, caracterizado pela interação entre entrevistador e entrevistado, em que sentidos são produzidos dentro de relações de poder e de um contexto sociocultural. O pré-gênero é o discurso oral, a forma mais ampla desse gênero. O subgênero corresponde à entrevista de pesquisa, e o gênero situado é representado pela entrevista realizada com os informantes E01, E02, R03 e E04.

Em relação aos documentos da instituição utilizados nessa análise, temos o pré-gênero como um discurso da governança educacional, pois compreende a forma como a instituição regula, organiza e comunica ações. O Subgênero, no caso são os documentos oficiais arquivados pela instituição, como atas, memorandos e ações comunicativas. O gênero situado são: o convênio, a chamada pública, a Lei e convites para eventos internos. Após analisado o gênero discursivo, partimos para a análise da rede de práticas envolvidas nesse contexto.

Após analisado o gênero discursivo, partimos para a análise da rede de práticas envolvidas nesse contexto. Para Fairclough (2012, p.308)

as práticas sociais nos permitem combinar as perspectivas de estrutura e de ação – uma prática é, por um lado, uma maneira relativamente permanente de agir na sociedade, determinada por sua posição dentro da rede de práticas estruturada; e, por outro, um domínio de ação social e interação que produz estruturas, podendo transformá-las.

Nesse contexto, analisando o *corpus*, podemos elencar uma rede de práticas envolvidas na questão da criação de uma instituição de ensino pública na cidade de Formiga, bastante ampla e multidisciplinar, abrangendo diferentes níveis de interação e colaboração entre diversos atores sociais.

Fairclough (1989) propõe que a ACD deve considerar a semiose² do problema como parte de um modelo tridimensional que inclui materialidade, relações sociais e fenômenos mentais. O autor argumenta que, para se analisar um problema, é necessário identificar os obstáculos e a função do problema na prática social. Ele enfatiza que o discurso deve ser entendido como um momento irreduzível das práticas sociais, interagindo com outros elementos como relações de poder e ideologias. Esse modelo permite uma compreensão mais profunda de como os discursos contribuem para a (re)produção de estruturas sociais e como podem ser transformados (Onuma, 2020).

Nesse contexto, a semiose exerce papel fundamental como mediadora na produção de significados que orientam atitudes e decisões. A linguagem e os símbolos utilizados conferem às práticas sociais um sentido que vai além da ação imediata, conectando-as ao universo cultural e político. Compreender essas relações simbólicas permite uma leitura mais crítica das

² "A semiose é uma faceta de quase todas as práticas sociais. [...] Podemos distinguir três maneiras pelas quais a semiose figura na prática social: ela figura como ação, como representação e como identificação." (FAIRCLOUGH, 2012, p. 91).

dinâmicas envolvidas na criação de uma instituição pública de ensino, bem como dos possíveis desdobramentos políticos e sociais.

O estágio seguinte à análise contempla a intertextualidade, isto é, a forma como os textos se relacionam com outros textos e discursos. Para Fairclough (2003, p. 218), “a intertextualidade de um texto é a presença de elementos de outros textos nele e, então, potencialmente, de outras vozes além da voz do(a) autor(a)”. No caso em análise, ela se manifesta na articulação entre discursos políticos, educacionais, econômicos, sociais, comunitários e midiáticos, compondo uma narrativa coesa e multifacetada. As reportagens constroem a criação da instituição de ensino como símbolo de progresso e de desenvolvimento econômico para a cidade

Nesse contexto, as redes de práticas, assim como a semiose e a intertextualidade, serão apresentadas em conjunto na ACD, no próximo capítulo.

3.3.1.2 Documentos da Instituição

O arquivo físico do IFMG campus Formiga foi acessado com intuito de encontrar documentos que pudessem contribuir com a pesquisa e mesmo comprovar fatos identificados nas matérias dos jornais pesquisados ou nas entrevistas realizadas. Os documentos considerados pertinentes para a pesquisa foram scaneados e arquivados para leitura. Os arquivos digitais foram pesquisados ou solicitados à instituição, quando não havia acesso liberado. Os *sites* do Ministério da Educação e do CEFET Bambuí foram acessados para completar as informações que faltavam para fechar algumas lacunas durante a análise das informações.

Em relação à análise dos dados foi feita a análise de conteúdo, um método que envolve procedimentos especializados, fornecendo novas ideias e aumentando a compreensão do pesquisador sobre fenômenos específicos ou informando ações práticas (Krippendorff, 2004). Apesar de não haver um procedimento rígido, existem algumas regras de base a serem seguidas, as quais devem ser homogêneas, exaustivas, exclusivas e objetivas; adequadas ou pertinentes (Bardin, 2011).

A análise das informações seguiu os preceitos de Bardin (2011), estruturada em três fases fundamentais: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados (que inclui a inferência e a interpretação). O processo foi operacionalizado da seguinte forma:

1. Pré-análise: Nesta fase, procedeu-se à preparação do material, com a organização e divisão dos documentos (atas, relatórios, marketing, decretos, entre outros). O livro de Atas da Instituição foi feito em um caderno de atas, mencionado na entrevista com o professor E01 como “livro preto de atas”, contendo 193 páginas. As atas foram digitadas, impressas e, posteriormente, coladas no referido caderno. A colagem não seguiu a ordem cronológica de datas, sendo assim, foi necessário mapeá-las, ordená-las e analisá-las individualmente para verificar se estavam dentro do escopo do estudo. Consta, no início de cada ata, a pauta da reunião e, com base nessa informação, definiu-se por sua leitura integral ou não. Foram lidas 92 atas, referentes aos anos 2007, 2008, 2009 e 2010. As atas não seguiram um padrão estético. O cabeçalho foi alterado à medida que a instituição passou de Extensão do CEFET Bambuí para UNED campus Formiga e, por fim, IFMG Campus Formiga.

Em seguida, realizou-se a leitura flutuante para uma compreensão global do acervo. A constituição do corpus definitivo foi orientada pelos critérios de representatividade, exaustividade, pertinência e homogeneidade. Por fim, o material foi refinado para ligar as ideias aos indicadores e categorias que nortearam a fase seguinte.

2. Exploração do material: Esta etapa consistiu na aplicação sistemática das decisões tomadas na pré-análise. Realizou-se a codificação, transformando-se o texto bruto em unidades de registro (significado) e de contexto (sentido). Posteriormente, ocorreu a categorização, classificando-se os elementos por diferenciação e reagrupando-os em classes temáticas que refletem os objetivos da pesquisa.

3. Tratamento dos resultados, inferência e interpretação: Os dados categorizados foram submetidos a uma análise reflexiva para torná-los compreensíveis e sintetizados. Neste estágio, a análise transcendeu o conteúdo manifesto para atingir o sentido oculto, realizando deduções lógicas confrontadas com o referencial teórico estabelecido.

Os critérios para análise dos documentos apresentados na seção 4: i) o regimento interno (RI), o ii) organograma do campus, e o iii) Plano de Desenvolvimento Interno do IFMG (PDI) seguiram os critérios apresentados no quadro 12.

Quadro 12: Critérios de análise para os documentos do IFMG campus Formiga

Lente Crítica	Avaliação	Critérios
Lente crítica	Racionalidade e Diálogo na Gestão	O processo decisório é monológico (centralização/burocrático) ou dialógico (compartilhado e horizontal)? O foco é a eficiência (utilitário) ou a justiça social (substantiva)?
Cidadania Deliberativa	Participação e legitimidade	Os espaços de participação são inclusivos e as decisões são tomadas por meio do diálogo racional, garantindo a igualdade política dos participantes?
Pedagogia Crítica	Emancipação e Conscientização	A formação baseada no tripé (ensino, pesquisa e extensão) promove a consciência crítica do estudante sobre a realidade social? Ela os prepara para a transformação social (emancipação) ou apenas para a inserção técnica no mercado?

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

3.3.2 Entrevistas Semiestruturadas

A escolha dos entrevistados se deu por conveniência, pois eles estavam engajados no processo de criação do Instituto em Formiga. O quadro 13 caracteriza os entrevistados.

Nas entrevistas 1 e 2 ficou claro que era necessário dar continuidade à coleta de informações para melhor esclarecimento dos fatos. Assim, procurou-se pelo E03, citado nas duas entrevistas anteriores como peça-chave para esse estudo. Após essa entrevista, ficou evidente que a origem do IFMG campus Formiga se funde à história do CEFET Bambuí, sendo uma sequência de fatos indissociáveis. Por fim, foi entrevistado o Professor E04, que participou da expansão da rede federal de ensino em nível nacional e o Jornalista E05, que vivenciou a criação do CEFET Bambuí extensão Formiga. O quadro 13 caracteriza os entrevistados.

As entrevistas realizadas com os sujeitos-chave (E01 a E04) foram analisadas sob a perspectiva da análise de conteúdo, seguindo as fases sistemáticas propostas por Bardin (2011). Diferente da análise documental, o foco aqui residiu na apreensão dos sentidos atribuídos pelos atores aos processos vividos, permitindo que a subjetividade individual emergisse como dado científico.

Quadro 13 - Caracterização dos entrevistados

Entrevistado/ Dados da entrevista	Cargo	Atuação
E01 04/05/2023 01:55:12	Professor	Iniciou como Professor do campus Bambuí e posteriormente foi transferido para a UNED Formiga. Foi coordenador Geral de Curso fora de sede (2007), Coordenador da UNED Formiga, Primeiro diretor do IFMG Campus Formiga,
E02 18/05/2023 00:56:52	Professor	Iniciou como Professor do campus Bambuí e posteriormente foi transferido para a UNED Formiga. Foi diretor do CEFET Bambuí extensão Formiga. Foi diretor de Ensino no IFMG Campus Formiga
E03 25/05/2023 00:57:27	Ex-secretário do Município de Formiga	Atuou como secretário de educação no Município de Formiga por 12 anos, sendo os dois mandatos consecutivos do ex-prefeito Aluísio Veloso da Cunha, 2005 a 2008 e 2009 a 2012, posteriormente se manteve na gestão assumida por Moacir Ribeiro da Silva, cassado durante o mandato, e assumida pelo vice Eduardo Brás Neto Almeida, 2013 a 2016. Secretário de Educação do município e interlocutor principal com a prefeitura na implantação do projeto.
E04 08/04/2024 1:33:20	Professor	Iniciou como Professor do campus Bambuí (2006). Diretor de Administração e Planejamento (2007). Ele se descreve como alguém que participou “efetivamente da transformação lá do campus e também das negociações para a criação dos institutos federais”, que ocorreram no final de 2008. Diretor de Planejamento no IFMG. Pró-Reitor de Administração no IFMG. Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal, uma posição de alta gestão no Ministério da Educação. Diretor do Campus Ibirité. Diretoria de Relações Internacionais do IFMG
E05 05/09/2025 01:02:49	Jornalista	Fundador do jornal o Pergaminho, revista “A Par” e fanzine “LEPRA”. É comendador pela Academia Brasileira de Ciências, Artes, História e Literatura. Membro do Clube Literário Marconi Montoli. Ocupa a cadeira 6 da Academia Formiguense de Letras

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações da pesquisa (2025).

O percurso analítico deu-se conforme as etapas descritas a seguir:

1. Pré-análise: Iniciou-se com a preparação do material, sendo as entrevistas gravadas, mediante autorização, e, após, integralmente transcritas, preservando-se as particularidades da linguagem e a fidelidade aos relatos. Em seguida, realizou-se a leitura flutuante das transcrições para uma imersão nos discursos. Nesta fase, o corpus de análise foi delimitado, selecionando-se os trechos com aderência direta aos objetivos da pesquisa e às categorias de Habermas e Paes de Paula.

2. Exploração do material: Nesta etapa, procedeu-se à codificação e categorização. As unidades de significado foram organizadas cronológica e tematicamente em três eixos centrais: (i) antecedentes e mobilização social; (ii) processos de constituição e formalização institucional; e (iii) dinâmica institucional pós-criação.

3. Tratamento dos resultados, inferências e interpretações: As categorias foram trabalhadas para sintetizar as convergências e divergências entre os relatos, buscando compreender como os discursos se entrelaçam para formar a narrativa histórica do campus. Este estágio representou o fechamento do ciclo analítico, em que o conteúdo manifesto deu lugar à interpretação do conteúdo latente. As falas foram confrontadas com o referencial da Gestão Social e do Agir Comunicativo, permitindo identificar se a trajetória narrada reflete o interesse técnico do Sistema ou os anseios emancipatórios do Mundo da Vida.

Após a sistematização inicial pela Análise de Conteúdo, as entrevistas foram submetidas à Análise Crítica do Discurso (ACD), em um processo de triangulação com os dados obtidos nos jornais. Essa etapa foi essencial para confrontar a “memória oficial” e midiática com a “memória viva” dos sujeitos-chave.

Enquanto a Análise de Conteúdo organizou as unidades de significado, a ACD permitiu identificar como as ideologias e as relações de poder descritas por Fairclough (2001) manifestam-se nas tensões entre o discurso dos jornais e os relatos dos entrevistados. Esse cruzamento buscou desvelar se as promessas de emancipação e os debates ocorridos nas esferas públicas periféricas (jornais) foram efetivamente incorporados à prática institucional ou se foram absorvidos pela racionalidade instrumental do Sistema. Assim, a análise não se limitou ao que foi dito isoladamente em cada fonte, mas concentrou-se na interdiscursividade e nas contradições que emergem do confronto entre o registro público e a vivência dos atores.

3.3.3 DRPE

O DRPE se fundamenta nos chamados “Diagnósticos Rápidos Participativos” (DRPs) enquanto instrumentos que viabilizam a participação de uma dada coletividade. O método tem como objetivo promover a reflexão e a conscientização dos membros de uma coletividade, como associações, cooperativas e comunidades. De acordo com Pereira (2001, p. 108), o

método *prima* pela produção de resultados rápidos, pela participação e pela conjugação de técnicas qualitativas de pesquisa, observando-se os aspectos da interdisciplinaridade, triangulação na coleta de informações e análise de conteúdo. Caracteriza-se como um método que articula técnicas de intervenção participativa com o intuito de colher dados qualitativos e quantitativos em um período reduzido, operando por meio de uma interação dialógica entre uma equipe interdisciplinar e grupos sociais específicos (Pereira, 2017).

Para a viabilização deste processo no IFMG Campus Formiga, foi ministrado um curso de formação em DRPE destinado à preparação da equipe interdisciplinar. Esta equipe foi formada por seis pessoas com trajetórias distintas, porém complementares, cujo perfil contemplou criatividade, iniciativa, capacidade de mobilização e comunicação. A estrutura de trabalho dividiu-se entre um coordenador, responsável pela distribuição de tarefas e estratégias; um “animador”, encarregado de sensibilizar os atores sociais nas reuniões; um observador, voltado para entrevistas e percepções locais; e três anotadores, que registraram integralmente as informações coletadas. A interdisciplinaridade aqui é compreendida, conforme Japiassu (1976), como uma intensidade de trocas que busca a compreensão do todo, evitando-se a fragmentação do conhecimento científico.

Fundamentado nas instâncias da pedagogia emancipadora de Garcia (1980), o DRPE articula-se em três momentos fundamentais. O primeiro, de expressão e descrição da realidade, envolve a manifestação de valores e conceitos dos atores sociais através de temas geradores. Conforme as formulações de Freire (1987) adaptadas por Pereira (2017), esses temas permitem o reconhecimento de situações-limite, entendidas como obstáculos históricos inicialmente intransponíveis. A continuidade ocorre na fase da crítica do material exposto, onde se analisam as contradições e causas dos problemas. Por fim, a instância da criatividade promove a mobilização de recursos estratégicos para estabelecer cursos de ação, consolidando o planejamento participativo e confrontando informações técnicas com o universo temático da coletividade.

A base de avaliação desse processo reside nas categorias teóricas e critérios de análise da cidadania deliberativa sistematizados por Villela (2012). Essas categorias são igualmente recorrentes na avaliação da gestão social, evidenciando a transversalidade desses conceitos na consolidação do paradigma proposto para o campus. Conforme detalhado no Quadro 14, os critérios incluem desde a qualidade da informação e pluralidade do grupo promotor até a autonomia e a busca pelo bem comum. É sob essa ótica que o DRPE se define como um

“método praxiológico de diagnosticar a realidade, de caráter essencialmente qualitativo, fundamentado na crítica coletiva e na mudança cultural” (Pereira, 2017, p. 80).

Quadro 14 - Categorias e Critérios da Cidadania Deliberativa

(Continua)

Categorias	Critérios
Processos de discussão: discussão de problemas através da autoridade negociada na esfera pública. Pressupõe igualdade de direitos e é entendido como um espaço intersubjetivo e comunicativo que possibilita o entendimento dos atores sociais envolvidos.	Canais de difusão: existência e utilização de canais adequados ao acesso à informação para a mobilização dos potenciais participantes.
	Qualidade da informação: diversidade, clareza e utilidade da informação proporcionada aos atores envolvidos.
	Espaços de transversalidade: espaços que atravessam setores no intuito de integrar diferentes pontos de vista.
	Pluralidade do grupo promotor: compartilhamento da liderança a fim de reunir diferentes potenciais atores.
	Órgãos existentes: uso de órgãos e estruturas já existentes evitando a duplicação das estruturas.
	Órgãos de acompanhamento: existência de um órgão que faça o acompanhamento de todo o processo, desde sua elaboração até a implementação, garantindo a coerência e fidelidade ao que foi deliberado de forma participativa.
Inclusão: incorporação de atores individuais e coletivos anteriormente excluídos dos espaços decisórios de políticas públicas	Relação com outros processos participativos: interação com outros sistemas participativos já existentes na região.
	Abertura dos espaços de decisão: processos, mecanismos, instituições que favorecem a articulação dos interesses dos cidadãos ou dos grupos, dando uma chance igual a todos de participação na tomada de decisão.
	Aceitação social, política e técnica: reconhecimento pelos atores da necessidade de uma metodologia participativa, tanto no âmbito social, quanto no político e no técnico.
Pluralismo: multiplicidade de atores (poder público, mercado e sociedade civil) que, a partir de seus diferentes pontos de vista, estão envolvidos no processo de tomada de decisão nas políticas públicas.	Valorização cidadã: valorização por parte da cidadania sobre a relevância da sua participação.
	Participação de diferentes atores: atuação de associações, movimentos e organizações, bem como cidadãos não organizados, envolvidos no processo deliberativo.
Igualdade participativa: isonomia efetiva de atuação nos processos de tomada de decisão nas políticas públicas.	Perfil dos atores: características dos atores em relação às suas experiências em processos democráticos de participação.
	Forma de escolha de representantes: métodos utilizados para a escolha de representantes.
	Discursos dos representantes: valorização de processos participativos nos discursos exercidos por representantes. Avaliação participativa: intervenção dos participantes no acompanhamento e na avaliação das políticas públicas.

(Conclusão)

Categorias	Crítérios
Autonomia: apropriação indistinta do poder decisório pelos diferentes atores nas políticas públicas.	Origem das proposições: identificação da iniciativa das proposições e sua congruência com o interesse dos beneficiários das políticas públicas adotadas.
	Alçada dos atores: intensidade com que as administrações locais, dentro de determinado território, podem intervir na problemática planejada.
	Perfil da liderança: características da liderança em relação à condução descentralizadora do processo de deliberação e de execução.
	Possibilidade de exercer a própria vontade: instituições, normas e procedimentos que permitam o exercício da vontade política individual ou coletiva.
Bem comum: bem-estar social alcançado através da prática republicana.	Objetivos alcançados: relação entre os objetivos planejados e os realizados.
	Aprovação cidadã dos resultados: avaliação positiva dos atores sobre os resultados alcançados.
	Inteligibilidade: capacidade de compreensão das informações.
	Promoção do controle social: capacidade de promoção do controle social.

Fonte: Villela (2012, 39-40); Cançado, Tenório e Pereira (2015, p. 195-198).

No contexto específico do IFMG Campus Formiga, a execução prática ocorreu entre os dias 12 e 14 de fevereiro de 2025, após intensa mobilização institucional. O diagnóstico contou com financiamento do CNPq e coordenação do Dr. José Roberto Pereira e da pesquisadora Sarah Lopes Silva, sendo estruturado por meio de nove técnicas integradas, detalhadas no Quadro 15.

Quadro 15 – Técnicas desenvolvidas no DRPE

(Continua)

Técnica	Descrição
Apresentação	Momento inicial para quebrar o gelo e estabelecer uma relação de confiança entre a equipe multidisciplinar e os participantes.
Mapeamento Histórico	Compreender como o IFMG campus Formiga se articula na territorialidade em que está localizado, compreendendo assim seu entorno, suas potencialidades e suas fraquezas. A Técnica possibilitou o resgate da trajetória do campus desde a sua criação.
Construção	Proposta para que os servidores possam externar o que é realmente mais importante e urgente para a instituição no seu ponto de vista. Mais do que um exercício de imaginação, essa metodologia cria um espaço para que os envolvidos compartilhem suas percepções sobre o presente projetando melhorias para o futuro da instituição.

Fonte: Relatório do DRPE Campus Formiga (2025).

(Conclusão)

Técnica	Descrição
Caminhada Transversal	Técnica qualitativa utilizada para compreender a história e as dinâmicas de um determinado local por meio de uma exploração guiada. Durante essa caminhada, os participantes do diagnóstico percorrem o espaço guiando a equipe interdisciplinar, pois são esses que detêm o conhecimento sobre sua história, estrutura e funcionamento, permitindo uma análise in loco das condições físicas, usos e percepções do ambiente.
Rotina Diária	Compreender a realidade de determinado contexto por meio da observação e relato das atividades diárias de indivíduos. Sua finalidade é identificar padrões, desafios e oportunidades dentro da rotina dos participantes, permitindo uma análise mais aprofundada das dinâmicas sociais, educacionais e institucionais.
Entra e Sai	Compreender a capacidade produtiva de um determinado espaço é essencial para avaliar seu potencial e propor melhorias estratégicas. No contexto do IFMG, essa análise se torna ainda mais relevante, pois permite entender a percepção coletiva sobre os meios disponíveis para produção, seja ela material, de conhecimento ou de recursos humanos
Diagrama de Venn	Utilizado para mapear as relações e o grau de proximidade do IFMG com entidades externas, como reitoria, prefeitura, fornecedores e agências de fomento
Matriz Realidade/Objetivo e Eleição de Prioridades	diagnóstico participativo que busca promover uma análise crítica e estratégica da realidade local a partir da identificação dos principais problemas enfrentados por uma comunidade ou instituição e da visualização de objetivos concretos a serem alcançados. Essa ferramenta estimula a reflexão coletiva sobre os desafios existentes, suas causas e consequências, ao mesmo tempo em que propõe caminhos para transformação
Eleição de Prioridades	é uma etapa complementar e estratégica dentro de processos participativos de diagnóstico e planejamento, especialmente após a aplicação da Matriz Realidade-Objetivo. O principal objetivo é possibilitar que os participantes elejam, de forma democrática e consciente, as ações consideradas mais urgentes ou relevantes diante da realidade institucional identificada.

Fonte: Relatório do DRPE Campus Formiga (2025).

Os atores sociais envolvidos compreenderam docentes, técnicos administrativos e discentes representantes de conselhos ou instituições estudantis. A caracterização desses 32 sujeitos, identificados de P1 a P32 para preservar sua identidade enquanto colaboradores ativos da pesquisa, é apresentada no Quadro 16.

Quadro 16 - Caracterização dos atores sociais envolvidos no DRPE

(Continua)

Atores sociais	Descrição
P1	professor no Instituto desde 2007, lecionando tanto na graduação quanto na pós-graduação, com foco em empreendedorismo e inovação. Neste semestre, ele ministra aulas para cerca de 70 alunos, abrangendo desde o terceiro ano até a pós-graduação.
P2	ingressou no Instituto em 2011 como professor das áreas de Engenharia Elétrica e Eletrotécnica, com turmas de aproximadamente 35 alunos. Atualmente, tem dedicação total ao cargo de Diretor Geral do Campus.
P3	atua como Assistente Administrativo no IFMG desde 2018. Formado em Administração Pública na UFLA, teve uma passagem pela Diretoria de Ensino, onde trabalhou diretamente com os alunos. Atualmente, está lotado no almoxarifado.
P4	trabalha no Instituto desde 2008 e possui licenciatura em Ciências (Geografia), além de formação em Turismo e Psicanálise. No ensino técnico, aborda temas como desenvolvimento sustentável e marketing. Na graduação, sua atuação se concentra, principalmente, em marketing e pesquisa em diversas áreas. Relata que atende, em média, de 190 a 200 alunos por semestre.
P5	iniciou sua atuação como pedagogo no IFMG em 8 de abril de 2024. Pós-graduando em História da Ciência, é bolsista e atende diretamente os alunos. Natural do interior de São Paulo, possui formação em História e Pedagogia.
P6	Yasmin é estudante do técnico em informática e está atualmente no terceiro ano. Natural de Formiga, já integrou o Grêmio Estudantil.
P7	é estudante do técnico em informática e está no terceiro ano do curso. Natural de Formiga teve uma participação ativa na vida estudantil ao integrar o Grêmio Estudantil.
P8	é fisioterapeuta por formação, atualmente cursa Ciência da Computação no IFMG. Como bolsista do Polo de Inovação, ela também participa ativamente do Colegiado acadêmico.
P9	é assistente social no campus. Doutora em Educação pela UFES. Sua trajetória acadêmica inclui estudos sobre permanência estudantil.
P10	faz parte do IFMG desde 2008. Atualmente ocupa o cargo de chefe de seção. Formado em Gestão Financeira, é natural de Formiga
P11	ingressou no Instituto em 2013 como auxiliar na administração. Antes disso, atuou como professora por oito anos. Atualmente, trabalha na área de estágio, extensão e pesquisa. Está cursando Administração Pública na UFLA e possui mestrado pelo CEFET
P12	é jornalista e técnica administrativa no IFMG Formiga desde 2011. Com mestrado e doutorado em Comunicação pela UNB, desenvolve atividades na área de comunicação institucional.
P13	tem licenciatura em Matemática, é natural de Divinópolis. Atua no ensino técnico e na graduação, atendendo cerca de 100 alunos por semestre.
P14	é professor de Filosofia desde 2014, atendendo aproximadamente 300 alunos. Natural do Rio de Janeiro, atua no IFMG com turmas de diferentes níveis.

(Conclusão)

P15	é formada em Ciências Biológicas e possui mestrado pela UFLA. Desde 2014, leciona Biologia no campus Formiga, onde atende mais de 100 alunos/semestre. Ela observa que muitos estudantes que ingressam no IFMG têm dificuldades para acompanhar o ritmo de estudos.
P16	formada em Direito e possui doutorado. Há 11 anos, atua como professora de Sociologia e outras disciplinas no IFMG, lecionando para todas as turmas.
P17	atua na área de Física e possui ingresso recente no campus.
P18	é pedagoga e trabalha na seção pedagógica do campus. Natural de Palmas, iniciou um mestrado, mas não chegou a concluí-lo após se tornar mãe.
P19	Graduanda em Biblioteconomia. Trabalhou no IFMG campus Bambuí por 12 anos antes de ingressar no campus de Formiga em 2018. Atualmente, atua no setor de pesquisa e extensão.
P20	é técnica em assuntos educacionais e trabalha na Diretoria de Ensino. Com passagem por diversos Institutos Federais, relata que cada unidade tem características diversas.
P21	assistente de alunos do campus e formado em Educação Física. Atua na seção pedagógica, oferecendo suporte aos estudantes em diversas demandas acadêmicas e institucionais
P22	é docente do IFMG desde 2012, possui mestrado e atua como professora de Administração
P23	professor de Física no IFMG, lecionando tanto para a graduação em Engenharia como na Computação e ensino médio. Formado em 1990, ingressou no instituto em 2008. Foi diretor de ensino de 2010 a 2015
P24	estudante do curso Técnico em informática, atualmente no primeiro ano. Atual presidente do grêmio estudantil
P25	trabalha no setor de TI do campus há 15 anos
P26	técnica administrativa e trabalha na equipe multiprofissional. Psicóloga do campus desde 2009 com mestrado em educação
P27	é assistente de aluno do campus trabalha na secretaria acadêmica desde 2009
P28	trabalha na secretaria acadêmica desde 2014. É assistente administrativa e tem formação em farmácia
P29	é assistente administrativo. Iniciou na reitoria em BH, foi transferido para Formiga após um acidente, passou pelo almoxarifado, até chegar em chefe de gabinete. Formado em Direito
P30	é estudante da Engenharia Elétrica, coordenador do CREA Jr, faz parte da Atlética
P31	está há 15 anos no IFMG campus Formiga e trabalha na área de licitações
P32	é Estudante de Engenharia Elétrica, representante de curso

Fonte: Relatório do DRPE Campus Formiga (2025, p.14-15).

Após a coleta, os dados foram submetidos a uma análise de conteúdo e cruzados (Triangulação de dados) com documentos oficiais, como o Estatuto do IFMG, o Regimento Geral e a Lei de criação dos Institutos Federais. O processo encerrou-se com a elaboração de recomendações estratégicas para subsidiar o planejamento institucional futuro, visando a uma gestão mais democrática e alinhada às demandas regionais.

Como resultado da aplicação do método, consolidou-se um relatório técnico de 90 páginas, o qual foi formalmente protocolado e entregue à direção da instituição. Este documento detalha de forma exaustiva o universo temático levantado, as situações-limite identificadas e as propostas para o “inédito viável” no contexto do IFMG Campus Formiga. Adicionalmente, com o intuito de democratizar o acesso às informações e garantir o retorno social aos atores sociais envolvidos, foi elaborado um material de apoio em formato de folder explicativo. Esse recurso didático e sintetizado objetiva facilitar a compreensão dos resultados e reforçar o caráter participativo e transparente de todas as etapas do processo de gestão social.

3.3.4 Grupos Focais

Foram realizadas onze rodadas, sendo: três grupos focais com egressos, três grupos focais com estudantes, três grupos focais com professores da rede pública de ensino, um grupo com a sociedade civil e um grupo com empresários, conforme Quadro 17.

Quadro 17 – Quantitativos de participantes nos grupos focais

Grupo focal	Quantitativo		Data/horário de início	Tempo de duração
Estudantes do IFMG campus Formiga	Grupo 1	7 participantes	24 jun. 2025 18:51	00:43:45
	Grupo 2	6 participantes	25 jun. 2025 03:48	00:37:48
	Grupo 3	6 participantes	25 jun. 2025 18:58	00:48:53
Egressos do IFMG campus Formiga	Grupo 1	7 participantes	26 mar. 2025 18:50	01:06:27
	Grupo 2	7 participantes	31 mar. 2025 18:50	01:24:33
	Grupo 3	6 participantes	4 jun. 2025 18:50	01:27:48
Professores da rede pública	Formiga	7 participantes	20 mar. 2025 18:36	01:42:47
	Pais	4 participantes	2 abr. 2025 18:47	00:38:57
	Córrego Fundo	6 participantes	7 abr. 2025 19:00	01:42:04
Empresários	Formiga	5 participantes	25 jul. 2025 08:00	00:58:02
Tatame do Bem	Formiga	5 participantes	1 jul. 2025 18:49	02:00:49

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

As reuniões foram realizadas pelo zoom, uma plataforma de comunicação que permite realizar reuniões virtuais por vídeo, áudio e chat em tempo real. A gravação em áudio/vídeo foi feita mediante autorização dos participantes. A transcrição das reuniões foi feita pela própria plataforma, sendo esse um serviço oferecido no pacote assinado. As transcrições automáticas passaram por uma etapa de revisão e conferência humana para garantir a fidedignidade das falas.

Utilizou-se um roteiro semiestruturado abordando os temas principais, a avaliação da formação dos estudantes das escolas, a necessidade de desenvolvimento do município de Formiga e da região e as principais demandas da sociedade em relação a cursos em Formiga e região (Apêndices de C a G).

A equipe de entrevistadores foi estruturada de modo a minimizar vieses e garantir o rigor na coleta. A equipe foi composta pelo orientador Dr. José Roberto Pereira, que moderou o primeiro grupo focal, a fim de demonstrar como seriam desenvolvidas as reuniões, a doutoranda Sarah Lopes Silva e as bolsistas Sabrina, Júlia e Amanda. A doutoranda Sarah moderou as demais reuniões com auxílio das bolsistas.

Houve reuniões prévias para alinhar a abordagem e garantir que as perguntas fossem feitas de forma a estimular a reflexão crítica, e não apenas respostas técnicas. Seguindo a Matriz Hermenêutica, os entrevistadores atuaram como facilitadores do diálogo, adotando uma escuta ativa e empática para captar a profundidade dos sentidos atribuídos à gestão do campus.

Os grupos focais de egressos, estudantes, professores da rede pública de ensino e de empresários foram formados a partir da técnica de bola de neve, uma forma de amostra não probabilística (Vinuto, 2014). Essa técnica é especialmente utilizada quando o público-alvo é de difícil acesso. Segundo Vinuto (2014, p.208), a execução da amostragem em bola de neve é construída como segue:

inicialmente, tem-se informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral; em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente.

Foram identificados os egressos “sementes” e, a partir desses, outros egressos foram identificados. Os egressos que se dispuseram a participar foram distribuídos em três grupos focais. A caracterização dos participantes por grupo é apresentada no quadro 18.

Quadro 18 – Caracterização dos participantes, grupo focal dos egressos do Campus Formiga (Continua)

Código	Ano formação	Área formação	Atuação	Está na região
AE1	2022	Técnico em Administração.	Cursando Engenharia Civil na UFLA	Não
AE2	2022	Técnico em Administração.	Cursando Direito na UFLA	Não

(Conclusão)

Código	Ano formação	Área formação	Atuação	Está na região
AE3	2024	Engenharia Elétrica	Trabalhando na Cemig Distribuição	Não
AE4	2023	Engenharia Elétrica	Trabalhando na Área de automação industrial	Não
AE5	2019/2023	Técnico em Informática/Licenciatura em Matemática	Leciona Matemática na rede pública de Formiga	Sim
AE6	Não concluiu	Administração	Estagia na área de Administração no DER-MG	Sim
AE7	2023	Eletrotécnica	Cursando Medicina na cidade de Rosário, na Argentina	Não
AE8	2018/2023	Administração / Pedagogia	Atuou 6 anos em escritório de contabilidade; deseja retornar à área administrativa	Sim
AE9	2022/2023	Administração / Mestrado e Doutorado	Pesquisadora com bolsas CAPES, CNPq e FAPEMIG; iniciou doutorado	Sim
AE10	2018/2023	Administração / Administração Pública	Atua no setor de RH da MEP; cursando Gestão de RH pela UNIFOR	Sim
AE11	2021	Administração	Supervisora dos departamentos Pessoal e Financeiro da Engeomig	Sim
AE12	2015/2021	Administração	Sócia da Lidera Consultoria; pós-graduação em Recrutamento e Seleção	Sim
AE13	2022	Administração	Analista comercial na Mercedes; destaca aplicação prática dos conhecimentos	Sim
AE14	2024	Técnico em Informática	Estudante; se prepara para vestibular em Odontologia	Não
AE15	Não concluiu	Ciência da Computação	Cursando Direito na UNIFOR	Sim
AE16	2020	Administração	Cursando Pedagogia e pós-graduação em Docência; deseja cursar Direito futuramente	Sim
AE17	2020	Administração	Gestor de mobilização social na Rede Cidadã	Sim
AE18	2023	Administração	Instrutora no SENAI com jovens aprendizes	Sim
AE19	2018	Administração	Gestora na empresa familiar; atuou no Sebrae	Sim
AE20	2023	Técnico em Administração	Ingressando na graduação em História na UFOP	Não

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Em relação aos grupos focais com estudantes da instituição, o contato inicial foi realizado no próprio campus e a partir dos estudantes que se dispuseram a participar foi realizado contato com outros estudantes e divididos em três grupos focais (Quadro 19).

Quadro 19 – Caracterização dos participantes, grupo focal dos estudantes do Campus Formiga

Código	Área de Formação / Curso	Atuação	Cidade de origem
A1	Ciência da Computação – 7º período	Estudante	Formiga (MG)
A2	Ciência da Computação – 6º período	Estudante	Arcos (MG)
A3	Ciência da Computação – 5º período	Estudante	Lagoa da Prata (MG)
A4	Ciência da Computação – 4º período (egressa do técnico)	Estudante	Santo Antônio do Monte (MG)
A5	Ciência da Computação – 3º período	Estudante	Formiga (MG)
A6	Ciência da Computação – 7º período	Estudante	Pains (MG)
A7	Técnico em Administração (egresso)	Estudante	Formiga (MG)
A8	Técnico em Informática (egresso)	Estudante	Arcos (MG)
A9	Técnico em Mecânica (egresso)	Estudante	Pains (MG)
A10	Técnico em Administração (egresso)	Estudante	Santo Antônio do Monte (MG)
A11	Engenharia Elétrica – 7º período	Estudante	Formiga (MG)
A12	Engenharia Elétrica – 8º período	Estudante	Piumhi (MG)
A13	Ciência da Computação – 6º período	Estudante	Belo Horizonte (MG)
A14	Ciência da Computação – 7º período	Estudante	São Paulo (SP)
A15	Matemática – 5º período	Estudante	Córrego Fundo (MG)
A16	Administração – 2º período	Estudante	Formiga (MG)
A17	Administração – 5º período	Estudante	Formiga (MG)

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A seleção dos participantes para os Grupos Focais, especificamente os professores das redes municipais e estaduais, concentrou-se nas cidades de Formiga, Pains e Córrego Fundo. Esta delimitação pauta-se em dois critérios complementares, sendo esses geográfico e de representatividade territorial discente. Conforme a “Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias” (IBGE, 2017), o município de Formiga é a sede da Região Geográfica Imediata, a qual engloba municípios vizinhos como Arcos, Córrego Fundo e Pains (Quadro 7). Sendo o IFMG Campus Formiga um indutor do desenvolvimento regional, é imperativo que a coleta de dados contemple as vozes desse território de integração. E por fim, a análise do perfil do corpo discente da instituição revela que a grande maioria dos estudantes é proveniente de Formiga (76,54%). Contudo, destaca-se que Córrego Fundo (7,76%) e Pains (3,46%) configuram-se entre os principais polos emissores de alunos para o campus, ocupando a segunda e quarta posições, respectivamente (Tabela 3).

Portanto, a escolha desses municípios garante que a pesquisa capte as percepções dos atores sociais localizados no núcleo de impacto direto do IFMG campus Formiga. Ao ouvir professores e representantes dessas cidades, a investigação alinha-se à Matriz Crítica de Paes de Paula (2016), ao considerar as demandas territoriais para a construção de uma gestão social que promova, de fato, o desenvolvimento regional e a emancipação dos sujeitos inseridos nesse contexto geográfico. A caracterização dos participantes dos grupos focais é apresentada no quadro 20.

Quadro 20 – Caracterização dos participantes, grupo focal dos professores de Formiga, Pains e Córrego Fundo

Código	Tempo de atuação	Área de Formação	Atuação
Formiga			
PF1	14 anos	Física	Professora no SESC Formiga e EJA
PF2	5 anos	História	Professor na rede municipal e zona rural
PF3	30 anos	Educação Infantil / Ciências/Geografia	Professora na rede pública e no Colégio Santa Terezinha (Fundamental I)
PF4	7 anos	Pedagogia	Professora na rede municipal (Ensino Fundamental I)
PF5	15 anos	Educação Infantil / Fundamental I	Professora do 2º ano no Colégio Santa Terezinha
PF6	25 anos	História	Professora de História no Ensino Fundamental e Médio (rede estadual)
PF7	10 anos	Matemática	Professora na rede estadual e municipal
Pains			
PP01	15 anos	Letras	Professora de Língua Portuguesa no Ensino Médio; exerce coordenação e vice-direção.
PP02	10 anos	Pedagogia	Professora na Educação Infantil e no Ensino Fundamental; trabalha entre Pains e Córrego Fundo.
PP03	5 anos	História	Professora de História no Ensino Médio
PP04	7 anos	Educação Infantil/Pedagogia	Professora no ensino fundamental
Córrego Fundo			
PCF1	30 anos	Biologia	Professor de Biologia no Ensino Médio
PCF2	12 anos	Matemática	Professor de Matemática no Ensino Médio e Fundamental
PCF3	4 anos	Filosofia	Professor de Filosofia no Ensino Médio
PCF4	12 anos	Língua Portuguesa	Professora de Língua Portuguesa na rede pública municipal e estadual
PCF5	3 anos	Licenciado em Música, formação em artes	Professor de musicalização na rede pública estadual em Arcos e Córrego Fundo
PCF7	30 anos	Geografia	Professor de Geografia no Ensino Médio

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A inclusão do grupo focal com empresários justifica-se pela necessidade de compreender as demandas do setor produtivo local e as expectativas de absorção de mão de obra qualificada na região. Sob a ótica do Círculo das Matrizes Epistêmicas, este grupo traz a contribuição necessária para a Matriz Empírico-Analítica, fornecendo dados sobre a realidade econômica e as competências técnicas exigidas pelo mercado de trabalho em Formiga e região.

A técnica de escolha seguiu o critério da Amostragem em Bola de Neve, partindo de lideranças empresariais consolidadas (sementes). Integrar os empresários neste estudo não significa submeter a educação aos interesses de mercado, mas sim promover um espaço deliberativo onde as necessidades de desenvolvimento econômico sejam discutidas em conjunto com o compromisso social da instituição. Assim, busca-se uma síntese entre a eficácia técnica e a finalidade emancipatória da instituição. A caracterização dos participantes está relacionada no quadro 21.

Quadro 21 – Caracterização dos participantes, grupo focal de empresários

Código	Área	Área de atuação
EM01	Tecnologia	CEO e proprietário
EM02	Incorporadora e construtora	CEO
EM03	Comércio de Pneus	CEO
EM04	Comércio de	CEO e proprietário
EM05	Tecnologia	CEO

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

E, por fim, a escolha do Tatame do Bem justifica-se pelo seu papel na transformação social de jovens em vulnerabilidade, permitindo que a Matriz Crítica desta pesquisa capte as demandas de setores da sociedade que frequentemente estão à margem dos processos deliberativos formais. Outro ponto a ser destacado é a representatividade dessa instituição na cidade de Formiga. A caracterização dos participantes está relacionada no quadro 22.

Quadro 22 – Caracterização dos participantes, grupo focal tatame do bem

Código	Área	Atuação
TB01	Coordenador do projeto	Formação profissional, comunicação e desenvolvimento de jovens.
TB02	Colaborador do projeto	Educação financeira, empreendedorismo e acompanhamento de jovens
TB03	Colaborador do projeto	Acompanhamento de jovens e pais
TB04	Colaborador do projeto	Empreendedorismo e formação de jovens
TB05	Colaborador do projeto	Jornalista

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A seguir será apresentada a análise e discussão dos resultados da pesquisa.

4. IFMG CAMPUS FORMIGA: UM CONTEXTO HISTÓRICO

O contexto histórico campus Formiga foi estruturado em três fases: i) a fase que antecede a criação do IFMG campus Formiga; ii) a fase de constituição e formalização do IFMG Campus Formiga; iii) fase posterior à criação do IFMG Campus Formiga. Este capítulo responde ao primeiro objetivo específico de estudo, sendo esse: contextualizar a fase que antecede a criação do IFMG Campus Formiga, assim como a fase de constituição e formalização e a fase posterior de sua criação, no sentido de compreender a relação deste com a comunidade local e regional ao longo dos anos.

Na primeira fase, que antecede a criação do IFMG campus Formiga, foram identificadas como pontos principais as iniciativas e ações do ex-prefeito de Formiga, Aluísio Veloso, cuja gestão foi simultânea à gestão do primeiro governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. As ações do ex-prefeito em prol da criação do IFMG campus Formiga foram identificadas por meio dos jornais locais, O Pergaminho e Nova Imprensa. Além disso, destaca-se a entrevista realizada com o informante E03. Essa primeira fase foi finalizada com o mapeamento das razões argumentativas a favor e contra a criação do Instituto, investigando os discursos políticos e sociais.

A segunda fase, que trata da constituição e formalização do IFMG Campus Formiga, envolve desde a assinatura do convênio com o CEFET Bambuí, criando o CEFET-Bambuí extensão Formiga, perpassando pela criação do CEFET Bambuí UNED Formiga até o momento em que se torna IFMG Campus Formiga. Nessa fase, foi realizada uma contextualização do CEFET Bambuí no âmbito da expansão da rede federal de educação, por meio de reportagens publicadas nos jornais locais, O Pergaminho e Nova Imprensa, bem como por meio de entrevistas realizadas com os informantes E01, E02, E03, E04 e E05, além de pesquisa documental.

Na terceira fase, posterior à criação do IFMG Campus Formiga até o momento atual, foram analisadas as ações do Instituto que, de alguma forma, têm impactado a sociedade e seu desenvolvimento local e regional, no sentido de compreender a formação profissional oferecida na avaliação da sociedade e na percepção do estudante egresso.

4.1 Fase que antecede a criação do IFMG Campus Formiga

Nesta primeira fase, que antecede a criação do IFMG Campus Formiga, destacam-se os acontecimentos anteriores à assinatura do convênio entre a Prefeitura Municipal de Formiga e o CEFET Bambuí.

Em 2005, é eleito, na cidade de Formiga, o Prefeito Aluísio Veloso da Cunha (a partir desse momento, Prefeito Aluísio), vinculado ao Partido dos Trabalhadores (PT). O secretário E03, em entrevista concedida à pesquisadora, relata que, o Prefeito Aluísio, *desde o início do mandato, teria interesse na vinda de uma instituição de ensino federal para a cidade*³, considerando essa de extrema importância para o crescimento socioeconômico do município. Diante disso, pediu ao referido secretário que trabalhasse na viabilidade de se concretizar essa meta.

...Quando o Aluísio me convidou para ser o Secretário de Educação, ele me pediu pra apresentar... propostas na área educacional para o município [...] seria um estudo de viabilidade para a educação técnica, que Formiga era muito carente nesse aspecto. Eu, juntamente com as minhas assessoras [...] analisamos o pedido do prefeito [...]. E ela me apresentou uma proposta de nós fazermos uma parceria com o CEFET de Bambuí (E03, 2023).

O E03 relata que o primeiro contato foi realizado no CEFET de Belo Horizonte. Nesta reunião, segundo o secretário havia representantes de várias cidades consideradas fortes no seu ponto de vista. Assim, segundo ele, “eu saí frustrado porque eu vi que Formiga estava assim, era muito tímida, para cobrir oferta dessas cidades” ... “cada cidade oferecia mais. Uma [cidade] oferecia terreno, outra [cidade] oferecia escola desativada, outra oferecia recursos humanos, dinheiro, ...para receber essa expansão do CEFET de Belo Horizonte...”. Na volta da reunião ele disse ao prefeito que seria difícil a disputa em Belo Horizonte, mas continuaria na luta. Nesse meio tempo, conforme o mesmo:

... eu e minha assessora marcamos uma reunião lá no CEFET de Bambuí. Lá nós fomos recebidos pelo Ivan, que era o atual diretor CEFET-Bambuí e pela Aparecida Coelho, ... Coordenadora Pedagógica do CEFET de Bambuí. E falamos pra ela do *desejo do prefeito*...de ter cursos técnicos aqui. Eles *falaram que não tinha autorização para a expansão, que não tinha recursos financeiros* e tudo, mas que eles tinham uma parceria com a prefeitura de Piumhi. E lá, eles ofereciam dois cursos, onde a prefeitura cedia as instalações... E eles entravam com a chancela desses cursos... A certificação era fornecida pelo CEFET-Bambuí e o acompanhamento pedagógico... (E03, 2023).

³ Em todos os trechos os grifos são nossos e indicam o elemento em análise.

Nessa conversa o informante E03 já saiu mais animado, enxergando uma viabilidade para concretizar a solicitação do prefeito. O E03 coloca que “...a extensão, era algo de bastidores, mas legal”. Assim, foi agendada uma reunião no gabinete, onde compareceu, Aparecida Coelho, ex-assessora pedagógica do CEFET Bambuí e o Ivan Chaves, ex-Diretor do campus e a parceria foi firmada. Esse convênio foi assinado em 14 de outubro de 2005.

Nesse trecho, a racionalidade utilitária se faz fortemente presente. A implantação de um campus federal se mostrou um processo de competição entre municípios. A escolha se fez verificando qual município oferece os meios mais eficientes para a instalação. Outro ponto importante é o insulamento político, pois o sucesso da iniciativa não se deu por um processo de Cidadania Deliberativa (consulta ampla à sociedade sobre a vocação ideal).

Em pesquisa realizada nos jornais locais, a matéria do Jornal O Pergaminho do dia 09 de agosto de 2005, apresentada na Figura 3, foi a primeira matéria feita sobre a temática de criação do CEFET Bambuí em Formiga.

Figura 3 - Prefeitura anuncia escola profissionalizante para Formiga

5 Formiga - MG - Terça-feira, 09 de Agosto de 2005

Prefeitura anuncia escola profissionalizante para Formiga

Administração Municipal vai instalar, na cidade, unidade do Cefet de Bambuí; previsão de funcionamento é para o início do ano que vem

O secretário municipal de Educação, Geraldo Reginaldo Oliveira, anunciou oficialmente ontem que uma unidade do Cefet (Centro Federal de Educação Tecnológica) será instalada em Formiga. A previsão é que as aulas comecem no início do ano que vem.

O centro de Formiga será uma unidade da escola profissionalizante de Bambuí. No entanto, a meta da Prefeitura é fazer com que, com o tempo, ela se torne independente. Para isso, será preciso uma autorização do MEC (Ministério da Educação). O secretário explicou que é mais fácil instalar uma unidade e, depois, emancipá-la do que partir do zero, tentando conseguir um novo Cefet.

Segundo Geraldo Reginaldo, desde abril deste ano, vêm sendo feitas reuniões entre o prefeito Aluisio Veloso/PT e membros do Cefet-Bambuí. Nesses encontros, ficou definido que a Prefeitura vai arcar com os salários dos professores e providenciará o imóvel para a instalação do curso. O Cefet ficará responsável pela divulgação, processo de seleção dos alunos e acompanhamento pedagógico.

O secretário adiantou que, no dia 18 deste mês, haverá nova reunião para a definição do local de instalação dos cursos que serão oferecidos e da duração deles. Geraldo informou que o período dos cursos ainda não foi estabelecido porque não está definida a forma de ensino que será aplicada. Há duas possibilidades: a de curso simultâneo ao 2º grau (o estudante faz o ensino fundamental e um curso profissionalizante ao mesmo tempo) ou pós-médio (o aluno que tiver 2º grau completo cursa apenas as matérias técnicas e específicas).

O secretário ressaltou a importância da implantação do Cefet na cidade. “É uma conquista e tanto para Formiga. A cidade é carente nessa área profissionalizante. Esses cursos irão capacitar mão-de-obra”.

A Prefeitura já enviou à Câmara Municipal o projeto de lei que autoriza a celebração do convênio com o Cefet/Bambuí. A proposta destina cerca de R\$18 mil, que serão utilizados na estruturação do curso.

NA ZONA RURAL

A ideia da Prefeitura é também oferecer cursos na comunidade rural de Rodrigues. Segundo o secretário, a Obra Kolping de Minas Gerais possui um imóvel na localidade que pode abrigar as aulas. “O prefeito pediu para analisarmos a possibilidade de esses cursos não ficarem restritos à zona urbana. A partir daí, começamos a fazer uma negociação com o Cefet-Bambuí para implantarmos também cursos voltados para a área agrícola”.

SAIBA MAIS

Primeiros cursos serão design em moda e gestão comercial

A unidade do Cefet de Formiga oferecerá, a princípio, dois cursos profissionalizantes: design em moda e gestão comercial. Porém, outros dois poderão ser implantados: hardware (manutenção de computador) e cooperativismo.

Os cursos são gratuitos e destinados a pessoas que possuem o ensino fundamental completo. Cada um deles terá 50 vagas. A seleção dos alunos será feita por meio de uma prova, semelhante às de vestibular. As aulas, assim como as inscrições, não têm data definida para se iniciarem.

Mais informações podem ser obtidas na Secretaria de Educação, pelo telefone 3321-2402.

O secretário municipal de Educação, Geraldo Reginaldo

Fonte: Prefeitura... (2005, p.5).

Na ocasião, a Prefeitura de Formiga anunciou a implantação de uma escola profissionalizante na cidade. O texto é enfático nas informações ao dizer, “anuncia oficialmente”, “previsão é que as aulas comecem no início do ano que vem”, “os primeiros cursos serão design em moda e gestão comercial” (Prefeitura..., 2005, p.5). A terminologia empregada sugere que o projeto já se encontrava em fase adiantada de desenvolvimento. Informações cruciais, como as responsabilidades de cada instituição envolvida, já estavam delineadas, e o projeto havia sido encaminhado à câmara do município para aprovação. O início das negociações em abril reforça o avanço do processo. Um ponto que chama a atenção é que, logo no começo da matéria, o ex-secretário deixa claro que receber a extensão do CEFET Bambuí é parte de um projeto maior que visa ter uma unidade do CEFET independente na cidade. Por fim, também é informado que futuramente haverá expansão do ensino técnico para a zona rural de Formiga.

Importante salientar que há duas narrativas sobre a vinda do CEFET para Formiga nesse momento. O E03 afirma que, desde o início do mandato, o prefeito teria interesse na vinda de uma instituição de ensino federal para a cidade. Assim, em um primeiro momento, ele afirma que *é o desejo do prefeito*, e em seguida informa ao jornal O Pergaminho que é uma conquista e tanto para a cidade *de Formiga que é carente na área profissionalizante*, ou seja, a “conquista” passa de um desejo do prefeito à resposta de uma demanda latente na cidade (Prefeitura..., 2005, p.5).

Ainda de acordo com a matéria apresentada na Figura 3, o Secretário Geraldo Reginaldo afirma: “*Esses cursos irão capacitar mão de obra.*”, sendo os primeiros cursos anunciados, Design em Moda e Gestão Comercial, aos quais se somariam outros, como Hardware. Em contrapartida, o secretário afirma, em sua entrevista, que os cursos iniciais eram considerados “*básicos e de fácil aceitação pela sociedade*”, além de serem também oferecidos na extensão de Piumhi, e completa que “já existia um *know-how* também pra que eles [CEFET Bambuí] pudessem entregar o material pedagógico”. A afirmação do secretário sobre os cursos iniciais serem básicos e de fácil aceitação e a justificativa pragmática revelam uma lógica de custo-benefício e viabilidade.

O contexto político-partidário nacional em 2005 insere-se no primeiro mandato do PT, sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, sucedendo ao período de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Entre 1995 e 2006, a educação brasileira atravessou transformações profundas que refletiam abordagens ideológicas distintas: a transição de um modelo de inspiração neoliberal para uma agenda pautada pela inclusão social. Essa mudança revelou uma evolução

na concepção do papel do Estado, partindo de um foco na reestruturação administrativa e no financiamento da educação básica para uma estratégia de democratização do acesso ao ensino superior e técnico, visando à redução das desigualdades históricas (Brasil Escola, 2024, Fundação FHC, 2024).

Nesse cenário, o legado de FHC (1995-2002) consolidou-se em torno da Reforma do Aparelho do Estado e da reestruturação normativa da educação nacional. Com orientação reformista, a gestão concentrou esforços na estabilização econômica e na modernização da máquina pública para fins de eficiência. No campo educacional, essa lógica priorizou a universalização do ensino fundamental, implementando mecanismos de financiamento focalizados e sistemas de avaliação em larga escala. A grande marca desse período foi a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), que estabeleceu o marco legal vigente para todos os níveis de ensino (Fundação FHC, 2024, Brasil, 1996).

Paralelamente, em 1996, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), sendo esse um divisor de águas ao garantir um investimento mínimo por aluno no ensino fundamental e buscar reduzir as disparidades regionais. Por fim, temos a criação do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) em 1998, para a avaliação da qualidade do ensino médio (Fundação FHC, 2025). A visão predominante era a de que um Estado mais enxuto e eficiente, aliado a mecanismos de mercado, seria capaz de impulsionar o desenvolvimento (Krawczyk, 1999; Bresser-Pereira, 1996).

Com a chegada do PT ao poder em 2003, a educação assumiu uma nova roupagem ideológica, focada na inclusão social e na democratização do acesso, embora mantendo alguns pilares do governo anterior. O governo Lula inverteu a lógica de atuação estatal, tornando-a um agente ativo na promoção de políticas sociais. A principal inovação do primeiro mandato foi a priorização da expansão do ensino superior. O programa mais emblemático foi o ProUni (Programa Universidade para Todos), criado em 2004 visando quebrar as barreiras de acesso ao ensino superior, historicamente elitista no Brasil (Sguissardi, 2006).

Outra medida crucial foi a evolução do FUNDEF para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em 2006, que ampliou o financiamento para todas as etapas da educação básica (Fundação FHC, 2014). O governo também iniciou um processo de expansão das universidades federais por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das

Universidades Federais (REUNI), com a criação de novos campi e a ampliação de vagas, visando à interiorização do ensino superior (Paula, 2017). Percebe-se que a transição de FHC para Lula representou uma mudança de paradigma: enquanto FHC focou na gestão e no financiamento básico, o PT redirecionou a energia governamental para a expansão do acesso e a inclusão de camadas vulneráveis.

O *desejo* do Prefeito Aluísio de ter uma escola técnica em Formiga reflete a ideologia do seu partido e reafirma a importância dessa política governamental como legado do PT. Esta observação se junta à notícia veiculada um mês depois da matéria citada anteriormente, datada de 9 de setembro de 2005, no jornal Nova Imprensa. A matéria não fala diretamente da implantação da Instituição, mas informa que o prefeito recebeu em seu gabinete o Deputado Virgílio Guimarães dando o título à matéria de “Deputado atribui crise política a “SUB-GRUPO do PT”, conforme se verifica na Figura 4. Na matéria, o jornal refere-se à visita como intuito de possibilitar maior ligação entre o município e o governo federal. Esse elo se materializa ao firmar uma parceria para “implementação de uma extensão do Centro Federal de Educação Tecnológica, o CEFET, em Formiga”.

Após falar brevemente sobre o projeto, o repórter Marcelo Paulo da Silva buscou subverter questões partidárias ao direcionar a notícia para o panorama nacional que envolvia o PT. A matéria reafirma tanto que o vínculo partidário é um marcador para o governo municipal quanto a presença da ideologia do partido no projeto proposto. Devido à crise política denominada pelo deputado Virgílio como “tragédia política”, infere-se que o título da matéria tem como intenção destacar esse acontecimento do PT e não a parceria realizada para investimento de R\$ 450 mil na construção do CEFET (Figura 4).

Podemos observar que o deputado citado, o prefeito e o governo federal, todos do PT, estavam alinhados à mesma política de educação pública. Em 2005, o MEC criou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, visando ampliar a presença destas instituições no território nacional (BRASIL, 2023).

Ainda nesse contexto, em sua entrevista, o E03 menciona ações específicas, como a mobilização política para transferências de verbas e as idas a Brasília, fundamentais para estabelecimento do CEFET em Formiga. Ele destaca que esse apoio financeiro permitiu a contratação de professores e a infraestrutura necessária, revelando a interdependência entre as esferas local e federal. Ao falar sobre a proximidade do prefeito com o deputado, os relatos corroboram com a publicação do jornal Nova Imprensa (Figura 4):

Aluísio é, ele tinha o Virgílio Guimarães, um outro deputado, [...], ele gostava muito de Formiga e falou que queria ajudar Formiga. Aí o prefeito falou assim, precisamos de dinheiro para começarmos a construção [...] de um prédio pra funcionar o curso técnico. Nós estamos com a parceria com Bambuí e tudo. Ele conseguiu na época R\$430.000,00, R\$450.000,00 reais, para a edificação do prédio onde [...] se deu o início é do Campus lá do bairro São Luiz. Foi através do Virgílio Guimarães que conseguiu esse dinheiro aí, nós começamos, construímos lá, entendeu? (E03, 2023)

Figura 4 – Deputado atribui crise política a “SUB-GRUPO” do PT

Deputado atribui crise política a “SUB-GRUPO” do PT



O deputado Virgílio Guimarães ao centro

MARCELO PAULO DA SILVA
marcepaulo@gmail.com

O Deputado Federal do PT de Minas Gerais, Virgílio Guimarães, esteve na tarde de ontem reunido com o Prefeito Aluisio Veloso, para tratar sobre prováveis parcerias entre a prefeitura e órgãos federais, com intuito de possibilitar uma maior ligação entre o município e governo federal na busca de verbas e inclusão em programas em andamento.

Segundo o deputado, a mais recente parceria firmada consiste na implementação de uma extensão do Centro Federal de Educação Tecnológica, o CEFET, em Formiga, na qual serão investidos R\$ 450 mil na construção das

edificações necessárias.

Sobre a atual crise política, Virgílio afirmou que esta foi construída por “sub-grupos” de uma facção do PT, a qual teve um enorme potencial destrutivo.

O deputado disse ainda que esse “sub-grupo” era liderado por Zé Dirceu, e composto de Genoíno, Delúbio Soares, Silvio Pereira e outros de menor expressão, lembrando que todos foram seus inimigos dentro do partido, tanto em Minas como nacionalmente. “Foram pessoas com quem eu confrontei. O Pereira quis me expulsar do PT, o Delúbio foi o principal acusador e sempre me atacou. Este grupo é que foi o responsável por essa tragédia política”, finalizou.

Fonte: Deputado... (2005, p.8)

O jornal O Pergaminho ao noticiar essa mesma visita em 09 de setembro de 2005, destaca, também, a presença do deputado federal Odair Cunha (Figura 5).

O título da matéria, “Deputados Virgílio Guimarães e Odair Cunha visitam Formiga: Os políticos, ambos do PT, estiveram na tarde de ontem no gabinete do prefeito Aluísio Veloso” enfatiza as questões do município. Quando comparada à matéria do Jornal Nova Imprensa (Figura 4), essa abordagem torna mais evidente o apreço de Virgílio pela cidade de Formiga, conforme já descrito pelo E03 em entrevista. A matéria cita a “crise”, porém o assunto fica em segundo plano (Figura 5).

Figura 5 – Deputados Virgílio Guimarães e Odair Cunha visitam Formiga



Fonte: Deputados... (2005, p.5)

Ao afirmar que “A criação do CEFET representará um grande benefício [...] Isso porque a nossa economia depende de mão de obra em grande escala”, o prefeito estabelece uma relação de causa e efeito ideologicamente construída. A frase tenta ligar um problema de quantidade (escala) a uma solução de qualidade (qualificação). Sob uma lente crítica, a fala do prefeito prova a subordinação da educação ao mercado, contrariando a ideologia de inclusão do PT. A ideia de que educação gera desenvolvimento é um “lugar-comum” nesse discurso.

Assim, podemos destacar que essa matéria demonstra desenvolvimento e progresso, uma vez que a instalação de uma nova escola profissionalizante simboliza crescimento e oportunidades para a comunidade. A matéria do Jornal Nova Imprensa “Prefeitura de Formiga lançará bases para o CEFET” (Figura 6), corrobora essa afirmação quando o prefeito Aluísio argumenta “que o CEFET será um benefício para Formiga e região porque nossa economia depende de mão de obra em grande escala”.

A Figura 5 exemplifica as relações de semiose entre o Governo Municipal e Federal envolvendo significações como políticas públicas e alocação de recursos, representadas através de discursos oficiais que conferem legitimidade às ações governamentais. O Deputado Virgílio

Guimarães, ao destinar recursos, afirmou à imprensa: “Tudo que fazemos aqui encontramos uma resposta na linha de parceria” (Figura 5). Esse é um potente ato discursivo que reflete a ideologia de que os problemas são melhor resolvidos através da colaboração entre esferas de governo. Embora a palavra “parceria” evoque colaboração, na prática política brasileira, a destinação de emendas parlamentares muitas vezes se insere em uma lógica de troca de favores ou clientelismo. O deputado destina recursos (exercício de poder federal) e, em troca, espera “resposta” (apoio político e visibilidade) da esfera municipal.

Em termos técnicos, a emenda parlamentar é um instrumento que deputados e senadores usam para influenciar a alocação de recursos do orçamento público, modificando o projeto de lei orçamentária anual (PLOA). Esse mecanismo é fundamental no sistema de freios e contrapesos (Arantes et al., 2021), permitindo que recursos cheguem a áreas que o governo central talvez não priorize. No entanto, como coloca Rodrigues (2022), o uso das emendas é alvo de debates, sendo criticado historicamente por se tornar uma moeda de troca em negociações políticas. Assim, a “linha de parceria” mencionada pode mascarar uma dinâmica de dependência mútua necessária para a implementação do projeto educacional.

Na frase “...segundo o Prefeito Alúísio Veloso, um grande benefício não só para Formiga como para toda a região do centro oeste” fica evidente que a implantação da instituição se dá por meio do governo local. Essa interrelação fica ainda mais clara quando a matéria coloca que Formiga se consolida como “cidade polo de educação”.

A expressão “um grande benefício” é vaga, mas potente, pois não especifica a natureza exata do benefício (emprego, desenvolvimento intelectual, cultural), permitindo que cada ouvinte projete suas próprias expectativas positivas. Ao enfatizar a grandeza sem quantificá-la, se torna ainda mais persuasiva. A expansão geográfica, “não só para Formiga como para toda a região do centro oeste”, é uma parte significativa para a ACD. O prefeito não limita o impacto do CEFET ao seu próprio município, mas o estende a toda uma “região do centro oeste”. Isso transforma um projeto local em um projeto de alcance regional, elevando sua importância e justificando seu investimento.

Figura 6 – Prefeitura de Formiga lançará bases para o CEFET

Prefeitura de Formiga lançará bases para o CEFET

No dia 11 de outubro a Prefeitura de Formiga assinará um convenio com o CEFET de Bambuí, às 09 horas na sede da Secretaria de Educação.

Esta unidade do CEFET será de grande importância no tocante à infra-estrutura do ensino, consolidando ainda mais Formiga como cidade pólo.

De maneira que, há necessidade de qualificação profissional de formação técnica em todos os segmentos da economia do município. Este é um dos motivos que a Prefeitura de Formiga está viabilizando a implantação do CEFET

A criação do CEFET representará, segundo o Prefeito Aluisio Veloso, um grande benefício não só para Formiga, mas para toda região do centro oeste. Isso porque a nossa economia depende de mão de obra, em grande escala.

Fonte: Prefeitura... (2005a, p.6)

Importante ressaltar que o termo Centro-Oeste de Minas, como destacado no excerto, é uma designação cultural e econômica para uma área do estado que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), corresponde à Região Geográfica Intermediária de Divinópolis. O prefeito usa essa designação para evocar um território compartilhado e uma identidade regional, buscando o apoio e a identificação de um público mais amplo.

Nessa nova regionalização proposta pelo IBGE (2017), o município de Formiga é o centro da sua própria Região Geográfica Imediata. É composta pelos seguintes Municípios: Arcos, Córrego Fundo, Formiga, Pains, Pedra do Indaiá, Pimenta e Santo Antônio do Monte. Esses municípios formam a área de influência direta de Formiga, que é considerada o centro de serviços e fluxos para essa região imediata (IBGE). Essa região imediata, por sua vez, faz parte da Região Geográfica Intermediária de Divinópolis. Dessa maneira o prefeito se posiciona como um líder que pensa além das fronteiras do seu município, demonstrando uma visão estratégica e abrangente, o que pode fortalecer sua imagem e influência política na região.

Ao analisar a expressão “consolidar como cidade polo de educação” temos que o verbo consolidar sugere um processo de fortalecimento e estabilização de uma posição. Implica que Formiga não está apenas tentando ser um polo, mas já está se tornando firmemente um, com base em ações e investimentos anteriores. Na oportunidade Formiga já contava com uma instituição de ensino privada, UNIFOR, que atua desde janeiro de 1963, sendo 61 anos atendendo Formiga e região com ensino superior. A metáfora utilizada, “cidade polo de

educação”, atribui a Formiga um papel central e irradiador de conhecimento e oportunidades educacionais. O termo polo denota atração, concentração e dinamismo. A frase ainda reflete a ideologia moderna de que o desenvolvimento das cidades não depende apenas da indústria ou do comércio, mas cada vez mais do capital intelectual e da economia do conhecimento. Ser um polo de educação é ser um polo de inovação e futuro.

Embora o conceito de polo de educação seja positivo, a ACD também nos faria questionar: quem se beneficia dessa consolidação? O acesso aos benefícios dessa “excelência” é igual para todos os moradores da cidade e da região? Essa designação pode gerar exclusão de outros setores ou de comunidades que não se encaixam na lógica da “educação de excelência”?

Em contrapartida, a matéria destaca a importância da educação para “qualificação de mão de obra para todos os segmentos da economia”, compreendendo-se que a educação é voltada para o mercado de trabalho. Qualificação de mão de obra reduz a função da educação a um processo de treinamento para o trabalho, enquanto a abrangência “todos” é uma generalização que reforça a instrumentalização total da educação. Esse excerto evidencia uma ideologia da instrumentalização da educação, sendo uma ideologia Neoliberal/Tecnicista, que subordina a educação aos ditames do mercado de trabalho. A educação é vista primariamente como um investimento para produzir capital humano que atenda às demandas econômicas, mas outras funções da educação, como formação cidadã, desenvolvimento crítico, cultural, pessoal, ou emancipação social, são silenciadas ou marginalizadas por essa visão. É necessário ressaltar que a ideologia do PT, partido do prefeito Aluísio, historicamente se opôs às políticas neoliberais, defendendo um desenvolvimento com maior participação social e controle sobre a economia.

Na entrevista, o E03 reforça a importância da educação técnica, contrastando-a com o ensino superior privado, segundo ele restrito às famílias com maior poder aquisitivo. Para ele, a escola técnica financiada com recursos públicos ampliaria o acesso da comunidade à educação e à profissionalização. Sua fala é permeada por forte carga emocional, apresentando a criação do CEFET como resultado de idealismo, compromisso político e engajamento coletivo:

O que aconteceu foi o seguinte, esse era o ideal, esse era o desejo do prefeito, Aluísio... esse ideal, ele era compactuado por mim. ...eu via nele aquela pessoa, de ideal que a gente pudesse compactuar... *Muitas ações em prol do desenvolvimento da nossa cidade que ficou esse marasmo...* Ele era motivado, era um cara de ideal, e, e eu, junto com ele, eu tinha mais ideal ainda... de doar os meus conhecimentos... as minhas iniciativas de fazer as coisas acontecer... *Uma coisa é você ter uma escola técnica, uma universidade particular... restritiva, onde quem não tem condições de pagar...* Ficar fora de acesso à cultura, à educação... *A outra é você utilizar esses instrumentos públicos para*

que essas pessoas que não têm recurso financeiro... de ter acesso à universidade pública... esse era o propósito dele. Colocar uma escola técnica subsidiada com dinheiro público... para todo mundo, para a comunidade (E03, 2023).

Ainda em relação a esse depoimento, o E03 constrói uma oposição clara entre dois modelos institucionais: a escola técnica e a universidade particular. Para ele, a instituição privada é “restritiva e excludente”, enquanto a “escola técnica subsidiada” é apresentada como o espaço da coletividade. Esta polarização é uma estratégia discursiva para legitimar a ação estatal. Ao referir-se a “quem não tem condições de pagar”, o secretário cria uma categoria de sujeitos que a política pública visa resgatar, estabelecendo um papel protetor do Estado em relação a esses grupos.

Percebe-se a repetição da palavra “ideal”, o que estabelece uma simbiose ideológica entre o secretário e o prefeito. A expressão “nossa cidade que ficou esse marasmo” cria um antagonismo temporal: o marasmo representa o passado de estagnação, enquanto o “ideal” representa o futuro de progresso. O uso de “nossa cidade” evoca pertencimento, apelando ao sentimento de identidade local. Frases como “eu tinha mais ideal ainda” funcionam como hipérboles que engrandecem o papel dos gestores, projetando uma imagem de abnegação.

Esse discurso reforça a ideia do Estado como o agente mais eficaz para mitigar a exclusão educacional. Ao descrever o prefeito como um “cara de ideal”, o secretário busca fortalecer a autoridade moral da gestão, distanciando-a de interesses meramente partidários. No entanto, ao identificar a “qualificação de mão de obra” como o objetivo central, o discurso volta a subordinar a educação às demandas econômicas. Conforme o jornal Nova Imprensa, a prefeitura viabilizava o CEFET por haver “necessidade de qualificação profissional [...] em todos os segmentos da economia” (Figura 6). Assim, a ideologia da inclusão social (público para todos) caminha lado a lado com a ideologia da instrumentalização (mão de obra para o mercado).

A rede de práticas da sociedade é formada por grupos de moradores, associações de bairro e outras organizações comunitárias que podem participar ativamente do debate e advocacia pela criação da nova instituição, contudo, estes não estão presentes no contexto analisado.

Os discursos e narrativas utilizados por diferentes atores sociais, como políticos e servidores públicos, são carregados de símbolos que refletem interesses e valores. No caso analisado, o discurso político destaca a educação como motor do desenvolvimento econômico e instrumento de transformação social. Por outro lado, nota-se também o silêncio discursivo de

certos setores, evidenciado pela forma como a mídia molda a percepção pública. Reportagens, entrevistas e artigos de opinião ajudam a construir sentidos que influenciam o debate social.

Sobre a intertextualidade, Bessa e Sato (2018) colocam que é importante observar os textos e vozes presentes, mas também as que estão ausentes e se essa presença/ausência é significativa. Nesse contexto, ao analisar as reportagens e entrevistas na fase de implantação do CEFET Bambuí em Formiga, a falta de relatos sobre as expectativas e reações dos moradores sugere que a comunidade não foi adequadamente consultada ou envolvida na tomada de decisões.

A participação cidadã na tomada de decisões, quando estes são os beneficiários diretos da iniciativa, é de extrema importância. Em contrapartida, a frase “desejo do prefeito” aparece por duas vezes ao longo do texto, o que demonstra que a iniciativa está mais ligada à vontade política do que à necessidade diagnosticada da população. A ausência da comunidade nessa fase do projeto pode impactar a percepção sobre os benefícios gerados; sem a voz dos moradores, torna-se inviável avaliar se as demandas locais foram realmente priorizadas.

Podemos contrapor, nessa oportunidade, o discurso presente nas reportagens de que o CEFET “possibilitará benefícios sociais e econômicos” e está “intimamente ligado à qualificação de mão de obra especializada” com a total ausência de entrevistas e depoimentos de moradores, estudantes e potenciais beneficiários. A falta de um diagnóstico local ou regional formal para a implantação, como prevê a concepção dessa política pública, reforça a tese de que a legitimidade do processo foi construída pela mídia e pela articulação política, e não pela base social.

A análise dos acontecimentos que antecederam a criação do IFMG Campus Formiga permite compreender que a implantação da instituição não foi um evento isolado, mas o resultado de uma complexa articulação de forças políticas, econômicas e sociais. Para além da cronologia dos fatos, é possível identificar uma estrutura de interdependências entre os diferentes agentes envolvidos, em que discursos e recursos foram mobilizados para viabilizar o projeto.

Nesse sentido, a fase de formalização da parceria entre a Prefeitura Municipal de Formiga e o CEFET Bambuí revela-se como uma “rede de práticas”, na qual a linguagem e a ação política operam em conjunto para construir a legitimidade da nova escola. A seguir, o Quadro 23 destaca os principais componentes dessa rede, detalhando os atores, os discursos predominantes e as relações de poder e ideologia que sustentaram esse processo:

Quadro 23 - Rede de práticas do discurso envolvido na constituição e formalização de uma instituição de ensino pública federal na cidade de Formiga

Rede de Práticas	Atores Envolvidos	Recursos / Discursos	Ideologia
Parceria entre instituições	Governo Municipal (Prefeito/Secretário) e Direção do CEFET.	Desenvolvimento, progresso e escola como símbolo de oportunidade.	Legitimação da ação estatal como promotora de equidade e acesso social.
Desenvolvimento, oferta de cursos e qualificação técnica	Governo Municipal e Diretores do CEFET.	Formação profissional para demandas locais; “mão de obra”.	Ideologia Neoliberal/Tecnista: Subordinação da educação às necessidades do mercado local.
Governo Municipal e Federal	Governo Municipal, Governo Federal (MEC) e Presidência.	Alocação de recursos vultuosos e implementação de políticas nacionais.	Naturalização da dependência entre esferas para viabilizar o crescimento socioeconômico.
Legisladores e políticos, deputados, vereadores	Deputados (Federais e Estaduais) e Vereadores.	Emendas parlamentares; “parceria” e “diálogo permanente”.	Clientelismo e Capital Político: Uso da instituição como trunfo eleitoral e fortalecimento de bases.
Sociedade civil	População e comunidade acadêmica local.	Silêncio discursivo (Ausência de relatos ou consultas formais).	Exclusão Deliberativa: A política é construída “de cima para baixo”, priorizando o “desejo do prefeito”.

Fonte: Elaborado com base nas informações da pesquisa, 2025.

A ACD descrita aqui, considerando-se como problema social **a criação ou não de uma instituição de ensino pública na cidade de Formiga**, apresenta a criação de uma instituição pública de ensino como uma resposta urgente e necessária à crise educacional que afeta a cidade. Essa crise, porém, é apenas mencionada, sem o apoio de fontes ou dados estatísticos que a comprovem. A proposta ganha força por meio de uma rede complexa de práticas sociais, que articula discursos e envolve diferentes atores, reforçando a importância da colaboração e do comprometimento coletivo. O apelo emocional e a mobilização da opinião pública também se destacam como elementos fundamentais para o avanço da iniciativa. A relação entre as redes de práticas é de interdependência e interpenetração, ou seja, elas não funcionam isoladamente, mas se influenciam e se reforçam mutuamente para alcançar um objetivo comum: a criação da instituição de ensino.

A principal relação é entre as redes de prática: parceria entre instituições e Governo Municipal e Federal. A Prefeitura de Formiga, por si só, não teria os recursos ou a autoridade para criar uma instituição federal. A parceria com o CEFET Bambuí e a aproximação com os deputados federais são, portanto, o mecanismo para acessar o poder e o financiamento do governo federal. Em contrapartida, a rede de prática de legisladores e políticos, deputados, vereadores e outros representantes eleitos, ganha visibilidade e capital político ao se associarem a uma “conquista” local, como a “instalação da extensão do CEFET”.

A rede de prática do governo Municipal e Federal se apoia na rede de desenvolvimento, oferta de cursos e qualificação técnica. O discurso sobre a necessidade de “mão de obra” para a economia e a importância da “capacitação profissional” é o argumento central utilizado por políticos e pela imprensa para convencer a comunidade. Essa justificativa, focada no desenvolvimento econômico, é o elo que une as ações de diferentes esferas, como a assinatura de convênios, a busca por verbas federais e a cobertura jornalística.

Mas, em contrapartida, é importante destacar que o discurso é voltado para a formação de mão de obra devido à necessidade do mercado local e regional, não se levando em consideração a formação humana integral. Esse discurso se funde à gênese das escolas técnicas, fundadas como instrumentos de política para assistir uma classe desprovida de recursos, sempre vinculadas às políticas de desenvolvimento econômico, passando, assim, a serem reconhecidas como referência na qualificação da mão de obra (Brasil, 2008a).

Em suma, as reportagens constroem uma narrativa persuasiva que evidencia tanto a urgência da ação quanto a viabilidade da solução apresentada, elementos que são reforçados pela fala do ex-secretário de Educação.

4.1.1 Ideologia e Poder na Criação do CEFET Bambuí extensão Formiga

A análise dos discursos veiculados pelos jornais O Pergaminho e Nova Imprensa (2005) parte do princípio de que um sistema educacional robusto é essencial para o progresso econômico, social e cultural de Formiga. Essa perspectiva sustenta a ideia de que investir em educação pública é, em última instância, investir no futuro coletivo da região. No que diz respeito à equidade e ao acesso, há uma suposição implícita de que todos os estudantes devem ter direito igualitário à formação de qualidade.

Ao apresentar os cursos como gratuitos e destinados a pessoas com ensino fundamental completo, a criação do campus é narrada como um mecanismo para promover essa equidade,

assegurando oportunidades independentemente da situação socioeconômica. Essa interpretação é corroborada pelo depoimento do entrevistado E03 (2023) que, ao refletir sobre aquele período, reforça a função social da instituição ao contrastá-la com o ensino superior privado, o qual classifica como restrito apenas àqueles que possuem condições financeiras para pagar as mensalidades.

A educação é promovida, portanto, como um valor central não apenas para o desenvolvimento pessoal, mas para o fortalecimento da comunidade. Nesse sentido, as reportagens deixam implícita a necessidade de investimentos em infraestrutura e políticas públicas que ampliem o acesso e melhorem a qualidade do ensino. A cooperação entre as esferas municipal e federal e a comunidade local surge como um valor estratégico; o discurso sugere que apenas com o comprometimento coletivo será possível enfrentar desafios educacionais complexos.

Além disso, a implementação da nova instituição é apresentada como uma estratégia para o desenvolvimento sustentável, ao capacitar a população local e impulsionar o crescimento econômico de longo prazo. A inclusão social é valorizada como um princípio fundamental, e a proposta é vista como uma forma concreta de combater desigualdades históricas. Há um apelo claro à responsabilidade dos líderes políticos e da sociedade civil, enfatizando que a eficácia das mudanças depende de ações concretas e do engajamento de todos os atores sociais.

Essa narrativa jornalística revela-se ancorada em quatro pressupostos centrais: A educação como pilar do desenvolvimento; A necessidade de intervenção estatal; A centralidade da cooperação institucional; A promoção de valores como equidade, sustentabilidade e responsabilidade social.

Esses elementos sustentam a ideia de que a criação de uma instituição pública de ensino é uma resposta legítima e necessária à realidade educacional enfrentada pela cidade na época. Ao aprofundar a análise, é possível identificar conflitos ideológicos que atravessam o debate. O primeiro deles situa a educação pública em contraste com a educação privada. De um lado, defende-se o papel do Estado na promoção do acesso universal; de outro, argumenta-se que a iniciativa privada ou parcerias público-privadas poderiam oferecer recursos mais eficientes para o sistema (Freitas, 2014; Libâneo, 2012; Saviani, 2012).

Em segundo lugar, observa-se a tensão entre a intervenção governamental e a autonomia local. Enquanto as notícias valorizam a ação integrada entre diferentes níveis de governo, persistem visões que defendem maior autonomia das comunidades locais, sob o argumento de

que estas conheceriam melhor suas demandas específicas sem depender exclusivamente do governo central.

Um terceiro conflito refere-se ao desenvolvimento econômico versus o investimento social. A criação da instituição é vista como vetor econômico ao capacitar mão de obra e movimentar a economia local. Em contrapartida, há a perspectiva que prioriza o investimento social como fim em si mesmo, reforçando o papel da educação na promoção da justiça social (Teixeira, 1969).

Por fim, emerge a dicotomia entre igualdade de oportunidades e meritocracia. Enquanto a narrativa das matérias analisadas defende o acesso igualitário, correntes meritocráticas podem questionar essa lógica, sustentando que a educação deva premiar o esforço individual e o desempenho acadêmico na distribuição de oportunidades (Bourdieu, 2014; Young, 1958). Tais conflitos refletem diferentes compreensões sobre o papel do Estado, moldando não apenas o debate público, mas as decisões políticas que definiram os rumos do IFMG em Formiga.

4.1.2 Razões argumentativas a favor e contra: os discursos políticos e sociais em torno de sua criação.

Após a ACD, buscou-se compreender as argumentações contrárias e favoráveis à implantação da instituição. A análise das matérias jornalísticas e dos depoimentos revela que o principal argumento em defesa do CEFET foi a capacitação de mão de obra. Esse discurso, ancorado na reputação histórica de excelência da instituição, promoveu a ideia de que o desenvolvimento técnico atrairia recursos e impulsionaria o comércio e os serviços locais.

Entretanto, para além da narrativa oficial de progresso, emergem desafios e resistências que o discurso público tentou silenciar. Um dos obstáculos centrais foi a apatia da comunidade local, fruto de um processo de construção verticalizada. Como não houve um diagnóstico social prévio ou consulta pública, o sentimento de pertencimento foi substituído por um desconhecimento generalizado.

O entrevistado E03 ratifica esse desafio ao afirmar que a cidade “não acordou” para o que o Instituto representa. Para ele, o IFMG é a maior “indústria” de geração de recursos do município, dado o alto nível de qualificação do corpo docente e técnico que movimenta a economia local. O entrevistado lamenta a “falta de visibilidade das pessoas ditas de poder em divulgar o que o IF representa para a cidade”, classificando essa omissão como algo “incalculável” e “atônito”. Essa colocação ratifica a rede de prática da sociedade civil

organizada, onde é identificado o silenciamento da sociedade mesmo sendo essa a favorecida com a implantação da instituição. Conforme destacado anteriormente, a ausência da comunidade na fase inicial do projeto, a falta de envolvimento e sentimento de pertencimento tem impacto na percepção sobre os benefícios gerados. Nesse caso, como reforça o entrevistado E03 a população formiguense não deu o devido valor à instituição, permanecendo desconhecida e distante da população.

Vale mencionar que, durante a pesquisa, não foi encontrada nenhuma ação realizada pela prefeitura ou pela instituição no sentido de mudar a realidade descrita pelo E03. Ações que pudessem apresentar à população os benefícios assim como envolvê-la no projeto para criar um sentimento de pertencimento deveriam ser feitas pelas autoridades, que no caso idealizaram e colocaram em funcionamento a instituição. Consta do DRPE que, após a federalização da instituição, a prefeitura agiu de forma hostil chegando a vetar algumas solicitações feitas pela instituição como placas indicativas e melhoria do acesso à instituição (DRPE IFMG Campus Formiga, 2025, p.45).

Outro ponto crítico diz respeito à possível desconexão entre os cursos oferecidos e as reais demandas do mercado de trabalho local. Caso os programas formativos não estejam alinhados com as necessidades econômicas da cidade e da região, há o risco de desinteresse por parte dos estudantes, além da dificuldade de inserção profissional, o que compromete a efetividade da proposta educacional. Soma-se a isso a dependência de recursos públicos: por se tratar de uma instituição federal, o CEFET depende diretamente de verbas governamentais para manter sua estrutura e funcionamento. Em contextos de crise fiscal, cortes no orçamento podem afetar a qualidade do ensino e a continuidade dos cursos ofertados.

Além disso, a chegada do CEFET gerou tensão com instituições de ensino privadas já estabelecidas no município. O entrevistado E03 considerou que houve forte resistência nos bastidores à implantação de ensino superior público e gratuito em Formiga. Grupos locais opunham-se à concorrência com instituições particulares já existentes na cidade. Ele revela que, em uma reunião com o prefeito Aluísio e o deputado Reginaldo Lopes, foi oferecida uma extensão da Universidade Federal de São João Del Rei para Formiga. No entanto, por pressão de lideranças políticas locais, que defendiam os interesses das instituições particulares, a proposta não foi adiante: “...o prefeito teve o apoio de algumas lideranças políticas aqui de Formiga. E aí essas lideranças cobraram dele que não era justo ele trazer Universidade pública aqui para Formiga, para concorrer com o que já existia, que era particular, entendeu?” (E03, 2023). O prefeito Aluísio chegou a pensar em batizar a futura extensão de Campus Dona Lindu,

mas o projeto foi inviabilizado localmente e o nome acabou sendo adotado pela extensão de Divinópolis, para onde a oportunidade foi direcionada. O narrador expressa lamento por Formiga ter perdido essa chance.

Reforçando esse acontecimento, o entrevistado E05, ao saber da pesquisa, procurou a pesquisadora para também contribuir com o seu relato. Segundo E05, sua relação com o prefeito Aluísio Veloso sempre foi de grande amizade: “Embora houvesse concordâncias e divergências de pensamento entre nós, ele me via como seu conselheiro”. Para o entrevistado esse foi um assunto que ficou marcado em sua vida que teria desejo de compartilhar. Certa vez, foi procurado pelo prefeito: “ele me perguntou o que eu estava fazendo. Eu disse a ele: Estou vendo um serviço, e ele replicou: Estou com um problema” (E05, 2025).

E05 discorre informando que o problema era com o deputado federal Reginaldo Lopes, que estava alinhado ao PT assim como o presidente Lula. Segundo ele, o Reginaldo havia conversado com o presidente Lula sobre a criação de um campus de medicina na região Centro-Oeste e queria que Formiga fosse a cidade contemplada. Aluísio, então, me alertou: “Eu queria um campus de medicina aqui em Formiga, mas tenho um pessoal me pressionando - não me deu o nome - que o UNIFOR não vai aceitar”. A preocupação era que, se a Universidade Federal de São João Del Rei trouxesse a Escola de Medicina para Formiga, ela traria depois outros cursos, o que “acabaria com o UNIFOR”. Eu insisti: “Aluísio, pelo amor de Deus! Você precisa aceitar (E05, 2025)”.

Tempos depois, Aluísio me procurou quase chorando, lamentando: “Eu devia ter te ouvido. Eu repliquei: O que foi? Ele falou: A Faculdade de Medicina foi para Divinópolis! respondi a ele: Aluísio eu cansei de te falar! O que você tinha na cabeça, como é que você não quis isso?”.

Assim, E05 esclarece que o projeto da Faculdade de Medicina acabou indo para Divinópolis. Quando a decisão foi para a sala de votações, o deputado Jaiminho Martins abraçou a ideia e a validou. Havia até a intenção de nomear o campus em Formiga como “Dona Lindu” (nome da mãe do presidente Lula), nome que posteriormente foi para Divinópolis. O projeto, portanto, não veio para Formiga por falta de interesse de setores locais. “Eu cheguei a ser rude com o Aluísio, por ele ter cedido a essas pressões (E05, 2025)”. E05 acrescenta que outro fato curioso ocorreu quando o deputado Jaiminho Martins trancou o deputado Reginaldo Lopes para fora da sala de uma reunião em que iriam apresentar o projeto do campus. Ele não deixou Reginaldo entrar e ficou parecendo que a vitória era dele. Mas o mérito original era do Reginaldo.

Nesse período de impasse, com a perda da Faculdade de Medicina, Aluísio me perguntou: “O que eu vou fazer?” O Reginaldo, por sua vez, disse: “Me ajuda em outra coisa”. A solução encontrada foi conseguir o CEFET. Naquele momento, era difícil montar um campus sem apoio, pois para criar um CEFET era a mesma coisa que criar uma Faculdade Federal. O que fizeram foi criar o campus com uma linha diferente da Escola Agrícola de Bambuí (E05, 2025).

Segundo E05, havia uma resistência em Bambuí, pois se criassem os mesmos cursos em Formiga, que era uma cidade maior, eles esgotariam a demanda de Bambuí. Foi estabelecido que o CEFET de Formiga teria uma linha diferente. Essa estratégia era uma forma de acalmar os ânimos e foi a maneira que o governo encontrou de trazer um benefício para a cidade, já que havia perdido a Faculdade de Medicina. “A vinda do IF foi uma conquista nossa, minha e do falecido Aluísio, com o apoio do Reginaldo” (E05Gandra, 2025).

Essa história revela que o CEFET surgiu como uma forma de compensação política, após Aluísio ceder às pressões de pessoas ligadas ao PT que não queriam a concorrência com o UNIFOR. Os episódios de resistência política à vinda do CEFET e da UFSJ, pressionada pela instituição privada UNIFOR, mostra a tensão política e prova a forte influência do mercado de ensino superior no debate político local e o dilema estrutural do IFMG de ser uma instituição contra-hegemônica.

Durante a entrevista com o E01, ele relatou um episódio que, segundo ele, revela muito da cultura local em torno da implantação do CEFET/IFMG em Formiga. Ele contou que, por ocasião da comemoração dos dez anos dos Institutos, já após o falecimento do prefeito Aluísio, foi realizada uma cerimônia conduzida pelo Diretor Washington, que também convidou Zélia, esposa de Aluísio. Nessa ocasião, Zélia revelou publicamente um fato que surpreendeu a todos: em duas ou três oportunidades, pessoas da própria cidade procuraram Aluísio em sua casa pedindo que ele não trouxesse o CEFET/IFMG para Formiga, pois a instituição seria concorrente direta do UNIFOR.

E01 acrescentou que a primeira visita que recebeu já como diretor do campus foi justamente de representantes do UNIFOR, preocupados com a possibilidade de abertura de cursos que pudessem gerar competição. Apesar dessa tensão inicial, destacou que o contato ocorreu de forma cordial e que deixou claro, desde o início, que as vagas e cursos do Instituto estavam limitados pela legislação, não havendo intenção de sobreposição direta. Segundo ele, a relação evoluiu positivamente com o tempo, de modo que o UNIFOR foi convidado para eventos conjuntos e parcerias institucionais, iniciativa que também foi mantida na gestão de

E02. E01 ressaltou que hoje existe uma boa relação entre as instituições, o que considera benéfico para toda a comunidade. Ainda assim, ele admitiu que o fato revelado por Zélia o incomoda, especialmente ao pensar em quantas pessoas já foram beneficiadas pelo Instituto e em como parte da cidade, na época, atuou formalmente contra sua implantação.

O entrevistado E02 reforça essa narrativa colocando que, além das articulações favoráveis, também houve tentativas políticas de barrar a vinda do CEFET/IFMG para Formiga. Segundo o professor, circulava a história de que o UNIFOR se posicionava contra a instalação, alegando que a nova instituição representaria concorrência direta. Ele acrescentou que o desejo inicial do Prefeito Aluísio era trazer para a cidade um campus da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Essa articulação, segundo ele, começou nesse sentido, especialmente porque, naquele período, o governo federal estava expandindo *campi* universitários, como ocorreu em Rio Paranaíba. No entanto, devido à pressão política do UNIFOR, que na época possuía grande influência, esse projeto não avançou. Diante dessa resistência, a alternativa pensada por Aluísio foi buscar a instalação de uma Escola Técnica, caminho que acabou se concretizando posteriormente.

Por fim, a gestão da instituição e a sua capacidade de se comunicar de forma eficaz com a população também representam um desafio. A falta de visibilidade e de divulgação clara sobre os benefícios, cursos e oportunidades oferecidas pelo CEFET pode dificultar a adesão da comunidade e comprometer a construção de uma imagem positiva da instituição. Em síntese, a criação do CEFET em Formiga apresentou vantagens para a melhoria da educação e para o desenvolvimento local. No entanto, também enfrentou desafios relevantes, tanto em relação à aceitação comunitária quanto à sua gestão, sustentabilidade e integração com a realidade socioeconômica local. Esses aspectos devem ser cuidadosamente considerados na análise do impacto da instituição na sociedade formiguense.

A seguir, é apresentada a segunda fase referente à constituição e formalização do IFMG Campus Formiga. A seção está estruturada em três partes sendo, i) CEFET Bambuí extensão Formiga, ii) UNED Formiga e, iii) IFMG Campus Formiga.

4.2. Fase de constituição e formalização do IFMG Campus Formiga

A fase de constituição e formalização do IFMG Campus Formiga engloba os fatos ocorridos desde o momento da assinatura do convênio, em 14 de outubro de 2005, até a efetiva implantação do IFMG campus Formiga em 2008. Essa narrativa que permeia a instalação do

CEFET-BambuÍ extensão Formiga que, posteriormente, se tornou CEFET Bambuí-UNED Formiga e, por fim, IFMG Campus Formiga, foi construída por meio de documentos, entrevistas e reportagens.

4.2.1 CEFET-BambuÍ extensão Formiga

Como descrito na seção anterior, o CEFET Bambuí extensão Formiga foi uma iniciativa da prefeitura do município de Formiga, visando preferencialmente à qualificação de mão de obra técnica para atender ao mercado de trabalho. Na oportunidade, não havia autorização para expansão da Rede Federal; assim, as unidades fora da sede foram uma forma vislumbrada pela direção do CEFET Bambuí de expandir as possibilidades de oferta de cursos sem depender de recurso financeiro do governo federal.

O Convênio, entre a Prefeitura de Formiga e o CEFET Bambuí, foi assinado ainda no primeiro ano de mandato do Prefeito Aluísio, datado de 14 de outubro de 2005. Segundo a matéria do Jornal Nova Imprensa, o encontro aconteceu na sede da Secretaria Municipal de Educação e estavam presentes representantes do legislativo, do executivo e do comércio formiguense, além dos diretores do CEFET Bambuí, como se verifica na matéria apresentada na Figura 7. No entanto, observa-se, por meio desta matéria e das demais na fase anterior, a ausência de participação direta da sociedade formiguense no evento de formalização da parceria e nesse processo como um todo.

Conforme estabelecido no convênio, caberia à prefeitura disponibilizar infraestrutura física e recursos humanos, enquanto o CEFET seria responsável pela orientação pedagógica e pela certificação dos estudantes. A matéria também reafirma a previsão de construção do prédio com recursos federais, como já havia sido anunciado anteriormente, e mantém a expectativa de inauguração para fevereiro de 2006, quatro meses após a assinatura do contrato. Em relação aos cursos a serem oferecidos, nota-se ainda uma indefinição: há divergência entre as reportagens analisadas, com menções a áreas como manutenção em redes, gestão comercial e design de modas.

Em entrevista, o informante E03 reforça que a parceria foi um “acordo de mútua cooperação” que delimitava as responsabilidades institucionais, constituindo o alicerce legal para as atividades:

Sim, sim, ela, tratava de verba federal, né? Tratava de investimento [...] eu acho que o termo correto é esse mesmo, um acordo de mútua cooperação entre o município de Formiga e o CEFET-BambuÍ, é, é, é formalizando isso, as

responsabilidades. Ele não vem para cá assim, é, do nada não, existe, foi formalizado, é documento na época é pactuando essas responsabilidades. O que que era, o que que cabia ao município de Formiga e que que cabia ao CEFET. Esses documentos devem se encontrar na procuradoria do município ou no próprio Campus de, do CEFET Bambuí (sic). (E03, 2023).

A figura 7 ilustra essa narrativa, colocando a assinatura do convênio entre a Prefeitura de Formiga e o CEFET-Bambuí, que formaliza a criação da unidade local do CEFET, como um importante avanço na educação técnica da cidade de Formiga. A parceria indica um investimento conjunto, com o município fornecendo o terreno e os recursos para pagamento dos profissionais, enquanto o CEFET-Bambuí oferece suporte pedagógico e técnico. A estrutura física que será oferecida é composta por 8 salas de aula e um laboratório de informática, e a oferta inicial dos cursos de Gestão Comercial e Manutenção em Redes indicam a preocupação em atender a demandas específicas do mercado de trabalho local, com potencial impacto social e econômico na região (Figura 7).

A foto que compõe a notícia complementa o texto ao mostrar o momento formal da assinatura do convênio, reforçando a seriedade e o compromisso das autoridades com o projeto, sendo essas, o Diretor do CEFET, Ivan Magalhães, e o Prefeito Aluísio Veloso e o presidente da Câmara Maurílio Leão.

A matéria transmite uma mensagem otimista sobre o futuro de Formiga, evidenciando como a educação técnica pode contribuir para a qualificação da mão de obra local, melhorar a empregabilidade e gerar benefícios sociais relevantes, alinhando interesses públicos e institucionais em prol do desenvolvimento regional. Na oportunidade o ex-secretário de educação destaca como os principais benefícios: cursos técnicos de qualidade e gratuitos, além da qualificação de mão de obra especializada (Figura 7).

Figura 7 – Assinatura do Convênio entre Prefeitura Municipal de Formiga e o CEFET Bambuí

Formiga - 14 de outubro de 2005



O momento em que foi assinado o convênio, pelo Diretor do CEFET, Ivan Magalhães e o Prefeito Aluisio Veloso.

CEFET iniciará atividades em Formiga no próximo ano

MARCELO PAULO DA SILVA
marcepaulo@gmail.com

Foi assinado na manhã da última terça-feira, convênio entre Prefeitura de Formiga e Centro Educacional Federal e Tecnológico de Bambuí (CEFET).

O encontro ocorreu na sede da Secretaria Municipal de Educação, e contou com a presença de representantes do legislativo, executivo e do comércio formiguense, além de diretores do CEFET- Bambuí.

A parceria consiste na extensão da unidade do CEFET- Bambuí para Formiga. De acordo com o Secretário Municipal de Educação, Geraldo Reginaldo, a entidade de Bambuí fornecerá o suporte pedagógico, e a Prefeitura arcará com gastos referentes aos pagamentos dos profissionais.

A unidade será construída em um terreno da Prefeitura, no bairro São Luiz, com recursos adquiridos através de parceria com o Governo Federal.

A estrutura contará com 8 salas de aula, e um laboratório de informática com 10 computadores.

Serão oferecidos inicialmente os cursos de Gestão Comercial e Manutenção

em Redes, e existe ainda a possibilidade da implementação do curso de Design de Modas.

Segundo o Secretário, a instalação de um CEFET em Formiga, possibilitará benefícios sociais e econômicos à cidade. “ Os principais benefícios tratam-se de oferecer cursos técnicos de qualidade e gratuito para estudantes que concluíram o ensino médio e para o município está intimamente ligado com a importância da qualificação da mão-de-obra especializada”, analisou.

Ele disse ainda que existe uma carência em Formiga por profissionais de manutenção de computadores.

O diretor do CEFET, Ivan Chaves Magalhães, definiu a responsabilidade social da instituição: “o nosso objetivo é qualificar jovens e adultos para o mercado de trabalho, tendo em vista a cidadania, o respeito a natureza e a melhoria de qualidade de vida das pessoas” frisou o diretor.

O início do funcionamento da unidade está previsto para fevereiro de 2006, oferecendo 50 vagas para cada curso e os alunos serão selecionados através de vestibular.

Fonte: Silva (2005, p.6)

Pouco mais de um mês após a assinatura do convênio com o CEFET, a prefeitura de Formiga deu publicidade ao edital de contratação de professores. Ambos os jornais analisados, O Pergaminho e Nova Imprensa (Anexo A), divulgaram a oportunidade. A matéria publicada no jornal O Pergaminho em 30 de novembro de 2005 informou que os professores aprovados no concurso de 2003, realizado pela prefeitura municipal, serão chamados inicialmente e os demais ficaram com as vagas remanescentes. Consta no edital que as vagas eram temporárias e que o processo seletivo seria realizado por meio de análise de currículo. Já o jornal Nova Imprensa em 02 de dezembro de 2005, mencionou apenas a possibilidade de entrega de currículos por parte dos interessados em lecionar na instituição, as áreas de interesse e, por fim, reforçou a construção de uma sede própria.

Na sequência cronológica, seguindo as notícias do jornal, temos que próximo ao final de 2005, o deputado Virgílio Guimarães retornou à cidade e anunciou que a emenda parlamentar destinada à construção do prédio que abrigaria a sede do CEFET Bambuí extensão Formiga, já estava disponível no banco no valor de R\$ 500.000,00. Na ocasião o prefeito Aluísio Veloso disse que: “Nossa previsão é inaugurar o novo CEFET no aniversário da cidade ano que vem, dia seis de junho”, completou a fala informando que a unidade deve ser construída ao lado da escola São Luiz, em um terreno de seis mil m² de área (Figura 8).

Figura 8 – Visita do deputado federal Virgílio Guimarães em Formiga

Deputado petista visita Formiga e cogita projetos

Na tarde da última terça-feira (27), esteve em Formiga o deputado federal Virgílio Guimarães (PT), que foi recebido por seu companheiro de partido, o prefeito Aluísio Veloso, na sede da Prefeitura Municipal. Na ocasião, Virgílio anunciou a liberação de verbas por parte do Governo Federal. O montante de R\$ 580 mil será aplicado na criação do CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica) e na construção de uma quadra poliesportiva no bairro São Judas.

“São dois os recursos liberados. O primeiro deles surgiu logo no início da administração, que é a questão da extensão do CEFET. Com esses recursos de emenda federal significa que iremos acelerar muito a parceria com o CEFET. Estamos liberando R\$ 500 mil para o órgão”, informou o deputado petista.

De acordo com o Aluísio Veloso, parte das verbas já está depositada na Caixa Econômica Federal: “Nossa previsão é inaugurar o novo CEFET no aniversário da cidade ano que vem, dia Seis de Junho”, informou o prefeito, que ainda revelou

que a tendência é que a unidade seja construída ao lado da escola São Luiz, em um terreno de seis mil m² de área.

Os outros R\$ 80 mil serão aplicados na construção de uma quadra poliesportiva que atenderá principalmente a comunidade que compreende o São Judas e bairros vizinhos. A construção deverá ser executada próximo ao campo do Nacional XXXXX.

Investimentos no Turismo

“Sem querer, querendo”, Virgílio tornou público que é de sua intenção buscar investimentos para o município no próximo ano: “Não digo que se trata de um anúncio, porque senão vira promessa. Mas creio que estamos com um bom caminho andado para transformar Formiga em um pólo que fará a diferença em termos de turismo”, disse.

Outro assunto que tomou conta da pauta da reunião foi a reforma do Aeroporto de Formiga. Aluísio enfatizou que o projeto [de reforma do Aeroporto] já foi aprovado pela In-



Sob a ‘benção’ de Lula, o deputado Virgílio e o prefeito Aluísio

fraero (Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária), pelo COMAR (Comandos Aéreos Regionais) e pela Aeronáutica: “Dependemos apenas da liberação de verbas por parte da bancada federal, que tem recursos específicos para isso (...) A obra está orçada em cerca de R\$ 5 milhões, estamos à espera da liberação de recurso. O Estado en-

traria com R\$ 1,2 milhão e o Governo Federal investiria R\$ 3,8 milhões”, ressaltou o prefeito, em tom de co-brança.

Virgílio informou que esta liberação de verbas está sendo estudada: “Estamos em processo de negociação. Havia uma promessa de uma verba de R\$ 120 milhões para Minas, mas que não acabou aconte-

cendo. Estamos tentando redistribuir esses recursos em outras obras (...) O recurso Infraero ainda está em discussão”.

Formiga estaria na fila de espera pelo asfaltamento do Aeroporto: “Creio que Formiga é a terceira cidade na fila de espera. Manhuçu já foi contemplada e acredito que a próxima será Piumhi. Em seguida, Formiga deverá ser beneficiada”, reiterou Virgílio.

Ano complicado na Câmara Federal

Se por um lado os recursos são bem vindos (mesmo em uma época não tão comum – final de ano – e que pode despertar no eleitor mais atento a ligação de que 2006 é um ano eleitoral), por outro, 2005 foi um ano para os deputados federais esquecerem. “A liberação de verbas sempre é uma questão muito burocrática”, limitou-se a dizer Virgílio.

De acordo com reportagem veiculada na última segunda-feira no jornal Folha de S.Paulo, 2005 foi o ano em que a Câmara dos Deputados teve a pior produtividade nos

últimos dez anos. Desde 1994, não se votavam, em plenário, tão poucas matérias, sendo a maioria de importância restrita. A Câmara aprovou apenas 75 matérias: quase metade (36) medidas provisórias, que são iniciativas do Executivo. Foram ainda 34 projetos de lei, quatro projetos de resolução e uma emenda constitucional.

Em alguns meses, a Câmara praticamente passou em branco. Em abril, o próprio governo obstruiu a pauta, uma situação inédita, já que esse é um instrumento típico das oposições. Durante o mês de agosto, por exemplo, apenas duas medidas provisórias foram votadas.

Não bastasse a improdutividade, a Câmara Federal viveu em constante crise política. Virgílio Guimarães, por exemplo, lançou candidatura dissidente à presidência do órgão, em fevereiro, contrariando a bancada do PT, que tinha optado pelo deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (SP). Isso resultou na eleição de Severino Cavalcanti (PP-PE) e, em maio, Virgílio foi suspenso pela direção nacional do partido por um ano.

Fonte: Deputado..., (2005a, p.1)

A matéria do jornal Nova Imprensa destacou a foto do prefeito junto ao deputado com a seguinte legenda: “*Sob a ‘benção’ de Lula, o deputado Virgílio e o prefeito Aluísio*”. Essa expressão mobiliza um campo semântico religioso, evocando a ideia de que a atuação do deputado e do prefeito ocorre com aprovação superior, sendo, nesse caso, a do então presidente Lula. O termo “bênção” sugere um alinhamento político entre os agentes locais e a figura presidencial; um processo de legitimação simbólica, em que as ações do deputado e do prefeito são validadas por alguém com maior capital político (Figura 8).

Essa escolha não é neutra pois reforça laços partidários (PT) e uma ideia de que os investimentos prometidos têm legitimidade institucional e ideológica. A legenda ainda pode ser vista como micro discurso com alto potencial ideológico, pois, ao recorrer à figura de Lula

como legitimador das ações locais, ela atua para silenciar outras vozes políticas e sociais e reforçar a centralidade de lideranças carismáticas na política local (Figura 8).

Percebe-se que tanto a liberação do recurso financeiro por parte do governo (figura 8), quanto a publicidade do edital (Anexo A) para contratação de professores evidenciam a dedicação do poder público local em acelerar o funcionamento da instituição.

A matéria que foi publicada um mês depois, em janeiro de 2006, com título “Inauguração do CEFET é *adiada* para 6 de junho” (figura 9), corrobora a matéria de dezembro de 2005 (figura 8), ao informar que o começo das aulas, inicialmente previsto para fevereiro de 2006, foi adiado para junho, durante as comemorações do aniversário da cidade. A justificativa apresentada foi que, até essa nova data, a sede própria do CEFET estaria concluída, o que tornaria mais viável o início das atividades. Sem essa estrutura definitiva, a prefeitura teria que alugar salas, mas não havia, à época, um local disponível que comportasse todas as turmas necessárias.

Ao anunciar que a inauguração seria adiada, criou-se uma expectativa de que o evento era esperado e foi postergado, direcionando o leitor para a ideia de um problema ou imprevisto, mesmo que o subtítulo tente amenizar, informando que o adiamento era para que a Prefeitura construísse a sede da unidade. Mas, nesse contexto, o discurso do secretário Túlio Fonseca posicionou o governo como proativo e responsável, buscando a solução a longo prazo, em vez de uma solução provisória. A frase “A Prefeitura irá aguardar a construção da sede própria da unidade” reforçou a ideia de compromisso com a qualidade. Percebe-se que a matéria não foca no “problema” do adiamento, mas sim na “solução” apresentada pela Prefeitura, ou seja, a construção da sede. Isso ajuda a construir uma imagem positiva do governo local, minimizando o impacto negativo do adiamento.

A mesma matéria (Figura 9) atualizou o valor da emenda parlamentar destinada à construção do prédio, antes anunciado como R\$ 500 mil, agora passa a ser de R\$ 375 mil. Além disso, confirma-se a oferta de dois cursos subsequentes sendo Gestão Comercial e Rede de manutenção de computadores, com 30 vagas disponíveis para cada um dos cursos.

Nessa data, 26 de janeiro de 2006, segundo a matéria (Figura 9), o projeto para a construção estava em fase de finalização e, conseqüentemente, a licitação ainda não havia ocorrido. O Secretário Túlio Fonseca informa que, “assim que for concluído o processo licitatório, o prédio começará a ser erguido”. Considerando que a obra não havia iniciado, o Secretário, tem uma visão muito otimista em relação ao término da construção do prédio para 6 de junho de 2006. Outra informação importante segundo a matéria é que 500 interessados

entregaram currículo para o processo seletivo de docente, e estima-se que cada curso terá 8 docentes.

Figura 9 – Inauguração do CEFET é adiada para 6 de junho



Fonte: Inauguração..., (2006, p.1)

Cabe mencionar que o jornal O Pergaminho, em fevereiro de 2006, quatro meses após a assinatura do convênio com o CEFET Bambuí, publicou um estudo do Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) com base no CAGED, em que a microrregião de Formiga ocupou o 14º lugar em Minas Gerais na geração de empregos no setor de indústria. A microrregião na ocasião era formada pelos municípios de Arcos, Córrego Fundo, Iguatama, Pains, Pimenta, Candeias e Camacho (Figura 10).

Figura 10 – Microrregião de Formiga é a 14ª em geração de emprego em Minas

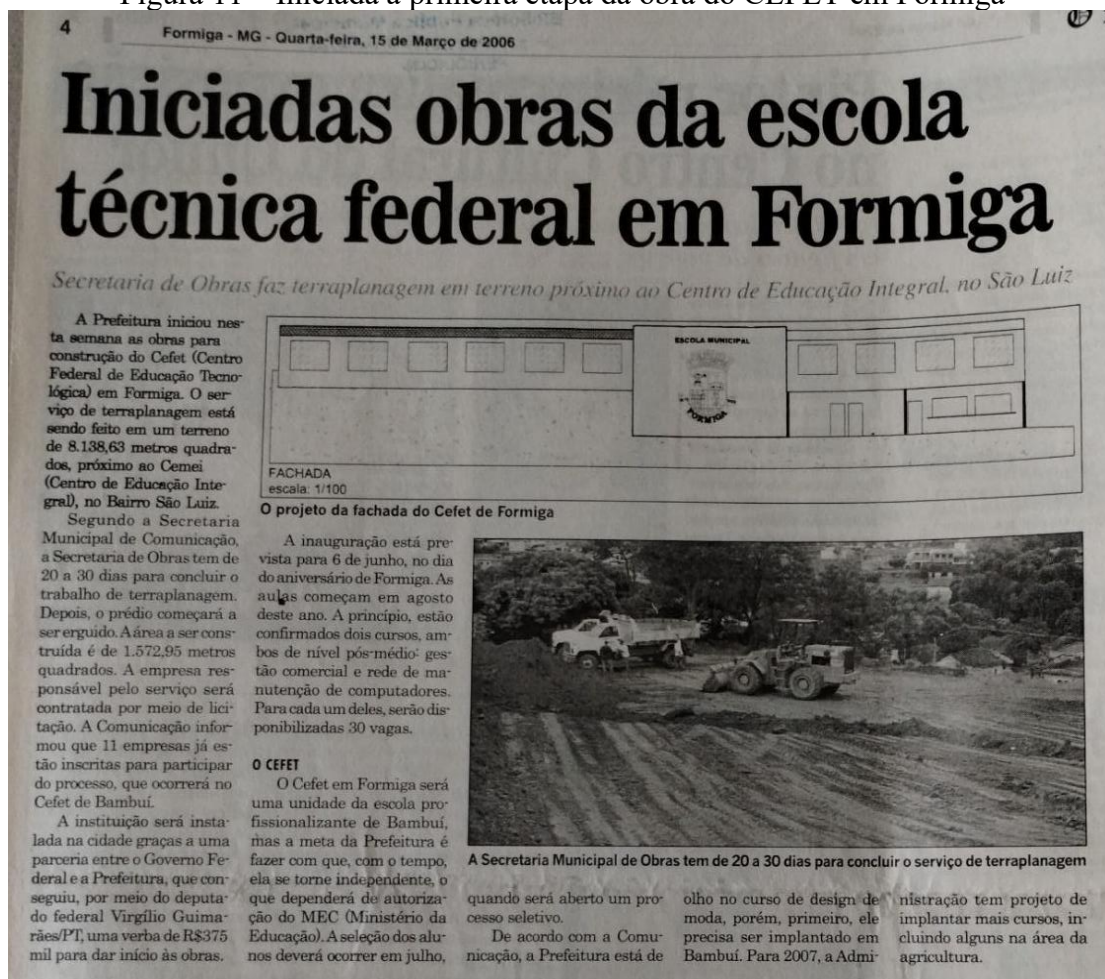


Fonte: Microrregião (2006, p.1)

O início das obras em 15 de março de 2006 foi noticiado pelo jornal O Pergaminho com o título “Iniciadas obras da escola técnica federal em Formiga”. Nesse dia o serviço de terraplanagem foi realizado pela secretaria de obras, segundo o jornal, em 8.138,63 m², próximo ao CEMEI (Centro de Educação Integrada) no bairro São Luiz e tinha o prazo de 20 a 30 dias para a conclusão (Figura 11).

Ainda segundo a mesma matéria a empresa que faria a construção ainda não havia sido licitada. Um ponto importante que a matéria reforçou foi que a instituição seria instalada na cidade “graças” à parceria entre governo federal e prefeitura por intermédio do deputado Virgílio Guimarães, com uma verba de R\$375 mil. A matéria manteve a data de inauguração em seis de junho com o começo das aulas em agosto. A matéria foi ilustrada com a foto do projeto da fachada e a foto do trabalho de terraplanagem (Figura 11).

Figura 11 – Iniciada a primeira etapa da obra do CEFET em Formiga



Fonte: Iniciadas... (2006, p.4).

A continuidade das obras iniciadas em 15 de março de 2006 só aconteceu em 11 de julho de 2006. O jornal O Pergaminho trouxe novamente a notícia: “Iniciadas obras do CEFET e do lar solidário em Formiga” com data prevista de término em 6 meses, um título já conhecido, mas para etapas diferentes da construção. A obra de 1.572 m² contará com aproximadamente 20 pessoas e o valor total previsto é de R\$575 mil, sendo R\$ 375 mil de emenda parlamentar por meio do Deputado Virgílio Guimarães e o restante custeado pelo município. A foto registrou o trabalho realizado no local da construção (Figura 12).

Na matéria, o prefeito Aluísio reafirmou o que foi dito pelo secretário do Município: “O CEFET é a realização de um grande sonho meu. Desde jovem, tinha vontade de ver uma escola profissional de ensino técnico na cidade e, agora consegui trazer”. Para Aluísio: “essa é só uma mostra do cuidado que a Administração Municipal está tendo com a educação.” “Essa será uma de minhas marcas como prefeito da cidade” (Figura 12). Nesse contexto, ele se posicionou como o principal agente e idealizador do projeto. Ao dizer que o CEFET é um

“grande sonho meu” e que “consegui trazer”, ele reivindicou a autoria e o sucesso para si. Ele não mencionou o trabalho de outras pessoas, como técnicos, professores ou a comunidade, reforçando a ideia de que o mérito é individual.

O uso da primeira pessoa na entrevista expressa uma apropriação subjetiva de uma conquista pública, acompanhado de um tom emocional e pessoal à ação ao mencionar que era um ‘sonho’, romantizando a política e reforçando a imagem do prefeito como alguém visionário. Expressões como “cuidado com a educação” e “minhas marcas” atuam como marcadores de identidade, construindo um *ethos* político de gestor comprometido, sensível e eficiente.

Figura 12 – Iniciada a segunda etapa da obra do CEFET em Formiga



Fonte: Iniciadas... (2006a).

Além disso, o discurso estabelece uma relação de poder vertical, na qual o prefeito, no topo da hierarquia, concedeu o benefício (a escola técnica) à população, minimizou o fato de que a educação é um direito e que a implantação de escolas técnicas é uma política pública federal. A fala do prefeito transformou a política pública em um favor pessoal. A declaração de que o CEFET é uma “mostra do cuidado” com a educação e que seria uma “marca” de sua

gestão serve para construir uma imagem de prefeito visionário, competente e preocupado com o bem-estar social. A fala é estratégica e visa capitalizar politicamente o projeto.

O discurso de Aluísio está alinhado com a ideologia do líder paternalista e do político empreendedor. Ele não se apresenta como um gestor que simplesmente executa políticas, mas como alguém que tem “sonhos” e “consegue trazer coisas” para a cidade, despolitizando o processo de implementação de políticas públicas e fazendo com que ele pareça ser resultado da boa vontade e do esforço de uma pessoa.

O discurso na matéria apresentada na figura 12 é claramente institucional e político. O texto legitima a ação do governo e a do deputado, que são apresentados como os responsáveis por viabilizar o projeto. A matéria não apenas informa sobre as obras, mas também constrói a imagem da Prefeitura e do deputado como agentes competentes e eficientes. O fato de a informação ser mediada pelas secretarias municipais e de o dinheiro ser creditado por “meio do deputado”, em vez de uma ação direta, reforça a ideia de que o sucesso do projeto é resultado de esforços políticos e de parcerias entre diferentes esferas de poder.

A notícia faz referência a um contexto mais amplo, que é a implantação de escolas técnicas federais, conectando o evento local a uma política nacional. A presença do projeto da fachada e das fotos do terreno reforça a materialidade e a credibilidade das informações (Figuras 11 e 12). O discurso da matéria promove a ideologia do “progresso através da educação”. A construção da escola técnica é apresentada como um evento positivo e um passo importante para o desenvolvimento local.

O texto molda a percepção do leitor sobre o evento apresentando a construção da escola com um avanço indiscutível, um resultado da “parceria” e do “trabalho” das autoridades. Outras perspectivas, como as dificuldades, a opinião da comunidade ou críticas ao projeto, são ausentes.

Ao anunciar o primeiro vestibular da escola técnica em Formiga (Figura 13), o Secretário de Educação aparece discursando com entusiasmo sobre o projeto, reforçando o que ele já havia declarado em sua entrevista para esta pesquisa, é “[...] *um sonho formiguense que está se realizando. Os jovens não vão mais precisar deixar Formiga para fazer um curso técnico*”. Aqui, a escola é apresentada não mais como um sonho do então prefeito Aluísio, mas como uma resposta a uma demanda histórica da população, que, até então, não havia sido mencionada (figura 13).

A frase “Os jovens não vão mais precisar deixar Formiga para fazer um curso técnico”, opera uma simplificação radical de um problema social complexo: a migração de jovens em

busca de oportunidades. A solução oferecida é singular e direta, o curso técnico local. O verbo “deixar” é substituído pela oferta de cursos, criando uma equivalência entre a permanência na cidade e o acesso à educação técnica. O léxico utilizado (“curso técnico”, “Formiga”) é diretamente associado ao desenvolvimento e à solução do problema da evasão juvenil. Nesse sentido, a frase posiciona a educação técnica como uma mercadoria que pode ser oferecida para resolver um problema social. Em síntese, a frase é uma poderosa síntese discursiva que, ao mesmo tempo em que celebra a vinda do CEFET, revela a visão simplista e mercadológica que o discurso tem da juventude e do desenvolvimento local (figura 13).

Figura 13 – Anúncio do primeiro vestibular do CEFET Bambuí extensão Formiga

5 Formiga - MG - Sexta-feira, 24 de Novembro de 2006 Biblioteca Pública Municipal Dr. Socrates Bazzani Menezes PERIÓDICOS Pergaminho

Marcado 1º vestibular da escola técnica de Formiga

Inscrições começam na segunda-feira que vem; a princípio, serão oferecidos os cursos gratuitos de gestão comercial, informática e promotor de eventos

Já está agendado o primeiro vestibular do Cefet (Centro Federal de Educação Tecnológica) em Formiga: 6 de janeiro próximo. No Bairro São Luiz, as obras estão a todo vapor para que o prédio da escola fique pronto a tempo.

As inscrições vão de segunda a quarta-feira da semana que vem e poderão ser feitas pelo site www.cefetbambui.edu.br. A taxa será de R\$ 20. Os três cursos técnicos oferecidos serão: gestão comercial (30 vagas), com duração de um ano; informática - rede e manutenção (30 vagas), com um ano e meio; promotor de eventos (25), com um ano. Todos gratuitos.

A Secretaria Municipal de Educação já concluiu edital com todos os detalhes do processo seletivo. O documento está em avaliação no Cefet de Bambuí, do qual a escola de Formiga é uma extensão. Com o tempo, a Prefeitura tentará conseguir junto ao MEC (Ministério da Educação) a independência do estabelecimento formiguense.

Conforme informou o secretário municipal de Educação, Geraldo Reginaldo de Oliveira, para escolher os três cursos oferecidos, ocorreu uma pesquisa de mercado, que levou em consideração as características da cidade. “Estamos fazendo uma pesquisa de demanda para ver quais novos cursos serão oferecidos no segundo semestre.”

Geraldo de Oliveira comemorou a proximidade do início de funcionamento do Cefet no município. “É um sonho formiguense que está se realizando. Os jovens não vão mais precisar deixar Formiga para fazer um curso técnico.”

AS PROVAS

As provas terão duração de três horas e serão aplicadas na Escola Municipal Professor Franklin de Carvalho, no Bairro Arcas Brancas. Serão 60 questões de múltipla escolha (20 de português, 20 de matemática e 20 de conhecimentos gerais).

Os candidatos poderão também fazer em Formiga as provas para cursos oferecidos no Cefet de Bambuí.

O resultado será divulgado no dia 15 de janeiro de 2007 pelo www.cefetbambui.edu.br. Em Formiga, a Prefeitura vai afixá-lo ainda na Secretaria de Educação, no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal e na antiga Minas Caixa.

AS AULAS

As aulas começam no início de março e ocorrerão no prédio do Cefet, previsto para ficar pronto em janeiro. A taxa de matrícula será de R\$ 55. Em dezembro, a central de Bambuí escolherá os professores que trabalharão em Formiga.

O PRÉDIO

A princípio, o Cefet formiguense contará com um pavimento, composto de seis salas de aula, uma de informática e uma biblioteca. No entanto, de acordo com o secretário de Educação, a perspectiva é de ampliação, já que o prédio foi planejado para ter até três pavimentos.



O secretário Geraldo Reginaldo: 'É um sonho formiguense que está se realizando'



O prédio do Cefet deve ficar pronto em janeiro

Fonte: Marcado... (2005, p.5)

O texto reforça que o CEFET é resultado da ação do poder público local, apesar de a instituição ser uma política pública. Essa apropriação política por parte de agentes locais já foi observada em outras reportagens da época. O secretário ainda destaca a importância da escola

para o desenvolvimento educacional e profissional da cidade, enfatizando a parceria entre o CEFET-BambuÍ e a Prefeitura de Formiga (Figura 13).

Na matéria, o secretário de educação disse que, para a escolha dos cursos, foi realizada “uma pesquisa de mercado que levou em consideração as características da cidade” e o secretário ainda complementa que: “*Estamos fazendo uma pesquisa de demanda para ver quais novos cursos serão oferecidos no segundo semestre*” (Figura 13). Porém, durante a pesquisa de campo não foi encontrado nenhum arquivo ou informação adicional sobre essa pesquisa citada pelo secretário de educação.

O texto ainda apresenta informações sobre a aplicação das provas do vestibular, marcada para 20 de janeiro de 2007 na Escola Municipal Professor Franklin de Oliveira, em Formiga, e explica que os candidatos poderiam se inscrever pelo site do CEFET Bambuí. Outra informação importante é que o resultado seria divulgado no site citado e afixado pela prefeitura, em Formiga, na secretaria de Educação, Banco do Brasil, Caixa econômica e antiga Minas Caixa (Figura 13).

Além do vestibular, a prova para seleção de professores é mencionada, sendo realizada por Bambuí em dezembro de 2006. O prédio em construção oferecerá seis salas de aula, uma de informática e uma biblioteca. E, por fim, reforça a ideia do CEFET como marco na história da educação técnica da cidade, evidenciando o envolvimento do poder público local e o entusiasmo com a chegada de uma instituição federal, em uma expectativa positiva em torno da qualificação de jovens e adultos e da melhoria das oportunidades profissionais em Formiga e região (Figura 13).

No dia 23 de dezembro de 2006 O Pergaminho divulgou que o CEFET abriu um concurso para professores, sendo 4 vagas para Formiga nas áreas de administração, turismo e informática. As provas foram realizadas em janeiro de 2007 na cidade de Bambuí. A contratação, segundo Boletim de Serviço, é para atuação como professor temporário (Anexo B).

O gabarito das provas do vestibular teve publicidade na matéria publicada no jornal O Pergaminho, em 09 de janeiro de 2007, onde se destacou que “Curso de Informática foi o mais procurado no vestibular do CEFET”, com 192 inscritos para 30 vagas, o que representa uma média de 6,4 candidatos por vaga. No total, 345 pessoas se inscreveram para as 85 vagas ofertadas para os cursos de Informática, Gestão Comercial e Rede de Manutenção (Figura 14).

A matéria traz informações objetivas sobre a seleção, incluindo a média de candidatos por curso, a aplicação das provas no dia 6 de janeiro de 2007, locais de realização, e a

divulgação dos gabaritos pela comissão técnica. Também ressalta que os resultados seriam divulgados até o dia 15 de janeiro, o que reforça o caráter institucional e técnico do processo seletivo. A presença de um quadro com os gabaritos oficiais das provas de Língua Portuguesa, Matemática e Conhecimentos Gerais dá ainda mais credibilidade à publicação (figura 14).

Figura 14 – Curso de informática é o mais procurado do Vestibular do CEFET Bambuí extensão Formiga

2007
Biblioteca Municipal
Dr. Sócrates Bezerra Menezes
PERIÓDICOS

Curso de informática foi o mais procurado no vestibular do Cefet

Foram 192 candidatos para 30 vagas, média de 6,4; no total, 345 pessoas se inscreveram para as 85 vagas oferecidas no vestibular ocorrido no sábado

O curso de informática (rede e manutenção) teve a maior relação de candidato por vaga do vestibular do Cefet, ocorrido no sábado passado, das 8 às 12 horas, na Escola Municipal Franklin de Carvalho. Foram 192 candidatos para 30 vagas: média de 6,4.

No total, 345 pessoas se inscreveram para as 85 vagas oferecidas nos três cursos técnicos. Para promoção de eventos, foram 29 candidatos para 25 vagas (média de 1,16). Para gestão comercial, 124 candidatos para 30 vagas (4,1).

Todos são gratuitos. As aulas começarão em março deste ano. A princípio, a unidade de Formiga será uma extensão do Cefet de Bambuí, mas a ideia é, com o tempo, torná-la independente.

Confira o gabarito das provas

LÍNGUA PORTUGUESA									
1	D	2	B	3	B	4	A	5	E
6	E	7	B	8	B	9	D	10	C
11	B	12	B	13	D	14	B	15	C
16	B	17	A	18	E	19	E	20	E

MATEMÁTICA									
21	C	22	A	23	B	24	B	25	A
26	D	27	C	28	C	29	B	30	A
31	C	32	A	33	E	34	B	35	D
36	A	37	B	38	C	39	A	40	D

CONHECIMENTOS GERAIS									
41	C	42	E	43	C	44	A	45	A
46	A	47	A	48	D	49	C	50	D
51	B	52	B	53	D	54	D	55	E
56	C	57	D	58	C	59	B	60	C

Fonte: O Pergaminho (2007).

A matéria da figura 14 utiliza a alta demanda para reforçar o discurso da educação técnica como mecanismo de mobilidade social e progresso local. O foco em dados numéricos transmite transparência e legitimidade, consolidando a imagem do CEFET como agente transformador na cidade.

Contudo, a ausência de vozes críticas ou de comentários da comunidade sobre o processo seletivo sugere uma naturalização da lógica meritocrática, omitindo possíveis desigualdades de acesso. Ao enfatizar a eficiência e o sucesso da procura, o texto atua como

um dispositivo legitimador da gestão pública e da política de interiorização da educação federal, validando as parcerias institucionais envolvidas.

No dia 16 de janeiro de 2007, o jornal que circula na cidade diariamente, O Pergaminho, ofereceu à população uma lista de aprovados no vestibular (Anexo C). Na década de 2000, a publicidade dos processos seletivos de instituições de ensino era bastante diferente do que vemos hoje. A internet ainda não era o meio dominante de comunicação e marketing e a publicidade se concentrava principalmente em canais mais tradicionais e diretos como revistas e jornais, assim como cartazes em pontos estratégicos. A matéria também informa o dia da matrícula para os aprovados e o início das aulas em 1º de março.

Aula inaugural do CEFET Bambuí extensão Formiga, inicialmente desejada para 2006, aconteceu em 1 de março de 2007, segundo consta na matéria do Jornal Nova Imprensa de 9 de março de 2007 e foi realizada na sede da escola. Essa matéria apresenta um tom institucional e celebrativo, marcando o início simbólico da presença da instituição na cidade. Com a presença de autoridades locais como o prefeito Aluísio, representantes do CEFET Bambuí e a nova diretora Maria Emília Chaves, o evento foi voltado especialmente aos novos estudantes, com destaque para a estrutura física quase concluída da nova sede (Figura 15).

Figura 15 – Aula Inaugural do CEFET Bambuí extensão Formiga

Aula inaugural do CEFET

Na quinta-feira, 1/3, com a presença de diretores da escola em Bambuí, do prefeito municipal de Formiga, do secretário de Comunicação e do vereador Gonçalves Faria, aconteceu a aula inaugural programada pelo CEFET.

O novo prédio, sede da Escola, se encontra com as obras quase concluídas e foi apresentado aos novos alunos e demais pessoas presentes, por sua nova diretora, Sra. Maria Emília Chaves.

A ausência dos demais secretários e membros do primeiro escalão de governo foi justificada sob a alegação de que aquele evento era dirigido apenas aos alunos, apesar de que, no convite a nós enviado, nada indicava ser um evento de cunho privado, íntimo ou particular. A impressão que nos ficou foi mesmo de que talvez tenha ocorrido alguma falha entre a coordenação do ato (que foi sim, um ato político) e a comunicação oficial.

Fotos: Divulgação



Aluísio discursa para os alunos, sob os olhares atentos dos componentes da mesa



Alunos das primeiras turmas do CEFET/Formiga



A nova diretora (Emília) e alguns professores presentes ao ato

Fonte: Aula... (2007, p.6).

No entanto, o texto também revela uma tensão política e de comunicação. A ausência de outros secretários municipais e membros do alto escalão do governo municipal é justificada com a alegação de que o evento seria “apenas para estudantes”, o que gerou incômodo e foi interpretado pelo repórter como uma possível falha na articulação política ou na comunicação oficial. Esse trecho introduz uma leitura crítica do evento, sugerindo que o momento foi esvaziado de uma presença institucional mais ampla, talvez por falhas de organização ou disputas de protagonismo (Figura 15).

Importante ressaltar que o convite para a aula inaugural dos cursos de Gestão Comercial, Informática e Promoção de Eventos, que consta do arquivo da Instituição, é datado de 30 de março de 2007 (figura 16).

Figura 16 – Convite para Aula Inaugural do CEFET Bambuí extensão Formiga



Fonte: Arquivo físico IFMG (2023)

Seguindo essa narrativa, poucos dias após a inauguração da escola técnica, houve uma reunião na CDL (Câmara dos Dirigentes Lojistas) para apresentar os cursos do CEFET aos empresários. Na matéria de 16 de março de 2007, na primeira foto aparece o grupo de empresários e representantes de entidades, e na segunda foto vemos o secretário de educação Geraldo Reginaldo e ao seu lado o nome CEFET em destaque (Figura 17). A matéria não é apenas um registro neutro de uma reunião, ela opera como discurso que legitima a instrumentalização da educação pública em função das demandas do setor privado local. O texto estabelece uma relação hierárquica em que o mercado dita as regras e a instituição de ensino deve se adaptar para servi-lo, naturalizando uma ideologia neoliberal de educação

representada para a empregabilidade imediata e não necessariamente para a formação cidadã ampla.

O texto é saturado por léxico do mundo corporativo como “empresários”, “mercado de trabalho”, “suprir necessidades”, “adaptar”, “gestão”, “parceria”, “negócios”. A educação é tratada como um produto/serviço que precisa de ajuste para agradar ao cliente (o mercado) (Figura 17).

No título, os cursos “são apresentados” (voz passiva). No subtítulo, o centro “busca suprir necessidades”. O papel do CEFET é reagir a uma demanda externa. O texto diz que os convidados puderam opinar e que a proposta é adaptar os cursos com base nas sugestões dos empresários. Isso confere ao setor privado o poder de moldar o currículo de uma instituição pública. O verbo “adaptar” é uma palavra-chave pois suaviza a ideia de submissão, na qual o CEFET não está apenas “dialogando”, está se moldando às exigências locais do capital (comércio, indústria, agronegócio) (Figura 17).

Figura 17 – Apresentação dos cursos do CEFET Bambuí extensão Formiga aos empresários



Fonte: Cursos... (2007, p.14)

A menção constante à união entre CEFET, CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas), ACIF (Associação Comercial) e a prefeitura (via Secretário de Educação) cria uma imagem de consenso inquestionável. O discurso sugere que, se todas essas forças estão juntas, isso é necessariamente bom para a cidade. Não há espaço na matéria para vozes dissonantes (estudantes, sindicatos de professores ou movimentos sociais). A matéria é um exemplo claro de um discurso que naturaliza a função utilitarista da educação técnica. Na perspectiva da ACD, este texto trabalha para manter uma ordem social em que o setor produtivo detém o poder simbólico de definir o que é “conhecimento válido” (aquele que gera lucro imediato ou preenche uma vaga de emprego). O CEFET, uma instituição pública federal, é retratado quase como um prestador de serviços para a ACIF/CDL (Figura 17).

Após a inauguração, a aproximação do CEFET com a comunidade se tornou visível por meio de atividades vinculadas aos cursos. Várias reportagens do Jornal O Pergaminho exemplificam essa participação dos estudantes, com títulos como: “Alunos do CEFET promoverão ‘Noite romântica à italiana’” (31 de maio de 2007), “Palestra do CEFET irá propor ações de conscientização ambiental” (20 de junho de 2007), “CEFET terá festa junina dia 30” (20 de junho de 2007), “Alunos do CEFET realizarão manhã recreativa no Abrigo para menores” (22 de junho de 2007), Alunos do CEFET participam de jornada de informática em Piumhi” (30 de junho de 2007), “CEFET inicia na segunda sua 1ª semana técnico acadêmica” (12 de junho de 2007); 16 cidades participam de curso no CEFET - 7 de novembro de 2007; CEFET comemorará dia do Gestor Comercial na próxima sexta-feira 5 dezembro de 2007; Professora do CEFET em Formiga participará do ‘Projeto Rondon’ - 26 de novembro de 2008 (Anexo D).

A aproximação do CEFET com a comunidade é um elemento essencial para consolidar sua função social como instituição pública de ensino. Esse vínculo permite que as ações pedagógicas, científicas e extensionistas estejam alinhadas às reais necessidades da população, promovendo uma formação mais significativa e comprometida com o contexto local. Além de favorecer a inclusão social, essa relação fortalece o papel do CEFET como agente de transformação, contribuindo para o desenvolvimento econômico e sustentável da região. Ao estreitar os laços com a comunidade, a instituição não apenas legitima sua presença no território, mas também constrói caminhos mais eficazes para a democratização do conhecimento e para a valorização do ensino técnico como motor de progresso social.

A trajetória dos demais entrevistados desta pesquisa, os informantes E01, E02 e E04, se inicia com o CEFET Bambuí extensão Formiga já em andamento. O professor E01 relata que “[...] já existia, logo depois que nós [refere-se ao grupo], que eu entrei, no mês seguinte, o prefeito então, da cidade, Aluísio, que era do PT, à época, já vinha trabalhando com o diretor-geral [CEFET Bambuí], Ivan Chaves, o que era comum nos CEFETs da época, que eram chamados Unidades Fora de Sede.” Ele usa da metáfora para explicar o funcionamento da instituição, “Era como se fosse uma franquía”.

Sua entrevista corrobora as matérias dos jornais e a entrevista do E03. Segundo ele, o CEFET entrava com a parte do controle pedagógico, das matrizes curriculares e a prefeitura entrava com a estrutura física e com os professores para ofertar técnicos subsequentes. E completa: “[...] O prefeito Aluísio já vinha fazendo essa campanha com o então deputado Virgílio Guimarães” (E01, 2023).

Foi construído um prédio para ser disponibilizado, no local onde hoje funciona o IFMG Campus Formiga. Foi firmado um convênio e, com isso, dois cursos subsequentes, de Gestão Comercial e Informática, tiveram início (E01, 2023).

O entrevistado E02 informa que, no primeiro semestre de 2005, ao procurar novas oportunidades de trabalho, soube que o campus Bambuí precisava de professores na sua área, Turismo. Na época, os professores eram contratados via cooperativa, um processo mais simplificado devido à grande carência de docentes. Segundo o professor, ele entrou em contato com Bambuí, fez uma entrevista e foi contratado, não como professor visitante ou substituto, mas diretamente pela cooperativa para suprir a demanda de aulas.

Pouco depois, ele soube de um concurso para uma vaga na mesma área. Ao conversar com um colega, descobriu que, além da vaga em Bambuí, havia planos para se abrir uma Unidade de Ensino em Formiga nessa modalidade, sendo que a prefeitura local forneceria a infraestrutura e o mobiliário, enquanto o CEFET Bambuí ofereceria o suporte pedagógico e o corpo docente. O professor passou a lecionar no CEFET Bambuí extensão Formiga duas vezes por semana, sob a direção da professora Emília Chaves (E02).

Um ano após o início das aulas, as primeiras turmas se formaram. Importante ressaltar que as primeiras turmas se formaram enquanto era CEFET Bambuí extensão Formiga. A solenidade aconteceu no auditório do UNIFOR e foi noticiada pelo jornal O Pergaminho em 4 de março de 2008. Os 22 estudantes que fizeram colação de grau eram dos cursos de Promotor de eventos e Gestão Comercial. A matéria não especifica a quantidade de alunos formados em cada curso. Como foi divulgado, a entrada de estudantes em cada curso foi de 25 e 30 estudantes

respectivamente; assim, o número apresentado é muito baixo. Na coleta de informações não foi possível elucidar a questão (figura 18).

Na oportunidade, o Prefeito Aluísio Veloso foi paraninfo das duas turmas, o que demonstra um reconhecimento por parte dos envolvidos no trabalho desenvolvido pela Gestão Municipal. Na oportunidade, Aluísio demonstra sua emoção: “Nunca havia vivenciado uma emoção tão grande. “Esse é um momento ímpar na minha vida. Quando morava em Belo Horizonte, sentia vontade de estudar no CEFET. Depois, frequentei a unidade Bambuí quando trabalhava com telefonia, e agora consegui trazer o centro para Formiga” (Figura 18).

A matéria, sob a aparência de uma notícia informativa neutra sobre um evento educacional, funciona discursivamente como uma peça de legitimação política local. O texto constrói a formatura não apenas como uma conquista dos estudantes, mas principalmente como um “troféu” político da gestão municipal, personificada na figura do prefeito (Figura 18).

Figura 18 – Primeira turma de Formandos do CEFET Bambuí extensão Formiga



Fonte: CEFET... (2008).

A imagem escolhida para ilustrar a matéria reforça a formalidade e a hierarquia. O foco está na “mesa de honra” elevada num palco, com as autoridades distantes e acima da plateia. A presença das bandeiras (nacional, estadual, municipal) confere caráter oficial e estatal ao evento educacional (Figura 18).

Podemos destacar como pontos altos da narrativa, nessa fase na qual o CEFET Bambuí extensão Formiga foi formalizado e consequentemente teve sua atividade iniciada na cidade, os seguintes: i) o acordo de mútua cooperação entre o CEFET Bambuí e a Prefeitura Municipal de Formiga, fato que deu início ao desenvolvimento da instituição; ii) a construção da sede com recursos federais obtidos por meio de emenda parlamentar e apoio do governo municipal; iii) contratação de mão de obra, tanto para a construção da sede quanto para funcionamento escolar, garantindo empregos para a cidade e por fim presença ativa na comunidade; iv) o início efetivo das aulas e a formatura de profissionais. Esse movimento realizado pela prefeitura, tornando possível a unidade do CEFET na cidade, demonstra comprometimento e responsabilidade com a proposta de uma escola técnica.

A seguir, será descrita a narrativa que permeia a história da UNED Formiga, revelando como a união de forças entre níveis de governo e o CEFET Bambuí deu origem a uma instituição de ensino que se transformaria no atual IFMG campus Formiga.

4.2.2 CEFET Bambuí-UNED Formiga

Na primeira matéria veiculada pela mídia em que é anunciada a vinda do CEFET para o município de Formiga, datada de 9 de agosto de 2005 (Figura 3), o Secretário Geraldo Reginaldo aponta, claramente, que receber a extensão do CEFET Bambuí é parte de um projeto maior: o estabelecimento de uma unidade independente do CEFET na cidade. No entanto, naquele momento, segundo informações do secretário, ainda não havia autorização para expansão das escolas federais.

Pouco tempo após a aula inaugural do CEFET Bambuí extensão Formiga, em março de 2007, o Governo Federal deu início à fase II do Projeto de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Essa etapa só foi possível com a promulgação da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, em que o governo federal revoga o § 5º do Art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, que proibia a constituição de novas unidades federais de ensino profissional. Em depoimento, o E03 relembra:

O deputado Reginaldo Lopes, na época, é, [...] nos procurou, procurou o prefeito. É toda vez que era assunto ligado à educação, estava ao lado do prefeito, pra essas reuniões, pra subsidiá-lo, tomada, tomada de decisões e tudo. Ele pegou e falou assim, é, o Reginaldo, falou assim, é prefeito, o presidente Lula vai expandir a oferta técnica profissionalizante federal no país. E Minas Gerais vai ser contemplada com doze unidades, doze unidades, serão divididas em três anos. Quatro primeiro ano, quatro segundo e quatro no terceiro, entendeu? E eu gostaria que Formiga participasse dessa concorrência, dessa concorrência [...], achei bacana, porque era uma chamada pública, todos 853 municípios de Minas podiam participar dessa, dessa chamada pública... (E03, 2023).

Conforme apresentado no quadro 24, o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, uma iniciativa de três etapas lançada pelo Governo Federal em 2005, avança para sua segunda fase. Percebe-se que a iniciativa do Prefeito Aluísio de trazer o CEFET para a cidade, logo após assumir a prefeitura em 2005, ocorreu simultaneamente à primeira fase do projeto federal de expansão da rede. As ações proativas e planejadas de sua equipe, mesmo sem a possibilidade inicial de uma unidade independente, culminaram na vinda da instituição para Formiga, com o início das atividades em março de 2007. Essa ação novamente se deu de forma simultânea às atividades desenvolvidas pelo Governo Federal, quando foi iniciada a Fase II do projeto de expansão da Rede Federal de Educação. Estando a cidade à frente nessa ocasião com a extensão do CEFET Bambuí, o progresso da instituição ocorreu de forma mais natural. O Quadro 24 relaciona os eventos nacionais com os eventos locais, mostrando assim como ocorreram de forma simultânea.

A abertura da chamada pública MEC/SETEC 001/2007, em 24 de abril de 2007, marcou o começo da Fase II do projeto de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A previsão de resultado datava de 04 de setembro de 2007. As novas unidades de ensino seriam dispostas em 150 municípios. A definição dessas localidades contempladas, segundo o edital, orientou-se por uma abordagem multidisciplinar, fundamentada em análise crítica de variáveis geográficas, demográficas, socioambientais, econômicas e culturais, com destaque para as seguintes finalidades:

- a) distribuição territorial equilibrada das novas unidades de ensino;
- b) cobertura do maior número possível de mesorregiões em cada Unidade da Federação;
- c) proximidade das novas unidades de ensino aos Arranjos Produtivos Locais instalados e em desenvolvimento;
- d) interiorização da oferta pública de educação profissional e de ensino superior;
- e) redução dos fluxos migratórios originados nas regiões interioranas com destino aos principais centros urbanos;
- f) aproveitamento de infraestruturas físicas existentes;

g) identificação de potenciais parcerias. (CHAMADA PÚBLICA MEC/SETEC n.º 001/2007)

Quadro 24 - Contexto histórico da Expansão da Rede Federal

Ano	Presidente	Lei	Acontecimento Local
1994	Itamar Franco	§ 5º do Art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994 - proibição de criação de novas unidades de ensino profissional federais	
2005	Luíz Inácio Lula da Silva	Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005 - governo federal revogou o § 5º do Art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994	CEFET Bambuí extensão Formiga
2005		Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, dividido em 3 etapas: Plano de Expansão Fase I - construção de escolas em unidades da federação ainda desprovidas destas instituições, como Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, além da instalação de instituições federais de educação profissional nas periferias de grandes centros urbanos e municípios do interior	Convênio entre o Município de Formiga e o CEFET Bambuí.
2007		Plano de Expansão Fase II - iniciada em 2007, a Setec/MEC estabelece como meta a criação, em quatro anos, de mais 150 novas instituições federais de educação tecnológica no marco do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. As instituições foram distribuídas nos 26 estados e no Distrito Federal, contemplando 150 municípios diferentes escolhidos pelo próprio MEC e mediante manifestação de interesse por parte das prefeituras municipais.	CEFET Bambuí UNED Formiga A chamada pública MEC/SETEC 001/2007, uma iniciativa do Governo Federal, que foi viabilizada graças à parceria com a Prefeitura do Município.
2008		Lei nº 11892 de 29 de dezembro, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, também conhecida por Rede Federal	IFMG Campus Formiga Lei Federal que cria uma nova Instituição de ensino aproveitando a estrutura das Instituições Públicas Federais de Ensino
2011		Plano de Expansão Fase III - iniciada em 2011, estabeleceu um projeto de criação de 208 novas unidades até 2014, permanecendo o propósito de superação das desigualdades regionais e na viabilização das condições para acesso a cursos de formação profissional e tecnológica como ferramenta para melhoria de vida da população.	

Fonte: Elaborado pela autora, com informações do Ministério da Educação, 2023.

A cidade de Formiga participou da chamada pública sendo contemplada como uma Unidade Descentralizada (UNED). As UNEDs, como eram conhecidas, funcionavam como unidades autônomas vinculadas a uma matriz, como o CEFET Bambuí em Formiga. A verba federal era repassada diretamente para cada unidade, permitindo que fosse utilizada na infraestrutura física e na contratação de servidores. Esse foi um momento histórico para a cidade de Formiga, assim como para todos os envolvidos nessa conquista.

Com o passar do tempo, é, o governo é, criou é, as Uni, Uneds, Unidades de Ensino Descentralizadas. Aí, de, de uma autorização Fora de Sede de, é Formiga passou a ter uma Uned vinculada ao CEFET de Bambuí. Cê entendeu? Aí eles forneceram mais professores e tudo e com a perspectiva assim maior de crescimento e esse foi o início da vinda, é, é, é de um desejo do prefeito Aluísio, é, pra, pra concretizar até esse momento agora (E03, 2023).

Ao relatar sobre a participação na chamada pública, o E03 informa que havia um questionário que deveria ser preenchido pelo município, denominado FAP, Formulário de Apresentação de Proposta. Em uma reunião, realizada em Brasília, os interessados foram orientados sobre o funcionamento da chamada pública, e também capacitados para o preenchimento do Formulário.

Um ponto que sobressaiu para o E03 é que, no questionário, era necessário definir a vocação para a implantação de uma unidade do CEFET no município, sendo essa comercial ou industrial. Caso fosse comercial, exigia-se a apresentação de um terreno de determinada metragem. Se fosse industrial, a proposta de terreno para edificação deveria ter outra metragem específica. Em Formiga, não havia área pública municipal próxima que atendesse à vocação industrial. Isso significa que, para a vocação industrial, todos os cursos técnicos ou superiores teriam que ser voltados para a indústria. Já para a vocação comercial, todos os cursos técnicos e superiores deveriam atender ao setor comercial. Assim, como o Município não tinha terreno para vocação industrial, conseguiram um que atenderia à vocação comercial (E03, 2023).

Conforme consta do Edital de Chamada Pública para a implantação de uma unidade de ensino no setor de indústria e/ou de serviços o imóvel deveria ser sem benfeitorias (terra nua), estar localizado em área urbana, apresentando dimensão mínima de 20.000 m², e preferivelmente superior a 50.000 m². Outra possibilidade seria uma unidade de ensino prioritariamente do setor do agronegócio, exigindo um imóvel também terra nua, localizado em área rural ou próximo ao perímetro urbano, apresentando dimensão mínima de 50 hectares, e preferivelmente superior a 150 hectares (Chamada Pública).

Nesse sentido, verifica-se que o edital apresentava duas categorias, sendo setor de indústria e/ou de serviços e o setor de agronegócio. Diferentemente do que foi falado na entrevista do E03, o setor de indústria e/ou de serviços possuíam as mesmas exigências. Formiga já contava com a unidade de ensino que era o CEFET Bambuí extensão Formiga oferecendo cursos definidos por essa instituição. Quando questionados no edital sobre a “vocação” do município e da região, a decisão foi tomada pelas possibilidades de cumprimento das exigências impostas pelo edital e não pela vocação apresentada pelo município.

Consta das reportagens como, por exemplo, a figura 7, evento onde foram apresentados os cursos oferecidos, a informação de que existe uma carência de profissionais na área de manutenção de computadores. A figura 13 menciona uma pesquisa de demanda para ver quais novos cursos oferecer, e, por fim, na figura 17, uma reunião com empresários e entidades sociais teve como objetivo obter informações sobre cursos para suprir as necessidades de acordo com a realidade local e também com o mercado de trabalho. Cerca de 80 empresários estiveram presentes, o que demonstra uma boa representatividade. Com essas informações compreende-se que a vocação do município estaria sendo mapeada dando respaldo para futuras decisões sobre planejamento e desenvolvimento econômico.

Para o secretário, no formulário de apresentação da proposta, era evidente que a doação do terreno era apenas um ponto; as contrapartidas adicionais seriam o grande diferencial. “Foi nesse contexto que conversei com o prefeito Aluísio, que, demonstrando total confiança, me disse: “E03, vou deixar em suas mãos, coloca tudo aí que você achar que é possível, que nós não podemos perder. Nós temos que entrar para ganhar, para termos aqui o ensino técnico federal em Formiga. E foi exatamente isso que fizemos” (E03, 2023).

Segundo o E03, a prefeitura de Formiga se comprometeu com uma série de ofertas que se mostraram decisivas. Foram incluídas na proposta a cessão de funcionários administrativos, a disponibilização do prédio inicial da UNED no bairro São Luiz, que já estava edificado e contava com seus próprios equipamentos e mobiliário – uma estrutura, embora pequena, já existente. Além disso, foi oferecida a cessão de dois ou três funcionários da prefeitura por um tempo determinado para atuar na manutenção, o pagamento das contas de água e luz por um período, a instalação de um sistema de alarme, a doação de um veículo Gol e, claro, o terreno para a construção das novas instalações.

Ao relatar os fatos nesse momento de empenho para conquistar a UNED, o E03, mesmo depois de anos, ainda o faz de forma vívida, com riqueza de detalhes e emoção na voz:

É colocando isso na proposta é, eu convidei na época dois dos atuais professores hoje do, do Instituto Federal para me ajudar na elaboração do preenchimento dessa, dessa proposta. Eu ficava com o conhecimento técnico do município, da, da, da, da, da parte de oferta, juntamente com o prefeito. E eu precisava de alguém para fazer a contextualização histórica do município. Aí convidei o professor E02, que trabalhou comigo vários finais de semana, fazendo uma contextualização é, é geográfica, educacional, é, é IDH, população, enfim, situando o âmbito de atuação dessa da, da, da vinda do CEFET pra Formiga. E o professor E01 teve uma pequena participação, ... Fechamos a proposta e mandamos para Brasília e ficamos assim, ó, é, é aguardando ansiosamente o resultado que depois foi publicado oficialmente e tal. Quando publicou, Formiga ficou entre as 4 primeiras, no primeiro ano, foi contemplada, entendeu? E nós vibramos, ficamos muito emocionado, o claro deputado, né? Ele deu esse apoio político, entendeu? Mas teve essa, essa chamada técnica, mas também teve o respaldo político (E03, 2023).

Esse depoimento destaca uma estratégia ousada e também o empenho da administração municipal de Formiga, liderada pelo Prefeito Aluísio e pelo secretário Geraldo Reginaldo, para garantir a vinda de uma unidade do CEFET para a cidade. É notório que as contrapartidas oferecidas além da doação do terreno, foram importantes para o sucesso da proposta. O trecho destacado da entrevista ressalta a visão pragmática do Prefeito Aluísio ao dar autonomia ao E03 para listar todas as contrapartidas possíveis, com a determinação de “entrar para ganhar”. Isso demonstra o reconhecimento da importância da educação técnica federal para o desenvolvimento de Formiga.

A entrevista do E01 corrobora a narrativa do Secretário, “posteriormente, por meio de uma articulação com Virgílio Guimarães. Ele soube que seria lançado um edital para novos *campi*, o que, segundo ele, foi a única vez que a expansão da rede foi feita por essa via.” Ele ainda aponta que o edital continha uma série de pré-requisitos, como a metragem mínima do terreno a ser doado e o número de prédios e mobiliários. Diante disso, Aluísio começou a trabalhar no projeto. E02 e C.B. (nome fictício), que tinha muito contato com ele, e o então Secretário de Educação da cidade, Geraldo Reginaldo, uniram-se para trabalhar na proposta. Segundo E01, um dia ele ajudou a fechar o edital. Aluísio correu atrás dos prefeitos da região e conseguiu o apoio e a doação de um terreno do senhor Pedro Pieroni, na saída para Campo Belo, pois a metragem exigida era de 45.000 m². O intuito inicial de Aluísio era levar a escola para um bairro carente, a Vila Didi, mas o espaço de 12.000 m² não comportava o projeto. Para completar o edital, ele anexou a escritura de doação e enviou toda a documentação (E01).

O professor E02 comenta: “Tem uma coisa legal também dessa história, eu acho interessante”. Ele relata que na época já estava em Bambuí e era um servidor efetivo, junto com C.B. (Nome Fictício) e E01. O E03 pediu à direção de Bambuí, “e a gente ficou trabalhando aqui um tempo, construindo o projeto para transformar aqui, pra entrar nesse, nesse novo edital

[...]”. Assim eles se dedicaram a trabalhar no projeto que visava transformar a unidade, segundo o professor o projeto que seria executado na Vargem Grande.

“É, porque aqui era pequeno, só tinha aquilo ali, aí o Aluísio, o Aluísio falou assim, não, e pra nesse edital, exigia-se uma área mínima e tal, e aí o Aluísio saiu prospectando, né, para ver onde conseguiria, né, terrenos da prefeitura. Onde já tinha, onde poderia desapropriar e tal. Aí depois de muito pesquisar, ele definiu, o pessoal do Bambuí aprovou. Que na época tinha que ter a anuência do pessoal de Bambuí. Aí foi feito o projeto pra ser lá (E02, 2023).

Segundo o professor, “isso dá um capítulo, à parte, da história”. Ele se refere ao fato de a construção ter sido embargada após rachaduras na parede e o caso permanecer na justiça até os dias de hoje. Ele segue falando que “aí a gente veio para trabalhar nesse projeto e tal e na época o Aluísio, né, é óbvio que tinha o mérito do projeto, mas houve toda uma articulação política, uma negociação lá. E o Secretário Geraldo e o Aluísio, batalharam muito em Brasília pra conseguir isso [...]” e completa “por isso que eu te falei”, referindo-se à entrevistadora de forma saudosa, [...] o Aluísio infelizmente você não vai conseguir entrevistá-lo, né? Mas ele, o Geraldo, na minha visão, são os principais atores desse processo aqui, viabilizar” (E02, 2023).

Para o entrevistado E02, a iniciativa foi um trabalho principalmente de Aluísio, por sua articulação política, pois o mesmo tinha muito trânsito com o PT, que estava no poder na época. O entrevistado também destacou o papel do secretário Geraldo Reginaldo, que se dedicou à parte técnica do projeto. Ele descreveu o secretário como alguém muito “bom nisso”, que “sabia mobilizar recursos” e articular a construção do projeto em que todos atuaram.

E02 completa destacando que a chegada do IF a Formiga esteve fortemente ligada à articulação política conduzida por Aluísio. Segundo ele, havia uma triangulação de esforços entre Bambuí, Brasília e o MEC, da qual Aluísio foi um dos principais articuladores. E02 relembrou ainda uma conversa pessoal em que Aluísio compartilhou seu verdadeiro sonho: implantar em Formiga uma Escola Agrícola nos moldes do CEFET-Bambuí. Esse projeto, segundo ele, tinha até um local idealizado - uma área próxima ao trajeto para Campo Belo, onde havia um restaurante bastante conhecido na região. “Meu sonho era colocar uma Escola Agrícola ali, levar os meninos para estudar naquele espaço”, teria confidenciado Aluísio. Embora esse ideal inicial não se tenha concretizado exatamente da forma sonhada, foi a partir dele que se transformou a possibilidade de criação de uma UNED em Formiga, posteriormente consolidada como campus. E02 enfatizou, entretanto, que detalhes sobre como esse processo ocorreu eram melhor conhecidos por Geraldo Reginaldo, também envolvido nas articulações da época.

As ofertas de contrapartida, como a cessão de funcionários administrativos e de manutenção, pagamento de despesas de água e luz, um veículo, e a oferta do prédio inicial da UNED já com mobiliário e equipamentos ilustram o compromisso financeiro e estrutural do município. Outro ponto que pode ser destacado no relato é a colaboração e a inteligência estratégica na elaboração da proposta. A participação de professores locais, como o professor Miguel, que colaborou para a contextualização histórica, geográfica e educacional do município e o professor Robson, que apresentou a construção de um argumento técnico robusto, que complementou o conhecimento administrativo do secretário. Essa união de esforços foi fundamental para apresentar uma proposta completa e competitiva.

O auge da narrativa, com a vibração e emoção pela aprovação da proposta e a classificação de Formiga entre as quatro primeiras cidades contempladas, sublinha o impacto e a alegria dessa conquista para o município. A menção ao apoio político do deputado reforça que, embora a proposta técnica fosse essencial, o respaldo político também desempenhou um papel importante no processo.

Nesse momento, o relato deixa claro que o CEFET Bambuí extensão Formiga se tornará UNED. Em sua entrevista com E01 complementa que “[...] nesse meio tempo, veio a resposta positiva de que Formiga havia sido contemplada com esse campus. “Nem era campus, era, é, Unidade Avançada, que era o nome que o, que os CEFETS davam” (E01, 2023).

A portaria de autorização de funcionamento da UNED Formiga foi efetivada 9 meses após a finalização da chamada pública, sendo publicada no Diário Oficial da União nº109, terça-feira, 10 de junho de 2008, Portaria nº695 de 9 de junho de 2008, art.1º “Autorizar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Bambuí-MG – CEFET Bambuí a promover o funcionamento de sua UNED de Formiga, MG”. Assinada por Fernando Haddad.

A abertura da chamada pública foi noticiada pelo jornal O Pergaminho em 26 de abril de 2007 (Figura 19). Esse fato relata o início de transição entre Extensão e UNED Formiga. O jornal destaca a independência do CEFET Bambuí extensão Formiga, como um fato importante, pois até nesse momento, era subordinado à unidade do CEFET de Bambuí no que tange a recurso financeiro e apoio pedagógico, assim como recursos financeiros e de pessoal da prefeitura do município de Formiga. Com essa mudança, a instituição passará a ter mais autonomia e receberá recursos diretamente do Governo Federal. O texto menciona os benefícios dessa transição, como a gestão própria e um financiamento mais direto, além de exibir uma foto da sede com a legenda informando que as aulas começaram no mês anterior.

A matéria também apresenta Formiga como um dos 150 municípios relacionados no Anexo I do Edital da Chamada Pública MEC/SETEC n.º 001/2007 do Governo Federal, resultado do plano de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. O texto enfatiza o reconhecimento da estrutura e do potencial da unidade local construído para a extensão do CEFET de Formiga, além de reforçar o papel das lideranças políticas na consolidação da instituição. Na matéria o secretário Geraldo Reginaldo menciona as etapas de que o município viria a participar até o final da seleção, tema esse corroborado na entrevistada.

Figura 19 – CEFET de Formiga será independente de Bambuí



Fonte: Cefet... (2007, p.12).

A matéria da figura 19 dá ênfase na objetividade e na celebração da conquista. No discurso, expressões como “será independente”, “receberá recursos diretos”, “começaram no mês passado” reforçam certezas e indicam um futuro inevitável e positivo. Termos como “autonomia”, “verbas federais”, “infraestrutura”, “manutenção”, “investimento” e “independência” são usados para reforçar o caráter benéfico da mudança.

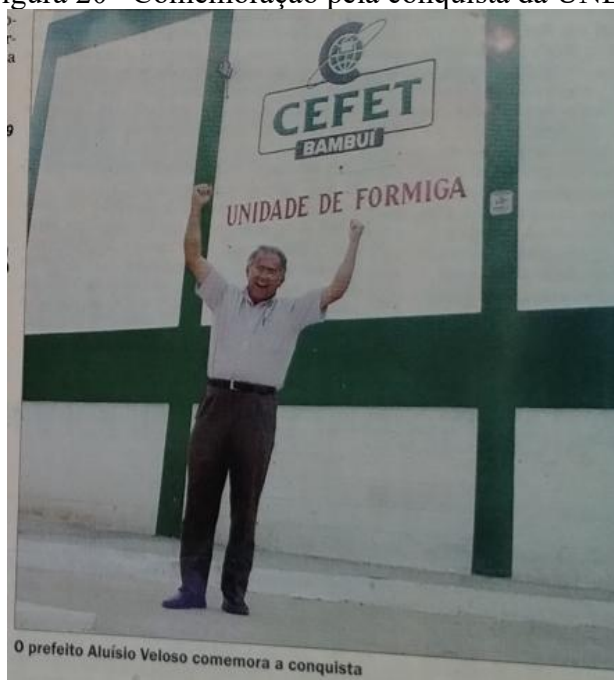
Um tema que não ficou totalmente esclarecido, mesmo com o item 1.4, alíneas de “a” ao “g” da CHAMADA PÚBLICA MEC/SETEC n.º 001/2007 é a definição dessas localidades contempladas. Segundo o edital, orientou-se por uma abordagem multidisciplinar,

fundamentada em análise crítica de variáveis geográficas, demográficas, socioambientais, econômicas e culturais.

Em 1º de setembro de 2007, o jornal O Pergaminho, volta a comunicar que o CEFET de Formiga se tornará uma unidade independente a partir de 2008. A notícia, que foi a matéria principal no jornal, ocupa além da capa, toda a página 9 da edição 2.183, dando uma visão geral do caminho trilhado pelo CEFET na cidade. A matéria detalha um marco para a educação na cidade, a partir do qual a unidade do CEFET em Formiga passará a ter autonomia a partir de 2008. Isso significa que a instituição terá a capacidade de criar seus próprios cursos e realizar concursos públicos para contratar servidores.

Na manchete, a foto do prefeito Aluísio Veloso de braços erguidos, em gesto de comemoração diante da fachada do CEFET, pode ser considerada como uma pose emblemática, simbolizando vitória e realização, vinculando diretamente a conquista à figura do prefeito. É uma fotografia construída para gerar identificação emocional, com forte caráter simbólico e político. Isso reforça a semiose de pertencimento e de enraizamento comunitário, mesmo que a origem do projeto seja federal. A imagem da placa “CEFET Bambuí - Unidade de Formiga” na parede de um prédio é um signo físico dessa territorialização (Figura 20).

Figura 20 –Comemoração pela conquista da UNED



Fonte: O Pergaminho (2007, p.1).

O prefeito informa que a instituição receberá um valor de R\$5 milhões e que não há definição de onde esse valor será empregado, podendo ser utilizado para ampliar o campus já

construído, ou construir um novo prédio mais adaptado. Aluísio completa mostrando o empenho para trazer a instituição ao município:

Fizemos um projeto específico e lutamos para concretizá-lo. Inúmeras vezes fui a Brasília acompanhado do Deputado Federal Reginaldo Lopes/PT, para pedir o CEFET ao Eliezer Pacheco (Secretário de Educação Profissional e Tecnológica). Estou feliz agora com essa conquista. Isso é um marco histórico. Desde o século passado não há um investimento tão grande na educação profissional por parte do Governo Federal” (CEFET..., 2005 p.9).

Conforme a matéria, a escolha das cidades que receberam as UNEDs seguiu critérios específicos. A iniciativa, que contemplou todos os estados, selecionou 150 municípios com base no conceito de cidade-polo. O objetivo era garantir que as novas unidades alcançassem o maior número de regiões. Outro ponto crucial foi a sintonia com os arranjos produtivos locais, com um raio de cobertura de 50 quilômetros, as unidades expandiriam o acesso ao ensino técnico (Figura 21).

Figura 21 – CEFET de Formiga se torna independente



Fonte: Cefet... (2007, p.9).

A matéria é ilustrada com fotos do novo prédio do CEFET, que é apresentado como “o novo lar” da instituição. As imagens mostram o exterior e o interior das instalações, incluindo um moderno laboratório de informática. As legendas reforçam que o prédio, onde o CEFET funciona à noite, possui as melhores instalações (Figura 21).

O Jornal Nova Imprensa publicou, em 6 de setembro de 2007, o título “Formiga é contemplada e CEFET se torna Unidade Descentralizada”. O Jornal destaca que até o momento a instituição dependia de apoio da prefeitura e agora não será mais necessário esse investimento que ficará por conta do governo federal. O Secretário de Educação, Geraldo Reginaldo, disse ao jornal que “Formiga será considerada celeiro da educação em toda a região” (Anexo E).

A matéria coloca que “Inicialmente todas as unidades deverão oferecer pelo menos cinco cursos técnicos de nível médio. Serão feitas audiências públicas nas regiões durante 120 dias, onde ficarão definidas as áreas dos cursos, de acordo com a demanda”. Outro ponto destacado na matéria é que a extensão formiga atende a uma média de 120 estudantes sendo muitos desses oriundos da região: Arcos, Pains, Córrego Fundo e até São Paulo. E reforça a expectativa de que a UNED atenda a um raio de 50 quilômetros (Anexo E).

Em entrevista, E03 continua a demonstrar sua emoção com a conquista da UNED Formiga ao declarar que “[...] eu fico até emocionado pra falar disso, que quando você é, é um idealista, quando você acredita que é possível, você é, doar os seus conhecimentos, é possível você doar o seu idealismo em prol de outras pessoas que, que usufruíam, usufruíam, deste ideal, isso é maravilhoso”. Em seguida ele complementa colocando que esse era o ideal e o desejo do prefeito Aluísio, que trabalhou incansavelmente em prol de todas as pessoas que moram nesta cidade e esse ideal também era compactuado por ele. Assim, o prefeito viu nele uma pessoa que poderia trabalhar em sua gestão na parte da educação, e a perspectiva era recíproca, então poderiam compactuar muitas ações em prol “...do desenvolvimento da nossa cidade [...] ele (Aluísio) era motivado, era um cara de ideal, e, e eu..., eu, junto com ele, eu tinha mais ideal ainda, não por vaidade de fazer, entendeu? Mas de doar os meus conhecimentos, as minhas iniciativas, é, de fazer as coisas acontecerem, entendeu?” (E03, 2023).

E03 relata que “[...] aí depois nós fomos contemplados. Agora, avançando um pouco, na linha do tempo, aí nós fomos contemplados na primeira chamada, com a implantação do primeiros quatro CEFET do estado de Minas Gerais, onde Formiga estava incluído”. Nesse momento iniciou-se a construção do campus no terreno anteriormente mencionado na Vargem Grande. Vários milhões – entre três, quatro, cinco milhões – foram liberados pelo governo

federal para a edificação do prédio. Todo o projeto, elaborado por engenheiros, começou em Formiga e passou pela supervisão de Bambuí. Uma chamada pública para a construção foi aberta, e uma empresa de Formiga foi a vencedora.

E03 complementa que o prefeito e a comunidade estavam muito felizes com a perspectiva da edificação de um campus federal tecnológico na Vargem Grande, uma região que se beneficiaria imensamente. A comunidade local, que já contava com a Escola Benedita Gomide Leite, que oferece o ensino fundamental, veria um grande desenvolvimento com a adição de um curso técnico. No entanto, surgiram problemas durante a fiscalização do uso do dinheiro e da própria construção. Foram detectados problemas na fundação, o que levou a uma verdadeira “tragédia nos bastidores”: a obra entrou em demanda judicial (E03, 2023).

E, e aí vieram os problemas, né? Na fiscalização, no uso já desse dinheiro, o governo federal já liberando o dinheiro pra construção, detectou-se problemas na fundação e tudo. E aí foi uma *tragédia nos bastidores*, porque ele entrou em demanda judicial. Hoje, o dinheiro, o prédio está lá, o terreno está lá embargado, porque *nós doamos* esse terreno na época pra construção da Unidade aqui em Formiga. Ele foi doado para a União. Foi pactuado isso em documento e tudo, detectou-se problemas na fundação, é embargos em cima de embargos e até hoje não se *apurou a verdade, a culpabilidade, daquele fracasso da implantação do Instituto Federal* aqui na Vargem Grande. Se foi erro de projeto ou foi erro de execução do projeto. Isso está em demanda judicial até hoje. Aí que que fizeram? Com recurso remanescente, e foi muitos milhões na época, que chegou a se usar uma parte do dinheiro aqui, e logo foi parado. Aí teve autorização pra investir lá no São Luís [sede da extensão do CEFET Bambuí] (E03, 2023).

O excerto da entrevista do E03 evidencia uma ruptura crucial, o descompasso entre o projeto político idealizado e a perda concreta de governabilidade sobre sua execução. Até aquele momento, a escola técnica vinha sendo construída discursivamente como a “realização de um sonho”, servindo como fonte de orgulho e capital político para a gestão municipal. No entanto, diante da fragilidade e do caos que cercaram a obra, a despeito dos recursos investidos, o discurso do secretário opera uma divisão estratégica, separando nitidamente a atuação preservada da administração local do restante do processo, sobre o qual, no momento, impera o fracasso.

Na ACD percebe-se que, quando o secretário fala das ações da prefeitura, ele usa a voz ativa e a primeira pessoa do plural, “*nós doamos esse terreno*”. Ele enfatiza a legalidade e a correção do ato: “Foi pactuado isso em documento e tudo”. Aqui, a agência é clara. A prefeitura é construída como a parceira generosa e cumpridora de regras. O caos começa quando o controle sai da esfera local. A frase “porque *ele* entrou em demanda judicial” apresenta um pronome ambíguo. Refere-se ao processo? Ao contrato? Ao governo federal? Essa imprecisão

é funcional. A “demanda judicial” torna-se o local onde a solução desaparece. Ao levantar as hipóteses de “erro de projeto ou foi erro de execução”, o secretário coloca a culpa no domínio técnico (engenheiros, construtoras), afastando-a do domínio político-administrativo local.

Nesse sentido, o discurso opera como uma estratégia de exoneração e distanciamento. Através do uso sistemático da voz passiva, da indeterminação do sujeito e da construção de um cenário de “tragédia burocrática”, o secretário exime a administração local de culpa, transferindo a responsabilidade para agentes externos, técnicos ou para o sistema judicial, enquanto preserva a imagem de que a prefeitura fez a sua parte. A escolha da palavra “tragédia nos bastidores” eleva um problema de engenharia e gestão a um patamar de desastre quase inevitável. O termo ainda evoca sofrimento e fatalidade, tirando o foco da incompetência técnica ou administrativa. A metáfora “nos bastidores” sugere uma complexidade oculta, inacessível ao cidadão comum, que só os envolvidos (como ele) testemunharam.

O final da fala mostra como a solução também veio de “fora”. A pergunta retórica “Aí que que fizeram?” (sujeito indeterminado novamente, eles, os federais?) introduz a solução. “Aí teve autorização pra investir lá no São Luís”. A autorização simplesmente “aconteceu” (teve), não foi uma conquista ativa, mas uma saída administrativa para os “muitos milhões” que sobravam.

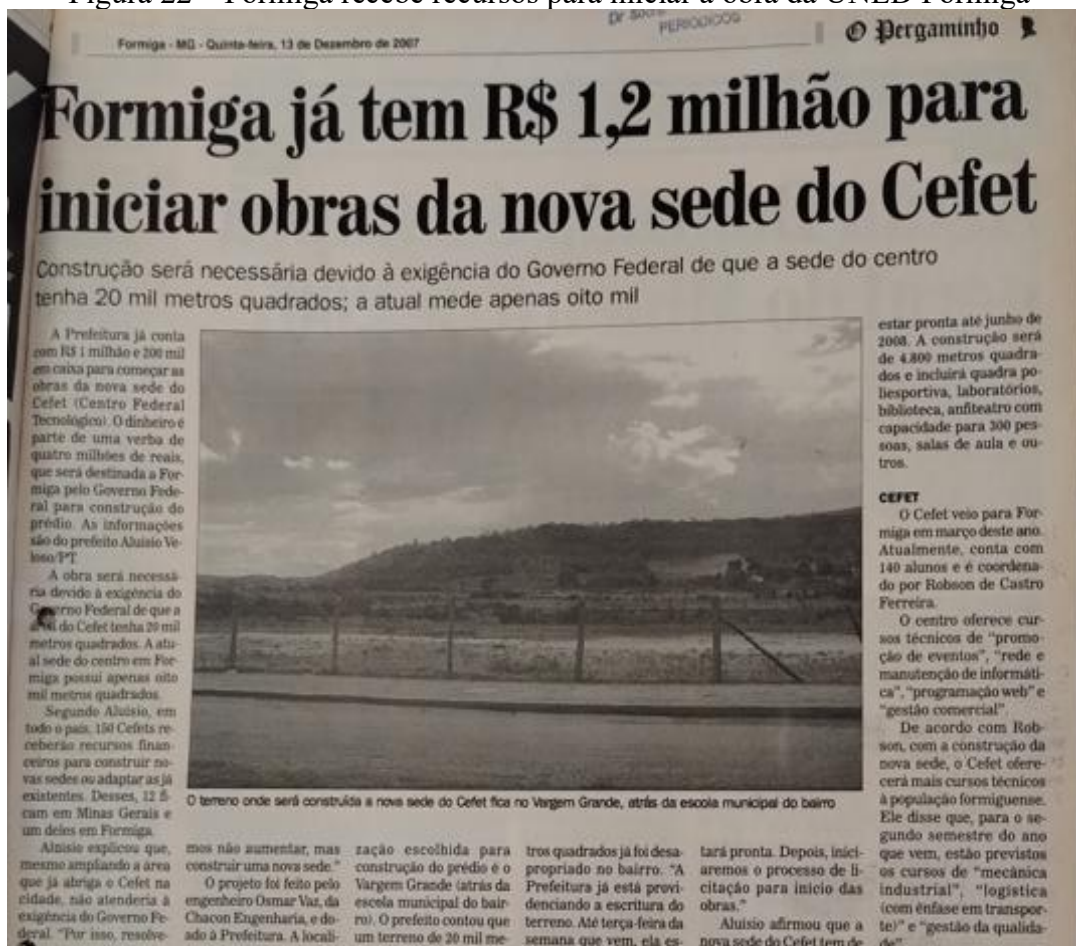
A fala do E03 é um exemplo clássico de discurso político de gestão de crise e preservação de imagem. Diante do “fracasso” visível (o prédio inacabado), ele utiliza recursos linguísticos para construir uma barreira de proteção em torno da administração local.

O discurso diz, nas entrelinhas: “Nós fizemos a nossa parte (doamos o terreno, documentamos), mas fomos vítimas de uma tragédia técnica e de um labirinto judicial que ninguém consegue resolver. A ACD revela que a estrutura gramatical do texto trabalha para garantir que a culpabilidade permaneça, como ele mesmo diz, não apurada.

Conforme constava em edital e descrito pelo E03 como a última participação da Prefeitura de Formiga, seria necessário oferecer um espaço maior para a UNED Formiga. A matéria de 13 de dezembro de 2007 no jornal O Pergaminho anuncia que Formiga já dispõe de R\$ 1,2 milhão para iniciar a construção da nova sede do então CEFET. A nova estrutura será instalada no bairro Vargem Grande, atendendo a uma exigência do Governo Federal de que a sede tenha 20 mil metros quadrados — mais que o dobro da atual. A prefeitura complementará o investimento com R\$ 600 mil, totalizando R\$ 1,8 milhão para viabilizar as obras, que estavam previstas para começar em junho de 2008 e serem concluídas em 2010 (Figura 22).

Essa medida visa ampliar a capacidade de atendimento e cursos oferecidos pelo centro, que já atendia cerca de 140 estudantes e ocupava, de forma improvisada, três locais distintos da cidade. Segundo a publicação, a nova sede tinha previsão de conclusão para junho de 2008 e contaria com uma estrutura completa para 500 estudantes, incluindo laboratórios, biblioteca, anfiteatro, quadra poliesportiva e salas de aula (Figura 22).

Figura 22 – Formiga recebe recursos para iniciar a obra da UNED Formiga



Fonte: Formiga... (2007, p.9).

Segundo o E03, quando a UNED foi autorizada, a prefeitura cumpriu o que foi proposto na chamada pública e em seguida, “perdemos o vínculo, porque aí já passou, eles passaram a caminhar sozinhos. Aí já não teve gerência nenhuma mais nossa”.

A ACD nesse trecho, foca em como o secretário utiliza recursos linguísticos para construir uma fronteira rígida entre a responsabilidade municipal e a federal, operando uma estratégia discursiva de auto exoneração, daqui em diante não temos mais vínculo. Ele busca deixar muito evidente a ruptura com o projeto.

O uso da voz ativa com o verbo “cumprir” coloca a prefeitura na posição de agente eficaz. Não há ambiguidade, a mensagem é clara, a parte burocrática e política que cabia ao município foi executada com perfeição. O momento crucial do discurso é a transição da parceria para o distanciamento. E03 precisa explicar como um projeto que era “nosso” (do prefeito que “trouxe” a obra) ironicamente não é mais. Nesse sentido, o verbo “perder” é estratégico, diferente de rompemos ou abandonamos, pois, perder sugere algo que acontece com o sujeito, muitas vezes contra sua vontade ou devido a circunstâncias externas. Coloca a prefeitura numa posição passiva de quem sofreu uma separação. A metáfora de “caminhar sozinhos” é a construção ideológica mais forte do trecho, passando a ideia de um ente que ganha vida própria e consegue caminhar sozinho, como um filho que sai de casa.

Assim o secretário transforma decisões administrativas complexas e excludentes em um processo quase biológico de amadurecimento e independência; apaga os agentes da ruptura: Quem decidiu que eles caminhariam sozinhos? Foi uma imposição federal ou um alívio para a prefeitura? A metáfora esconde as negociações políticas reais que levaram a esse afastamento.

A frase final é o objetivo último de todo o trecho, a exoneração completa: “Aí já não teve gerência nenhuma mais nossa.” A construção é enfática pois ele não diz apenas “não tivemos gerência”, mas usa o advérbio de tempo “já”, o pronome indefinido de exclusão “nenhuma” e o advérbio de intensidade “mais”. É uma tripla negativa que busca eliminar qualquer dúvida sobre a participação da prefeitura. Colocar o “nossa” no final da frase sela o distanciamento. É a demarcação final de território: daqui para frente, o problema não nos pertence.

Ao analisar o que foi dito, podemos ir além e analisar as entre linhas. Existe nesse trecho uma frustração da “prefeitura” pela perda do controle sobre o filho que seguiu o próprio caminho? Em um primeiro nível, puramente semântico, o uso do verbo “perder” na frase, carrega uma carga negativa. Ninguém gosta de perder nada, muito menos políticos que capitalizaram a conquista da obra, como vimos nas análises anteriores, em que o prefeito dizia “eu trouxe”. Para eles, passar de protagonista para alguém que “perdeu o vínculo” é, sem dúvida, um rebaixamento de status político, revelando uma frustração de poder e a admissão de que a prefeitura se tornou irrelevante no processo decisório.

No entanto, quando olhamos para o contexto, a obra fracassou, está parada e embargada, a frustração muda de figura. Se a obra tivesse sido um sucesso, o secretário estaria brigando para dizer que a prefeitura nunca perdeu o controle. Mas como a obra é um problema, admitir a perda de controle torna-se politicamente conveniente.

Por fim, o que o trecho demonstra com clareza cristalina é um sentimento de impotência política diante da máquina federal. A metáfora de que “eles passaram a caminhar sozinhos” retrata a prefeitura como um ator pequeno e descartável diante do governo federal. Para uma gestão local que tentou vender a imagem de força e prestígio (trazendo o CEFET, a UNED), ter que admitir publicamente essa impotência é, sim, uma forma profunda de frustração política.

Por outro lado, o professor E01 esclarece que os desafios para concretizar a UNED surgiram e que uma das primeiras e maiores dificuldades enfrentadas foi a falta de orçamento para a nova unidade do CEFET em Formiga. Embora a criação do campus tenha sido oficializada em meados do ano para começar em agosto, a União não havia destinado os recursos financeiros necessários. Ele relata a urgência em que se viram, pois para garantir a verba para a construção no semestre seguinte, era preciso enviar ao MEC, em tempo recorde, um projeto executivo completo da obra, com todos os cálculos estruturais e memoriais descritivos. Diante desse impasse, o entrevistado destaca o papel fundamental do então prefeito Aluísio, a quem expressa grande gratidão. O prefeito conseguiu, de forma gratuita, o apoio da construtora Chacon para a elaboração do projeto.

Percebe-se que o sentimento de ruptura, por parte da instituição, não parece existir, ao contrário, reconhecem o empenho da prefeitura e contam com o apoio e influência para superar os desafios.

O professor E01 ainda narra que trabalhou diretamente com a família do proprietário da construtora, a esposa, que era arquiteta, e o filho, engenheiro calculista, em uma corrida contra o tempo para finalizar o projeto. Em meio a essa correria, foram liberadas as vagas para o concurso de novos servidores, adicionando mais uma frente de trabalho simultânea.

No contexto interno à instituição, neste momento da conquista da UNED, o CEFET-BambuÍ enfrentava uma disputa política pela direção do campus. O professor Ivan Chaves não poderia mais se eleger e a eleição foi disputada por um candidato indicado por ele e um outro candidato da oposição. O candidato da oposição venceu as eleições, sendo, conforme informado pelo professor E01, a primeira vez que a esquerda vencia no campus. Foi um mês de muita movimentação para a unidade Formiga, pois com a troca de direção e os preparativos para se concretizar como UNED para o próximo ano, muita mudança aconteceu. Enquanto o edital estava em andamento, houve eleições no campus Bambuí:

[...] E aí foi uma coisa interessante, porque todos os que participaram, que estávamos lá, que tinham chegado nesse último [concurso], a maioria dos que tinham chegado dessa última contratação é, não estávamos satisfeitos com a maneira como vinha sendo gerida, a cultura que tinha, o autoritarismo (E01).

Segundo o professor, a equipe fez uma campanha que foi a primeira a ter uma manifestação e uma passeata na história do Colégio Agrícola. A manifestação chamou a atenção, e a polícia foi acionada, pois tal ato nunca havia ocorrido antes no campus Bambuí. A campanha foi um sucesso e resultou em vitória nas eleições, “...isso foi uma ruptura muito grande pro campus”. Naquela eleição, ele já tinha o desejo de retornar a Formiga. Foi então que se tornou Coordenador dos Cursos Fora de Sede, que incluíam Formiga, Piumhi, Oliveira e Iguatama, todas unidades de Bambuí. A partir desse momento, ele passou a responder como Coordenador da Unidade de Formiga e das demais.

Na visão do professor E01, a disputa no CEFET Bambuí se deu pela insatisfação de muitos professores com a gestão, devido “a maneira como vinha sendo gerida, a cultura que tinha, o autoritarismo”. As pessoas eram vigiadas o tempo todo, não havia salas de professores disponível para todos e o clima com os professores mais antigos de casa ficou desagradável. “Estava um clima muito ruim”. Essa turma de novos professores se uniu a dois antigos Áureo e Flávio.

Em relação ao professor E02, até então professor efetivo do campus de Bambuí, informa que veio definitivamente para Formiga como professor quando “[...] teve a campanha e que o Flávio foi eleito, lá em Bambuí [...] Aí o Flávio foi eleito. Na época, a situação perdeu, que era o Ivan [...] foi a primeira vez que a oposição ganhou eleição lá.” Entre a eleição e a posse, houve um intervalo de alguns meses. Nesse período, Ivan me questionou: “Você tem interesse em ir para lá como diretor?”. O entrevistado aceitou a proposta, mesmo ciente de que a indicação do novo diretor caberia a Flávio, que assumiria em alguns meses. O entrevistado relatou que aceitou a função sabendo que ficaria por um curto período. De fato, ele permaneceu no cargo de diretor por “três, quatro meses” (não soube especificar exatamente), confirmando que “fui diretor aqui pouco tempo”. Flávio tomou posse e indicou E01 para vir para o campus de Formiga, e o entrevistado relatou que retornou para Bambuí.

Sobre as eleições do campus Bambuí, percebe-se que foi um ponto de virada, marcando a vida dos envolvidos. O mesmo momento foi citado por ambos os entrevistados como um ponto de transformação.

Com a saída de Ivan Chaves Magalhães da direção do CEFET Bambuí, e reconhecendo seu empenho e dedicação a favor da vinda do CEFET para Formiga, o prefeito Aluizio homenageou-o, instalando uma placa na sede da UNED. A figura 23 mostra o convite para a cerimônia enquanto a figura 24 apresenta o momento da homenagem.

Figura 23 – Convite para homenagem ao Diretor Geral do CEFET



Fonte: Arquivo físico do IFMG (2023)

A manchete “CEFET agora é UNED” (Figura 24) simplifica a transição institucional, apresentando-a como um avanço inquestionável. O termo UNED é explicado, mas seu significado de Unidade Descentralizada é apresentado como um marco positivo, sem explorar as implicações ou os desafios dessa nova estrutura. O discurso do professor Ivan Chaves, ex-Diretor Geral, é o ponto mais revelador. Ele qualifica a transição como um “*fechamento glorioso*” de seu mandato. Essa expressão, carregada de valor e emoção, não apenas celebra o evento, mas também o associa a uma conquista pessoal e a um legado de sucesso. Ao enfatizar que a mudança foi resultado do “*apoio, a luta e a ação política do Prefeito Aluísio Veloso e aliados*”, o professor estabelece uma clara relação de causa e efeito. Ele constrói a narrativa de que o sucesso da UNED não foi um processo burocrático, mas sim o resultado direto da força política e do engajamento dos líderes locais.

A “*Unidade Descentralizada com vida própria*” remete ao fato de a instituição agora contar com recursos próprios provenientes do governo federal e não mais com os recursos da prefeitura, além da possibilidade de controle da parte pedagógica. Assim a unidade local desenvolve autonomia e identidade própria (Figura 24).

O discurso da matéria, portanto, não é neutro. Ele celebra a parceria entre a instituição de ensino e o poder público municipal, validando a atuação política do prefeito Aluísio Veloso. Ao mesmo tempo, ele personifica a conquista em figuras específicas (o ex-diretor, a coordenadora pedagógica e o prefeito), ignorando o processo mais amplo e as negociações que envolveram outros atores (Figura 24).

Figura 24 – CEFET Agora é UNED

CEFET agora é UNED



No mesmo dia em que o município ficou sabendo que seu CEFET agora, se tornou uma UNED – Unidade Descentralizada, com vida própria, o prefeito Aluisio Veloso, coincidentemente, prestava homenagem ao Prof. Ivan Chaves, ex- Diretor Geral do CEFET, Bambui/Formiga, assim como a coordenadora pedagógica, Aparecida Coelho, que participaram de maneira efetiva na conquista da extensão do CEFET-Bambuí em Formiga. A cerimônia contou com a presença dos alunos e de autoridades formigueses.

O professor Ivan Chaves, que está deixando a Diretoria do CEFET no dia 05 de setembro, fez questão de ressaltar que este foi um fechamento glorioso de seu mandato. "É inédito o curto espaço de tempo em que a extensão de Formiga se tornou UNED e para que isso acontecesse, foi muito importante o apoio, a luta e ação política do Prefeito Aluisio Veloso e aliados", disse.

Fonte: CEFET... (2007, p.6).

A imagem do jornal Nova Impressa (Figura 25) é uma peça publicitária clara, com linguagem visual e textual persuasiva. O anúncio associa a independência do CEFET a ganhos concretos para o município: aumento de verbas, concursos locais, e ampliação da oferta de cursos. Utiliza imagens de estudantes engajados para representar o futuro promissor que se desenha com a mudança. Apresenta também os logos do Governo Federal e da Prefeitura de Formiga, reforçando a parceria institucional.

Figura 25 – Anúncio institucional do IFMG Campus Formiga

Cefet-Formiga será independente em 2008

O que isso representa para Formiga?

- Investimento de R\$ 5 milhões do Governo Federal para readequação da infra-estrutura
- Concurso para contratação de professores e funcionários com dedicação exclusiva a Formiga
- Investimentos de aproximadamente R\$ 3,5 milhões ao ano para manutenção
- Ampliação na oferta de cursos, criando mais oportunidades de profissionalização

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

PREFEITURA DE FORMIGA
2008
www.formiga.mg.gov.br

Fonte: Cefet-Formiga... (2008, p.13).

O primeiro concurso público para técnico administrativo da UNED Formiga contou com 5.000 inscrições, demandando uma atenção especial da instituição, considerando que a cidade receberia uma grande quantidade de pessoas e era necessário muita transferência e segurança. E01 relata que a organização do concurso público foi repassada para a Fundação do CEFET, pois, como ele conta, “a gente já imaginava que ia ser, muita gente”. O desafio aumentou quando a unidade de Bambuí não pôde realizar o exame, deixando toda a responsabilidade logística para Formiga. O concurso para os cargos técnico-administrativos acabou acontecendo no Unifor, mas isso gerou uma grande preocupação com a segurança das provas.

Ele descreve o campus da época como “extremamente frágil”, com apenas “uma porta só de metal”, e foi enfático ao decidir que não assumiria o risco de armazená-las no local. Sua postura foi firme: “eu não vou guardar essas, essas provas aqui”. A solução foi procurar as autoridades. E01 narra que conversou com o major da polícia da época, que autorizou que as provas fossem guardadas na companhia de polícia. A justificativa era garantir a lisura do processo, pois, segundo ele, “pelo menos aqui está guardado, o cara para fazer qualquer tipo de fraude, alguma coisa, né?”. Ele finaliza mencionando que a localização da companhia, próxima ao UNIFOR, facilitou toda a operação.

Segundo o professor E02, o concurso foi muito grande, “É, foi gigante o concurso. Eu acho que nunca teve nada igual. Concurso era grande, tinha vários cargos, tava valendo, aí o pessoal saiu aproveitando” (E02).

Podemos elencar como os principais pontos da narrativa de formalização da UNED Formiga: i) em março de 2007, o Governo Federal deu início à fase II do projeto de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; ii) abertura da chamada pública MEC/SETEC 001/2007, em 24 de abril de 2007; iii) Prefeitura Municipal e professores do CEFET Bambuí se unem para apresentar a proposta da chamada pública; iv) A cidade de Formiga participou da chamada pública sendo contemplada com uma UNED; v) A autorização de funcionamento da UNED Formiga foi efetivada 9 meses após a finalização da chamada pública, sendo publicada no Diário Oficial da União nº109, terça-feira, 10 de junho de 2008, Portaria nº695 de 9 de junho de 2008; vi) Formiga recebe recursos de R\$ 1,2 milhão para iniciar a construção da nova sede do então CEFET; vii) Os envolvidos relatam o esforço para executar o projeto da UNED Formiga; viii) Eleição para diretor Geral no CEFET Bambuí com impactos significativos na unidade Formiga; ix) Primeiro concurso público para técnico administrativo com grande número de inscritos.

A seguir, será descrita a formalização do IFMG-Campus Formiga e suas etapas de transição, que transformaram a UNED em uma instituição de ensino federal consolidada.

4.2.3 IFMG Campus Formiga

A cartilha publicada pelo Governo Federal, que informa sobre os Institutos Federais, apontava como objetivo dessas Instituições “a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias.” Além disso, respondendo de “forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos” (Brasil, 2008a, p.5).

Esse novo arranjo marca um momento histórico, em que as políticas para a educação profissional e tecnológica se colocam para além do fator econômico. Pois até então era atribuído a essas instituições um caráter moral-assistencialista, vinculado a políticas de desenvolvimento (Brasil, 2008a), realidade que foi identificada na ACD da fase que antecede a criação do CEFET Bambuí extensão Formiga.

Assim, os IF trazem como “principal função a intervenção na realidade, na perspectiva de um país soberano e inclusivo, tendo como núcleo para irradiação das ações o desenvolvimento local e regional”, sendo instrumento na construção e resgate da cidadania e da transformação social (Brasil 2008a, p.23).

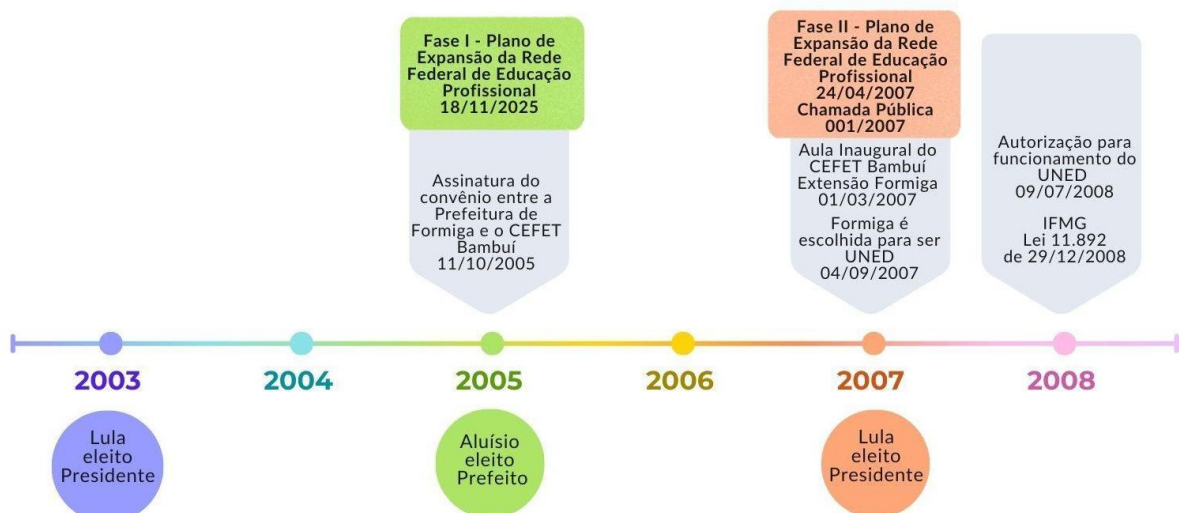
O IFMG é uma autarquia federal, criada pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Segundo a lei os IFs têm autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Conforme descrito, até o momento, a trajetória institucional do IFMG Campus Formiga revela um processo gradual de consolidação e autonomia, sinalizado por marcos legais e administrativos decisivos entre 2005 e 2008 (Quadro 24). Inicialmente implantado como CEFET Bambuí extensão Formiga, por meio de um convênio local, o campus deu seus primeiros passos ainda sob tutela do CEFET Bambuí, refletindo uma presença experimental na cidade. Com a chamada pública do MEC/SETEC n.001/2007, no ano de 2008, a unidade ganhou novo status, sendo agora UNED Formiga, o que ampliou seu reconhecimento formal. A virada definitiva veio com a promulgação da Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, consolidando o campus enquanto parte integrante do IFMG.

Cada etapa desse processo foi amparada por instrumentos jurídicos progressivamente mais robustos, espelhando o amadurecimento das políticas públicas voltadas à interiorização

do ensino técnico e tecnológico. Esse percurso evidencia não apenas um avanço institucional, mas também o engajamento de atores locais e federais na construção coletiva de uma educação pública de qualidade (Figura 26).

Figura 26- Linha do tempo da trajetória institucional do IFMG Campus Formiga



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

É importante ressaltar que as políticas educacionais defendidas na primeira gestão do ex-presidente Lula (PT), eleito pela primeira vez em 2003, é um marco para a constituição e formalização do IFMG campus Formiga. O projeto educacional feito pelo governo buscava melhorar a distribuição espacial e a cobertura das instituições de ensino no país e, consequentemente, ampliar o acesso da população à EPT. Essa política, somada à gestão do Prefeito Aluísio, partidário do então presidente, soma esforços na luta pela educação técnica. Ambos compartilhavam de ideias educacionais convergentes.

A narrativa sobre a implantação e formalização da UNED Formiga e do IFMG campus Formiga acontecem, em parte, de forma simultânea. Conforme exposto (Figura 26) após concretizada a segunda fase da Expansão da Rede Federal, que deu início à UNED Formiga, as conversas para a implantação dos IFs já se iniciaram. A ideia é que esse novo modelo de Instituição fosse facilitado pela infraestrutura existente na rede federal de educação profissional e tecnológica.

Para contextualizar a história do IFMG Campus Formiga, é fundamental compreender a formação dos IFs no Brasil. Para isso, a narrativa será apresentada sob a perspectiva de dois professores que vivenciaram esse processo, E04 e E01, cujas memórias oferecem uma visão

singular sobre o tema. A entrevista do professor E02 complementa e corrobora as informações fornecidas pelos professores.

Iniciamos com o depoimento do professor E04. Seu relato começa esclarecendo como se envolveu profundamente nas discussões nacionais que levaram à criação dos IFs. Em 2007, como Diretor de Administração e Planejamento (DAP) do CEFET Bambuí, cargo assumido logo após a vitória de Flávio para direção do campus, ele começou a participar do FORPLAN, o fórum dos diretores de planejamento da rede federal. Logo em sua chegada, foi convidado a integrar a chapa para a coordenação nacional do fórum, conforme ele conta: “eles me convidaram para ser secretário, eu aceitei e fui e nós ganhamos a eleição” (E04, 2024).

Segundo ele, foi um “momento muito turbulento”, marcado por uma grande transformação na rede, com a chegada de muitos servidores novos e o conflito entre essa nova geração e o “pessoal das antigas”, mais conservador. O ponto central da disputa era a falta de transparência. A distribuição de recursos era feita por meio de uma matriz, mas, segundo E04, “quem tinha acesso a essas matrizes eram pouquíssimas pessoas”. A planilha era compartilhada apenas em PDF, “porque você não consegue ir lá e conferir as contas, a verdade é essa” (E04, 2024).

Assim, essa nova coordenação do FORPLAN, da qual E04 fazia parte como secretário, decidiu romper com essa prática. Ele narra com orgulho a criação de uma nova matriz de distribuição de recursos, totalmente transparente. “Nós fizemos isso, a matriz CONIF totalmente transparente [...] o dia que ela ficou pronta nós mandamos ela em Excel aberto para todo mundo, mas para todo mundo literalmente”. A reação foi imediata e intensa: “Olha, quando esse negócio espalhou não tinha mais volta, e assim, tomando pedrada de todo lado, de reitor, conservador, do MEC. “Como é que vocês deixam todo mundo saber como é que distribui dinheiro?”. Falei uai, mas não é a democracia?” (E04, 2024).

Essa atitude “revolucionária” chamou a atenção do então Ministro da Educação, Fernando Haddad. “Ele começou a chamar a gente pra discutir, “ué, o que que vocês estão fazendo aí que está dando esse reboliço tão grande?”. Isso resultou em uma grande proximidade com a equipe do Ministério, com reuniões em Brasília “uma, duas vezes por mês”, e um contato direto com figuras como o secretário executivo Paim e o próprio ministro (Professor E04, 2024).

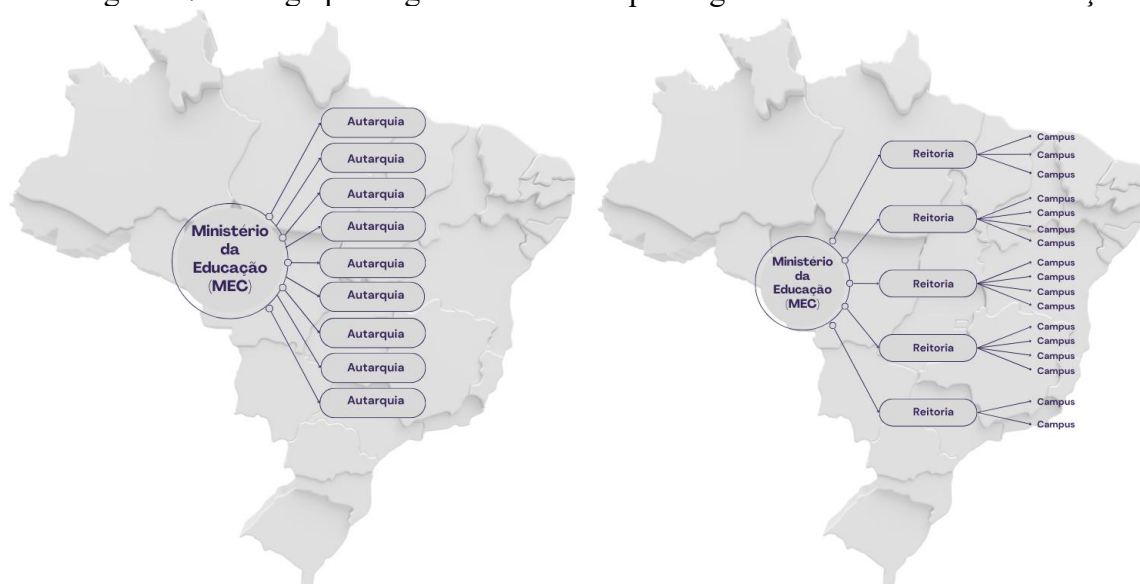
E04 (2024) estabelece sua credibilidade e a de seu grupo através de uma oposição clara entre o “velho e o novo”. Ele descreve o estado anterior da rede como marcado pela falta de transparência. Isso cria um cenário de corrupção potencial ou, no mínimo, de gestão antidemocrática, personificada pelo pessoal das antigas e conservador. A chapa de E04 é

apresentada como a força que traz a luz. A criação da matriz CONIF aberta para todo mundo é narrada como um ato heroico. O uso da palavra pedrada reforça a imagem de mártires da transparência enfrentando o sistema estabelecido.

A frase “Falei uai, mas não é a democracia?” funciona como um dispositivo inquestionável de legitimação. Quem seria contra a democracia? Ao associar sua ação técnica (planilha de Excel) a um valor universal (democracia), ele blindava sua atuação de críticas. O ápice dessa construção é o reconhecimento pelo Ministro Haddad. A atitude revolucionária abre as portas de Brasília, transformando o grupo em privilegiados do poder central.

Essa abertura dentro do MEC permitiu que o professor E04 participasse ativamente das discussões sobre a criação dos IFs, que ocorriam simultaneamente à sua gestão do FORFLAN. Ele explica que o modelo antigo, com 106 autarquias (CEFETs, escolas agrotécnicas, etc.), ligadas diretamente ao gabinete do ministro, era inviável para a expansão da rede. A solução foi criar os Institutos, “uma grande autarquia com o centro administrativo que é a Reitoria com os *campi*”, de modo que apenas os reitores se relacionassem com o Ministério [MEC]. Ele enfatiza um ponto crucial: “Brasília não olha para campus, SETEC não olha pra campus, SETEC olha para autarquia” (E04, 2024). Essa descrição feita pelo professor é apresentada na figura 27:

Figura 27 - Antigo paradigma versus novo paradigma da rede federal de educação



Fonte: Elaborado pela autora com base na entrevista de E04 (2024).

Enquanto a regra geral era criar um instituto por estado, “[...] teoricamente era pra criar um para o estado. Mas isso não está escrito em lugar nenhum não, era a vontade política...18

[instituto] na verdade.”, mas a força política de Minas Gerais e de outros estados inviabilizou essa ideia. Em Minas, a situação “virou uma guerra”. Formaram-se blocos de negociação: o Triângulo Mineiro de um lado, as três escolas do Sul de Minas de outro, Ouro Preto agindo de forma mais isolada, e Bambuí se aproximando de São João Evangelista, por terem perfis parecidos na área de agropecuária. O professor E04 descreve a seguir o que denominou como “uma guerra”.

...Minas, eles falaram que abria mão, então tá bom, então vamos criar três. Aí na hora de dividir não dava conta de dividir três, abriram mão para abrir quatro. E falou é isso? E aí virou uma guerra, por quê? Porque quem era forte na negociação tá, tá era o pessoal do triângulo Mineiro, o pessoal, em bloco então juntou Uberaba e Uberlândia, que eram escolas agrotécnicas juntou, não, eles eram CEFETs. Juntou os dois para brigar pelo interesse deles. As três escolas agrotécnicas do Sul de Minas, juntaram formou um bloco. Ouro Preto ficou meio isolado, Ouro Preto com Congonhas que era UNED, né? E Bambuí com a UNED de Formiga outro bloquinho. E São João Evangelista ficou meio perdido. Por quê? Como eles eram agrotécnica, mas estavam longe demais do Sul de Minas e tal, só que São João Evangelista tinha uma proximidade muito grande com Bambuí porque os dois eram da área de agropecuária. Então o que aconteceu? Nós nos aproximamos, nós de Bambuí Flávio e Eu e cia ltda, nos aproximamos mais de São João Evangelista, então nós começamos a fazer o quê? Conversar junto como se a gente fosse um bloco único (E04, 2024).

Podemos descrever a “guerra” da partilha, descrita pelo professor E04, como uma Geopolítica do Poder Institucional. Utilizamos o termo Geopolítica, pegando essa lógica emprestada e aplicamos dentro de uma instituição ou sistema (como o sistema federal de educação). É uma forma de analisar as disputas internas de uma organização não como meras decisões técnicas ou burocráticas, mas como uma luta por território, recursos e soberania entre diferentes grupos internos, como se fossem “nações” em conflito.

Quando o governo federal decidiu criar os IFs, no estado de Minas Gerais, ele não desenhou um mapa baseado apenas em onde os estudantes precisavam de escola. Ele jogou uma proposta na mesa, e a configuração final foi o resultado de uma “guerra” geopolítica interna. As potências hegemônicas como o Triângulo Mineiro (Uberaba e Uberlândia) tinham poder (eram CEFETs, tinham políticos fortes), se uniram e garantiram o “território” deles primeiro. Os blocos regionais, como o sul de Minas Gerais, usaram sua identidade regional forte para garantir seu espaço. Já os mais “fracos” usaram a estratégia de sobrevivência, na qual unidades menores ou isoladas (Bambuí, São João Evangelista, Formiga) perceberam que seriam “engolidas” ou ficariam “perdidas” no mapa se não se unissem. Elas formaram alianças estratégicas (artificialmente, como E04 admite) para criar um “território” político capaz de dialogar com as potências.

A Geopolítica do Poder Institucional, neste contexto, é a lente crítica que nos permite ver que, por trás de organogramas e decisões técnicas do governo, existe um campo de batalha.

É a compreensão de que as instituições não são monolíticas (uma coisa só), mas sim formadas por grupos rivais que disputam, palmo a palmo, o controle sobre recursos, prestígio e influência dentro da máquina pública.

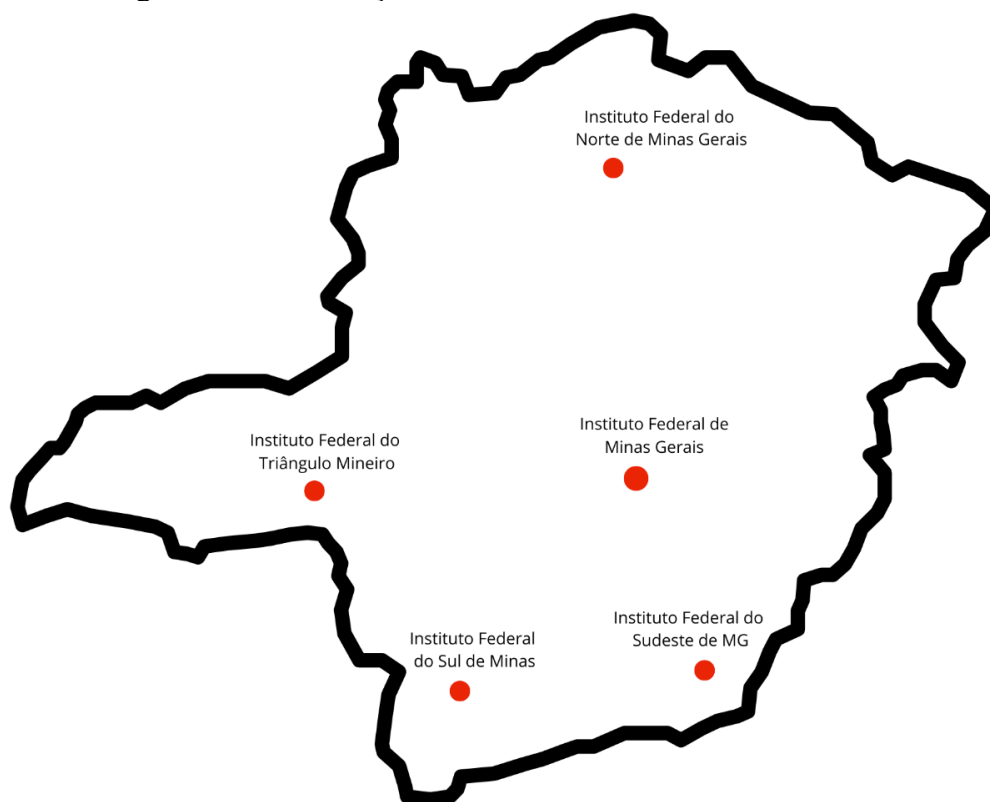
Nesse contexto, E04 relata que Caio, diretor de Ouro Preto, “sempre teve uma atuação política partidária muito forte” e acreditava que seu campus se tornaria a sede de um instituto que dominaria os demais. Essa postura encontrou forte resistência. “Nós batemos o pé falando que não e assim teve altas brigas. Teve reunião nossa lá em Brasília com o Haddad, por exemplo, com o Paim presente e tal de sair nome muito feio na mesa” (E04, 2024).

A tensão chegou a um ponto crítico quando tentaram forçar a criação de apenas quatro institutos, em um arranjo que não agradava ao bloco de Bambuí e São João Evangelista. Foi nesse momento que eles decidiram blefar. “Nós [o grupo de Bambuí] falamos claramente, eu tava nessa reunião lá em Brasília, falou, olha, o CEFET Bambuí vai continuar CEFET, então”. Essa ameaça de não aderir ao novo modelo foi o que, segundo E04, “possibilitou a criação do quinto instituto federal”. Com a criação do quinto instituto (o futuro IFMG) garantida, foi feita uma negociação para a composição da reitoria. “Foi feito um acordo... bonitinho”, no qual Ouro Preto indicaria o reitor, enquanto Bambuí e São João Evangelista indicariam, cada um, dois pró-reitores. Foi assim que E04, junto com outros colegas, saíram de Bambuí para compor a primeira gestão da reitoria. E04 assumiu uma posição no planejamento junto ao pró-reitor devido ao fato de não ter os cinco anos de serviço necessários para assumir o cargo de pró-reitor.

Olhando em retrospecto, ele define o período de construção do instituto, “entre 2007 e final de 2008”, como “uma guerra”. Apesar das dificuldades, ele avalia o resultado de forma positiva, afirmando que “foi bom porque, no final das contas, ficou um desenho interessante”. Ele descreve como a divisão dos institutos em Minas Gerais acabou seguindo uma lógica regional: o do Norte de Minas, o do Triângulo, o do Sudeste e o do Sul, enquanto “nós ficamos na região central” (Figura 28).

Ele reconhece que outras configurações seriam possíveis e que, por exemplo, “teria lógica São João Evangelista ir pro norte de Minas também”, considerando as influências políticas e de infraestrutura. No entanto, conclui que a forma como a divisão foi feita “acabou ficando interessante dessa forma”. Ao encerrar essa parte da narrativa dos bastidores, ele se dirige à entrevistadora, indicando que, a partir daquele ponto, a história já era de seu conhecimento (E04,2024).

Figura 28 - Distribuição das Reitorias no Estados de Minas Gerais



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O entrevistado relembra os primeiros dias da implantação da reitoria do IFMG (Belo Horizonte) em seu prédio definitivo, um período marcado pela precariedade e pelo imprevisto. Ele conta que, ao chegarem pela primeira vez ao local, “nós éramos 12 pessoas” em cargos de gestão, sem nenhum servidor técnico-administrativo para dar suporte inicial. O cenário era de um “prédio todo desmontado”, com uma estrutura antiga. Diante da falta de mobília, a pequena equipe precisou ser criativa para conseguir trabalhar. Ele descreve a solução que encontraram: “Nós pegamos aquelas divisórias, fizemos mesa delas e caixote para sentar-se. Improvisamos fio dependurado e tal” (E04, 2024).

Enquanto trabalhavam nessas condições, a reforma do prédio começou sendo prioridade o sexto e o sétimo andares, pois eram os que estavam “mais fáceis” de adaptar. A Tecnologia da Informação (TI) foi instalada no quinto andar, aproveitando uma “pré-estrutura para TI” que já existia no local. Ele descreve esse momento como o início de tudo, quando, após essa montagem incipiente, “começou a chegar gente”, dando início ao crescimento da equipe da reitoria. No início de 2010, começaram a chegar os servidores recém-empossados, a maioria deles chamados no concurso realizado pelo campus de Formiga (E04).

As imagens de um prédio todo desmontado, mesas feitas de divisórias e fio dependurado constroem uma narrativa de superação. Eles não herdaram uma estrutura pronta; eles a construíram do zero, com as próprias mãos (metaforicamente). Isso gera empatia e admiração no ouvinte.

Em seguida, o Professor E04 explica que a lei de criação dos IFs estabeleceu diferentes “modelos de campus”, que padronizavam o tamanho de cada unidade em termos de número de professores e técnicos administrativos (Quadro 25). Ele detalha essa hierarquia, mencionando que no topo estavam os “CEFETões”, um grupo de apenas “5 unidades só no Brasil inteiro” que eram muito grandes. Abaixo deles, a “grande maioria das autarquias pré-existentes”, como os CEFETs de Bambuí e Ouro Preto, foram enquadradas no “modelo 150”. As antigas escolas agrotécnicas, por sua vez, tornaram-se majoritariamente “modelos 90”, como foi o caso de São João Evangelista. Ele ressalta que havia exceções, como no IF Sul de Minas, que por não ter um CEFET em sua origem, teve uma configuração diferente. Por fim, todos os novos campi, tanto os que já estavam em expansão (UNEDs) quanto os criados na grande onda de 2012, seguiram o padrão “70/ 45” (E04, 2024).

Essa discussão é importante para compreender até onde cada campus consegue oferecer considerando sua estrutura física e de pessoal. O quadro 25 apresenta a distribuição atual dos *campi* do IFMG:

É importante ressaltar que os modelos de campus para padronização das unidades que o professor menciona na entrevista não são descritos na lei 11.892 de 11 de novembro de 2008. Verifica-se que o primeiro documento que cita essa estrutura dimensional de cargos é a portaria do MEC nº 246, de 15 de abril de 2016. Essa portaria dispõe sobre a criação do dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas nos IFs e define normas e parâmetros para a sua implementação. Essa portaria foi revogada e substituída pela Portaria nº 713, de 8 de setembro de 2021, que estabelece as diretrizes para a organização dos IFs, definindo parâmetros e normas para sua expansão e dimensionamento de cargos efetivos, de direção e funções gratificadas e comissionadas. Tem-se ainda que a portaria nº548 de 25 de julho de 2025 altera os anexos I e II da Portaria nº 713, de 8 de setembro de 2021.

Quadro 25 – Campus do IFMG e suas tipologias

Sigla	Unidade	Existência	Tipologia⁴
IFMG	Campus Arcos	Expansão 2015/2016	IF Campus 40/26
IFMG	Campus Conselheiro Lafaiete	Expansão 2013/2014	IF Campus 40/26
IFMG	Campus Bambuí	Pré-expansão	IF Campus 150/100 Agrícola
IFMG	Campus Betim	Expansão 2011/2012	IF Campus 70/45
IFMG	Campus Congonhas	Expansão 2003/2010	IF Campus 70/45
IFMG	Campus Formiga	Expansão 2003/2010	IF Campus 70/45
IFMG	Campus Governador Valadares	Expansão 2003/2010	IF Campus 70/45
IFMG	Campus Ibirité	Expansão 2017/2018	IF Campus 70/45
IFMG	Campus Ipatinga	Expansão 2013/2014	IF Campus 40/26
IFMG	Campus Itabirito	Expansão 2013/2014	IF Campus 40/26
IFMG	Campus Ouro Branco	Expansão 2011/2012	IF Campus 70/45
IFMG	Campus Ouro Preto	Pré-expansão	IF Campus 150/100
IFMG	Campus Piumhi	Expansão 2013/2014	IF Campus 40/26
IFMG	Campus Ponte Nova	Expansão 2013/2014	IF Campus 40/26
IFMG	Campus Ribeirão das Neves	Expansão 2011/2012	IF Campus 70/45
IFMG	Campus Sabará	Expansão 2011/2012	IF Campus 70/45
IFMG	Campus Santa Luzia	Expansão 2013/2014	IF Campus 70/45
IFMG	Campus São João Evangelista	Pré-expansão	IF Campus 90/70 Agrícola
IFMG	Polo de Inovação Formiga	IF Polo de Inovação	IF Polo de Inovação
IFMG	Reitoria do Instituto Federal de Minas Gerais	Reitoria/Direção	Reitoria de 17 a 24 <i>campi</i>

Fonte: Adaptado da Portaria MEC nº 548, de 25 de julho de 2025

Dando continuidade ao relato do professor E04, durante a implementação da expansão de 2012, surgiu um problema: das 206 unidades planejadas, “entre 20 e 30 unidades no Brasil inteiro, por um motivo ou outro, não foram implantadas”. Ele cita, descrevendo como um “exemplo emblemático” a unidade que seria na “favela do alemão, no Rio de Janeiro”, que foi “simplesmente impossível” de implantar.

⁴ IF Campus 40/26, lê-se: IF campus com 40 professores e 26 técnicos administrativos.

Como não era legalmente permitido apenas transferir a localização de um campus, a solução encontrada foi pegar os recursos e os códigos de vaga dessas unidades não implantadas, juntar tudo e subdividir, criando assim a estrutura conhecida como “campus avançado”. O entrevistado descreve essa estrutura como um “negócio meio frankenstein”, ressaltando que não era a solução ideal, mas sim “o que dá para fazer” diante das restrições legais da época. Ele finaliza explicando que esse sistema continua em evolução, com os *campi* avançados sendo, por sua vez, substituídos por uma nova estrutura “40/26”, cuja modificação na lei já estava aprovada (E04, 2024).

É importante notar na explicação, sobre as estruturas de campus, que essa naturaliza as diferenças de poder e recursos entre as unidades. Os antigos CEFETs (“CEFETões”, “modelo 150”) permaneceram no topo, enquanto as novas unidades e agrotécnicas ficam em patamares inferiores.

A descrição da criação dos *campi* avançados como “negócio meio Frankenstein” é um momento de franqueza. E04 admite que foi uma gambiarra administrativa para lidar com o fracasso da implantação de algumas unidades planejadas. No entanto, ao enquadrar isso como uma evolução para uma nova estrutura (“40/26”), o discurso tenta reabsorver o imprevisto dentro de uma lógica de planejamento contínuo.

Em síntese, conforme destacado pelo entrevistado E04, no processo de criação dos Institutos, a estrutura antiga com 106 autarquias ligadas diretamente ao MEC não viabilizaria a expansão da rede. A solução foi a criação de Institutos, com as reitorias funcionando como uma grande autarquia para simplificar a relação com o Ministério. A criação dos Institutos em Minas Gerais se tornou uma “guerra” política, com diferentes grupos de escolas buscando a criação de mais unidades para o estado. A ameaça do grupo de Bambuí, do qual E04 era parte, de não aderir à nova estrutura foi um ponto de virada crucial, que possibilitou a criação de um quinto Instituto em Minas (o atual IFMG). O texto descreve também o início improvisado da reitoria do IFMG e aborda os “modelos de campus” criados para padronizar as unidades em termos de pessoal, uma prática que, conforme o documento, foi regulamentada por portarias do MEC, Portaria nº 713/2021, e não pela lei original. Por fim, explica que a figura do “campus avançado” surgiu como uma solução emergencial para unidades que não puderam ser implantadas.

O professor E01, por sua vez, traz uma visão mais local sobre esse momento de transformações na rede federal de ensino:

Era Unidade Centralizada, então saiu o concurso, veio as vagas, começou o concurso. Mas no segundo semestre de 2008, o então ministro Haddad já chamou os diretores dos CEFETs disse, olha, vamos mudar a estrutura. Vai ser Instituto, vai ser um Instituto por estado. Em Minas, a sede, a reitoria vai ser no CEFET- MG, em Belo Horizonte. E é o seguinte, quem quiser continuar como CEFET vai poder, porém, claro que isso tudo sem formalização, as regras, verbas, vagas e tudo mais, vai para os institutos. Se sobrar, vai para os CEFETs. Então, foi um período de alvoroço, ninguém sabia muito bem o que que seria, e ele falou, vocês agora podem se ... juntar, né, negociar. Aí já começou o embate entre as escolas agrícolas e os CEFETs, os CEFETs agrícolas e os CEFETs industriais. E já começou o bate boca (E01, 2024).

Como observado no excerto destacado da entrevista, a UNED Formiga recebia autorização legal para funcionar em junho de 2008, momento em que as negociações para a unificação das instituições de ensino federais aconteciam. Formiga, como UNED de Bambuí, acompanhou as negociações em conjunto, apesar de que, após a oficialização dos IFs, o campus de Formiga se tornaria um campus independente com total autonomia política, financeira e pedagógica, conforme a lei de constituição. As conversas eram feitas por Bambuí, representados pelo então diretor Flávio e o Professor E04 de Paula com acompanhamento de Formiga, para dar opiniões em conjunto no Colégio de Diretores (E01, 2023).

Assim como o Professor E04, ele destaca a força política de Minas Gerais, “bateram o pé e aí começou uma discussão e uma articulação”, que levou à proposta de criar três CEFETs no estado: um Central, um no Sul de Minas e um no Triângulo. Foi nesse contexto, que surgiu a discussão interna sobre “com quem que a gente vai se juntar”. A escolha natural foi olhar para os *campi* agrícolas do Sul de Minas, como Muzambinho, Machado e Inconfidentes. Contudo, a negociação “esbarrou no impasse, que era a reitoria”. Enquanto o grupo de Formiga e Bambuí sugeria Lavras ou Varginha para sediar a reitoria, a outra parte queria que fosse em Muzambinho ou Pouso Alegre. Esse impasse, junto com “um pouco da cultura deles também, de algumas posturas, desanimou o pessoal”, fazendo as conversas esfriarem (E01).

Em meio a esse cenário, durante uma viagem do grupo de Bambuí a Brasília, iniciou-se uma conversa com Arthur, diretor de Ouro Preto, a articulação política em Minas se expandia, e surgiram um quarto e depois um quinto instituto (E01).

Ele também contextualiza que, nesse processo, o CEFET Minas Gerais, sob a direção de Flávio, optou por não aderir ao novo sistema de IFs, com a posição firme de que “o CEFET Minas Gerais vai continuar, não vem com reitoria para cá. Nós não queremos”. O entrevistado ressalta: “Enquanto São Paulo ficou e ainda tem só um [instituto], Goiás tem dois [institutos], então a força política de Minas é muito grande. Eu sei que no início era um Instituto pra cada estado” (E01).

Sobre essa temática, o professor E02 corrobora, “Haddad era Ministro da Educação né? Diz que ele foi lá pressionar. Só que o sonho do CEFET era virar Universidade Tecnológica, que existe só no Paraná. Lá tem Universidade Tecnológica. Aí o sonho deles era virar isso. Aí o Haddad falou não, isso não vai existir, não vai ter. Esquece”. Só que o Flávio diretor falou que não queria e não aderiu. A chama pública era por adesão. O professor completa que “houve uma pressão política gigante para que todo mundo entrasse, tanto que só os dois [CEFET MINAS e o CEFET Paraná] não entraram. O Flávio foi muito corajoso de enfrentar, na época. Mas isso é uma Instituição forte já, né, assim, bem grande [...] (E02, 2023).

Nesse ambiente de negociações e disputas por poder em âmbito nacional, o professor E01 relata que, no contexto local, um professor da UNED de Formiga articulou com o prefeito e um deputado para que a UNED Formiga se desligasse das negociações com o Sul de Minas. O objetivo era se juntar ao quinto instituto que estava sendo criado, unindo Ouro Preto e São João Evangelista. E01 conclui que a manobra tinha um propósito claro: “Bambuí vai, mas Formiga não, porque tinha interesse de indicar um outro diretor, para ficar na Unidade aqui de Formiga”. O professor E01 complementa que esse professor desejava que “Formiga não conversasse junto com Bambuí” nas negociações. A motivação para isso, segundo ele, era o fato de que Flávio (atual diretor do CEFET Bambuí no período) o havia mantido como diretor *pro tempore* da unidade. Essa pessoa, ciente das negociações, ficou sabendo que Caio, de Ouro Preto, estava articulando a criação de um quinto instituto, um feito que destacava a influência do estado. (E01).

No entanto, já havia um canal de comunicação estabelecido previamente entre os diretores de Ouro Preto, Formiga e Bambuí. Foi por meio dele que Caio alertou os colegas sobre uma manobra em curso, revelando que o prefeito de Formiga, um professor e o deputado Reginaldo Lopes estavam “articulando aqui com a gente [em Ouro Preto]” com o objetivo de “trazer Formiga para cá”, questionando se eles estavam cientes disso. Diante da notícia e considerando que a relação com o grupo do Sul de Minas já estava “abalada”, os diretores de Bambuí e Formiga se reuniram e decidiram se juntar ao novo instituto, pois Caio “estava precisando de mais gente para justificar” sua criação.

Ao abordar o assunto em sua entrevista, o professor E02 afirma que foi feita uma articulação para a constituição do IFMG que incluía os *campi* e as unidades. Na época, as unidades eram o CEFET e as Escolas Agrícolas de Bambuí, Ouro Preto e São João Evangelista. Além dessas, havia as UNEDs que estavam sendo criadas, como Formiga e Ouro Branco. Nessa articulação, eles definiram que Caio seria o primeiro reitor. Essa indicação foi uma mediação

do ministro, que respeitou o consenso obtido entre os institutos. Houve uma articulação política dentro do IF para que Carlos Bernardes fosse indicado como diretor de Formiga. No entanto, na última hora, por pressão de Bambuí e de um grupo de Formiga, Caio indicou o Robson. A decisão causou uma “rachadura” e um “desgaste”, tanto em Formiga quanto em nível da reitoria.

Sobre o “grupo de Formiga” citado pelo professor, ele informa que, para o início do funcionamento dos cursos, trinta a quarenta vagas foram disponibilizadas. A turma que estava trabalhando em Bambuí e era de Formiga voltou para a cidade e as demais vagas foram preenchidas por meio de um concurso. A aprovação do novo projeto permitiu a criação de mais vagas, o que levou à abertura dos cursos de Engenharia e à realização de um grande concurso para professores e técnicos administrativos. Segundo o entrevistado, essa é a razão pela qual há tantos técnicos administrativos que se mudaram de Formiga para a reitoria (E02, 2023).

Depois, quando virou Campus, foi essa articulação política. Havia claramente dois grupos aqui. Interesse do Robson, ao lado do Flávio, de Bambuí, que estava aliado ao Caio, na época. Então eles eram um grupo político hegemônico e puseram o Robson como diretor. Então o Robson foi diretor indicado, *pro tempore*. Aí, passado um tempo, houve uma eleição, né? E aí o Robson foi eleito pela primeira vez como diretor, depois ele foi reeleito, mais, mais um mandato. Então o Robson, ele deve ter ficado aqui uns nove, dez anos como diretor (E02, 2023).

Segundo o professor, em 2015, houve uma aproximação desses dois grupos. Foi construída uma candidatura de consenso. Até porque esse grupo de Bambuí rachou com o Caio:

Você [Sarah] já estava lá. Se lembra disso, né? Então, foi mais fácil haver essa conversa, tanto num nível de reitoria, construiu-se esta candidatura. Aí eu estou falando desses dois Campus, que meio que polarizava nessa época. Bambuí, com essa atração dum grupo aqui de Formiga, e esse grupo que ficou, que não estava nesse polo de atração. Mas aí quando foi construir a candidatura do Cléber, aí houve uma unidade desse grupo que tava com o Caio inicialmente de Bambuí, que desembarcou da gestão, virou oposição. Se associou a um grupo de Formiga. Aí esse grupo construiu uma candidatura de consenso local que foi a do Washington. Então o Washington, no primeiro mandato, aliás, nas duas eleições dele, ele concorreu sozinho, não teve candidatura, outro candidato. Nesse momento aí houve essa, vamos dizer assim, essa independência de Bambuí, né? Politicamente deu uma desvinculada grande de Bambuí (E02, 2023).

Finalizada essa etapa de negociações, o professor E01 chama atenção para a dificuldade de organização do IFMG após o estabelecimento de um marco inicial (Promulgação da Lei 11892/08), já que este foi formado por “escolas antigas da rede federal”. Para o entrevistado, o início foi um pouco caótico; ele recorda que, em meio à construção do novo IFMG, um

problema imediato surgiu da fusão das diferentes culturas institucionais: “Virou um Instituto, quem vai ser reitor?”.

E01 (2023) explica que Flávio, diretor do campus de Bambuí, já havia deixado claro que não tinha interesse no cargo, enquanto Cléber, diretor do campus de São João Evangelista, e Caio, diretor do campus de Ouro Preto, queriam a posição. Caio, no entanto, possuía grande força política, pois “foi ele que articulou e conseguiu o quinto Instituto” para Minas Gerais, em uma “articulação forte” com o deputado Reginaldo Lopes e o governo federal. Assim, em um “acordo de cavalheiros”, Caio tornou-se o primeiro reitor. A implementação, porém, foi precária: sem orçamento próprio, a reitoria foi “alocada provisoriamente em Ouro Preto”, tudo foi construído do zero.

Nesse período, o professor E01, já nomeado diretor *pro tempore* do campus Formiga, relata as inúmeras viagens a Ouro Preto para criar os documentos fundadores do novo instituto, como o estatuto e o regimento. Ele descreve uma grande incerteza, pois o MEC não ofereceu diretrizes claras, afirmando apenas que “a lei é o que norteia vocês”. Ninguém sabia ao certo qual estrutura poderiam ter ou quais cargos poderiam criar. O primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), por exemplo, foi feito às pressas para cumprir o prazo do MEC, tornando-se, nas palavras dele, “uma colcha de retalhos dos PDIs que tinham dos CEFETs anteriores, por falta de tempo para construção de um novo PDI. [...] Foi uma proforma para dar conta, porque era muita coisa, Sarah, para ser feita, em pouco tempo” (E01, 2023).

Segundo o professor, o maior desgaste, foi “construir o Instituto, que ele não é Universidade e ele não é CEFET”. O desafio era criar algo “novo” a partir de instituições com culturas e histórias muito fortes e distintas, como Ouro Preto com 75 anos de existência, e Bambuí e São João Evangelista com mais de 50. As discussões eram marcadas pela resistência à mudança, onde “tudo o que se discutia era cada um querendo fazer, porque lá nós fazemos assim, porque lá nós fazemos assado”. Ele cita como exemplo uma reunião para definir o estatuto, que “começou às 10:00 da manhã e foi até dez horas da noite”, evidenciando a dificuldade de se afastar de uma “visão de formar mão de obra técnica” (E01, 2023).

O entrevistado aprofunda a análise ao destacar o peso da história e a luta por reconhecimento. Ele explica que os Institutos são herdeiros das “Escolas de Artífices”, criadas no início do século XX para dar um rumo a populações marginalizadas, como os negros recém-libertos. Essa origem, segundo ele, marcou a educação técnica no país como sendo de “segunda classe”. Ele ilustra esse preconceito com a dificuldade de se obter reconhecimento de agências de fomento como a CAPES: “quando nós viramos institutos e nós pleiteamos projetos, a

CAPES [...] nem sabia que a gente existe”. Foi preciso uma intervenção política para que os Institutos começassem a ser vistos (E01, 2023).

Apesar disso, ele destaca um avanço crucial proporcionado pelo então ministro Haddad: a lei de criação dos Institutos deu-lhes “segurança jurídica” e “autonomia universitária”. Diferente dos CEFETs, que eram regulamentados por decretos e podiam ter suas estruturas alteradas por qualquer ministro, os IFs passaram a ter uma base legal sólida. No entanto, ele critica a postura inicial de alguns gestores, mencionando “o medo que os reitores tinham de enfrentar ou de negociar tête-à-tête” com o governo (E01, 2023).

Ele conclui com uma reflexão sobre o estado atual, afirmando que, embora tenha melhorado, ainda há muito a avançar. Para ele, “os Institutos ainda não têm uma identidade de Instituto. Nós ainda somos um mesclado com forte influência dos CEFETs e com alguma influência do mundo da Universidade, que também não é o que nós devemos ser” (E01, 2023).

O professor E02 relata que, com a formação dos IFs, o diretor do campus de Bambuí, Flávio, abriu a possibilidade para que os professores de lá que quisessem vir para Formiga, pleiteassem uma remoção. Segundo o professor, um edital foi aberto e treze professores de Bambuí se mudaram para cá, pois muitos de Formiga trabalhavam lá e queriam voltar. Foi então que ele finalmente se “lotou aqui no IFMG Campus Formiga” (E02, 2023).

A formalização do IFMG-Campus Formiga foi um processo complexo, permeado por negociações políticas, alianças e disputas de poder. A união de Ouro Preto e sua UNED de Congonhas, São João Evangelista e Bambuí, com sua UNED Formiga, deram origem ao IFMG. E01 foi indicado como o primeiro diretor *pro tempore* do campus de Formiga, Caio foi o primeiro reitor do IFMG. A chegada de novos professores e técnicos administrativos, muitos de Bambuí, solidificou o corpo funcional do novo campus, marcando a transição de uma extensão para uma unidade autônoma.

Em suma, a trajetória do IFMG-Campus Formiga é uma prova de como a educação profissional e tecnológica no Brasil evoluiu de uma fase de experimentalismo e cooperação local para uma estrutura federal robusta e estratégica, mesmo que a construção de sua identidade institucional ainda seja um trabalho contínuo.

Em nível local, a mídia acompanhou essa trama que envolve a criação dos Institutos federais. A matéria do jornal O Pergaminho, publicada em 15 de abril de 2008, anuncia que a UNED de Formiga será transformada em campus, deixando de ser subordinada ao CEFET de Bambuí (Figura 29).

Figura 29 – CEFET de Formiga se torna campus



Fonte: CEFET... (2008, p.5).

Segundo o diretor Robson de Castro, “A nova estrutura conta com diretorias sistêmicas, orçamento próprio, aumento do quadro de funcionários e terá autonomia para criar cursos”. A proposta, já aprovada pelo MEC, aguarda votação no Congresso Nacional para se tornar lei. Com a aprovação, o campus de Formiga passaria a integrar o recém-criado Instituto Federal de Educação Tecnológica do Sudoeste, juntamente com as unidades de Bambuí, Machado, Muzambinho e Inconfidentes. Diante do que foi descrito anteriormente, essa possibilidade de integração existiu, porém não foi concretizada.

O Governo Federal destinou R\$1,5 milhão para a construção da sede no bairro Vargem Grande, em terreno de 10 hectares doado pela prefeitura. O diretor da UNED, E01 de Castro, destaca que essa expansão trará mais atratividade e qualidade ao ensino na região (Figura 29).

A Figura 29 apresenta a semiótica do “vazio” e um discurso de desenvolvimento ao mostrar a foto do terreno doado no Bairro Vargem Grande. Essa imagem serve para legitimar a intervenção. O terreno não é apresentado como natureza, mas como uma ausência de progresso que clama por civilização (o prédio). A legenda “O terreno onde será construído...” projeta o futuro sobre o presente, convidando o leitor a imaginar a instituição onde só há terra.

O discurso constrói a identidade do novo IF não apenas como uma escola, mas como um ato de emancipação, pois ser uma UNED de Bambuí é discursivamente construído como

uma condição menor, quase colonial. Assim, ao se tornar um Campus, também adquire soberania administrativa.

Assim como as demais conquistas da rede federal em Formiga, essa também foi comemorada pela imprensa e pelas lideranças políticas. O jornal Nova imprensa divulgou, no dia 24 de outubro de 2008, uma matéria em que a prefeitura de Formiga agradecia ao Deputado Reginaldo Lopes pela vinda do “IFET”. Foi realizado um jantar de confraternização com a presença de autoridades locais, o Reitor Caio Mário Bueno Silva, autoridades de Piumhi, Iguatama e o ex-diretor Ivan Chaves (Figura 30).

As palavras do Deputado Reginaldo Lopes neste evento indicam a importância da resiliência do ex-prefeito Aluísio Veloso para a desenvolvimento e concretização da escola profissionalizante no Município:

[...] além da ajuda de Bambuí o que mais contou foi a perseverança do prefeito Aluísio Veloso e de sua equipe, que souberam transpor todos os obstáculos que surgiram no caminho marcando este importante “tento” para a cidade e região. Lembrou que o Aluísio desde os tempos de vereador, já cobrava dele a possibilidade de se implantar nos municípios, uma escola profissionalizante, um de seus grandes sonhos (Nova Imprensa, 2008).

Figura 30– Comemoração pela conquista do IFET

Administração agradece ao deputado Reginaldo Lopes pela vinda do “IFET”



Reginaldo Lopes explica aos presentes que a perseverança de Aluísio Veloso foi a chave principal para a obtenção das verbas que resultaram na instalação do IFET

O Prefeito Aluísio Veloso, juntamente com sua equipe e convidados, recebeu na noite de segunda-feira (20), em jantar de confraternização, o Deputado Federal Reginaldo Lopes e o Diretor Geral do Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET Ouro Preto, Caio Mário Bueno Silva.

O jantar aconteceu a partir das 20h no restaurante Hora do Almoço e contou também com a presença de autoridades da cidade de Piumhi e Iguatama, além do coordenador do CEFET Bambuí, Ivan Chaves.

A imprensa do município também foi convidada e compareceu maciçamente ao evento.

O Deputado, que estava em visita a Formiga e na oportunidade foi homenageado pela administração municipal, foi peça chave na obtenção de verbas federais e na busca da autorização para a instalação do CEFET neste município. Momentos antes do início do coquetel e de servido o jantar, nas dependências do Restaurante Hora do Almoço, com o comparecimento de um reduzido número de convidados (lideranças, secretários e imprensa) ele esteve reunido com o Secretário de

Educação, Geraldo Reginaldo de Oliveira, quando definiu detalhes sobre o futuro funcionamento do nosso campi do Instituto Federal de Inovação Tecnológica - IFET.

O secretário Geraldo Reginaldo, na oportunidade, fez sucinta explanação sobre a importância da intervenção do deputado Reginaldo Lopes em todo o processo que resultou na vinda deste benefício para o município.

O prefeito Aluísio Veloso, o vice prefeito de Iguatama (Leonardo); o prefeito de Piumhi (Marcinho), o ex-diretor do CEFET de Bambuí (Ivan Chaves), e Caio Bueno (Cefet de Ouro Preto), também fizeram uso da palavra e enalteceram as ações desenvolvidas pelo Deputado Reginaldo, em favor da Educação.

O vereador Gonçalo falou em nome do Legislativo e Mosar Arantes (TV Oeste) também fez uso da palavra, como um dos que também lutaram em favor da Educação, neste município.

Já o deputado, em sua fala, destacou que no caso da implantação do CEFET em Formiga, além da ajuda de Bambuí, o que mais contou foi a perseverança do prefeito Aluísio

Veloso e de sua equipe, que souberam transpor todos os obstáculos que surgiram no caminho, marcando este importante “tento” para a cidade e região. Lembrou que Aluísio, desde os tempos de vereador, já cobrava dele a possibilidade de se implantar no município, uma escola profissionalizante, um de seus grandes sonhos.

Reginaldo Lopes fez também elogios ao presidente Lula, pessoa que no seu entender, exatamente por sua origem, conseguiu em seu governo fazer pela Educação muito mais que todos os presidentes (inclusive os doutores), fizeram durante os últimos 200 anos.

Formiga ganhou de uma só vez, uma Universidade Federal e uma Escola Técnica, com a instalação do IFET cidade. Para o deputado, se o Congresso atuar bem e ele conseguir liderar, como tem feito até então, a Frente Parlamentar em prol da Educação, dos recursos que advirão da exploração de petróleo na camada do “pré-sal”, poderá sair a redenção deste país, através da extensão dos benefícios da Educação a todos os brasileiros.

Fonte: Administração... (2008, p.3)

Outra fala importante que contextualiza o momento foram elogios ao presidente Lula, pessoa que, no seu entender, exatamente por sua origem, conseguiu em seu governo fazer pela Educação muito mais que todos os presidentes (inclusive os doutores), fizeram durante os últimos 200 anos” (Figura 30). Esse trecho reforça o discurso de valorização política e simbólica da conquista da independência do CEFET em Formiga, destacando tanto a atuação local quanto o contexto federal. O foco do texto está no prefeito Aluísio e o presidente Lula, ambos enaltecidos como figuras determinantes para a realização de um projeto de impacto social e educacional sendo a instalação da escola profissionalizante em Formiga.

A matéria do jornal O Pergaminho, de 20 de dezembro de 2008 (Figura 31), informa que o Senado aprovou o Projeto de Lei nº 3775/2008, que cria 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todo o país. Com isso, o CEFET de Formiga deixará de ser uma UNED do CEFET Bambuí e se tornará um campus autônomo do novo Instituto Federal.

A matéria ressalta que essa mudança permitirá a oferta de cursos técnicos, superiores e tecnológicos, com prioridade para estudantes do ensino médio da rede pública. A proposta agora depende apenas da sanção presidencial do presidente Lula. O texto ainda menciona a previsão de construção de uma nova sede em Formiga e as áreas prioritárias de formação: química, física, matemática, biologia, engenharias e informática.

Figura 31 – Senado aprova projeto que cria os Institutos Federais



Fonte: O Pergaminho (2008b).

A matéria do jornal Nova Imprensa de 31 de dezembro de 2008 (Figura 29) informa que o presidente Lula sancionou o Projeto de Lei nº 11.892/2008, que transforma os antigos CEFETs (Centros Federais de Educação Tecnológica) nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

A medida visa à criação de uma nova rede nacional de educação profissional, com foco na verticalização do ensino, da formação técnica de nível médio até a pós-graduação. A matéria destaca que 215 instituições serão criadas até 2010, com a previsão de 354 mil novas vagas. O novo modelo inclui a ampliação de cursos técnicos, tecnológicos e licenciaturas, com uma proposta de currículo integrado e práticas pedagógicas inovadoras. A nova estrutura pretende ainda interiorizar a educação, especialmente para regiões antes excluídas das políticas públicas federais (Figura 32).

Figura 32 –Sancionada a Lei que cria os Institutos Federais

Lula sanciona lei mudando organização dos CEFETs

FLÁVIA KHOURI

Foi sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva nesta segunda-feira (29) o Projeto de Lei nº 177/2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – os IFETs – que passarão a ser os responsáveis pelos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). A lei foi aprovada pelo Senado Federal no dia 3 de dezembro.

“O país entra em uma nova era da educação profissional. Os institutos revolucionam a estrutura e a proposta político-pedagógica da educação profissional e tecnológica”, afirmou o secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Eliezer Pacheco.

Apartir de agora, os 168 campi do CEFET responderão ao IFET. Com a criação de 38 institutos no país, em todos os estados e no Distrito Federal serão oferecidos o ensino médio integrado ao profis-

sional, cursos superiores de tecnologia, bacharelado em engenharias e licenciaturas. Os institutos surgem a partir da rede federal de educação profissional e tecnológica, que reúne 215 instituições e chegará a 2010 com 354. Entre os estados beneficiados com mais de um instituto estão Minas Gerais (cinco), Rio Grande do Sul (três), Rio de Janeiro, Goiás, Bahia, Pernambuco e Santa Catarina (dois cada um).

O modelo pedagógico dos institutos é inteiramente novo. As instituições oferecerão ensino médio com educação humanística, científica e profissional, de maneira integrada, além da oferta de educação profissional também para o nível superior. Os institutos terão forte presença na área de pesquisa e extensão para estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e estender os benefícios à comunidade. Metade das vagas será destinada à oferta de cursos técnicos de nível médio,

em especial de currículo integrado.

Na educação superior, haverá destaque para os cursos de engenharias e de licenciaturas em ciências da natureza (física, química, matemática e biologia), com reserva de 20% das vagas. Serão incentivadas as licenciaturas de conteúdos específicos da educação profissional e tecnológica, como a formação de professores de mecânica, eletricidade e informática.

Os institutos terão autonomia nos limites de sua área de atuação territorial para criar e extinguir cursos e registrar diplomas dos cursos oferecidos, mediante autorização do conselho superior. Ainda exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais. Cada instituto é organizado em estrutura com vários campi e proposta orçamentária anual identificada para cada campus e reitoria.

Fonte: Khouri (2008, p.)

As reportagens dos jornais O Pergaminho e Nova Imprensa, que registram esse momento histórico de transição na educação brasileira com a Lei 11.892/2008, que criou a Rede

Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, mais especificamente na cidade de Formiga com a transformação da UNED Bambuí em um campus autônomo do IFMG.

O discurso de conquista pessoal da administração local com a vinda do IF continua nessa fase. Nesse momento, a instituição é objetificada como um “presente” entregue pelos heróis locais (Prefeito e Deputado) à comunidade passiva.

O uso do futuro do presente e de afirmações categóricas — como “CEFET irá virar Instituto...” e “o país entra em uma nova era...” — denota autoridade e apaga conflitos ou disputas orçamentárias do processo. A criação dos IFs é narrada de forma linear e evolutiva, apresentando a transição da dependência de Formiga para a autonomia como um progresso natural (Figuras 28 e 29).

Essa conexão entre o nível federal (Lula, Senado, Lei nº 177/2008) e o impacto local reforça a ideia de transformação e dinamismo. Ao anunciar que o “CEFET de Formiga irá virar campus”, o discurso vincula a iniciativa municipal a uma reestruturação nacional de prestígio, legitimando a gestão local através das decisões de Brasília.

É notável, contudo, a instabilidade na nomenclatura nas reportagens (Figuras 26 a 29), que variam entre “IFET” e “Institutos Federais”. Esse esforço explicativo busca ressignificar a identidade da instituição: deixar de ser uma “extensão de Bambuí” para tornar-se uma unidade com “autonomia”. A repetição constante dessa palavra revela que a autonomia administrativa era o ponto central para o orgulho local e para a propaganda política da época.

A constituição e formalização do IFMG Campus Formiga emerge como um complexo problema social quando analisado sob a ótica da ACD de Norman Fairclough. Este processo transcende a mera dimensão administrativa, revelando-se como um campo intensamente discursivo e que redes de práticas se interligam para moldar a percepção pública, legitimar as ações e definir a própria identidade da instituição. A análise do *corpus* de pesquisa, nesse sentido, é fundamental para elucidar as nuances e as evidências que sustentam essa compreensão. A fase de constituição e formalização do IFMG campus Formiga se manifesta através de um entrelaçamento de diversas redes de práticas, cada uma com seus discursos e funções sociais específicos. O quadro 26 sintetiza as redes de práticas nessa fase.

Quadro 26 - Rede de práticas do discurso envolvido na constituição e formalização de uma instituição de ensino pública federal na cidade de Formiga

Rede de Práticas	Atores Envolvidos	Recursos / Discursos	Relações de Poder e Ideologia
Política (Local e Federal)	Governo Federal (Lula, MEC), FNDE, Governo Municipal (Prefeito, Secretário), Deputados.	Decretos, sanções de leis, anúncios de verbas, discursos de “conquista”, “luta” e “sonho”.	Apropriação do mérito local para projetos federais. Naturalização da dependência de esferas superiores. Legitimidade via articulação política.
Jornalística	Jornal local, jornalistas, colunistas.	Reportagens, notícias, manchetes, anúncios, fotos e artigos.	Apropriação de discursos políticos e comunitários. Enquadramento da narrativa para reforçar o consenso. Atua como mediador de poder, filtrando vozes.
Comunitária e de Desenvolvimento Regional	População de Formiga, jovens, comunidade acadêmica local, empresariado.	Discurso de “pertencimento” e “orgulho local”. Manifestações de demanda social (inscrições), uso de espaços (Colégio Santa Teresinha).	Construção da comunidade como beneficiária passiva. Ideologia de que a educação é a solução para problemas complexos como a migração.
Desenvolvimento Educacional e Profissional	CEFET/IFMG, professores, diretores.	Oferta de cursos técnicos, superiores e de pós-graduação. Discurso de “modernização”, “qualificação” e “empregabilidade”.	Legitimação da educação tecnicista e mercadológica. Alinhamento da oferta de ensino com as demandas do setor produtivo.
Transparência e Participação Social	Governo Municipal, CEFET/IFMG.	Divulgação de editais, processos seletivos, cronogramas e informações institucionais.	Simulação de abertura e acesso. Redução da participação social à recepção de informações, sem espaço para a voz ativa da comunidade.
Infraestrutura	Governo Federal, FNDE, empreiteiras, Governo Municipal.	Anúncios de investimentos, valores monetários (“R\$ 1,2 milhão”), cronogramas de obra, fotos de maquetes e prédios.	Materialização do discurso político. Converte promessas em realidade tangível, servindo como a prova de que o projeto foi concluído. Legitimidade via funcionalidade e eficiência.

Fonte: Elaborado com base em informações da pesquisa (2025).

Terminada a análise da rede de práticas, percebe-se que o problema social apresentado, “o discurso envolvido na constituição e formalização de uma instituição de ensino pública federal na cidade de Formiga”, vai além de um evento isolado, ele é a arena complexa onde as redes de práticas se interligam para constituir a realidade. A formalização do CEFET/IFMG

em Formiga emerge precisamente como um problema social, pois o discurso envolvido em sua criação é um cenário de disputas e solidificação de poder e ideologias. Assim, as redes de práticas interagem e se moldam mutuamente para dar forma e legitimar o projeto.

Primeiramente, observa-se uma clara relação de poder e hierarquia. O discurso político e institucional da esfera federal, com a sanção de leis e decisões ministeriais, detém a primazia na definição e no financiamento do projeto. Em contraste, o discurso local, embora celebre a “conquista”, atua na apropriação e legitimação do que já foi decidido em esferas superiores. Essa dinâmica revela uma assimetria de poder significativa, em que a voz da comunidade é posicionada como receptora, e não como agente primário da mudança.

Em segundo lugar, a construção da realidade é um processo central. O CEFET/IFMG não “surge” espontaneamente, mas tem sua existência e identidade, se será um campus, UNED ou que cursos oferecerá, construídas pelo discurso. As reportagens, nesse processo, moldam a percepção pública da instituição como uma “necessidade”, um “sonho realizado” e um “motor de desenvolvimento”, o que naturaliza sua presença e seus impactos na cidade de Formiga.

Além disso, percebe-se um intenso trabalho de legitimação e forjamento de consenso. Os discursos, através da intertextualidade, criam um consenso simbólico em torno da instituição. Potenciais críticas, desafios ou conflitos de interesse são frequentemente minimizados em favor de uma narrativa unívoca de sucesso e progresso. A “independência” celebrada pela unidade de Formiga, por exemplo, é discursivamente construída como uma evolução positiva, mas as implicações dessa autonomia e os atores que a definem não são totalmente transparentes no discurso veiculado.

É evidente, também, como as redes de práticas reforçam ideologias. O discurso do “desenvolvimento regional” atrelado à educação técnica alinha-se a uma ideologia de modernização econômica. A ênfase na “profissionalização” e no “mercado de trabalho”, por sua vez, reflete uma lógica desenvolvimentista subjacente à política educacional. A ACD revela que o discurso da formalização do IFMG em Formiga constitui uma arena onde se negociam as relações de poder e a própria realidade social da educação pública.

Ao interconectar as redes de práticas, saímos da retórica para a realidade social. A ACD revela que a instituição não é apenas um prédio ou um conjunto de cursos, mas um complexo problema social apresentado como um resultado inevitável e desejado. Embora os artigos retratem um processo harmonioso, eles reforçam implicitamente as estruturas de poder existentes.

A análise crítica demonstra que o discurso da “conquista” local só adquire plena força simbólica quando amparado por outras redes. A instituição é legitimada por atos legais federais, por sua ancoragem na economia local (diálogo com empresários) e por sua apresentação como um “sonho” de líderes políticos. A principal dessas conexões ocorre com a rede de infraestrutura: a promessa de investimento e a menção a valores concretos, como “R\$ 1,2 milhão”, transformam a intenção política em uma realidade tangível, servindo como prova física de que o projeto está sendo realizado.

Por sua vez, a legitimidade material se conecta com a rede de desenvolvimento educacional. A infraestrutura é construída discursivamente para abrigar uma educação de ponta. A semiose dessa conexão é evidente em reportagens que detalham a oferta de cursos superiores e pós-graduações, validando o esforço material ao mostrar que ele serve a um objetivo acadêmico moderno.

Finalmente, a aprovação política, a concretização material e a oferta educacional fundem-se na rede de práticas comunitárias e de pertencimento. O discurso de “conquista” e a nova infraestrutura são absorvidos pela comunidade e transformados em um senso de orgulho, expresso na ideia de que os “jovens não vão mais precisar deixar Formiga” para estudar. Assim, o que começa como um discurso burocrático e político completa-se em uma apropriação simbólica pela população, tornando a instituição um pilar central na identidade regional.

4.2.4 Ideologia e poder na constituição e formalização do IFMG Campus Formiga

A análise das redes de práticas revela que o discurso sobre a formalização do CEFET em Formiga não é apenas um meio de comunicação, mas um poderoso mecanismo de poder. Ele atua para naturalizar certas relações sociais e para reforçar ideologias que servem a interesses específicos.

A ACD demonstra que o discurso sobre a instituição reproduz uma assimetria de poder entre a esfera federal e o nível local. A intertextualidade da imprensa local com documentos e decisões federais, como a “sanção presidencial” ou o “Projeto de Lei 177/2008”, posiciona o Governo Federal como o agente de poder primário, o doador da política e do recurso. Em contrapartida, o discurso local se apropria dessa decisão, transformando-a em uma “conquista” da “ação política do Prefeito Aluísio Veloso e aliados”. Essa apropriação, embora celebre o protagonismo local, também naturaliza a dependência de esferas superiores de governo e legitima a intermediação política como o único meio para se obter benefícios do Estado.

O discurso analisado é um veículo para a ideologia do desenvolvimento econômico. Ele reforça a visão de que a educação técnica é a chave para o progresso da cidade. A semiose se manifesta na forma como a linguagem associa a oferta de cursos como “informática” e “gestão” a uma solução direta para o problema da migração juvenil e para as “necessidades do mercado de trabalho”. Essa visão reduz a educação a uma ferramenta utilitária para o setor produtivo, invisibilizando outras dimensões da formação humana, como a formação crítica e a cidadania. Essa ideologia mercadológica subjacente, alinhada com as políticas de interiorização da educação técnica do período, legitima a estrutura de educação tecnicista e produtivista.

O discurso também exerce poder ao forjar um consenso e excluir vozes dissonantes. O foco quase exclusivo em autoridades políticas e em dados objetivos (como o número de inscritos no vestibular) cria uma narrativa unívoca e aparentemente inquestionável de sucesso. A ausência de vozes da comunidade (estudantes, pais) e a minimização de possíveis conflitos políticos, como na matéria sobre a aula inaugural, demonstram como a imprensa atua como um mediador que seleciona e molda as vozes que podem ser ouvidas. Ao fazer isso, o discurso reforça as hierarquias de poder e limita a participação social, reduzindo-a a uma audiência passiva, e não a um agente ativo no processo de desenvolvimento da instituição.

A ACD apresenta os mecanismos pelos quais a instituição é introduzida e integrada à vida da cidade, revelando implicações profundas para a comunidade de Formiga. O discurso atua como um mediador entre a política pública e a vida social, transformando uma decisão burocrática e distante em uma realidade local. As redes de práticas que compõem o corpus não apenas informam sobre a chegada de um campus, mas constroem uma narrativa de sucesso que legitima o projeto e o integra ao tecido social e econômico da região.

A principal implicação da análise é que o discurso sobre a educação pública federal não é neutro; ele é um agente que molda a percepção social. A narrativa de que o CEFET é um “sonho formiguense” e a “solução” para a evasão juvenil não apenas celebra a instituição, mas também naturaliza a visão de que a educação serve, primariamente, a propósitos mercadológicos e de desenvolvimento econômico. Essa construção discursiva pode ter o impacto de restringir a percepção da comunidade sobre o que a educação pode ser, limitando-a a um meio de qualificação profissional, em detrimento de uma formação mais crítica e cidadã.

Além disso, a análise revela as tensões e assimetrias de poder. A centralidade das vozes políticas e a marginalização das vozes da comunidade mostram que o discurso atua para legitimar o poder dos intermediários políticos locais e das elites de imprensa. A comunidade, embora seja o público-alvo e a principal beneficiária, é discursivamente posicionada como uma

audiência passiva, cuja “participação” é reduzida à aceitação e à celebração da política pública. A análise crítica, portanto, não apenas descreve um evento, mas desvela os profundos mecanismos de poder que operam no cotidiano, mostrando como a linguagem é um instrumento essencial na construção e na reprodução das relações sociais na cidade de Formiga.

A seguir é apresentada a fase posterior à criação do IFMG campus Formiga.

4.3 Fase posterior à criação do IFMG Campus Formiga

A fase posterior a criação do IFMG Campus Formiga apresenta a instituição no seu estágio atual e busca identificar seu impacto no município e na região.

O IFMG campus Formiga atende atualmente 730 estudantes, não só de Formiga e região, como de todo o país. Seu quadro de servidores é composto de 47 técnicos administrativos e 79 docentes sendo efetivos, substitutos e/ou visitantes (IFMG, 2023a).

Na tabela 1 constam os cursos que o IFMG oferece, relacionando-os com seu respectivo quantitativo de estudantes.

Tabela 1 - Relação de Curso/aluno do IFMG Campus Formiga	
Mestrado	Estudantes
Mestrado profissional em Administração	9
Subtotal	9
Graduação	
Administração	116
Ciências da Computação	164
Engenharia Elétrica	128
Matemática	33
Gestão Financeira (sem entrada de novos estudantes)	2
Subtotal	443
Técnico Integrado	
Administração	110
Eletrotécnica	78
Informática	90
Subtotal	278
Total	730

Fonte: BRASIL, 2023b

Os cursos presenciais da instituição são Mestrado Profissional em Administração, os cursos superiores de Administração, Ciências da Computação, Engenharia Elétrica, Matemática, Gestão Financeira (curso em descontinuidade); os cursos de ensino médio

integrado ao técnico em três áreas, sendo, técnico em Administração, técnico em Informática e técnico em Eletrotécnica. É importante destacar que o curso de Matemática se encontra hoje com demanda bem abaixo do esperado pela instituição e que algumas ações já foram realizadas para mudar esse panorama. O mesmo acontece com o Mestrado profissional que hoje conta com 9 estudantes matriculados e tem potencial para 16 estudantes. Outro ponto a ser mencionado é que o curso de Gestão Financeira, que foi descontinuado em 2021 quando se iniciou o Mestrado profissional em Administração, ainda tem dois estudantes para finalizar o curso antes da extinção (Tabela 1).

Em relação aos professores que atendem os cursos, esses são divididos em área de atuação, sendo área de gestão, área de matemática, área de computação, área de engenharia e área de formação geral. A Tabela 2 apresenta a relação do número de professores por área de atuação. Importante ressaltar que essa divisão acontece para favorecer a organização, planejamento e controle da instituição. Importante ressaltar que o campus Formiga é classificado como 70/45 (Quadro 25). O número de professores pode alterar devido a outros fatores, como professor visitante, convênios, transferências, dentre outros.

Tabela 2 - Número de professores do IFMG – Campus Formiga, por área de atuação

Área	Número de professores
Gestão	18
Matemática	14
Computação	14
Engenharia	20
Formação Geral	13
Total	79

Fonte: BRASIL, 2023b

Pacheco e Resende (2009, 15) dissertam em relação à estrutura organizacional e de gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, informando que é preciso consolidar uma identidade institucional, o que requer uma gestão superior unificada decorrente de uma ação educativa verticalizada, vinculando pesquisa e atividades de extensão a todos os níveis de ensino. Ressalta, ainda, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o que implica o nivelamento hierárquico dessas dimensões. Para os autores a

gestão de cada instituto e da rede que formam assume um caráter sistêmico que exige o reconhecimento da autonomia de cada unidade, bem como a necessidade de trabalho permanente em prol do equilíbrio estrutural entre os *campi* de um mesmo instituto e entre os institutos. Isso implica um novo modelo de gestão baseado, em essência, no respeito, no diálogo e na construção de consensos possíveis tendo sempre como horizonte o bem da comunidade e não o enclausuramento das instituições.

Os documentos que regem a instituição são: i) o regimento interno do IFMG campus Formiga em que constam as normas que disciplinam as atividades comuns aos órgãos e serviços integrantes da estrutura organizacional do Campus de Formiga no plano administrativo e acadêmico, com o objetivo de complementar o Regimento Geral e as disposições estatutárias do IFMG; ii) o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), que, além de constituir um requisito legal, tal como previsto na Lei nº 10.861/2004 e no Decreto nº 5.773/2006, é um instrumento gerencial por meio do qual se apresentam os objetivos estratégicos, metas e ações institucionais e, por fim; iii) o organograma, que é a representação gráfica do documentos mencionados.

Com base nas informações de Registro de Diplomas dos Cursos do IFMG - Campus Formiga, fornecidas no site da instituição, nos Boletins de Serviço e informações do arquivo do IFMG, foi elaborado o quadro 27, que mostra os cursos que já foram oferecidos pelo campus e os cursos que estão em andamento.

Quadro 27- Cursos oferecidos pelo Campus Formiga

Cursos	Início do curso	Encerramento
Cursos Técnicos		
Técnico Concomitante Administração	2012.1	2014.2
Técnico Concomitante Eletrotécnica	2012.1	2014.2
Técnico Concomitante Informática	2012.1	2014.2
Técnico Integrado Administração	2014	Em andamento
Técnico Integrado Eletrotécnica	2014	Em andamento
Técnico Integrado Informática	2014	Em andamento
Técnico em Administração - Subseq - Arcos	2012.2	2015.1
Técnico em Manut. e Suporte em Informática - Subseq – Arcos	2012.2	2015.1
Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	2010.2	2012.2
Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	2010.2	2012.2
Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	2011.1	2012.2
Técnico em Informática - Redes Locais	2008.2	2009.2
Técnico em Informática	2009.1	2010.2
Técnico em Informática	2010.1	2011.2
Técnico em Informática	2011.1	2012.2
Cursos Superiores		
Licenciatura em Matemática	2008.2	Em andamento
Bacharelado em Engenharia Elétrica	2009.1	Em andamento
Tecnólogo em Gestão Financeira	2009.1	2021
Bacharelado em Administração	2012.1	Em andamento
Bacharelado em Ciências da Computação	2012.1	Em andamento
Mestrado Profissional em Administração	2021.1	Em andamento

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do IFMG Campus Formiga, 2025.

Destacamos que, ao analisar como foram definidos esses cursos oferecidos pelo IFMG Campus Formiga, ao longo de sua trajetória, é possível perceber que as decisões não seguiram uma metodologia e, também, que não houve consulta pública. A lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008), lei que rege os IFs, art. 2, § 3º, informa que essas instituições “terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior...”. Complementando essa análise, na cartilha de concepções e diretrizes do IFMG, lançada em 2008 (Brasil, 2008a, p. 13), adverte-se que os IFs devem:

...atuar no sentido do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a dimensão do universal, constitui um preceito que fundamenta a ação do Instituto Federal. O diálogo vivo e próximo dos Institutos Federais com a realidade local e regional objetiva provocar um olhar mais criterioso em busca de soluções para a realidade de exclusão que ainda neste século castiga a sociedade brasileira no que se refere ao direito aos bens sociais e, em especial, à educação.

Os cursos pioneiros foram definidos pelo CEFET Bambuí, instituição de onde se origina o campus de Formiga. A decisão foi baseada no que já era ofertado pela instituição, sendo os cursos Gestão Comercial e Informática e, posteriormente, o curso de promotor de eventos. Conforme Boletim de Serviço de maio de 2007, o processo seletivo para o segundo semestre seria realizado para os cursos de Gestão Comercial e Técnico em informática – Programação Web (Quadro 28). Não foi registrado no boletim o processo seletivo para o curso de promotor de eventos (IFMG, 2023b).

Quadro 28- Edital 16/2007 – Seleção para 2º semestre/2007 CEFET Bambuí extensão Formiga

Cursos Técnicos		
Cursos	Início do curso	Duração
Gestão Comercial	2007	1 ano
Técnico em informática – Programação Web (Alteração de nome: Técnico em Informática – Programação para Internet)	2007	1 ano e meio

Fonte: IFMG, 2023b

O Boletim de Serviço de novembro de 2007 informa o edital de processo seletivo para o 1º semestre de 2008 para duas vagas da unidade de formiga, conforme Quadro 29 (IFMG, 2023c).

Quadro 29 - Edital 49/2007 - Seleção para 1º semestre/2008 CEFET Bambuí Extensão Formiga

Cursos Técnicos		
Cursos	Início do curso	Duração
Gestão Comercial	2008	1 ano
Informática - Redes e Manutenção de Computadores (Alteração de nome: Técnico em Informática – Redes Locais)	2008	1 ano e meio
Promoção de Eventos	2008	1 ano

Fonte: IFMG, 2023c

Nesse momento, já mencionava o curso de promotor de eventos, porém, no Boletim de Serviço 3/2008, foi cancelado o processo seletivo do curso de Promoção de Eventos por não preencher o número mínimo de candidatos (IFMG, 2023c). Dessa forma, o curso de promoção e eventos só foi oferecido no ano de 2007, por falta de demanda.

Em relação ao edital de processo seletivo para o segundo semestre de 2008, está relacionado no Boletim de Serviço 5/2008 (Quadro 30) (IFMG, 2023d).

Quadro 30 - Edital 36/2008 - Seleção para 2º semestre/2008 CEFET Bambuí Extensão Formiga

Cursos Técnicos		
Cursos	Início do curso	Duração
Informática - Redes Locais	2008.2	1 ano e meio
Técnico em Informática – Programação para Internet	2008.2	1 ano e meio
Matemática	2008.2	4 anos

Fonte: IFMG, 2023d

Em ata registrada pelo campus Formiga no dia 28 de agosto de 2008, menciona-se a professora Rejane Silveira Júlio como coordenadora do curso de Licenciatura em Matemática e a proposta de grade curricular, construída em conjunto com os professores. Assim, ela seria incluída no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e deveria ser aprovada pelo Conselho Diretor do CEFET Bambuí. O curso já estava aprovado desde 23 de abril de 2008 e o vestibular, realizado. A resolução nº09, de 23 de abril de 2008, publicada no Boletim de Serviço nº 04/2008 (IFMG, 2023e), aprovou a criação do Curso Superior em Matemática na modalidade Licenciatura. Segundo o professor E01, então diretor da instituição, a decisão de oferecer o curso foi realizada às pressas, devido à obrigatoriedade determinada pelo governo federal de se oferecer curso de licenciatura, e levou em consideração o quadro de docentes já existentes e imposições do campus Bambuí.

[...] tinha que abrir licenciatura. E aí o então diretor de ensino de lá, me liga, olha, nós temos que abrir licenciatura. Falei calma, nós ainda não temos gente ainda não. Nós temos que abrir licenciatura. Eu pensei de vocês abrirem biologia. Falei não. Nós temos Engenharia Elétrica, nós temos Computação,

nós temos Administração que eu vou fazer com uma licenciatura? Porque nós já tínhamos esse planejamento, que os professores haviam feito. Já otimizamos professores. Se você bota a biologia, você tinha que ter um número muito maior de professores para dar conta de suprir. Eu falei não, então nós vamos abrir é Física. Não, física nós vamos abrir. Porque, depois eu fui entender, porque eles tinham interesse de abrir a Engenharia da Computação. Como de fato abriram. Falei então nós vamos abrir é matemática. Conversei com o pessoal por telefone, não tive jeito de conversar com todo mundo, mas liguei para os coordenadores de curso. Falei ó, dá uma analisada aí no que a gente tem. O Gláucio também estava já como meu diretor de ensino. Não, eu falei ó, eu pensei na minha, visão matemática, eu falei não, então, nós vamos abrir é matemática...” (Entrevista professor E01, 2023)

Alguns debates sobre quais cursos oferecer foram registrados em outras atas, como, por exemplo, na ata do dia 03 de setembro de 2008, consta que foi definida uma comissão de professores para construir um PPC do curso superior de Tecnologia em Gestão Financeira e que deveria ser para o dia 9 de setembro de 2008. Em reunião do dia 8 de setembro, os professores aprovaram o PPC do curso. A autorização para funcionamento deste curso foi publicada no mês de outubro/2008 (IFMG, 2023f).

Outro exemplo, é a ata do dia 08 de setembro de 2009 que contou com a presença da coordenadora dos cursos técnicos de informática e os professores do curso. Na referida ata a coordenadora pede aos demais para “que todos pensassem sobre a possibilidade de um curso superior na área de computação e que isso fosse tratado na reunião”; ainda, “um dos professores pediu que todos pensassem sobre cursos técnicos e ementas para a reunião seguinte”.

Na ata registrada dia 15 de setembro, foi definida uma comissão para propor os futuros cursos a serem ofertados pela UNED – Formiga, portaria nº176 de 17 de setembro de 2008 – Comissão de Planejamento Institucional da UNED - Formiga. A comissão definiu que cada membro iria discutir com os professores da sua área quais seriam as grandes áreas e seus eixos tecnológicos. No mesmo dia em que é formada a comissão citada anteriormente, uma ata é registrada pelos professores de engenharia, sendo levantada a possibilidade de oferta de cursos de engenharia elétrica ou mecânica; o quadro atual de professores atenderia o curso por 2 anos, sendo necessário novas contratações após esse período. Ainda, segundo a ata de 17 de setembro de 2008, os professores da área de gestão se reuniram para avaliar o andamento do curso de Gestão Comercial, turma III, e foi levantada a possibilidade de findar o curso para reorganizá-lo e futuramente voltar a oferecê-lo à comunidade. Mas não há registro de decisão tomada.

“terminar curso de Gestão comercial devido aos problemas enfrentados, “como já tinha sido exposto anteriormente pela direção da unidade”, após uma reformulação da estrutura voltar a ofertá-lo. Alguns professores colocaram que o comércio é forte na região e que por esse motivo, o curso técnico em

gestão comercial é importante, contudo, observa-se que a valorização desse curso é diferenciada quando comparada a cursos técnicos na área da indústria, por exemplo. Os professores Daniel e Ricardo sugeriram também a possibilidade do curso técnico em produção, para atender o setor de confecção, lembrando que o nome do curso deveria ser atrativo e que esse curso envolveria a multidisciplinaridade entre as atuais áreas da unidade.” (Ata IFMG, 15 de setembro de 2008)

A comissão de Planejamento Institucional do campus Formiga, definida na ata do dia 15 de setembro, se reuniu em 22 de setembro de 2008 para estudar e propor a implantação dos novos cursos. Um dos professores sugeriu que o estudo deveria partir de áreas tecnológicas para eixos tecnológicos. Outro participante disse que a proposta deve seguir a vontade do MEC, concentrando-se em engenharias, cursos técnicos integrados, tecnológicos e licenciaturas. A criação do curso integrado foi entendida como mais importante no momento pela comissão. Um levantamento de áreas e eixos tecnológicos foi proposto pelo grupo e uma reunião com todos os docentes da UNED para apresentar a proposta e criar um grupo de apoio. As áreas definidas foram: Grupo na área de gestão, Grupo na área de engenharia, Grupo na área de informática, grupo na área de ensino médio.

Na reunião do dia 30 de setembro, realizada pela área de engenharia, sobre definição do curso superior e técnico a ser ofertado, foi registrado:

... discutiu-se a criação de engenharia elétrica e/ou mecânica e/ou computação. Porém, conforme diretrizes do INFET, MEC e as pesquisas de mercado, os cursos de engenharias mecânica, elétrica e civil terão preferências sobre outros cursos de engenharia. Considerando essa preferência e a retirada de pauta do curso de engenharia mecânica pelo conselho diretor de Bambuí, ficou definida a possibilidade de ofertar o curso de engenharia elétrica, pois, atualmente, o número de professores com essa formação representa a maioria na UNED. Como não tem professor de engenharia civil, essa ficou descartada. O grupo de engenharia também definiu a possibilidade de se ofertar o curso técnico em eletromecânica”. A reunião seguinte dessa área já promove a implementação desses cursos: alocação de professores, discussão de carga horária, vagas necessárias para integralizar o curso.” (Ata IFMG, 30 de setembro de 2008)

Na ata do dia 6 de outubro de 2008, foi registrado pela coordenadora que

“...o professor ..., discorreu sobre o perfil do corpo docente da UNED ser especializado na parte de software e em seguida sugeriu que, ao invés de oferecer o curso subsequente de redes locais para o exame de seleção do primeiro semestre de 2009, oferecermos o curso de Técnico em Informática, antigo curso de programação comercial. Todos gostaram e aprovaram a ideia”. (Ata IFMG, 6 de outubro de 2008)

Na sequência, a ata datada de 14 de outubro de 2008 registra a matriz curricular do curso sugerido, curso subsequente de técnico em Informática e a divisão das aulas para o 1º semestre de 2009. Em 10 de novembro de 2008, houve uma reunião com a área de técnico em Informática sobre a oferta do curso de Bacharel em Sistema de Informação. A reunião alertou sobre a necessidade de abertura de cursos antecipadamente, pois em 2010 haveria mudanças e ficaria mais difícil abrir novos cursos. Ficou definido que seria necessária uma infraestrutura mínima e novos professores para a abertura do curso.

Em 02 de dezembro de 2008, a comissão de elaboração do plano de implantação de novos cursos reuniu-se na sede da Unidade do CEFET Bambuí em Formiga para encerrar o relatório final da comissão e o relatório foi entregue. Segundo a ata, o trabalho da comissão consistiu em solicitar a cada uma das áreas definidas anteriormente um parecer sobre cursos a serem ofertados. Posteriormente, esse parecer foi analisado pela comissão, analisando tanto a viabilidade de pessoal e estrutura física quanto a relevância do curso para o município e região. Percebe-se que foi priorizada a integração e verticalização do ensino, assim como visam as finalidades do IFMG.

Mas, percebe-se que as decisões tomadas pelos grupos antes de enviar à referida comissão foram definidas sem um respaldo técnico ou análise local, pelo menos do que consta em atas.

No relatório da comissão de “Planejamento Institucional da UNED de Formiga do CEFET – Bambuí”, entregue em dezembro de 2008, são apresentados dados relativos à região de Formiga. Esta comissão considerou como região de Formiga as seguintes cidades: Formiga, Arcos, Oliveira, Córrego Fundo, Pains, Pimenta, Iguatama, Santo Antônio do Monte, Pedra do Indaiá, Itapeçerica, Candeias, Campo Belo, São Francisco de Paula, Santana do Jacaré, Aguanil, Cristais. Os dados analisados são relativos à realidade educacional e econômica da região. Segundo este relatório existia uma escassez significativa de matrículas no ensino médio, de forma acentuada no ensino técnico, sendo que este não era oferecido na rede pública até o momento. A comissão informa que organizou reuniões com os diversos grupos recém-formados na instituição, envolvendo, assim, todo o corpo docente. A comissão analisou as sugestões de cada grupo tendo em vista a relevância dos cursos a serem implantados para o desenvolvimento da região em torno da cidade de Formiga,

O relatório consta que, no segundo semestre de 2008, funcionavam na instituição os cursos: técnico em Informática – redes locais, Curso técnico em Informática – Redes e Manutenção, Curso técnico em Gestão Comercial, Curso técnico em Informática –

programação para internet, Curso de Bacharelado em Licenciatura em Matemática. O número de estudantes atendidos era 126. Conforme mencionado, os grupos de trabalho definidos foram em relação à área de formação docente: grupos de matemática, grupo de educação geral, grupo de informática, grupo de gestão, grupo de engenharia.

A proposta do grupo de matemática foi a licenciatura em matemática, que, no momento, já funcionava no campus. Conforme relatório da comissão, essa atendeu a uma exigência do Governo Federal. O grupo de educação geral propôs a criação de 3 cursos técnicos integrados. Importante ressaltar que consta do relatório que a criação de 2 ou 3 cursos demandariam o mesmo quantitativo de professores da área propedêutica. O grupo de gestão propôs a criação do curso superior em Tecnólogo em Finanças, nesse momento já programado para iniciar em 2009, além do curso técnico em administração, que poderia ser integrado e/ou pós-médio. O grupo de engenharia propôs a criação de um curso técnico em eletromecânica e de um curso superior em engenharia elétrica. Por fim, o grupo de informática propôs que fosse ofertado o curso técnico em informática – programação comercial, passando a ser um curso integrado após a contratação dos professores da área propedêutica.

Após consolidadas as sugestões apresentadas à comissão, considerando receber 32 vagas, foi definido: 1) curso de licenciatura em matemática (continuidade); 2) Curso superior de tecnólogo em finanças (início para primeiro semestre de 2009); 3) Curso superior de engenharia elétrica (início para primeiro semestre de 2009); 4) Curso superior em sistema de informação (não menciona o início); 5) Curso integrado de informática (não menciona o início); 6) Curso integrado em administração (não menciona o início); 7) Curso integrado em eletromecânica (não menciona o início). A comissão ressalta que à medida que os cursos forem implantados, outros poderão ser ofertados.

Percebe-se que a definição dos cursos iniciais seguiu as características do corpo docente que solicitou remanejamento no início do CEFET campus Bambuí para a UNED Formiga. Como o objetivo era otimizar a estrutura física e o quadro de pessoal da instituição, possibilitando a verticalização da educação, a área de atuação desses foi determinante para a linha definida de cursos. Outro fator determinante foram os cursos definidos por Bambuí na extensão Formiga e, conseqüentemente, as decisões impostas por esse, conforme descrito anteriormente.

Após este relatório, houve poucas informações registradas sobre implementação de novos cursos. No dia 05 de maio de 2009, os professores da área de gestão fizeram um levantamento de quais cursos poderiam ser oferecidos pela área. A professora Wanderci

lembrou a todos a importância de o IF atender às demandas locais. Os cursos sugeridos foram: Gestão de negócios, Turismo Sustentável, Gestão em Empreendimento, Finanças empresariais, Gestão de Projetos. No dia 03 de julho, esse mesmo grupo voltou a conversar sobre implantação de cursos, com discussão sobre a oferta do Bacharelado em Administração. A professora Wanderci pediu aos professores para falar sobre a possibilidade de se abrir curso e quando este deveria ser ofertado. Os professores relataram a preocupação com infraestrutura do campus, até que ocorra a mudança para o novo campus e propôs a oferta em 2011. Após discussão, todos os presentes concordaram que o mais prudente seria abrir o curso para vestibular em 2011.

Em reunião realizada no campus de Formiga no dia 07 de novembro de 2009, o professor E01, então diretor da instituição, cita:

...a pesquisa realizada junto a associações empresariais do município, que balizou a escolha dos cursos oferecidos no campus. Inicialmente os cursos sugeridos foram técnico em mecânica industrial, logística e gestão de qualidade. A proposta do curso de engenharia resultou da missão do projeto de criação dos institutos federais. A tramitação do levantamento dos cursos junto ao Conselho diretor do então CEFET Bambuí foi alterada por este conselho. O relato teve como objetivo informar que os cursos foram definidos com embasamentos e não por vontade individual.” (ATA IFMG 7 de novembro de 2009)

Uma reunião realizada em 18 de dezembro de 2009 pelo colegiado de gestão financeira relata que, após um levantamento na região para cursos técnicos em gestão, ficou registrado que não existia demanda para técnico em administração, não sendo identificado como demanda real. No levantamento de documentos não foi encontrado nenhum relatório ou documento similar sobre a informação. Como era uma obrigatoriedade a oferta de cursos técnicos, um curso deveria ser ofertado. Os presentes colocaram suas preocupações em ofertar cursos técnicos sem demanda. Mas foi definido que a área iria oferecer o curso de “serviços públicos”.

Como não foram registrados maiores detalhes sobre a pesquisa citada na ata, pedi informações ao professor Lélis Pedro de Andrade, que participou do levantamento. Ele informou que

Este levantamento de demanda que consta em ata foi feito por nós três (*se referindo a mais dois professores da área de gestão: Anderson e Alisson*). Lembro que a gente se dividiu para ir aos municípios na microrregião de Formiga, e infelizmente a resposta mais obtida com representantes das empresas foi a de que não tem demanda por estudantes dos cursos técnicos em Administração, pois eles já contratam administradores para as vagas que eles apresentavam na época. Por outro lado, disseram que tinham demanda por estudantes de cursos técnicos na área de informática. Foram poucas empresas que pesquisamos, e para uma conclusão sobre isso deveríamos ter feito um levantamento maior, mas não tínhamos muito tempo e recursos na época, e

decidimos abrir o curso técnico em Administração assim mesmo, que é o curso mais procurado pelos alunos, se não me engano, mas acredito que a maioria deles tem o objetivo de seguir para o ensino superior, em vez de procurarem vagas profissionais somente com o nível de técnico. Não lembro de termos feito relatório formal, somente fizemos visitas e relatamos verbalmente nas reuniões. Andinho foi comigo em algumas cidades e também pode lhe dar mais informações, se precisar.” (Entrevista Prof. Lélis, 2023).

A conclusão de que não havia demanda para Técnico em Administração, que foi aberto porque era “o curso mais procurado” (para Ensino Superior), prova que a decisão é orientada pela demanda utilitária do aluno (via de acesso à universidade) e não por uma análise séria do APL (Racionalidade Substantiva).

A escolha de Licenciatura em Matemática baseada na otimização de professores e as escolhas de Engenharia/Finanças baseadas em diretrizes do MEC/INFET e quadro docente existente, é uma prova da racionalidade instrumental e Burocrática nas decisões. Prova o insulamento decisório o cálculo de custo/eficiência e a prevalência do interesse interno (o que é fácil oferecer) sobre a demanda social.

O Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão do campus reuniu-se em 22 de dezembro de 2009 para aprovação dos cursos que seriam ofertados em 2010: Proposta aprovada pelo conselho: Curso técnico em Informática para a internet, Curso técnico em eletrotécnica, Curso Técnico em serviços públicos, Licenciatura em Matemática.

Após a análise dos cursos, traçamos um panorama geral dos estudantes do IFMG campus Formiga. O campus apresenta um total de 3840 estudantes, desse total 30,86% (1185) são estudantes dos cursos técnico integrado de Administração, Eletrotécnica e Informática e, 69,14% (2655) estão nos cursos de ensino superior, Matemática, Ciências da Computação, Engenharia Elétrica e Administração.

Observando os estudantes matriculados nos cursos técnicos integrados, em relação a sua origem, eles estão distribuídos em 21 cidades diferentes de apenas dois estados: Minas Gerais (1.179 estudantes) e Bahia (um estudante). A Tabela 3 apresenta a distribuição do quantitativo de estudantes por cidade natal.

A maioria dos estudantes são da cidade de Formiga, correspondendo a 76,54% do total. Em seguida temos as cidades de Córrego Fundo (7,76%), Santo Antônio do Monte (3,63%), Pais (3,46%) e Arcos (2,68%). As demais cidades registradas, que somam 16 cidades, representam 5,82% do total de estudantes (Tabela 3).

Embora seja uma instituição Federal com missão Regional, em nível do Ensino Médio, o campus atua, na prática, majoritariamente como uma escola de excelência para a demanda

local. A barreira da distância pode ser um fator preponderante considerando-se a idade do público do ensino médio (adolescentes de 14-17 anos). Córrego Fundo é um caso de sucesso de integração regional. Considerando que o município tem cerca de 6.000 habitantes (veja quadro 8), ter 92 (7,76%) estudantes no IFMG indica uma altíssima penetração proporcional. A proximidade geográfica facilita o movimento pendular.

Tabela 3 - Cidade natal dos estudantes do ensino médio integrado - IFMG Campus Formiga

	Cidade	Quantidade de estudantes	%
1	Formiga	907	76,54%
2	Córrego Fundo	92	7,76%
3	Santo Antônio do Monte	43	3,63%
4	Pains	41	3,46%
5	Arcos	33	2,78%
6	Lagoa da Prata	18	1,52%
7	Pedra do Indaiá	14	1,18%
8	Itapecerica	9	0,76%
9	Guapé	7	0,59%
10	Divinópolis	5	0,42%
11	Abadia dos Dourados	2	0,17%
12	Piumhi	2	0,17%
13	Japaraíba	2	0,17%
14	Carmo do Cajuru	2	0,17%
15	Pimenta	1	0,08%
16	Neolândia	1	0,08%
17	Itabatã (BA)	1	0,08%
18	Iguatama	1	0,08%
19	Contagem	1	0,08%
20	Carmo da Mata	1	0,08%
21	Córrego Novo	1	0,08%
22	Bambui	1	0,08%
	1185	100,00%	

Fonte: Elaborado pela autora com dados do IFMG campus Formiga (2025)

O município de Pains, com muito menos habitantes que Arcos, envia mais estudantes. Isso sugere que cidades menores veem no IFMG uma oportunidade única que cidades de médio porte talvez supram com escolas locais ou mercado de trabalho imediato. Mas, também, deve ser analisado que, atualmente, há presença de um campus na Rede Federal na cidade, mostrando uma eficiência da rede.

O perfil dos cinco municípios com maior número de estudantes, Formiga, Córrego Fundo, Santo Antônio do Monte, Pains, Arcos, delimita o que podemos em um raio que viabiliza a logística. Estudantes do ensino médio integrado dependem de transporte escolar intermunicipal (muitas vezes fornecido pelas prefeituras). A queda abrupta de estudantes de cidades um pouco mais distantes (como Iguatama ou Pimenta, com apenas um estudante cada) indica onde a logística de transporte público/prefeitura falha ou se torna exaustiva demais para o adolescente.

O sistema funciona assim: estudantes de Bambuí estudam em Bambuí, estudantes de Formiga estudam em Formiga. Isso é um indicador positivo de eficiência da Rede Federal.

Na Tabela 3, é evidenciado que, para a modalidade de Ensino Médio Integrado, o IFMG Campus Formiga exerce uma função social predominantemente local, com uma área de influência secundária restrita aos municípios limítrofes (Córrego Fundo e Pains). A participação residual de cidades mais distantes sugere que a interiorização do ensino enfrenta barreiras logísticas concretas (transporte escolar), desafiando o paradigma de Gestão Social a criar mecanismos que integrem esses territórios sub-representados nas práticas pedagógicas e políticas da instituição.

Tabela 4 – Quantitativo de aluno por estado

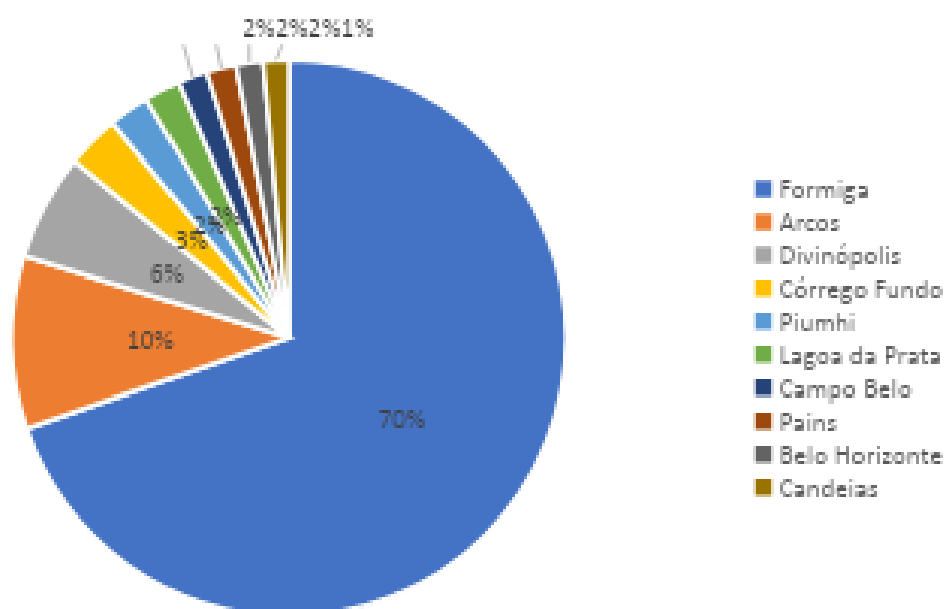
Estado	Quantidade estudantes	Quantidade cidades	%
Minas Gerais	2586	118	97,4%
São Paulo	43	29	1,62%
Rio de Janeiro	7	5	0,26%
Maranhão	4	4	0,15%
Pará	4	3	0,15%
Bahia	3	3	0,11%
Rio Grande do Sul	1	1	0,04%
Piauí	1	1	0,04%
Tocantins	1	1	0,04%
Goiás	1	1	0,04%
Rondônia	1	1	0,04%
Distrito Federal	2	1	0,08%
Espírito Santo	1	1	0,04%
	2655	169	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora com dados do IFMG campus Formiga, 2025.

Ao abrir a análise para a origem dos estudantes dos cursos superiores, temos estudantes de 169 cidades diferentes, distribuídas em 13 estados brasileiros sendo, principalmente, dos estados de Minas Gerais com 1.179 estudantes, representando 97,4% e São Paulo com 43 estudantes, que representa 1,6% (Tabela 4).

Em Minas Gerais, onde se concentra a maioria dos estudantes, as cidades que têm maior quantitativo são Formiga (70%) seguida de Arcos, Divinópolis, Córrego Fundo, Piumhi, Lagoa da Prata, Campo Belo, Pains, Belo Horizonte e Candeias, conforme apresentado no gráfico 1.

Gráfico 1 – Relação de estudantes de Minas Gerais por cidade natal



Fonte: Elaborado pela autora com dados do IFMG campus Formiga (2025)

Temos aqui um retrato da tensão entre a vocação regional e o caráter nacional da Rede Federal. O campus é, indiscutivelmente, uma instituição voltada para o desenvolvimento do estado, o que é esperado e desejável, pois o objetivo primário dos IFs é o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais. Considerando que Minas Gerais tem 853 municípios, o IFMG Campus Formiga recebe estudantes de aproximadamente 14% de todo o estado. Isso demonstra que a marca “IFMG Formiga” rompeu as fronteiras da microrregião (Formiga/Arcos/Bambuí) e atrai estudantes de territórios distantes dentro do próprio estado, sendo um dado poderoso de capilaridade.

O aspecto mais instigante está nos 2,6% restantes (os não-mineiros). A presença significativa de paulistas (mais que todos os outros estados somados) reflete a geografia

econômica. O Sudoeste de Minas tem forte ligação histórica e logística com o interior de SP. Muitos desses estudantes podem vir atraídos pela gratuidade do ensino federal, fugindo das mensalidades das privadas paulistas.

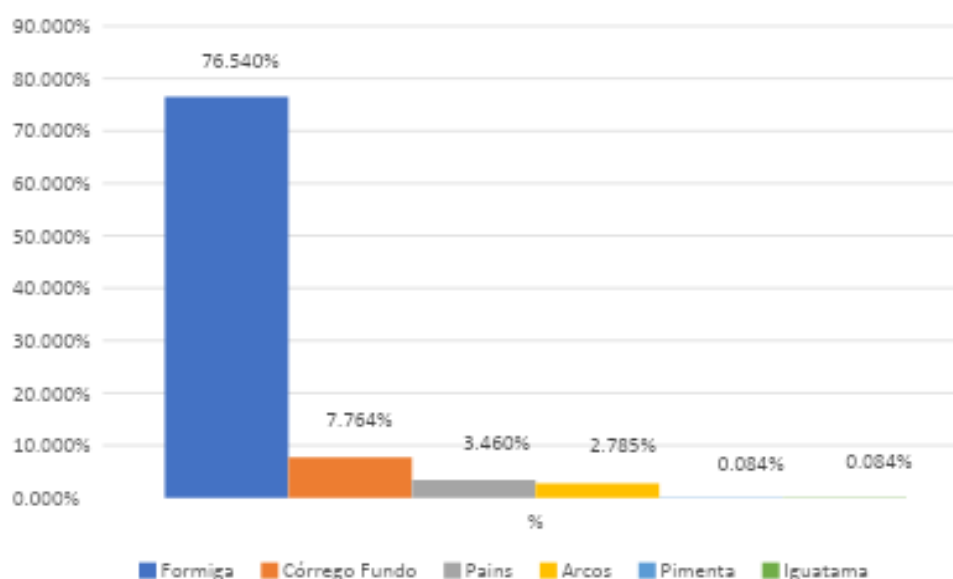
Diferente do Ensino Médio (que é local), o Ensino Superior coloca Formiga no mapa nacional. Um aluno do Pará não vem para Formiga por acaso; ele vem porque a nota do ENEM permitiu e a “marca” Instituto Federal oferece garantia de qualidade e gratuidade. Para esses estudantes de estados distantes (muitos do Norte/Nordeste), o IFMG representa um projeto de vida e migração em busca de ascensão social através do diploma.

Para aprofundar a análise, propomos a territorialidade no âmbito do IFMG campus Formiga que é delimitada nessa tese, por sua região Imediata (Formiga) seguida da região Intermediária (Divinópolis), proposta pelo IBGE em 2017. Complementar à territorialidade, temos o mapeamento das suas potencialidades que é discutido por meio da obra do Professor Leandro Souza (2023). Seu estudo orienta a análise dos arranjos produtivos em Minas Gerais, enfatizando a integração da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do IFMG com as potencialidades econômicas, sociais e culturais dos territórios.

Considerando-se a regionalização definida (IBGE 2017), no âmbito do IFMG Campus Formiga, o ensino deve estar alinhado preferencialmente à região imediata de Formiga, sendo as cidades de Arcos, Córrego Fundo, Formiga, Iguatama, Pains, Pimenta, Tapiraí e Bambui. Nesse contexto, analisando-se o quantitativo de estudantes com origem nessa região, temos que 90,72% do total de estudantes do ensino médio integrado são oriundos da região imediata (Gráfico 2). Conforme já apresentado na tabela 3, os estudantes são majoritariamente originários da cidade de Formiga (76, 54%). Nesse contexto, a lista é seguida das cidades de Córrego Fundo (7,76%), Pains (3,46%), Arcos (2,78%) e Iguatama e Pimenta com (0,08%).

Essa análise relacionada à cidade natal dos estudantes dos cursos técnicos integrados, revela que o IFMG campus Formiga atende principalmente estudantes locais, Formiga e, regionais, região imediata de Formiga. Isso indica que o IFMG encontra em sua região demanda para tais cursos.

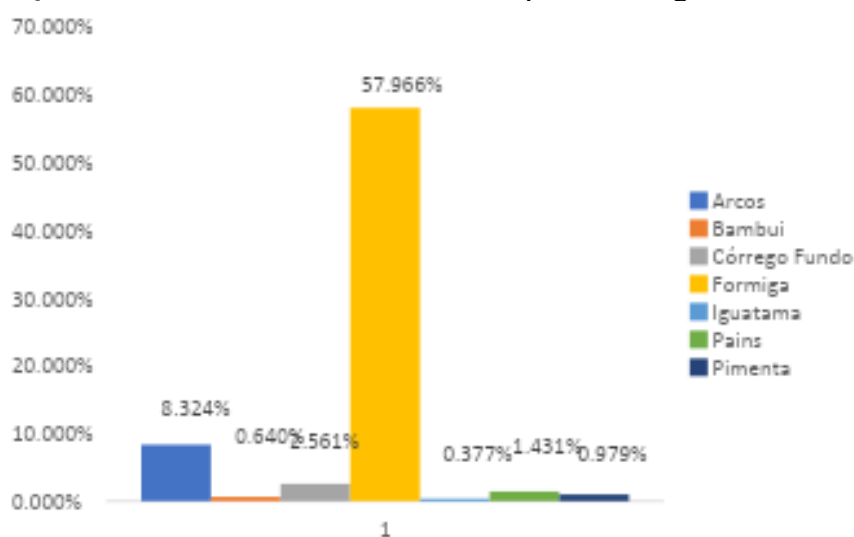
Gráfico 2– Quantitativo de estudantes do ensino médio integrado da região imediata de Formiga



Fonte: Elaborado pela autora com dados do IFMG campus Formiga (2025)

Em relação aos estudantes de nível superior, quando analisados os dados em relação à Região Imediata de Formiga, temos que 72,28% do total de estudantes são oriundos dessa região imediata (Gráfico 3). Nos cursos superiores, a cidade de Formiga também lidera no quantitativo de estudantes, com 57,96% (903 estudantes). Essa lista é seguida das cidades de Córrego Fundo (7,76%), Pains (3,46%), Arcos (2,78%) e Iguatama e Pimenta com (0,08%).

Gráfico 3 – Quantitativo de estudantes do ensino superior da região imediata de Formiga



Fonte: Elaborado pela autora com dados do IFMG campus Formiga (2025)

Quando somado o quantitativo de estudantes de nível médio e superior, que tem origem na região imediata de Formiga, os valores são expressivos em relação ao quantitativo total de estudantes do IFMG campus Formiga (Tabela 5). Isso mostra que tais cursos ofertados têm encontrado demanda local e regional.

Tabela 5 - Quantitativo de estudantes da região imediata de Formiga

Quantidade de aluno	Ensino médio	%	Ensino superior	%	Total Geral de estudantes	%
Por nível de ensino	1185	30,86	2655	69,14	3840	100
Região imediata de Formiga	1075	27,99	1919	49,97	2994	77,96
Outras regiões	110	2,86	736	19,17	846	21,98

Fonte: Elaborado pela autora com dados do IFMG campus Formiga (2025)

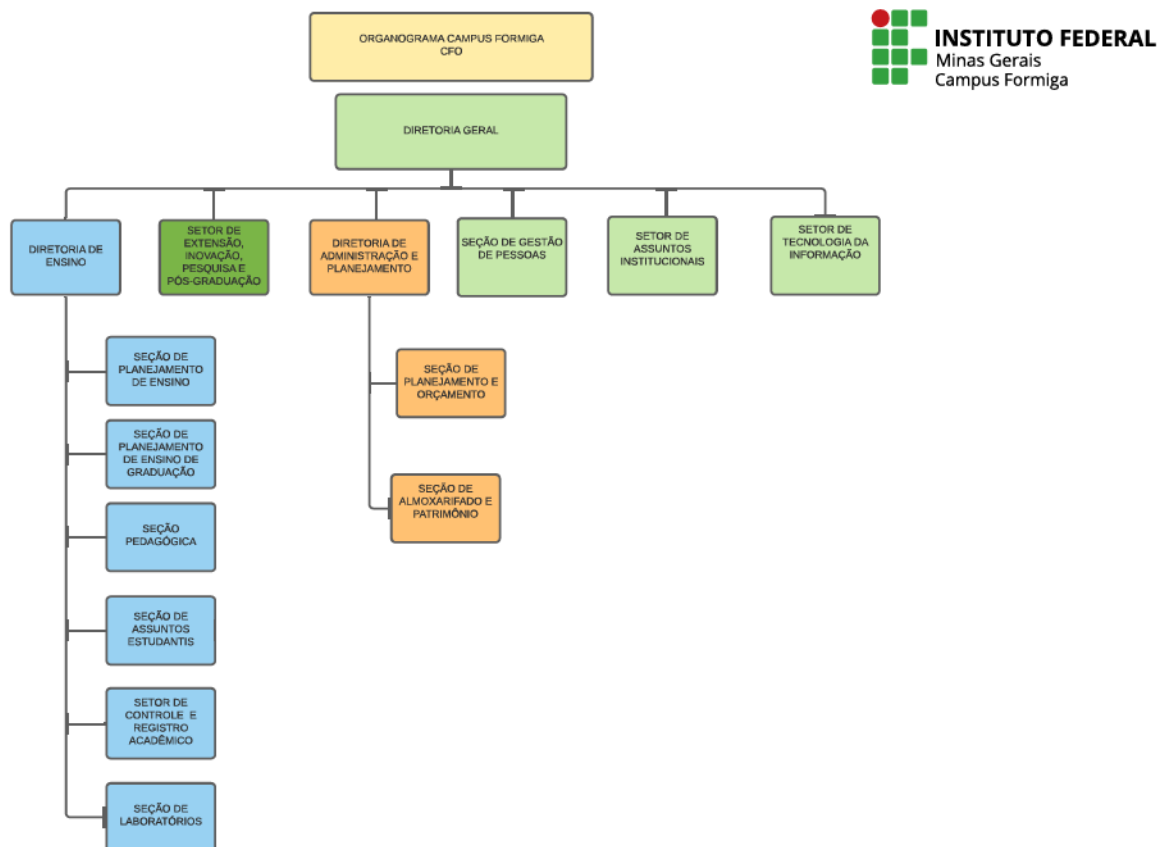
Diante desse contexto buscamos identificar qual o nível de empregabilidade e emancipação social os estudantes alcançam, pois a ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, deve ser orientada ao fortalecimento de arranjos produtivos voltados ao setor econômico junto aos setores sociais e culturais, levando em consideração um mapeamento das potencialidades regionais.

4.3.1 IFMG Campus Formiga: Atos Normativos

Para complementar o contexto atual do IFMG campus Formiga, apresenta-se uma análise da estrutura formal de gestão do IFMG campus Formiga. Consideram-se como os principais documentos para elucidar essa gestão: i) o regimento interno (RI), o ii) organograma do campus e iii) o Plano de Desenvolvimento Interno do IFMG (PDI). Esses são documentos burocráticos que representam a racionalidade instrumental e a análise busca contrastar a Burocracia/Instrumentalidade com a Cidadania Deliberativa/Emancipação.

A figura 33 apresenta o organograma da instituição, aprovado pela resolução nº 02 de 12.

Figura 33 – Organograma do IFMG Campus Formiga



Estrutura organizacional do IFMG Campus Formiga aprovada conforme Resolução nº 2 de 12 de março de 2021

Fonte: Brasil (2026).

Iniciamos nossa discussão com o PDI, IFMG (2019-2023), o instrumento legal de planejamento e gestão do IFMG que apresenta a direção estratégica da instituição para um período de cinco anos, além de ser um requisito legal da instituição junto ao MEC.

Conforme apresentado no PDI, este documento foi elaborado para definir as direções estratégicas para a Instituição no período de cinco anos, de 2024 a 2028. O planejamento foi construído de forma coletiva com a comunidade acadêmica, buscando sua consolidação com a educação pública de qualidade e o desenvolvimento socioeconômico da sua área de abrangência. É importante discorrer que o PDI foi realizado utilizando o *Balanced Scorecard* (BSC), que é uma metodologia que traduz a missão e a visão das organizações em um conjunto abrangente de medidas de desempenho. Dentre as medidas, destacamos a perspectiva em relação ao estudante e à sociedade.

Dentre os objetivos, temos a otimização e a eficiência acadêmica dos cursos com indicadores de evasão e progressão e melhorar a ocupação de vagas, sendo essa a relação inscritos/vaga. Esse foco em métricas quantitativas de desempenho e ocupação é típico da

gestão utilitária, que vê o aluno como um output eficiente. Em relação aos processos internos, podemos exemplificar com o objetivo de aprimorar a gestão estratégica, a governança e a identidade organizacional para apoio ao processo de decisão. Ao fortalecer a capacidade burocrática de gestão e controle, a cidadania deliberativa acaba sendo também um objeto de controle. Por fim, a perspectiva das pessoas e do conhecimento busca promover a gestão por competências para a formação de lideranças e desenvolvimento de talentos. Nesse sentido, a gestão de pessoas é vista como um recurso a ser otimizado por competências, sendo uma visão puramente instrumental/gerencial.

Ao analisar o documento, é possível perceber a presença tanto da racionalidade instrumental quanto da racionalidade substantiva. O próprio documento é um modelo de burocracia, uma vez que apresenta indicadores e metas de desempenho, uma forma racional de organização que apresenta previsão e controle. Compreende-se que é necessário parâmetros para o desenvolvimento da organização conforme exposto por Abrucio e Loureiro (2018), sendo a burocracia o meio que assegura a sua manutenção a longo prazo. Mas é importante não perder de vista a racionalidade substantiva.

O PDI é guiado pela visão, missão e valores da Instituição, um discurso de racionalidade substantiva, defendida por Habermas e pela emancipação Freiriana. Esse discurso se alinha ao ideal da Gestão Social quando define propósitos que demandam juízo ético e social como “Ser referência...socialmente inclusiva e articulada com as demandas da sociedade”, “Ofertar ensino, pesquisa e extensão...focando na formação cidadã e no desenvolvimento regional” e “Diversidade, Equidade, Ética, Inclusão, Inovação, Sustentabilidade e Transparência” (IFMG, 2024 p.164).

Em relação à organização administrativa e governança apresentadas no capítulo 3 desse documento, a estrutura organizacional do IFMG é uma obrigatoriedade legal, fundamentada na Lei nº 11.892/2008 e no Decreto nº 9.739/2019, que visa à eficiência organizacional, além de dispor sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (SIORG), facilitar a gestão de recursos humanos, a transparência e acesso à informação e o apoio à tomada de decisão. Essa hierarquia e normatização é uma característica clara da burocracia com foco na eficiência, não possibilitando espaços inclusivo para diálogo.

O PDI apresenta a inserção regional do campus IFMG Formiga, reconhecendo a importância de conhecer a realidade local de atuação de forma contínua, sendo esse um espaço de constante mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas. “Esse conhecimento possibilita que a sociedade e o Instituto estabeleçam uma relação dialógica transformadora da

realidade, capaz de alinhar conhecimento local ao desenvolvimento socioeconômico regional e nacional (IFMG, 2024 p.48)”. As informações apresentadas na seção são fruto de pesquisas realizadas pela própria instituição:

Os dados sobre regionalidade (região), territorialidade (território), arranjos produtivos, sociais e culturais locais (APLs), direta ou indiretamente articulados aos municípios, constituem ponto de partida para o planejamento, orientação da oferta formativa e mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico pelas unidades do IFMG.

Esse reconhecimento apresentado pelo IFMG se aproxima da Gestão Social, sendo um dos norteadores dessa tese. O desenvolvimento regional, em uma perspectiva humana, busca retirar o desenvolvimento da racionalidade instrumental para uma racionalidade substantiva, ou seja, retira a foco econômico e coloca nas pessoas.

É importante destacar que existe um discurso de cidadania deliberativa que se contrapõe ao discurso de insulamento burocrático descrito. Esse processo se caracteriza ao seguir um processo participativo para a construção do PDI envolvendo toda a comunidade acadêmica. A participação da sociedade se deu por meio da Gamificação, uma consulta pública *Game of campi* que levantou informações sobre pontos fortes e fracos. Ao todo, foram geradas mais de 40 mil contribuições e mais de 2 milhões de interações.

Esse fato demonstra o compromisso da comunidade com o fortalecimento institucional e garante que o planejamento é fruto de uma construção coletiva, transparente e robusta. Além disso, compreende-se que a cidadania deliberativa já é uma realidade na instituição como prática formal.

A Portaria nº 17/2014 institui o RI do IFMG-Campus Formiga. O RI é o conjunto de normas que complementa o Regimento Geral e as disposições estatutárias, disciplinando as atividades administrativas e acadêmicas do Campus (p.2), sendo o Regimento Geral um documento institucional válido para todo o IFMG.

O RI, assim como os demais documentos, operacionaliza a burocracia na organização, sendo sua característica marcante a hierarquização, ou seja, uma organização transparente. Conforme observado, existe uma hierarquia de comando, em que a administração é feita pela Direção-Geral, Diretorias Sistêmicas (Administração e Planejamento, Ensino, Extensão, Pesquisa e Pós-graduação) e Coordenações (RI, p. 2,6,7).

Fica evidenciado, no decorrer do documento normativo, que o Diretor-Geral tem ampla autoridade, incluindo a designação de servidores para cargos, dirigir e orientar as atividades,

supervisionar e avaliar planos e exercer o poder disciplinar. Os Diretores Sistêmicos e Coordenadores são indicados pelo Diretor-Geral (RI p.3,9,10).

A impessoalidade e a legalidade são características que predominam entre as competências requeridas dos setores pelo RI. O estrito cumprimento da legislação em uma visão burocrática busca promover o formalismo e a previsibilidade das ações dos servidores envolvidos. Essa estrutura é classicamente hierárquica e top-down, o que, na prática, favorece a racionalidade instrumental, focando em normas e controle e, o insulamento burocrático caracterizado pelas decisões centralizadas na Direção, dificultando a dialogicidade e a emancipação.

É o RI que define a governança e deliberação, uma vez que delimita a estrutura e a função de cada órgão. Assim, ele pode tanto dar espaço à dialogicidade e à emancipação quanto romper com a cidadania deliberativa.

Em relação aos órgãos colegiados, O *Campus* possui o Conselho Acadêmico, os Colegiados de Curso e a Assembleia de Área (RI, p.3). O Conselho acadêmico é o principal órgão consultivo e deliberativo, responsável por colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo e zelar pelas políticas do IFMG (p. 5).

É importante destacar que o Art. 11 estabelece que “As decisões da Assembleia de Área têm forma de recomendações para a Diretoria de Ensino (RI, p.4)”. Participam dessas assembleias todos os professores efetivos. Assim, percebe-se que o documento normativo limita a participação dos professores no processo gerencial, sendo a participação limitada e consultiva, em vez de um exercício pleno da Cidadania Deliberativa, em que a vontade coletiva deve ter poder decisório.

E, por fim, o Diretor-Geral pode tomar decisões em situações de urgência *ad referendum* (sujeitas à ratificação posterior) do Conselho Acadêmico, concentrando o poder de ação imediata na Direção.

O tripé ensino, pesquisa e extensão, previsto na Lei de criação dos IFs como missão social e emancipadora, projetando desenvolvimento local e regional, é previsto no capítulo III (RI, p.39) subordinado à Diretoria de Extensão, Pesquisa e Pós-graduação. Nesse aspecto, o discurso de racionalidade substantiva se faz presente. A extensão que pode ser considerada o “braço social” tem como competência, dentre outras, promover a interação tecnológica instituição-empresa-comunidade, buscar apoio externo para projetos e realizar pesquisa para manter atualizados os projetos pedagógicos, verificando a sintonia com as peculiaridades locais e regionais. A pesquisa que deve ser desenvolvida buscando o desenvolvimento regional é

responsável por fomentar a cultura de Inovação e empreendedorismo e manter a articulação com órgãos e agentes de fomento (p. 40).

Ainda sob a gerência dessa diretoria, temos a assistência estudantil, um setor que visa ao favorecimento da permanência do estudante, minimizando a evasão, e elabora projetos que viabilizam a formação integral e a inclusão social.

Embora o discurso de Gestão Social esteja presente no RI, buscamos questionar: A estrutura burocrática e hierárquica permite que as práticas de Extensão e Pesquisa sejam, de fato, dialógicas e substancialmente voltadas à comunidade, ou elas são sufocadas pela lógica instrumental de relatórios de desempenho e cumprimento de normas conforme impõe a burocracia?

Em complemento ao RI, temos a Portaria nº 44, de 10 de abril de 2018, que promove alterações significativas nos artigos 7º, 8º, 19º e 20º. As mudanças concentram-se na Assembleia de Área, um dos órgãos colegiados, e representam um movimento claro de descentralização do poder e fortalecimento da gestão democrática e deliberativa no Campus, o que é fundamental para a Gestão Social. As mudanças-chave afetam a forma como a Assembleia de Área é presidida e composta, e, mais importante, o seu poder de decisão.

No Art. 7º, a presidência dessa assembleia passa a ser feita por um docente indicado pela maioria simples dos docentes da área. Isso reforça a cidadania deliberativa, pois a liderança é transferida de um cargo puramente hierárquico-burocrático para uma escolha democrática e horizontal pelos próprios pares, aumentando a autonomia da Assembleia.

Art. 19º amplia a participação, permitindo a participação dos professores substitutos da área, além dos efetivos. Amplia o corpo de membros com direito a voto, incorporando os professores substitutos significa maior pluralidade e base para o diálogo.

Por fim, o art. 20º adiciona o inciso VII: Competência para “Deliberar sobre e realizar os trâmites necessários referentes ao Plano Individual de Trabalho Docente (PIT)”. Este é o ponto mais forte sendo o PIT o documento central que define as atividades de cada professor (ensino, pesquisa e extensão). A Assembleia de Área ganha o poder de deliberar sobre ele, o que significa que o controle sobre a execução do trabalho e a distribuição de horas/tarefas migra do controle individual e superior (burocrático) para a decisão coletiva (deliberativa).

A evolução normativa que o RI apresenta alinha-se aos princípios da Gestão Social e da Cidadania Deliberativa, pois enfraquece o controle burocrático hierárquico ao transferir o poder de liderança e o controle sobre o principal instrumento de trabalho dos professores (o PIT) para a coletividade docente (a Assembleia de Área). Outro ponto é a transição de consulta para

Deliberação, ao conferir à Assembleia de Área um poder de deliberação (decisão) mais concreto, em oposição ao poder de “recomendação” que era característico das estruturas mais burocráticas (Art. 11 da Portaria nº 17/2014). Por fim, pode ser destacado o fortalecimento da autonomia docente, o ato de “deliberar” sobre o PIT, que deve estar alinhado à Resolução 56/2017, forçando o diálogo entre os pares e a responsabilidade coletiva sobre as atividades (Ensino, Pesquisa, Extensão). Este documento apresenta evidência normativa de que o IFMG, no ano de 2018, tentou superar o insulamento burocrático, dando maior poder de decisão aos seus órgãos de base – o que, na prática, pode ou não ter sido efetivo.

Após analisado o Regimento Geral, que estrutura os princípios em nível macro, todo o IFMG, passamos ao regimento interno, que visa detalhar esse processo em nível do campus Formiga, buscando suas particularidades dentro de um contexto maior. Nesse contexto o organograma é a representação visual dessa estrutura formal da organização, e ele revela o grau de centralização e a lógica sistêmica vigente.

O modelo apresentado pelo campus Formiga é tipicamente burocrático e funcional, o que reforça a racionalidade instrumental em vários níveis, apresenta estrutura verticalizada em que o poder flui claramente do topo. A Diretoria Geral está no ápice e delega autoridade para as Diretorias Sistêmicas: Ensino, Administração e Planejamento, e Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação. Essa estrutura favorece a rapidez e a previsibilidade nas decisões, mas dificulta o exercício da cidadania deliberativa.

Outro ponto que pode ser destacado é que a separação funcional, com ênfase nos meios, demonstra que o *Campus* está altamente organizado pela Racionalidade Instrumental, em que o foco principal está na eficiência operacional e no controle financeiro e legal, o que é um subproduto da dominação legal-racional.

Por fim, destacamos que a Diretoria de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação é tratada como um braço sistêmico, mas com os setores de apoio (Assistência Estudantil) subordinados à gestão acadêmica (Pesquisa e Pós-Graduação). A Assembleia de Área — que é a instância de deliberação dos professores — está diretamente subordinada à Diretoria de Ensino. Essa subordinação estrutural sugere que, em 2014, o poder deliberativo da base (Assembleia de Área) e a função social (Extensão e Assistência Estudantil) estavam sujeitos à lógica das Diretorias Sistêmicas. Isso cria a tensão: a estrutura burocrática e funcional é o desafio que a Gestão Social e a Cidadania Deliberativa precisam superar para horizontalizar as decisões

Em suma, podemos dizer que o Organograma é a representação gráfica do modelo burocrático, em que a eficiência e a hierarquia (Racionalidade Instrumental) estruturam a

organização, e a deliberação (Cidadania Deliberativa) deve lutar por espaço contra a rigidez do sistema.

4.3.2 DRPE IFMG Campus Formiga

A voz da comunidade interna do IFMG, servidores, estudantes e egressos foi analisada de forma qualitativa, buscando compreender que perspectiva os envolvidos têm dos assuntos da instituição, sobre a própria contribuição nesse processo, além da percepção de emancipação.

Erguer o diálogo da comunidade acadêmica por meio do DRPE, com técnicas que promovem a reflexão crítica, foi um momento importante e singular, pois foi possível perceber que os envolvidos buscam mudança, mas precisam de um impulso para se movimentar. As atividades buscaram compreender aspectos históricos, estruturais, sociais e organizacionais do campus, valorizando o protagonismo desses participantes.

A análise do DRPE foi realizada a partir do “Relatório do Diagnóstico rápido participativo emancipador (DRPE): IFMG - Campus Formiga”. Esse documento foi estruturado conforme propõe Pereira (2017). Por meio dessa metodologia participativa, buscamos analisar, de forma empírica, a gestão dessa instituição, compreendendo a realidade local e identificando oportunidades para o desenvolvimento institucional. Esse documento rico em detalhes devido a sua abordagem qualitativa, permite compreender a temática na perspectiva da própria comunidade, fazendo um aprofundamento sobre a cidadania deliberativa, engajamento social e emancipação na instituição.

O relatório foi construído por meio de análise de conteúdo. Assim, foram definidas categorias que refletem os principais eixos da discussão e a preocupação dos participantes. Após essa análise, foi realizada a triangulação das informações para aprofundar ainda mais o estudo.

A infraestrutura foi o tema mais proeminente e transversal na discussão, revelando uma carência significativa de espaços adequados e a necessidade urgente de reformas e ampliações do espaço. A triangulação de informações demonstra que a infraestrutura é o “calcanhar de Aquiles” do campus, afetando diretamente a qualidade de vida, a permanência e o sentimento de pertencimento dos estudantes e servidores. Nesse sentido, a percepção da comunidade está alinhada com a necessidade de investimentos robustos e planejamento.

... os alunos não possuem um lugar de lazer e por isso ficam espalhados pelo campus, ... esse é o “calcanhar de Aquiles” do campus. Assim, ainda que os alunos passem boa parte do dia no campus, não há um espaço destinado à convivência, lazer e descanso desses. Isso influencia negativamente no

sentimento de pertencimento dos alunos, bem como na própria permanência (RELATÓRIO DRPE Campus Formiga, 2025, p.17).

Um dos fatores que colaboram para esse tema é a estrutura inicial do IFMG. Os participantes explicaram que o prédio inicial foi cedido pela prefeitura quando o IFMG ainda era uma extensão do CEFET Bambuí e apresentava condições precárias de trabalho, principalmente na área externa do prédio. O uso do prédio seria até o término da obra da sede oficial. Durante o processo de construção, a obra foi embargada, pois a estrutura começou a ceder, e até hoje se mantém sem solução. Como única alternativa viável, a sede que antes era temporária foi melhorada aos poucos e se tornou a sede oficial do campus Formiga.

A construção desse prédio foi feita na gestão do prefeito Aluísio Veloso, conforme discutido na análise crítica de discurso. Feita com verba federal destinada ao município, a construção recebeu, inicialmente, o CEFET Bambuí extensão Formiga e era um espaço adequado à demanda.

Outros pontos levantados foram: a falta de um restaurante universitário, revelando uma necessidade básica não atendida e que impacta diretamente a permanência estudantil; o fechamento de uma das portarias, em razão da pandemia e do corte de recursos e, segundo os participantes, a comunidade acadêmica precisa se deslocar e “entrar pela porta dos fundos”; a falta de ar-condicionado nas salas, uma quadra e um auditório.

A comunicação e a imagem institucional foram o segundo tema mais recorrente, percebida pelos participantes como deficientes. Nesse sentido, pontuam que a visibilidade e o reconhecimento do IFMG na comunidade externa emergem como um desafio significativo, influenciando a captação de estudantes e o apoio da comunidade local. Soma-se a esse fato a comparação desfavorável com a UNIFOR e o preconceito contra o ensino federal. Esses fatores indicam que o IFMG precisa de uma estratégia proativa para se posicionar na cidade.

A triangulação aponta que essa lacuna na comunicação institucional impede o reconhecimento da qualidade do ensino e da relevância do IFMG pela população local. Há uma precedência de que a instituição atua de forma reativa e não proativa na construção de sua imagem pública. Em uma das falas do professor Anderson, ele afirmou “que muitos formiguenses não sabem da existência do campus (DRPE, p.16)”. Em outro depoimento, os professores Patrick e E02 pontuaram que o poder público local desvalorizou a instituição na cidade.

Existe uma comparação entre o Instituto Federal e a faculdade particular da cidade no sentido de que há uma maior promoção para a instituição particular, tornando essa mais bem vista e divulgada. Durante a discussão sobre a ampla

divulgação da universidade privada, foi mencionado que, ao entrar na cidade, é possível ver diversas placas promovendo essa instituição. No entanto, o mesmo não ocorre com o IF, mesmo já tendo junto à prefeitura um projeto para a instalação de placas. Além disso, foi destacado que a quantidade e o tamanho dessas sinalizações são significativamente menores em comparação com a da UNIFOR (DRPE, p.16).

Nesse contexto, é importante confrontar esse resultado com a análise de discurso, pois, conforme identificado, o IFMG campus Formiga foi uma iniciativa da prefeitura de Formiga. Assim, a visão atual apresentada pelos servidores do campus demonstra uma contradição com a missão inicial proposta pelo órgão público. Considerada, inicialmente, uma revolução na educação, um fomento na educação local com gratuidade e qualidade de ensino, a análise de discurso revelou que essa instituição veio para promover o “desenvolvimento econômico” da cidade de Formiga em uma visão mercadológica. A partir do momento em que a prefeitura não apoia mais o projeto e promove bloqueios e rejeições, a temática deve ser analisada de forma mais aprofundada.

Os professores apontam a Universidade particular da cidade como “favorecida” pelas políticas públicas e, durante a análise de discurso, a tentativa por parte dessa instituição de impedir a vinda do IFMG para Formiga foi relatada por mais de um entrevistado. Nesse sentido, percebe-se que o mercado local de ensino privado tem grande influência nas decisões que impactam a cidade, demandando do IFMG maior esforço para se posicionar como parte desse território.

A terceira temática é a permanência estudantil, um problema multifacetado que transcende o apoio financeiro. As dificuldades de acesso (transporte, localização), a defasagem dos estudantes e a falta de espaços adequados (infraestrutura) são barreiras significativas. Para Guilherme, pedagogo e pesquisador, “os alunos chegam com defasagem técnica, e os professores têm que nivelar esses alunos aos alunos que vêm das escolas privadas... complementa que o sistema de ensino é diferente, deixando de privilegiar o sistema “ENEM” para pensar a formação dialógica do aluno (RELATÓRIO DRPE Campus Formiga, 2025, p.16)”.

Na perspectiva do aluno, Ana conta sua experiência diária, afirmando que o pai precisa trazê-la todos os dias e que, caso venha a pé, passa por bairros perigosos da cidade, o que a família tenta evitar. Para os estudantes, a localização do campus parece ser um grande problema. Vários estudantes relataram que são de regiões opostas ao Instituto e são dependentes dos pais ou do transporte público para se locomoverem até a instituição. Em relação ao transporte público, disseram que é precário. Não há uma boa disponibilidade de horários ou uma rota própria para o campus.

Quando analisada essa mesma temática na perspectiva dos professores, eles comentam que muitos estudantes desistem dos cursos devido à dificuldade de acompanhar as aulas no IFMG, principalmente porque vêm de escolas com uma base de ensino muito fraca. Além disso, alguns docentes apontam que problemas emocionais dos estudantes também contribuem para a evasão.

O engajamento e a cultura organizacional mostram fragilidades, surgindo como um dos temas mais debatidos. Segundo o professor E02, “a cultura organizacional aqui é fraca, não criaram esse vínculo com a instituição. Esse engajamento é falta de identidade e pertencimento (RELATÓRIO DRPE Campus Formiga, 2025, p.40)”. Há uma percepção de sobrecarga dos professores, falta de tempo e baixa participação em atividades além do essencial. As falas sobre desengajamento de professores, técnicos e estudantes em eventos como a jornada científica revelaram um problema cultural mais profundo: a fragilidade do sentimento de pertencimento e identidade institucional. Isso impacta diretamente a motivação e o funcionamento coletivo da instituição. A aluna Ana afirma:

eu acho que falta engajamento das pessoas nas atividades do campus, como por exemplo, os professores e técnicos não aparecem na jornada científica que é uma vez por ano no campus. Eu como aluna percebo isso, ajudei na organização da última e o que parece é que as pessoas não estão nem aí. Falta engajamento e os profissionais não valorizam o que tem aqui dentro. Se os alunos vissem os professores na abertura da jornada, seria diferente; eles veem os professores como inspiração, então acho que falta isso (RELATÓRIO DRPE Campus Formiga, 2025, p.40).

Segundo os participantes do DRPE, falta clareza sobre o papel de cada ator na construção de um ambiente colaborativo, e o excesso de informalidade nas obrigações contribui para a sobrecarga de poucos e não existem mecanismos institucionais que estimulem a corresponsabilidade.

Em relação à oferta de cursos e o mercado de trabalho, identifica-se que há um desalinhamento. Embora o ensino do IFMG seja de qualidade (altos índices no ENEM), o mercado local nem sempre absorve os egressos, especialmente em tecnologia, impulsionando a mudança dos estudantes para outras cidades. Há uma tensão entre a formação teórica/técnica e a demanda do empresariado local por “mão de obra pronta”, além da concorrência com outras instituições que ofertam cursos profissionalizantes. A resistência em adaptar a oferta (ex: EAD) e a baixa participação docente nos PDIs são consideradas obstáculos.

Essa discussão é muito importante, porque a oferta dos cursos parte das áreas acadêmicas – reunião da área que vê a área historicamente falando – reúnem as áreas e os professores e eles pensam o que vão fazer – no último, a

engenharia colocou vários cursos e nenhum deles não iniciaram e depois não houve desdobramento para que isso acontecesse (RELATÓRIO DRPE Campus Formiga, 2025, p.??)

A percepção de que a cidade não oferece oportunidades para os egressos qualificados é um fator que impulsiona a saída dos estudantes (RELATÓRIO DRPE Campus Formiga, 2025, p.17). O professor Glaucio avaliou que “o curso que tem mais desistência é eletrotécnico. Vão fazer um estudo se é a dificuldade própria do curso ou se é a questão de empregabilidade (RELATÓRIO DRPE Campus Formiga, 2025, p.28)”.

A falta de alinhamento de cursos como mercado local ficou evidente nas falas, como: “Os empresários da cidade não demonstram interesse em contratar estagiários de cursos técnicos durante as férias, e veem o investimento em estagiários de curta duração como um gasto”; “Há uma percepção de que os empresários locais preferem criar sua própria mão de obra a contratar egressos qualificados”, “Para o curso de Informática, apesar da grande demanda no Polo de Inovação, há poucas empresas locais que atuam com tecnologia para absorver os formandos” (RELATÓRIO DRPE Campus Formiga, 2025, p.25-31).

Outros pontos destacados no relatório mostram essa situação:

...O processo de modificação da oferta de cursos é visto como quase que rígido.”

“A participação do campus de Formiga no último PDI foi muito baixa, o que dificulta o alinhamento das decisões com as necessidades atuais”

“Houve propostas de cursos que não iniciaram e não houve desdobramento para que isso acontecesse, indicando lentidão ou falha no processo de planejamento e aprovação. (RELATÓRIO DRPE Campus Formiga, 2025, p.??)

Ainda nesse contexto, destaca-se o argumento do professor Gláucio: “a região de Formiga é predominantemente comercial, diferentemente de outros *campi*, como Congonhas, com mineração, o que limita as oportunidades de empregabilidade específica para cursos como a Engenharia Elétrica”, além de “o Campus Formiga atrair estudantes de fora por causa do SISU, mas a maioria busca aperfeiçoamento fora após o técnico, pois a cidade não oferece oportunidades (RELATÓRIO DRPE Campus Formiga, 2025, p. 42)”.

Nesse sentido, a análise de discurso mostra que os cursos inicialmente foram definidos sem uma compreensão da vocação regional e esse processo continua ao longo do tempo. O próprio relatório do DRPE mostra que essas decisões continuam sendo tomadas sem método adequado.

Quando analisada a relação do Campus Formiga com atores externos e o financiamento, o relatório aponta para alta dependência do Governo Federal e da rede IFMG, com pouca

autonomia e dificuldades na articulação com parceiros externos como empresas de estágio, agências de fomento. Para os participantes, essas agências “desvalorizam” o IFMG:

Guilherme diz que as agências consideram os institutos federais como “universidades de segunda classe”. Patrick concorda e diz que, inclusive, no conselho da FAPEMIG não havia representantes dos Institutos federais. Ele acrescenta que as pesquisas dentro do instituto são feitas com empresas, dizendo que o fomento que advém dessas agências não é destinado para pesquisas tecnológicas e profissionalizantes (RELATÓRIO DRPE Campus Formiga, 2025, p.48).

Quando a comunidade menciona que existe “alta dependência do Governo Federal” e “pouca autonomia”, especialmente em relação ao orçamento pré-definido via CONIF e à gestão de custos/contratos (63), a liberdade e a capacidade de gestão local, embora garantidas pela lei fundacional e pelos estatutos, não se traduzem plenamente na prática do Campus Formiga. Isso pode ser atribuído a mecanismos de rateio orçamentário centralizados (como o CONIF, mencionado no DRPE), a uma cultura institucional que favorece a centralização de decisões na Reitoria ou a uma falta de conhecimento ou de proatividade na captação de recursos próprios e na articulação com parceiros externos em nível local.

A análise apresentada permite inferir que o IFMG Campus Formiga, apesar da qualidade de ensino e potencial de impacto regional, enfrenta um cenário desafiador. Os problemas não são isolados, mas interconectados, como a falta de infraestrutura que afeta a permanência do estudante no campus. A dependência financeira e a burocracia limitam a capacidade de resposta a esses problemas, enquanto a falta de comunicação e alinhamento com o entorno dificulta a captação de recursos e o reconhecimento.

A “voz” do relatório, construída pela coletividade, aponta para uma instituição que, embora valorizada internamente, luta para se consolidar e expandir, necessitando de uma gestão mais dialógica e emancipadora que traduza as demandas em ações efetivas. A prevalência de temas como “infraestrutura”, “permanência estudantil” e “comunicação” nas categorias de prioridade revela os focos mais urgentes para a comunidade.

Em relação a análise triangulada, essa reforça algumas percepções e destaca temas críticos que perpassam as diversas técnicas. Em relação à infraestrutura, existe uma necessidade que é reconhecida como urgente, vista como pilar da permanência e qualidade de vida. A comunicação entre Campus Formiga e a comunidade é um entrave claro para o crescimento e o reconhecimento institucional. A cultura organizacional e o sentimento de pertencimento ao IFMG precisam ser cultivados, especialmente entre docentes e técnicos, para promover maior colaboração e proatividade. Em relação à articulação com o mercado, percebe-se que é

importante a sintonia entre a formação oferecida e as oportunidades locais de emprego, para diminuir a evasão e a busca por qualificação em outras cidades.

As informações do DRPE também foram trianguladas com os documentos oficiais do IFMG campus Formiga, quais sejam, Estatuto do IFMG, o Regimento Interno do IFMG, a Lei nº 11.892/2008 e o Organograma do Campus Formiga. O objetivo é oferecer uma compreensão aprofundada da complexidade da instituição, identificando convergências, complementaridades e, principalmente, as tensões entre a norma e a prática.

A triangulação do DRPE com o Estatuto do IFMG evidenciou a dissonância entre a autonomia formalmente garantida pelo Estatuto e a percepção de dependência e pouca autonomia no Campus Formiga. Além disso mostrou o descompasso entre o ideal de otimização da infraestrutura e a realidade de carências, e entre o compromisso com a qualidade de vida e a sobrecarga diária. Em relação à triangulação do DRPE com o Regimento Interno, percebe-se que fica evidente a distância entre a vasta estrutura formal de participação e colegiados prevista no Regimento e o baixo engajamento e a desarticulação percebidos, além de confirmar a tensão entre o direcionamento para a pesquisa aplicada, a relevância regional e o desalinhamento com o mercado, bem como a ineficácia na comunicação com a comunidade externa.

A análise com a Lei nº 11.892/2008 destaca a contradição fundamental entre a autonomia e as finalidades de desenvolvimento regional estabelecidas pela Lei e a percepção de dependência orçamentária, além do desalinhamento de cursos com as demandas locais. A Lei fundamenta a gestão democrática, mas o DRPE aponta desafios na sua efetivação. Por fim, a análise com o organograma do campus revelou a tensão entre a estrutura organizacional formal e a desarticulação, a ineficácia comunicacional e a sobrecarga operacional percebida na prática. Sugere que a mera existência de setores e hierarquias não garante a fluidez e a colaboração esperadas.

A partir da combinação e comparação de todas as fontes, emergiram padrões e temas centrais que fornecem uma visão abrangente da realidade do IFMG - Campus Formiga. Os documentos normativos estabelecem, formalmente, a natureza autárquica do IFMG com autonomia administrativa, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Mas o DRPE, através das percepções da comunidade, aponta consistentemente uma “alta dependência do Governo Federal” e “pouca autonomia”, especialmente em questões orçamentárias. Esta é a principal e mais profunda contradição. A liberdade e a capacidade de gestão local, embora garantidas pela lei fundacional e pelos estatutos, não se traduzem plenamente na prática do Campus Formiga. Isso pode ser atribuído a mecanismos de rateio orçamentário centralizados (como o CONIF,

mencionado no DRPE), a uma cultura institucional que favorece a centralização de decisões na Reitoria ou a uma falta de know-how ou de proatividade na captação de recursos próprios e na articulação com parceiros externos em nível local.

A Lei 11.892/2008, o Estatuto e o Regimento Interno fundamentam a gestão democrática e a participação da comunidade acadêmica em diversos órgãos colegiados (Conselho Superior, CODIR, Conselhos Acadêmicos) e em processos eleitorais para dirigentes. A análise do PDI (documento externo) também descreve uma metodologia participativa com uso de gamificação. Já o DRPE, no entanto, revela uma “fragilidade do engajamento e pertencimento”, “baixa participação docente nos PDIs”, “isolamento das chefias” e desarticulação entre setores.

De forma geral, percebe-se uma lacuna significativa entre o ideal democrático e participativo normatizado e a sua materialização no cotidiano do campus. A existência de canais formais não é suficiente para garantir o engajamento efetivo. Isso pode ser devido a diversos fatores como a sobrecarga identificada em rotinas intensas de trabalho para docentes e TAEs (DRPE - Rotina Diária) que limitam o tempo para participação; a falta de transparência/reconhecimento, demonstrados na sensação de que a participação não gera resultados concretos ou que as informações cruciais (custos de manutenção) não são compartilhadas (DRPE - Entra e Sai, percepção de isolamento das chefias); uma cultura organizacional que ainda não valoriza plenamente a corresponsabilidade e a colaboração horizontal, apesar das normas.

A Lei 11.892/2008, o Estatuto e o Regimento Interno são enfáticos na finalidade de ofertar educação com “ênfase no desenvolvimento socioeconômico local e regional”, com pesquisa aplicada e extensão. Mas o DRPE percebe um “desalinhamento da oferta com o mercado local”, a “saída da maioria dos alunos da cidade” e a “baixa absorção de egressos por empresas locais de tecnologia”. Assim, apesar da clareza do mandato legal para o desenvolvimento regional, a instituição em Formiga parece enfrentar dificuldades em concretizar esse alinhamento na prática.

O Regimento Geral detalha as atribuições da Diretoria de Comunicação (DIRCOM) e da Ouvidoria para gerenciar a comunicação e a imagem institucional. O DRPE aponta “dificuldades de comunicação com a comunidade externa”, “desconhecimento da população sobre a qualidade do ensino” e “falta de estratégia de marketing eficaz”, bem como a concorrência de outras instituições com forte publicidade. A presença de um setor formalmente responsável pela comunicação contrasta com a percepção de ineficácia. Isso pode indicar uma

falta de recursos adequados para marketing, uma subutilização das ferramentas disponíveis, ou uma falha na adaptação das estratégias de comunicação ao público local, que ainda associa o IFMG a conceitos ultrapassados ou a “balbúrdia”.

A análise geral das triangulações demonstra que o IFMG Campus Formiga opera em uma complexa intersecção entre o que é definido legalmente e normativamente (o ideal e a estrutura formal) e o que é vivenciado e percebido na prática (a realidade operacional e cultural). As principais tensões residem na capacidade de transformar a autonomia legal em autonomia gerencial efetiva, de concretizar os princípios de gestão democrática e participação, de alinhar a oferta educacional com as demandas regionais de forma dinâmica, e de superar as carências crônicas de infraestrutura e comunicação.

Este panorama geral valida e aprofunda os achados do DRPE, revelando que os problemas são sistêmicos e interconectados. Para a instituição, isso sinaliza a necessidade de não apenas buscar soluções pontuais, mas de revisitar a implementação de suas políticas e a interação entre suas estruturas para aproximar o “dever ser” do “é”, fortalecendo seu papel e sua relevância no contexto de Formiga.

Analisando a fase posterior à criação do IFMG Campus Formiga, percebe-se que existe um paradoxo estrutural entre o mandato legal emancipatório da instituição e a sua efetividade prática no território. O marco legal estabelece o IFMG como um agente de desenvolvimento socioeconômico local e regional que deve atuar por meio da sinergia entre Ensino, Pesquisa e Extensão, promovendo a emancipação do cidadão e a adaptação às peculiaridades regionais. No entanto, a triangulação dos dados empíricos com o referencial teórico revela que o campus opera numa complexa interseção de tensões.

A estrutura formal analisada é marcada pela Racionalidade Instrumental e pela hierarquização, o que se traduz, na prática, numa dissonância entre a autonomia formalmente garantida pelo Estatuto e a percepção de alta dependência do Governo Federal e ainda pouca autonomia para gerir orçamento e infraestrutura. A prevalência dessa lógica burocrática impede o exercício pleno da Cidadania Deliberativa, transformando o poder de decisão em um processo limitado e consultivo.

O mapeamento da região imediata de Formiga aponta um dinamismo diversificado na agropecuária, mineração e vestuário. Contudo, a trajetória de oferta de cursos (como Licenciatura em Matemática ou Engenharia Elétrica) foi definida por critérios internos de otimização de corpo docente e diretrizes centrais do MEC/CEFET Bambuí, e não por uma análise séria do Arranjo Produtivo Local (APL). Essa racionalidade instrumental na definição

da oferta gera um desalinhamento com o mercado e contribui para a saída dos egressos, comprometendo o cumprimento do mandato legal de desenvolvimento regional.

A comunidade acadêmica manifesta fragilidade do engajamento e pertencimento, o que se soma à ineficácia comunicacional do Campus com a comunidade externa. Isso resulta em desconhecimento da população sobre o papel do IFMG e no agravamento do insulamento burocrático, em que a existência de canais formais não garante o diálogo efetivo.

Em síntese, o IFMG Campus Formiga possui a identidade legal e o corpo técnico necessários para ser um motor de desenvolvimento, mas a dificuldade em transformar a autonomia legal em autonomia gerencial efetiva sinaliza a urgência de uma mudança. O desafio não é buscar soluções pontuais, mas sim revisitar a cultura institucional e adotar um paradigma de gestão que estimule o diálogo e a participação no cerne do processo decisório, para que o dever ser da Lei se aproxime da realidade prática do Campus

5. O IFMG NA PERSPECTIVA DA COMUNIDADE

Neste capítulo, apresenta-se a percepção da sociedade de Formiga e da região sobre a formação profissional oferecida pelo IFMG, assim como a percepção do estudante egresso sobre a sua emancipação. Este capítulo responde aos objetivos específicos dois e três sendo, respectivamente, avaliar a formação profissional oferecida pelo IFMG Campus Formiga para o desenvolvimento local e regional na percepção da sociedade civil formiguense e da região e avaliar a emancipação do estudante egresso do IFMG Campus Formiga com base na sua percepção.

5.1 A formação profissional oferecida pelo IFMG na perspectiva da comunidade

A análise do grupo focal com estudantes do IFMG Campus Formiga buscou compreender a percepção desses com a formação acadêmica e as demandas regionais por profissionais. Entre esses estudantes existe um consenso notável sobre a qualidade acadêmica e as principais lacunas estruturais do IFMG. Entre as principais convergências tem-se: qualidade do ensino na instituição; falta de infraestrutura adequada e/ou de recursos e Desalinhamento com o mercado de trabalho e êxodo dos profissionais.

É unânime entre os estudantes a qualidade teórica e científica dos cursos, da competência do corpo docente e do rigor acadêmico da instituição. Os estudantes saem com “um conhecimento teórico excelente” e, segundo os participantes, o diploma do IFMG é valorizado o que faz a instituição ser vista como uma referência de ensino público, conferindo-lhe credibilidade em outros contextos. Por fim, para eles, a formação é percebida como transformadora no âmbito pessoal, desenvolvendo disciplina, autonomia e capacidade de raciocínio.

Em relação à infraestrutura e recursos, os participantes destacam a limitação da infraestrutura e dos laboratórios, que são descritos como “antigos”, “sucateados” e insuficientes para as práticas aplicadas. Os professores precisam “se virar nos trinta” e improvisar. Além desse fato, colocam que há predominância teórica no conteúdo didático e escassez de atividades práticas e vivências profissionais, especialmente nos períodos iniciais dos cursos.

Em relação aos cursos de Engenharia Elétrica e Ciências da Computação, os estudantes percebem um claro desalinhamento entre os cursos ofertados e as demandas reais do mercado local, caracterizado, segundo eles, por mineração, agronegócio e pequenos comércios. Soma-se a esse fato a dificuldade de estágio e emprego local. Pontuam que a carência de oportunidades

na região é generalizada, forçando os estudantes a buscarem estágios e empregos em outras cidades como por exemplo, Divinópolis, Belo Horizonte e São Paulo. Esse fato gera nos estudantes um forte sentimento de que a região “força a sair” os profissionais formados, o que impede que o IFMG “agregue para o desenvolvimento da cidade”

Em relação às divergências, os estudantes destacam contradições internas da instituição e as diferenças de experiência entre as áreas. Os participantes relataram que existe uma contradição sobre a própria identidade do curso de Ciência da Computação. Alguns estudantes afirmaram que o foco é “literalmente a ciência”, preparando-os para serem “cientistas, não para ser desenvolvedor”. Outros criticam a “perda do caráter técnico e tecnológico” do IFMG, sentindo que a graduação se tornou excessivamente teórica em relação ao ensino técnico, que prepara melhor para o mercado.

Nesse sentido, eles colocam que o curso é voltado à formação científica, mas há uma “ausência de práticas concretas de estímulo à investigação” e falta de incentivo dos professores para a pesquisa básica. Na Engenharia Elétrica já há relatos com maior predominância teórica e carência de vivências aplicadas, com a prática concentrada e “não suficiente para se sentir confortável no mercado”. Na Ciência da Computação, há uma percepção de maior inserção prática e proximidade com o mercado (embora limitado), e vê-se o curso evoluindo para equilibrar teoria e prática.

Quando os estudantes falaram em novos cursos, revelaram o dilema entre o interesse do aluno e a vocação regional. Na vocação regional há fortes sugestões para cursos alinhados às vocações produtivas da região: Mineração, Mecânica de Máquinas Pesadas, Logística, Agronomia e Veterinária. Mas, quando os cursos são voltados para o interesse dos estudantes, as sugestões de áreas com alto interesse percebido, mas que a região não absorve totalmente, seguem para Inteligência Artificial (IA), Robótica, Empreendedorismo Digital e cursos técnicos de curta duração para empregabilidade rápida.

O grupo focal com professores da rede pública foi realizado nas cidades de Formiga, Pains e Córrego Fundo. Essas cidades se localizam dentro da região imediata de Formiga conforme divisão regional do IBGE (2017). Foram escolhidas devido à grande quantidade de estudantes provenientes dessas cidades. O grupo focal buscou identificar a percepção e as demandas da sociedade e da região sobre a formação profissional e os cursos oferecidos pelo IFMG. Primeiro, são apresentados os principais resultados por grupo focal e, depois, as principais convergências entre eles.

Para o grupo de Córrego Fundo, há uma oferta insuficiente de cursos técnicos e de curta duração. Essa lacuna se destaca, principalmente, em áreas estratégicas para a região, como agricultura, mineração, manutenção industrial, tecnologia de informação, marketing digital e serviços. Outra demanda apontada pelo grupo diz respeito a cursos subsequentes. Esses cursos são oferecidos a pessoas que já concluíram o Ensino Médio. Complementam a colocação ao afirmarem que os cursos disponíveis nem sempre atendem às demandas específicas de setores fortes da região.

A falta de motivação dos estudantes para ingressarem em cursos técnicos ou superiores, na percepção dos professores, é resultado da cultura local, que valoriza o ganho imediato do trabalho em detrimento da formação de longo prazo. Nesse sentido, eles colocam que a influência familiar é determinante para a permanência escolar. Muitos estudantes começam a trabalhar no 9º ano e acabam desistindo dos estudos devido ao salário. Esse ponto se alinha à dificuldade financeira e à priorização do sustento imediato por famílias carentes.

Em relação às empresas contratantes, elas têm priorizado o ensino técnico porque é visto como uma alternativa mais rápida, barata e eficaz para a inserção no mercado de trabalho.

Ao serem questionados sobre cursos que são importantes de forma local e regional, os professores sugerem que a oferta e ampliação de cursos técnicos alinhados às demandas regionais são importantes. Dentre as áreas, destacam a mineração, como, por exemplo, mecânico de máquinas pesadas e a manutenção industrial, na agricultura e pecuária exemplificados pela agroindústria e engenharia agrônômica e, por fim, produção de alimentos regionais como queijo e doces. A logística, vendas, tecnologia da informação e Programação (robótica, desenvolvimento de software), marketing digital e design gráfico, além de profissões manuais essenciais (marceneiro, pedreiro). E, por fim a área de enfermagem e veterinária.

É importante ressaltar que, apesar do interesse por cursos técnicos, os próprios professores informam que uma proposta como o técnico em veterinária feito na cidade não avançou por baixa adesão inicial. As áreas de alta empregabilidade, como mineração e mecânica, não despertam o interesse proporcional dos estudantes, possivelmente por desconhecimento ou estereótipos. Nesse sentido, foi sugerido que o IFMG e outras instituições estreitem parcerias com as escolas para realizar feiras de profissões e visitas técnicas, visando à orientação vocacional e à aproximação dos estudantes com a prática profissional.

O grupo focal realizado com professores da rede pública de Formiga sinalizou que a formação dos estudantes é limitada por fatores estruturais e sociais. Os problemas mais citados foram: i) a falta de perspectiva dos estudantes e a influência familiar, pois muitos deles,

especialmente em regiões rurais ou vulneráveis, seguem os passos dos pais e demonstram desmotivação ou baixa expectativa de futuro acadêmico/profissional, com pouca visão de possibilidades; ii) defasagem de aprendizagem, pois esses estudantes chegam ao ensino médio com graves lacunas, especialmente em Matemática, o que dificulta o aprendizado em outras disciplinas; iii) desigualdade, visto que há grandes diferenças entre estudantes das redes pública e privada em relação ao apoio familiar e ao incentivo para a continuidade dos estudos; iv) falta de preparo para o trabalho, uma vez que a ausência de orientação profissional e de uma formação mais prática é um obstáculo.

Na perspectiva dos professores, existem os cursos desejados pelos estudantes e os cursos que atendem à demanda de desenvolvimento regional. Em relação aos cursos mais procurados ou desejados pelos estudantes, estão enfermagem, psicologia, direito, administração, informática e, em menor grau, medicina e veterinária. De acordo com os professores, os estudantes veem os cursos na área de saúde e direito associados a prestígio social e vocação para o cuidado, enquanto administração e informática são vistas como viáveis e empregáveis.

Em relação aos cursos que contribuiriam para o desenvolvimento regional com demanda real no mercado de trabalho, os professores apontam carência de profissionais em áreas como construção civil, nas atividades como pedreiro e marceneiro, atendimento ao comércio com ênfase na prática e serviços como gastronomia.

Segundo os professores, o mais importante seria a oferta de cursos voltados para o comércio e o atendimento humanizado e o empreendedorismo, além de cursos rápidos de qualificação e formação em profissões tradicionais, como marcenaria. Por fim, a promoção de ações de orientação profissional contínuas nas escolas públicas para combater o desconhecimento sobre as opções de formação, como o próprio IFMG, e as possibilidades reais de carreira.

Os professores consideram que o IFMG é valorizado por sua formação técnica e empregabilidade, sendo considerado um agente de transformação. No entanto, precisa ampliar sua visibilidade e articulação para atingir o público que hoje desconhece suas ofertas.

Para as professoras da cidade de Pains, muitos estudantes abandonam os estudos, a partir do 9º ano, atraídos pelo salário imediato. Para elas, isso reduz o interesse dos estudantes por cursos superiores. Quando as famílias apresentam vulnerabilidade econômica e social, elas priorizam o trabalho dos filhos, e, nesse sentido, a falta de acompanhamento e cobrança dos pais é um fator decisivo para o abandono escolar.

Para os estudantes que procuram formação, há uma crescente preferência por cursos técnicos devido à rapidez e facilidade de acesso ao emprego. Mas, na perspectiva das professoras, existe uma falta de direcionamento profissional, e os estudantes mais novos têm aspirações instáveis, como influenciadores e *youtubers*.

Quando questionados sobre demandas e sugestões de cursos, elas seguem a mesma visão dos anteriores, sendo cursos desejados pelos estudantes e cursos que podem ter empregabilidade e contribuir com o desenvolvimento regional. Nesse sentido, a demanda regional segue por setores como mineração, mecânica de máquinas pesadas, agronomia e pecuária, vendas com foco em estratégias. Os técnicos em logística e química foram apontados como áreas de alta empregabilidade local com carência de cursos específicos. Em relação às preferências dos estudantes, incluem direito, psicologia, administração e engenharia agrônoma.

As professoras colocam que, apesar da valorização de cursos práticos e curtos, a oferta regional ainda é limitada. O IFMG campus Formiga, embora bem avaliado, nem sempre é a primeira opção dos estudantes, o que para elas pode ser possivelmente por falta de informação. Complementam informando que a faculdade particular da cidade é bem conhecida.

Elas concluem colocando que a oferta e ampliação de cursos técnicos alinhados à região e ao desenvolvimento de ações de orientação vocacional para aproximar os estudantes do mercado e do IFMG seria importante. A formação técnica é vista como mais rápida e eficaz para a inserção no mercado, em contraste com o desinteresse pela formação superior.

Percebe-se que os grupos convergem em diversos pontos essenciais sobre a formação profissional e os desafios enfrentados pelos estudantes e pela educação pública na região de atuação do IFMG Campus Formiga. As principais convergências entre os grupos, além dos problemas compartilhados podem ser agrupadas conforme segue.

Há uma percepção unânime de que os estudantes demonstram desinteresse crescente por cursos superiores longos, caros ou por licenciaturas. Em contraste, há uma forte valorização do ensino técnico e de cursos de curta duração, vistos como uma estratégia mais rápida, barata e eficaz para a inserção no mercado de trabalho. O ensino técnico é considerado pelas empresas como preferencial na contratação.

Tem aluno que já começa a trabalhar no nono ano [...] acabam desistindo de estudar porque já começam a receber salário (PP01).

A influência familiar é 90%. Se o pai não cobra, não exige frequência, não acompanha as atividades [...] esse aluno sai da escola rápido (PP01).

Muitos alunos não têm perspectiva nenhuma (PF2).

Muitos falam que não vão estudar, que não vão fazer faculdade [...] muito disso é pelas dificuldades financeiras (PP02).

Outro ponto destacado em todos os grupos é a influência familiar e as dificuldades financeiras como fatores determinantes para a permanência e o desempenho escolar. O ingresso precoce no mercado de trabalho, muitas vezes a partir do 9º ano, é um problema comum que leva à evasão ou ao desinteresse pela formação de longo prazo, pois o ganho imediato é priorizado.

O técnico já encaminha para o trabalho, as empresas preferem contratar quem tem curso técnico (PP02).

No IFMG, muitos querem entrar para Administração e Informática. Falam que são cursos mais fáceis de passar e têm emprego depois (PF4).

Se tivesse Enfermagem no IFMG, teria fila. Tem muita gente que quer, mas não tem dinheiro para fazer fora (PF6).

Os professores apontam a carência de oferta formativa em áreas estratégicas da economia local. Segundo eles, há uma demanda por cursos técnicos em setores tradicionais e em crescimento, como: i) mineração e mecânica: incluindo manutenção industrial e mecânica de máquinas pesadas; ii) agronomia e pecuária: ligados à forte presença da agricultura e pecuária na região; iii) serviços e comércio: vendas, atendimento ao público, logística e administração com ênfase prática; e iv) tecnologia e computação: informática e sistemas de informação.

Em Pains e Córrego Fundo, temos muitas pedreiras [...] mecânico de máquinas pesadas é uma demanda. (PP01).

Cursos voltados para a área de mineração seriam muito relevantes. (PP01).
Não vai ter marceneiro, não vai ter mecânico... pedreiro já é difícil de arrumar. (PC04).

Conversando com pedreiros e marceneiros, eles não encontram jovens que queiram aprender essas profissões. (PF2).

Tem muito emprego, mas não tem quem atenda bem. Falta formação em atendimento, vendas, administração. (PF5).

O IFMG campus Formiga é bem avaliado pelos professores, mas os estudantes, especialmente os da rede pública, demonstram desconhecimento sobre a oferta de cursos ou se sentem despreparados para o acesso. Cursos com alta procura e prestígio social, como enfermagem, medicina e psicologia, geralmente não são oferecidos pelo IFMG campus Formiga, o que restringe o acesso aos estudantes da rede pública.

Eles nem sabem o que é o IFMG. Aham que é só para quem é muito inteligente. (PF7).

Se os alunos soubessem mais sobre o que o IFMG oferece, acho que mais gente aproveitaria. Mas tem gente que nem sabe onde fica. (PF4).

As meninas querem muito Enfermagem ou Psicologia. Aham bonito cuidar dos outros (PF5).

E, por fim, todos os grupos sugerem a necessidade de ações contínuas de orientação vocacional, como feiras de profissões e oficinas, para despertar o interesse dos estudantes, desmitificar o ensino técnico/superior e estreitar parcerias com o IFMG e outras instituições. O professor, muitas vezes, é a única figura a apresentar possibilidades diferentes da realidade já conhecida.

Foi realizado um grupo focal com o Tatame do Bem, uma entidade sem fins lucrativos, que atua, por meio de um trabalho social/esportivo há 12 anos, no município de Formiga. A entidade foi escolhida pela sua representatividade no município. A análise desse grupo revelou quatro categorias principais sobre a formação dos jovens e as necessidades regionais. A seguir apresentamos a descrição ilustrada pelas falas dos participantes.

A primeira categoria é a finalidade do projeto Tatame do Bem na perspectiva dos envolvidos que propõe transformação e resgate social, formação de cidadãos, suporte à família, realizado pela Assistência Social e estímulo a sonhos.

Nessa categoria podemos destacar o papel transformador da iniciativa, que vai além do esporte e foca na formação humana e social do jovem, atuando como um “motor” de esperança. O projeto é visto pelo seu criador como uma “ferramenta porque realmente transforma vidas”, Rodrigo Assalin iniciou as atividades com o objetivo de retribuir o que o Jiu Jitsu fez pela sua vida, o que expressa no seguinte relato:

Então começou essa ideia de eu poder retribuir um pouco do que o jiu jitsu fez para a minha vida, para as crianças do meu bairro. Lá, na associação da Senhora Aparecida. Eu pedi disponibilidade lá do espaço Rodrigo Assalin Vila Nova...eu comecei a ferramenta que eu chamo de ferramenta porque realmente transforma vidas. Eu sou fruto de uma vida transformada. Parte do Jiu jitsu.

Rodrigo Assalin complementa que o projeto é um impulso para que os jovens possam “ser alguém na vida através dos estudos”. Ele conta que só pensou em entrar na faculdade depois que passou a conviver no centro da cidade, onde ficava a academia que o recebeu, “...o pessoal estava falando em fazer faculdade, que ia prestar vestibular. Aí eu pensei: Será que eu

tenho condição de fazer?”. Nesse ponto ele esclarece que conversou com o pai no intuito de buscar uma alternativa para possibilitar sua entrada na faculdade “... eu falei...pai, vamos fazer um combinado, você vai me ajudar da seguinte forma. Eu vou deixar de ajudar em casa [pagar a luz, água] ... e aí eu vou correr atrás para pagar a faculdade. Aí deu tudo certo.”

Inicialmente, o foco era oferecer o esporte como alternativa saudável para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, mas não era restrito somente a esses, era aberto a toda a população. A função era social, voltada para a formação humana, pois a base e a prioridade era que a criança virasse um bom cidadão e se mantivesse fora de situações de risco. Mas com o crescimento do projeto Rodrigo Assalin, explicou que surgiu a preocupação: o aluno não tinha um ciclo, não havia uma metodologia definida sobre “quando que o aluno se forma no Tatame do Bem”, “até onde ele vai”.

As demandas sociais surgiram primeiro no bairro Geraldo Veloso, quando se depararam com a “fome”: segundo Rodrigo, os meninos não conseguiam treinar sem se alimentar. Dessa questão surgiram outras que fizeram com que o projeto chegasse até às famílias. Isso levou à necessidade de assistente social para lidar com questões mais profundas, como, por exemplo, “abuso dentro de casa”.

A primeira intervenção referente à educação foi “criar um centro de inclusão digital” para capacitar os jovens. O projeto ofereceu turmas de Excel e Autocad. A evasão escolar levou à necessidade de intervenção: “percebeu uma evasão dos meninos de treze, catorze, quinze anos” que iam “trabalhar de servente de pedreiro” ou “para o campo”.

Um projeto de implantação de bibliotecas foi criado após voluntários notarem que meninos mais velhos “não sabiam escrever” cartas para o Papai Noel. Este foi o projeto “mais efetivo e mais organizado que o projeto teve diante da educação propriamente dito”.

Para os envolvidos, as crianças não têm uma perspectiva de mudança de vida; ao entrarem no projeto, essa visão muda. Para eles, o Jiu Jitsu é o que atrai as crianças, em seguida vem a formação de valores e por fim palestras e cursos ajudam a mostrar como o futuro pode ser diferente.

Eles apontam que o público majoritário é da rede pública, e o Tatame busca “minimizar esse atraso que os meninos têm” para que possam “competir de igual numa vaga” ou “sonhar com uma faculdade” (TB03). Pois, a faculdade é ainda uma realidade que os meninos não conhecem, e eles “ainda não sabem que são capazes de frequentar uma faculdade” (TB01).

O projeto planta sonhos, mostrando um futuro diferente da realidade de onde vivem: “É incrível que vocês plantam um sonho, uma esperança na cabeça de uma criança”. Os jovens falam “com uma convicção muito forte: Eu quero continuar na luta” (TB01).

Na segunda categoria, percebe-se que o grupo identificou problemas estruturais que impedem a continuidade dos estudos e a adesão dos jovens a cursos profissionalizantes, refletindo a realidade da evasão no Ensino Médio. Há uma “grande evasão de ensino médio”, com jovens de “treze, catorze, quinze anos” saindo para “trabalhar de servente de pedreiro” ou “para o campo” (TB03). Para eles, a principal barreira não é a oferta, mas a falta de “garra” e motivação. Os adolescentes “não querem capacitação. Eles querem ganhar dinheiro. Não importa como” (TB03). É “muito difícil” conseguir a adesão dos jovens para os cursos. Mesmo com a oferta do curso, é preciso superar a logística: a entidade tem que oferecer “transporte, alimentação, flexibilidade de horário” (TB01).

Em um terceiro momento, foram identificadas sugestões de cursos que focam em duas vertentes: minimizar a desigualdade de base e aproveitar o interesse dos jovens por alta tecnologia e empreendedorismo.

Eles colocam os cursos e informática básica como algo que pode minimizar a desigualdade: O intuito é “pelo menos, minimizar esse atraso que os meninos têm”, oferecendo Excel, Autocad, Robótica e a intenção de trabalhar com Inteligência Artificial (TB05). Outro ponto levantado foi a questão de empregabilidade imediata. O curso de Eletricista é sugerido por ser um profissional que “consegue em qualquer lugar” e ganha bem (TB01).

Segundo eles, para despertar o interesse, o IFMG poderia oferecer cursos de *Corel Draw*, *Photoshop*, Edição de Imagens e Vídeos, pois os jovens ficam “completamente atraídos por essa área”. São fundamentais o Empreendedorismo e a Educação Financeira, pois o jovem “não sabe investir nem como funciona” (TB03).

Rodrigo coloca que toda a atividade oferecida pelo projeto depende de criar parcerias diretas para garantir que a formação resulte em emprego. Para ele a estratégia é “construir essa ponte” com universidades e empresas.

Ele relata que a experiência mais bem-sucedida foi incubar os meninos em cursos de nicho (ex.: Autocad) com um engenheiro da empresa, o que resultou na contratação de três dos dez estudantes. A ideia é que eles “já saiam dali com uma grande chance de ser contratado” (TB01).

De acordo com os participantes do projeto Tatame do Bem, a percepção sobre a formação profissional oferecida pelo IFMG é de uma instituição de alta qualidade e potencial

transformador, mas que ainda precisa de maior articulação e intenção para impactar efetivamente o desenvolvimento local e regional.

Nesse sentido, podemos destacar que há um reconhecimento do potencial do IFMG e dos seus cursos para a capacitação. Rodrigo Assalin, ao discutir a necessidade de intervenção, mencionou ter feito conexões com o IFMG, inclusive para um projeto de robótica para as crianças. Além disso, o IFMG é visto como uma porta para que os jovens possam “ser alguém na vida através dos estudos”, oferecendo acesso a outras realidades e a outras oportunidades.

Em relação ao futuro, o projeto Tatame do Bem, ao buscar capacitações como Excel, Autocad e Robótica e com planejamento para a Inteligência Artificial, demonstra que vê o IFMG como um parceiro lógico e essencial para fornecer o conhecimento tecnológico e científico necessário para a evolução profissional dos jovens.

Mas um ponto que chama atenção é que existe uma percepção de que a formação do IFMG ainda está um pouco distante da realidade imediata da comunidade e do mercado. Rodrigo Assalin enfatizou que, para o público do projeto, é fundamental primeiro “minimizar esse atraso que os meninos têm” e “torná-los aptos a competir de igual numa vaga” e “sonhar com uma faculdade”. Portanto, o foco inicial é em cursos básicos que possam garantir empregabilidade rápida e em áreas básicas. O curso de Eletricista foi citado como um profissional que “ganha bem” e “consegue em qualquer lugar”.

A maior barreira para o desenvolvimento local, na visão da entidade, não é a falta de oferta em si, mas a dificuldade de fazer o jovem aderir à formação de longo prazo. Eles apontam que há uma grande evasão de ensino médio na cidade, com meninos de 13 a 15 anos saindo para trabalhar como servente de pedreiro ou para o campo. Os entrevistados TB03 e TB05 destacam que os jovens “não querem capacitação, eles querem ganhar dinheiro”. O desafio é despertar o interesse para cursos profissionalizantes, pois o jovem tem um olhar mais favorável para o empreendedorismo. Destaca, ainda, que a falta de engajamento é tão grande que, ao tentar oferecer cursos, precisa fornecer transporte, alimentação e flexibilidade de horário para que o jovem participe. O IFMG precisaria de estratégias que fluam bem para a efetividade dos cursos na vida desses adolescentes.

Foi realizado um grupo focal com empresários da cidade de Formiga que se dispuseram a participar. Os participantes expressaram forte vínculo com a cidade e demonstram envolvimento ativo em iniciativas locais de empreendedorismo, inovação e associativismo, como o movimento F7, ACIF/ CDL e o grupo METRA, composto apenas de mulheres empreendedoras. Esse engajamento mostra o compromisso coletivo com o fortalecimento do

ecossistema regional e com a geração de oportunidades que possibilitem a retenção de talentos local no território. O diálogo com empresários e lideranças locais buscou uma percepção dos participantes sobre o alinhamento de cursos, a gestão do IFMG e o nível de diálogo e inclusão. Essa pesquisa tem grande importância no contexto dessa tese, considerando os resultados encontrados em outras técnicas desenvolvidas, que envolvem temas como estágio, empregabilidade e parcerias.

O grupo apresentou convergência em suas percepções sobre o papel da formação profissional e da educação técnica no contexto regional, mesmo sendo composto por diferentes setores de atuação, como tecnologia, construção civil, comércio e marcenaria. Há consenso quanto à relevância das instituições de ensino, especialmente o IFMG, como agentes estratégicos no desenvolvimento de mão de obra qualificada e na promoção do crescimento econômico de Formiga.

Os participantes reconhecem o empenho do IFMG em ofertar cursos técnicos e projetos de inovação, destacando principalmente a atuação do Polo de Inovação. É importante ressaltar que o Polo de Inovação se localiza no IFMG campus Formiga, porém ele é um centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) credenciado pela Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial).

Para os empresários, o IFMG é um parceiro vital para o desenvolvimento socioeconômico da cidade de Formiga, mas eles afirmam que os cursos e o modelo de formação ainda apresentam um desalinhamento com as demandas, as práticas e a velocidade do mercado contemporâneo. Segundo o participante EP1, “o IFMG é um parceiro forte e fomenta a mão de obra necessária.

No entanto, existem lacunas que os empresários ressaltam, como excesso de teoria e falta de prática; o aluno chega com uma visão acadêmica, desenvolvendo soluções de forma diferente do que o mercado exige”. Essa afirmativa do empresário foi complementada apresentando que o Polo de Inovação tenta fazer a ligação entre empresa e academia, proporcionando experiência de mercado. “Mesmo com os projetos do Polo [de Inovação], o aluno ainda assim não chega totalmente preparado (EP1).”

O EP1 destaca que a parceria do IFMG com sua empresa (TI) é um ponto forte. Ele desenvolveu uma trilha de preparação para os estudantes antes de ingressarem.

Muitas vezes o aluno chega com a visão acadêmica. O que eu quero dizer com isso? Quer dizer que ele chega desenvolvendo soluções, programas e softwares com a visão acadêmica, resolvendo atividades de um pensamento bem acadêmico. Só que, quando chega no mercado, é um pouco diferente.

Exige uma complexidade maior, às vezes com soluções até simples, mas com um caminho diferente do que a gente vê na área acadêmica (EP1).

Mas, realmente, na vida acadêmica, se não houver proximidade com a prática, com as atividades diárias dentro de empresa, o aluno ainda sai bem cru em relação a essas coisas. Então é muito importante andar junto nesse caminho (EP1).

Essa perspectiva foi reforçada pelo participante EP5:

O processo de formação de novos profissionais em administração, [...], precisava ser mais integrado à realidade das empresas. Talvez, se houvesse uma melhor percepção das necessidades funcionais e conhecimento empresarial, os alunos seriam melhor absorvidos e, inclusive, mais bem remunerados no mercado de trabalho da região (EP5).

Esses relatos convergem para a importância de estreitar o diálogo entre o IF e o mercado de trabalho, promovendo uma parceria que possibilite ao estudante aplicar seus conhecimentos em contexto real.

Outro ponto levantado na discussão é a falta de profissionais em áreas tradicionais, como gestão comercial, logística e na parte estratégica do marketing. Os participantes informam que essas áreas estão com vagas difíceis de preencher e carecem de profissionais suficientes, indicando que a oferta atual de cursos pode não estar preenchendo essas lacunas de forma eficaz. O participante EP2 aponta que não há maturidade e mão de obra suficiente em toda a cadeia do mercado imobiliário.

“Hoje é muito difícil preencher vagas em gestão comercial e logística. São áreas que já existiam antes dessa revolução tecnológica, mas, mesmo assim não existem profissionais suficientes (EP2).”

“O que falta é a parte estratégica do marketing, que vai além do digital. Esse conceito clássico hoje está faltando nas empresas (EP2).”

Existe uma carência de maturidade para encarar o aprendizado, entender a proposta de valor do emprego (além do salário), ter seriedade com prazos e assumir responsabilidade (EP2).

Um tema recorrente entre os participantes refere-se à dificuldade de desenvolver lideranças entre os jovens. Eles destacam um distanciamento entre as novas gerações e as responsabilidades inerentes aos cargos de gestão. Segundo os participantes, os jovens demonstram resistência em assumir responsabilidades ou posições de liderança. Nesse sentido, há a valorização da experiência de vida e do comprometimento: “Eu tive que contratar e começar a criar dentro de casa. Isso requer tempo, atrasa o crescimento e sangra o caixa, porque

é caro manter um funcionário, dar alimentação, enfim, tudo isso. Então eu vejo que existe uma dificuldade grande de ter mão de obra especializada nesse sentido” (EP4).

O empresário EP2 coloca que recorreu à contratação de pessoas mais velhas ou mais maduras por estarem mais preparadas para encarar o aprendizado e a prática de vida: “Hoje eu estou contratando pessoas mais velhas de mercado... Às vezes ela está mais preparada para encarar esse aprendizado. Está mais madura... é nesse sentido, tá (EP2)”. Os participantes complementam que o problema não é do IFMG, mas do aluno que chega sem a preparação necessária antes da graduação. Falta entendimento de proposta de valor, respeito ao processo de crescimento e maturidade para seriedade com prazos e responsabilidade.

Falta entendimento de proposta de valor. O dinheiro é apenas uma ferramenta. Entender que vai entrar em uma empresa para aprender com um líder, por exemplo, pode valer mais do que uma faculdade ou até mais que o salário naquele momento. Esse entendimento de proposta de valor é algo que falta, não só para os jovens, mas para muita gente (EP2).

Hoje é uma grande dificuldade. Eu lido muito com estagiários e jovens funcionários, e a maioria não quer exercer liderança... a maioria prefere uma carreira técnica sem muita responsabilidade (EP1).

Essas falas indicam que a carência de maturidade emocional e profissional é percebida pelos empregadores como tão grave quanto a ausência de competências técnicas.

O grupo considera que o diálogo entre a comunidade e a gestão do campus é percebido como existente e pontual, principalmente pela proximidade de lideranças, mas com falhas na comunicação institucional e na materialização dos resultados do feedback da sociedade. E, nesse contexto, eles consideram que a ACIF/CDL é um canal de diálogo presente entre empresários e a gestão.

O grupo levantou uma questão que foi destaque em todos os grupos pesquisados, a falta de interesse do jovem/adolescente com curso de longa duração:

O que eu tenho notado também, Sarah, é a resistência dos jovens em começar a vida acadêmica, em iniciar uma graduação. Parece que as pessoas... já demonstram resistência em acreditar que a graduação está fazendo tanta diferença na vida profissional (EP2).

A graduação não é só no aspecto teórico, a faculdade ensina muita coisa para a vida: seriedade com prazos, responsabilidade com entregas (EP3).

A diminuição do interesse do jovem pelo curso superior parece um problema emergente, e os depoimentos revelam que, para o empresariado, a educação superior continua sendo um

espaço essencial de amadurecimento pessoal e profissional e sua desvalorização apresenta um risco para futuros líderes e empreendedores.

De forma transversal, as falas indicam que a principal lacuna na formação dos estudantes não é apenas técnica, mas também comportamental e ética. Os empresários enfatizam que o desenvolvimento profissional envolve valores como responsabilidade, disciplina, proatividade e respeito aos processos de crescimento, competências que deveriam ser estimuladas ainda na formação inicial. Assim, reforçam a importância de uma educação integral, que combine saberes técnicos, práticos e humanos.

Como sugestões de desenvolvimento, os participantes colocam que a instituição deve investir em áreas com alta empregabilidade e relevância estratégica. O curso de Inteligência Artificial (IA) foi sugerido como essencial para Formiga buscar uma nova identidade na área de tecnologia, sendo visto como estratégico e com alta empregabilidade. Outras lacunas urgentes incluem Gestão Comercial e Marketing, especialmente o aspecto estratégico e não apenas digital, pois há uma alta carência de profissionais preparados nessas áreas tradicionais. Áreas como logística e as ligadas a produtos artesanais regionais (como queijos e geleias) também foram destacadas como importantes para o desenvolvimento.

Um curso que vejo necessidade é o de Inteligência Artificial... Se vier um curso de Inteligência Artificial, isso fortalece ainda mais esse movimento, ligado ao Polo de Inovação, que já tem como frente os sistemas inteligentes. Minha colaboração seria realmente indicar um curso de Inteligência Artificial (EP1)

Percebe-se que o descompasso entre academia e o mercado é o tema recorrente. Os empresários destacam que os estudantes chegam preparados apenas no aspecto acadêmico, mas sem a experiência e a maturidade prática exigidas pelo mercado. Isso se soma à falta de mão de obra especializada em áreas como TI, Marketing, Gestão Comercial e Engenharia. O grupo também percebeu uma resistência crescente dos jovens à graduação, pois não acreditam mais na sua importância para o sucesso profissional. A falta de liderança nos jovens, que demonstram baixa disposição para assumir responsabilidades e preferem resultados imediatos, foi um problema crítico levantado.

Apesar das críticas, o IFMG é reconhecido como um parceiro importante, especialmente no setor de TI, onde forma estudantes que conseguem se destacar em grandes empresas. O Polo de Inovação e a Lei de incentivo à inovação/incubadora municipal são vistos como ferramentas que fortalecem a identidade tecnológica local. Há consenso sobre a importância de se aproximar a prática e a teoria no ensino e o valor da formação estratégica em marketing e gestão.

5.2 A percepção do egresso sobre sua emancipação

Foi realizado um grupo focal com egressos do IFMG Campus Formiga com o objetivo de compreender a percepção sobre a sua emancipação, além de identificar demandas regionais do mercado de trabalho. O grupo reuniu egressos dos cursos Técnico em Administração, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Informática, Licenciatura em Matemática, Engenharia Elétrica, Bacharelado em Administração e Ciências da Computação.

As principais categorias que emergiram da análise de conteúdo foram contribuições e habilidades adquiridas no IFMG campus Formiga e durante a formação, desafios e desconexões com o mercado de trabalho, percepção geral da instituição no contexto local e demandas e sugestões de cursos para o desenvolvimento regional. De forma geral, a análise revelou um forte reconhecimento da qualidade da formação, mas, também, apontou falhas na aplicabilidade e adequação ao contexto regional.

Inicialmente, traçou-se um perfil dos estudantes egressos, considerando a importância dessas informações para o contexto dessa tese. Os estudantes que participaram formaram-se entre 2015 e 2024. O total de estudantes que participaram foi 20 egressos, sendo 60% da graduação e 40% do técnico. Importante destacar que 15% fizeram o curso técnico no IFMG campus Formiga e seguiram para a graduação no mesmo campus. Um aluno fez o técnico em Informática e seguiu para a licenciatura em Matemática e os demais cursaram o técnico em administração e seguiram para a graduação na mesma área. O restante dos estudantes que cursaram o técnico seguiu para áreas diferentes na graduação.

Em relação aos estudantes que cursaram a graduação, todos eles encontram-se empregados na área de formação e, desse total (60% dos participantes), apenas dois estudantes (16, 6%) não estão atuando em Formiga e são formados em Engenharia Elétrica. Durante o grupo focal, esses estudantes manifestaram uma forte conexão com Formiga e desejo de mudança da realidade local. Elas continuam morando e trabalhando na cidade, apesar de alguns terem saído para estudar em outras instituições. Já em relação aos estudantes que fizeram o técnico e decidiram por uma graduação em outra área de formação todos estão fora da cidade de Formiga.

Ao analisar os grupos focais, a formação de qualidade no IFMG campus Formiga foi o maior consenso entre os participantes. Segundo eles, a instituição proporciona uma formação que desenvolve competências essenciais tanto para a vida pessoal quanto para vida profissional,

o que favorece até mesmo o sucesso profissional. As competências destacadas pelos participantes que o ambiente profissional valoriza são autonomia, maturidade, disciplina, organização do tempo, raciocínio lógico, capacidade de falar em público e lidar com pressão, vistas pelos estudantes como diferencial tanto para a inserção no trabalho como para o desempenho.

As estudantes AE2, AE3 e AE7 colocam que o IFMG é ambiente com grande demanda e que isso ajudou a desenvolver autonomia e maturidade. Elas aprenderam a organizar o tempo, estudar por conta própria e lidar com os desafios acadêmicos e profissionais

Quando preciso fazer um trabalho, já sei onde buscar um livro, como pesquisar, como fazer um trabalho acadêmico. Nisso, eu me sinto preparada... (AE2).

Lidar com prazos curtos e pressão constante... o IF faz a gente aprender isso na marra (AE4).

A base da engenharia elétrica é a mesma em qualquer área. Isso ajudou no raciocínio lógico e na resolução de problemas complexos (AE3).

Eu entrei no IF muito calada. Lembro do primeiro trabalho que eu apresentei, eu tremia. Hoje eu consigo me comunicar melhor, apresentar-me em público. Meu desenvolvimento pessoal foi gigantesco e vai me afetar para o resto da vida (AE8).

O depoimento da aluna egressa AE11, que afirma que ex-estudantes do IFMG são valorizados no mercado de trabalho de Formiga e região, ratifica essa percepção dos egressos de preparo para o mercado profissional. Ela complementa colocando que gestores e empresas dão preferência a eles por seu dinamismo, interesse e por serem mais esforçados.

Na minha equipe, quem é formado no IF se posiciona de forma completamente diferente, assume responsabilidades, enquanto outros ficam mais acuados (AE11).

Se eu não tivesse tido esse preparo de garra que a gente aprende no IF, eu não estaria onde eu estou hoje (AE12).

A aluna AE9 reforçou essa percepção, relatando que sua experiência no IF foi determinante para a continuidade acadêmica e para o mercado de trabalho: “Eu fiz dois estágios enquanto estava no IF. Acho que eles pensam assim: se a gente aguentou o IF, aguenta e aprende qualquer coisa na empresa.”

As falas também evidenciaram o contraste entre a formação do ensino técnico do IFMG campus Formiga e de outras instituições. A estudante AE20 relatou que “...os professores do IF acreditavam na gente e incentivavam. [...] Eu cheguei no UNIFOR e vi uma diferença gritante:

as pessoas não sabiam fazer um *slide*, não sabiam resumir um trabalho”. Outra participante complementou que essa exigência garantia uma transição mais tranquila: “Quando você sai do IF e entra na faculdade, você tem uma base muito grande. Comparado com pessoas que vêm de outras escolas, a diferença é gritante”.

Os professores do IF, por mais que eles cobram muito, acreditam na gente, incentivam. Eu senti uma diferença muito gritante, principalmente nesse sentido de acreditar na gente. No mercado também: quem estuda no IF já está preparado para a vida, literalmente, porque a rotina já era pesada desde o ensino médio (AE10).

Outro ponto levantado pelos egressos foram as apresentações frequentes que ajudaram a desenvolver a oratória e a perder a vergonha de falar em público, além da capacidade de lidar com a pressão e prazos curtos do mercado, “Isso me ajudou muito, principalmente hoje, que sou professora.” (AE5). A formação técnica foi vista como uma base de qualidade para o ENEM e para o ingresso em outros cursos superiores, como Engenharia Civil e Direito na UFLA. Outros estudantes colocaram que buscam atualmente aperfeiçoamento da profissão, ou uma segunda graduação, além de carreira acadêmica como mestrado e doutorado.

Apesar desses pontos positivos, várias participantes apontaram limitações na conexão entre formação acadêmica e mercado de trabalho, especialmente na graduação. A crítica mais recorrente foi a predominância de conteúdos teóricos, com pouca relação prática e insuficiente aproximação com demandas reais das empresas e setores produtivos.

Para os egressos, os cursos de graduação, são “muito teóricos”, “abstratos” e não fornecem a experiência prática ou a orientação necessária para o mercado de trabalho imediato. Essa percepção pode ser encontrada em falas tanto de estudantes quanto de egressos e é uma realidade para estudantes de cursos de bacharelado de engenharia elétrica, administração, ciências da computação e licenciatura em matemática.

O único ponto que eu acho que poderia melhorar é a relação entre o que aprendemos na graduação e o mercado de trabalho. Às vezes, sinto que a graduação é um pouco abstrata nesse sentido, que falta uma conexão mais direta com o mercado (AE4).

Os professores focavam muito na área acadêmica... quem não quisesse seguir na academia não tinha um direcionamento claro sobre o mercado de trabalho (AE6).

Destacamos que os cursos de bacharelado em Administração e ciência da computação foram considerados os mais teóricos, segundo os participantes (estudantes e egressos) com “foco excessivo na área acadêmica” (mestrado, doutorado), sem oferecer “direcionamento claro

sobre o mercado de trabalho em si” para quem não queria seguir a pesquisa. Importante destacar que três egressos do curso de administração ressaltaram que, apesar de o curso de Administração ser amplo e em alguns momentos muito teórico, ele ofereceu uma base sólida que possibilitou adaptação em diferentes contextos profissionais. A dificuldade enfrentada no curso foi interpretada como uma preparação que tornou os desafios posteriores mais fáceis de superar.

Ainda nesse contexto, os egressos relataram desinformação sobre processos seletivos e exigências legais para atuação profissional, prejudicando a inserção rápida no mercado de trabalho. Importante ressaltar que os cursos são direcionados conforme o PPC. Nesse sentido, a expectativa do aluno deve ser alinhada a esse contexto, ou os PPCs devem estar direcionados ao contexto profissional.

Mas, o que para uns é algo que limita, para outros foi fundamental para o crescimento. A egressa AE9 coloca que, para ela, o foco atualmente, como estudante de doutorado, “Na área acadêmica, que é meu caso, eu só estou aqui hoje graças aos professores do IF. [...] Se não fosse essa base, eu não saberia escrever o projeto para o doutorado”.

Em relação aos cursos técnicos integrados, a carga horária tem inviabilizado a conciliação de estudos e trabalho, sendo apontado como fator de evasão escolar. Muitos jovens preferem trabalhar cedo e buscam formações rápidas e práticas. Essa temática é tratada a seguir no grupo focal com professores locais, sendo uma percepção unânime entre os profissionais.

Passando aos desafios e desconexões com o mercado de trabalho, de acordo com os participantes do grupo focal, a região de Formiga enfrenta carências em diversas áreas profissionais. As falas sugerem que, embora existam demandas do mercado de trabalho, há uma desvalorização de certas profissões e uma falta de alinhamento entre a formação oferecida e a realidade do mercado.

Uma das participantes (AE12), que atualmente trabalha com consultoria e recrutamento e seleção, afirma que o IFMG campus Formiga ... “nos prepara ainda mais para a área acadêmica, mas já no mercado de trabalho eu vi outro ponto, porque quando a gente está na faculdade talvez não tenha a visão do lá fora.” A egressa complementa que “... mecânica industrial e de auto... é uma coisa que a gente sente muita dificuldade de contratação, não tem. Tanto na parte de elétrica residencial quanto industrial é muito difícil achar profissionais.” Nesse sentido, a Aluna AE10 complementa: “Essas vagas de auxiliar de mecânico e manutenção, principalmente elétrica, ainda são um gargalo muito grande lá na AMEP. Os poucos que existem são supervalorizados.”

As áreas de Saúde, Agropecuária e Tecnologia são vistas como áreas com demandas crescentes por profissionais qualificados. Além disso, são vistas como oportunidades para o IFMG campus Formiga expandir ou direcionar sua oferta formativa, formando profissionais que possam atuar e se manter na própria cidade e região.

A gente tem muitas especialidades..., mas não adianta nada se você não tiver um profissional qualificado (AE2).

Eu acho que, por exemplo, Formiga acaba recebendo essa demanda da saúde da região em si... então, acaba que essa área da saúde aqui em Formiga é uma área a ser explorada (AE4).

Acho que ...seria muito bom o IF ter um curso voltado para zootecnia ou agropecuária... como a cidade é mais interior, tem bastante gente interessada nessa área, mas o IF deixa a desejar nesse ponto (AE7).

Eu acredito que o curso de Computação deveria ser noturno ou até híbrido, porque a gente vê... muita gente da Computação desistindo do curso por não conseguir conciliar trabalho e estudo (AE3).

Talvez fosse interessante considerar um curso de Matemática mais voltado para outras áreas - talvez Matemática Aplicada (AE2).

Esses depoimentos mostram que a escolha dos cursos pelos estudantes está fortemente ligada a fatores culturais, sociais, econômicos e afetivos, o que podemos complementar com as declarações:

Eu acho que seria muito interessante pensar numa forma de valorizar a saúde em Formiga (AE2).

...eu acho que isso ajudaria até na questão da evasão escolar. Porque a gente vê muito menino de 14 anos já pensando em ganhar dinheiro, em trabalhar... (AE5).

Se ele [primo] não tivesse essa opção, talvez nem teria feito o curso técnico (AE5).

Além dos cursos superiores, as egressas ressaltaram a importância de formações de curta duração em informática, uma demanda que, na percepção delas, ainda não é plenamente atendida. A Aluna AE10 fala que “...hoje a gente encontra muitos candidatos que não têm conhecimento em informática... não sabem ligar um computador, abrir um Word, fazer um PowerPoint. Isso faz muita falta.”; a AE14 complementa que “...eu aprendi na marra a mandar e-mail, a usar slide... ainda vejo amigos que não sabem mandar um e-mail. Parece simples, mas afeta diretamente o emprego da pessoa.”

Outra questão colocada pelo grupo é em relação à necessidade de fortalecer a formação de professores, o que eles apontam como estratégica para o desenvolvimento da região. A AE9 coloca que “... tem que começar a investir na base, em formação de professores de história, matemática...colocando professores de alta qualidade, você investiria no desenvolvimento regional.” Em contrapartida, AE5 (no trecho anterior) havia apontado a desvalorização da profissão docente: “Ser professor não é algo que eles cogitam mais... Não está sendo uma profissão desejada, justamente por causa da desvalorização.”

Mas os egressos colocam que, além da oferta, é necessário ampliar a comunicação e orientação vocacional nas escolas, para que conheçam de fato as possibilidades existentes e possam fazer escolhas mais conscientes e alinhadas com suas aptidões e interesses. Ao destacar que havia um desconhecimento geral sobre o IFMG e seus cursos, os egressos colocaram que essa situação tem melhorado.

Eu tenho notado uma melhora, porque até uns anos atrás, quando falava do IF, as pessoas nem sabiam o que era. Achavam que era o CEFET, mas hoje, por exemplo, eu pergunto para os meus alunos, e eles já sabem o que é o IF. Eles sabem que tem curso técnico, que tem faculdade, que é de graça (AE5).

Em uma percepção geral da instituição no contexto local, as falas das participantes sugerem uma lacuna entre as aspirações dos jovens e as oportunidades de trabalho em Formiga. A busca por formações mais rápidas e a desvalorização de profissões como a de professor são temas recorrentes. O egresso AE5 considerou que “...[adolescentes] não querem nada muito sério pra vida, não. No máximo, querem fazer um curso técnico para já conseguir um emprego e entrar no mercado de trabalho”. Nesse sentido, os participantes defendem a volta dos cursos técnicos concomitantes e a criação de cursos técnicos noturnos para atender a trabalhadores e reduzir a evasão escolar.

As participantes sugeriram ajustes na oferta formativa para atender melhor às demandas regionais, como AE9 avaliou que “...acredito que o curso de Computação deveria ser noturno ou até híbrido, porque muita gente desiste do curso por não conseguir conciliar trabalho e estudo.” E maior divulgação: “Hoje, por exemplo, eu pergunto para os meus alunos, e eles já sabem o que é o IF. Mas ainda tem muita gente que não conhece os cursos que a instituição oferece.” (AE13)

Houve consenso de que é necessária maior divulgação do IFMG para fortalecer o vínculo com a comunidade. Apesar da melhora recente, a falta de procura por Licenciatura em Matemática está ligada à desvalorização da profissão docente. Em suma, o grupo recomenda que o IFMG adapte a oferta (criando cursos noturnos e focados em Saúde/Agronegócio) e

harmonize o currículo das graduações, integrando o alto rigor teórico com maior orientação prática e profissional para atender às demandas regionais.

Vários ex-estudantes compartilharam a preocupação com a falta de motivação e preparo dos jovens para o mercado de trabalho, destacando a dificuldade das empresas locais em encontrar mão de obra qualificada.

Laís levantou o questionamento sobre a pouca valorização do IFMG pela comunidade local. Apesar de o diploma ter peso no mercado, ela destacou que muitas vezes os estudantes preferem instituições privadas consideradas “mais fáceis”, o que aponta para um desafio de identidade e reconhecimento da instituição na própria cidade. Essa fala trouxe um questionamento entre os participantes sobre até que ponto o problema está na falta de interesse dos estudantes ou nas condições de trabalho oferecidas na região. Duda, por exemplo, ponderou que não se pode generalizar, o que leva a refletir sobre políticas públicas de inserção profissional e valorização do trabalhador.

Para o grupo 3, a ausência de cursos noturnos e EAD além de carga horária intensa, dificulta o acesso de quem precisa trabalhar, assim como os cursos integrais inviabilizam a conciliação entre estudo e emprego, favorecendo muito a evasão.

Uma área que aparece como demanda urgente diante das necessidades das empresas locais é marketing e publicidade. O aluno AE17 destacou:

A gente precisa olhar o que está também muito em alta hoje, a questão do marketing, publicidade, propaganda, porque as empresas precisam cada vez mais disso. Eu sei que tem empresas de formiga que buscam isso fora, entendeu? Porque não tem qualificada aqui.

A egressa AE19 reforçou a relevância do marketing e da contabilidade, “Eu acho que o marketing é válido porque hoje, aqui em Formiga, mais empresas de empreendedores mesmo é que giram aqui. E o certificado digital também, que agora está em alta. Acho uma área válida, contabilidade também.”

As empresas locais, especialmente do setor de cal e construção, apontam a falta de mão de obra qualificada. A egressa AE15 compartilhou essa percepção, “Essas empresas que eu conversei, foi na parte do Cal. Não tem mão de obra qualificada...não tem nem na parte de peão, nem na parte especializada, nem na parte de, por exemplo, na parte química.” Por fim a egressa AE16 ressaltou a importância de formações voltadas ao agro e à logística, “Na parte da zona rural, as fazendas hoje é tudo soja...traz gestores para ocupar cargos de gerência, tudo de fora. Talvez seja alguma coisa alinhada à logística que eu acho que ajuda muito na parte financeira de curso da empresa.”

Outro aspecto recorrente foi a percepção de que muitos jovens não apresentam interesse em ingressar no mercado formal ou se qualificar. AE19 expressou preocupação, “Não tem gente. O pessoal não sabe fazer um currículo. Não sabe conversar... Eu fico assim indignada. Gente, eu não sei onde a gente vai parar. O maior problema. Assustador, assustador.”

AE17 complementou: “O maior problema de Formiga hoje é que tem uma grande porcentagem que vive de benefício do governo. Então o pessoal não tem interesse em ingressar no mercado de trabalho.” AE20 ponderou sobre os riscos de generalização, mas reconheceu que o mais preparado tende a prevalecer: “Eu acho que o mercado de trabalho não é fácil. Eu acho que o mais forte vai prevalecer ali. O que tem conhecimento.”

Os ex-estudantes reafirmaram a importância do IF como instituição de ensino que oferece uma base sólida e diferenciada. Para AE17, essa formação dá resiliência, “Quando você tem essa base do IF (...) eu acho que as coisas se tornam mais fáceis. Eu acho que você fica mais forte, entendeu? Eu acho que nada te abala tão facilmente.”

O conceito de emancipação conforme coloca Freire não é apenas um ato de libertação, mas um processo contínuo de transformação no qual o indivíduo deixa de ser um objeto passivo para se tornar um sujeito ativo e crítico de sua própria história. Entende-se, então, que a percepção dos egressos do IFMG Campus Formiga sobre sua trajetória, quando analisada sob a lente da Emancipação de Paulo Freire (Conscientização + Práxis), é contraditória, revelando uma emancipação pessoal e subjetiva bem-sucedida, mas uma emancipação coletiva e transformadora ainda em construção ou limitada pelo contexto regional.

A percepção desses sujeitos sobre a formação no IFMG é amplamente percebida como um processo que liberta o indivíduo da ingenuidade e da passividade, transformando-o em um sujeito capaz de atuar criticamente. Isso está plenamente alinhado com a meta freireana de superação da visão assistencialista e da formação de sujeitos.

Nesse sentido, podemos destacar que o ambiente rígido do IFMG, com sua demanda sistemática, força o estudante à ação e reflexão sobre seus desafios. O desenvolvimento de autonomia, maturidade, disciplina e a capacidade de organizar o tempo (AE2, AE7) são a manifestação da capacidade de autodeterminação, ou seja, o egresso aprende a “buscar um livro, como pesquisar” (AE2), transformando-se em um sujeito ativo em seu próprio aprendizado. Esse é o desenvolvimento da autonomia e da práxis subjetiva, o processo pelo qual o sujeito aprende a pensar e agir por conta própria, aplicando o que sabe para melhorar sua vida individual, ou seja, é aprender a ser um sujeito ativo e usar seu conhecimento para moldar o seu próprio caminho.

O desenvolvimento da oratória e a perda do medo de falar em público (AE8, AE5) são vitais. Para Freire, a palavra é o veículo da Práxis, e a capacidade de se comunicar e “se posicionar” (AE11) permite ao egresso intervir no mundo, assumindo responsabilidades e não ficando “acuado” (AE11). Percebe-se que foi construída a capacidade de comunicação crítica, ou seja, a habilidade de usar a palavra com intenção e propósito transformador, e não apenas para transmitir informações.

Por fim, o forte reconhecimento da qualidade da formação (AE20) e a consciência de que o diploma confere resiliência e força (“você fica mais forte, entendeu? Eu acho que nada te abala tão facilmente.” - AE17) demonstram que os egressos têm uma visão crítica e positiva sobre o valor da sua base de conhecimento, superando uma visão ingênua.

Por outro lado, a emancipação coletiva se mostra limitada, em desconexão da Práxis transformadora. O processo de emancipação é interrompido ou enfraquecido quando a formação deveria se traduzir em transformação da realidade concreta e local, um pilar central da pedagogia freireana.

A crítica mais recorrente sobre a graduação ser “muito teórica” e “abstrata” (AE4) e ter um “foco excessivo na área acadêmica” (AE6) aponta para um risco de educação “bancária” (conhecimento como depósito, não como ferramenta de intervenção). O conhecimento teórico não se liga à Práxis transformadora no mercado de trabalho local, o que impede a utilização da formação para modificar Formiga e região.

Outro ponto destacado é o êxodo como falha da Práxis coletiva. O fato de muitos egressos precisarem sair da cidade para encontrar oportunidades compatíveis com sua formação (ou que estudantes que fizeram técnico e depois graduação fora também saírem) demonstra que, embora o indivíduo esteja emancipado para o mercado global, a instituição não emancipou o seu entorno. Por fim, observa-se que a percepção de que há desvalorização da profissão docente (AE5) e de que o IFMG não é totalmente conhecido ou valorizado pela comunidade (AE10) sugere uma falha no diálogo (anti-assistencialismo freireano) e na conscientização da sociedade sobre o papel da instituição como agente de mudança.

Em síntese, o IFMG confere aos egressos as habilidades, o ser mais, para a emancipação individual. Contudo, a Práxis, ação-reflexão para a transformação, é frustrada pela desconexão curricular e pela rigidez da oferta, forçando os egressos a buscarem sua liberdade e atuação como sujeitos em outros contextos que não o seu de origem, limitando o impacto do projeto na emancipação social regional.

6. ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS DA PESQUISA

No Capítulo 4, foi apresentado um panorama histórico, político e analítico da criação e da atuação do IFMG Campus Formiga em seu contexto regional e local. Observa-se que há uma dificuldade de o Instituto traduzir seu mandato legal de desenvolvimento regional em prática efetiva. Neste capítulo, elaborou-se um diagnóstico crítico dessa situação, contrastando os achados empíricos da pesquisa com a fundamentação teórica crítica da tese. O objetivo é evidenciar as contradições sistêmicas que comprovam a urgência e a necessidade da proposição de um Paradigma de Gestão Social para o IFMG Campus Formiga (PGS IFMG Campus Formiga).

Criado como extensão do CEFET Bambuí, o campus de Formiga foi, essencialmente, um ato político-burocrático, mais do que um processo de Cidadania Deliberativa. A iniciativa nasceu do desejo do prefeito Aluísio Veloso (PT) de trazer uma instituição federal para o município. Essa vontade se alinhava à política nacional de expansão do Governo Lula, sendo articulada como uma conquista do PT.

O processo decisório foi marcado por um insulamento político, em que o CEFET Bambuí e a Prefeitura de Formiga fecharam uma parceria, “algo de bastidores, mas legal”, em um momento em que não havia nem recursos e nem autorização para expansão federal. Isso revela que a decisão foi pautada na lógica de custo-benefício e viabilidade institucional, e não em consulta ampla à sociedade.

O processo de criação e legitimação do CEFET Bambuí extensão Formiga foi sustentado por uma rede de práticas, sendo educacionais, político-institucionais, midiáticas, sociais-regionais e econômico-produtivas, que se reconfiguraram de acordo com os atores e interesses locais. A rede de práticas político-institucionais é o ponto decisivo que precede a criação da instituição, pois envolve a articulação para garantir que Formiga fosse escolhida como sede. Muito além de decisões educacionais e publicações de editais, o poder político foi definitivo. Portanto, destacamos, a atuação de líderes como o ex-prefeito Aluísio Veloso e o deputado Reginaldo Lopes, que foi decisiva para garantir a sede do campus em Formiga. Houve mobilizações junto ao MEC e negociações sobre a construção do campus próprio. O discurso central era de que a vinda da instituição foi uma “conquista política da cidade”.

Somado a isso, o discurso público do prefeito Aluísio Veloso ao anunciar a escola, remete diretamente à racionalidade instrumental: “nossa economia depende de mão de obra em grande escala”, evidenciando a subordinação ideológica da educação ao mercado. A educação é reduzida a uma ferramenta utilitária e produtivista para atender a demandas econômicas,

contrariando o ideal de formação humana integral. A necessidade do mercado local e regional, foi colocada acima da formação humana integral. Esse discurso se funde à gênese das escolas técnicas, fundadas como instrumentos de política para assistir uma classe desprovida de recursos, sempre vinculadas às políticas de desenvolvimento econômico, passando, assim, a serem reconhecidas como referência na qualificação da mão de obra. Em consequência, a definição dos cursos oferecidos acompanhava as variações do mercado brasileiro, produzindo mão de obra para esta finalidade.

É importante ressaltar que houve forte resistência, revelada nos bastidores, por parte de instituições privadas, como o UNIFOR, que atuou para barrar a vinda da Universidade Federal de São João Del-Rei, temendo a concorrência e novamente buscou interromper a atuação do CEFET. Essa pressão do mercado influenciou diretamente a política pública local e pode ser relacionada ao descaso atual do poder público local com a instituição, favorecendo uma em detrimento da outra, conforme colocado pelos servidores do campus durante o DRPE.

A ACD nas reportagens aponta o silêncio da sociedade civil organizada, que não foi consultada, sendo a comunidade posicionada como beneficiária passiva da conquista política.

A fase de constituição (2005-2008), que levou a Formiga de Extensão a UNED e, finalmente, a IFMG Campus Formiga, foi um período de caos gerencial e intensa disputa política. A vinda da UNED pode ser vista como consequência política, pois foi resultado de uma estratégia pragmática da gestão municipal, que ofereceu contrapartidas significativas para “entrar para ganhar” a chamada pública do MEC, mas que também contou com forte apoio político.

Em relação à criação do IFMG, o quinto instituto em Minas Gerais, essa foi descrita como uma “guerra política” entre os antigos CEFETs e Escolas Agrotécnicas, em que a negociação e as alianças de grupos definiram a composição da Reitoria e o desenho regional da rede. Esse processo de unificação demonstrou a persistência da Burocracia Weberiana. O PDI inicial foi feito “às pressas”, uma verdadeira colcha de retalhos, por falta de diretrizes claras do MEC, o que comprometeu a racionalidade formal e a capacidade de o IFMG cumprir sua missão emancipadora desde o início.

A definição dos cursos pioneiros foi uma decisão por conveniência. A escolha desses cursos não seguiu uma metodologia de consulta à comunidade, mas sim a racionalidade instrumental de “otimizar recursos e o know-how” já existente no CEFET Bambuí. Em um segundo momento, com a formação da UNED, a decisão foi motivada pela obrigatoriedade

legal e pelo cálculo de otimização do quadro docente existente, além de ainda existirem imposições do campus Bambuí.

Após a UNED se consolidar, a prefeitura informa que “perdeu o vínculo”, esse fato corrobora a colocação anterior, em que fica registrado pelos servidores o descaso do município com a instituição. Além disso, a obra da nova sede foi embargada por problemas na fundação, tornando o prédio provisório em sede oficial. Isso ilustra o alto custo da articulação política baseada na racionalidade instrumental e não no diálogo duradouro.

A análise do panorama atual do IFMG Campus Formiga revela uma profunda tensão estrutural entre o mandato legal emancipatório e a prática administrativa instrumental. Conforme Habermas (1981), a solução para os dilemas da modernidade não é eliminar a razão instrumental, mas subordiná-la à razão comunicativa, delimitando seus limites para preservar a liberdade e a humanidade.

O primeiro ponto a destacar é a contradição da autonomia e o insulamento burocrático. A Lei 11.892/08 confere autonomia administrativa, patrimonial, financeira e didático-pedagógica aos IFs. No entanto, a percepção da comunidade interna no campus aponta para uma “alta dependência do Governo Federal” e “pouca autonomia” para gerir infraestrutura e orçamento. Essa é a principal e mais profunda contradição: a liberdade formal garantida pelo Estatuto e pelo Regimento Interno não se traduz em autonomia gerencial efetiva na prática. Essa dissociação é um sintoma da persistência da burocracia Weberiana, cuja lógica hierárquica e top-down favorece a racionalidade instrumental.

O Regimento Interno, ao prever um Diretor-Geral com ampla autoridade e a subordinação das Assembleias de Área à Diretoria de Ensino, cria uma estrutura que dificulta o exercício pleno da Cidadania Deliberativa. A gestão, ao focar em métricas quantitativas de desempenho e ocupação (como a otimização de vagas e a relação inscrito/vaga no PDI), demonstra uma visão utilitária que vê o aluno como um output eficiente, conforme a crítica de Habermas à colonização do mundo da vida pelo sistema. A autonomia do Campus está sendo sufocada pela lógica do Sistema (a burocracia centralizada).

Como segundo ponto, evidenciamos a falha da oferta de cursos e a instrumentalização da educação. Nesse sentido, o ponto nevrálgico dessa tensão se manifesta na definição da oferta de cursos. A legislação estabelece que a oferta formativa deve ter “ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional” e orientar-se pelo fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais. Contudo, a pesquisa histórica e os dados atuais apontam para um desalinhamento da oferta de ensino com o mercado local. A gênese dos cursos foi

marcada pela racionalidade burocrática. A decisão de oferecer Licenciatura em Matemática baseou-se na otimização de professores e em imposições da antiga matriz. O curso de técnico em administração foi aberto mesmo após um levantamento indicar não haver demanda, sendo priorizado por ser o mais procurado pelos estudantes como via de acesso ao ensino superior.

Essa prática é o exato oposto da Cidadania Deliberativa, pois prioriza o interesse interno como o que é fácil oferecer ou o que otimiza o quadro docente, sobre a demanda social e a vocação regional, configurando um insulamento decisório. O resultado é a prevalência de uma formação instrumental. O egresso chega com uma “visão acadêmica” e “cru” para o mercado, enquanto o empresariado exige “mão de obra pronta” e vê o investimento em estagiários de curta duração como “gasto”. Essa situação confirma o alerta de Frigotto (2018) de que o IF corre o risco de cair na armadilha do mercado, reduzindo a educação à dimensão instrumental e desvirtuando o projeto de formação politécnica e emancipatória. O desenvolvimento regional, nesse contexto, torna-se contraditório e não socialmente justo, pois não está ancorado na formação humana integral e politécnica.

Reforçando essa discussão, a análise do IFMG Campus Formiga, conforme informações do PDI (Souza, 2023), revela que o campus tem suas áreas de atuação delineadas nos eixos de Controle e Processos Industriais, Gestão e Negócios, e Informação e Comunicação. No entanto, a ausência de uma grande área definida para Licenciaturas e a falta de planejamento junto à comunidade na escolha dos cursos (situação identificada na gênese do campus) impactam diretamente a efetividade do desenvolvimento regional. Se a formação for conduzida de forma instrumental (cujo foco é apenas formar técnicos rapidamente, caindo na armadilha do mercado, conforme o alerta de Frigotto), a capacidade do IFMG de promover o desenvolvimento sob uma ótica social será limitada. O sucesso, portanto, depende de uma cultura de gestão que priorize o enraizamento territorial em suas ações, garantindo que a dimensão educativa (emancipatória) e a dimensão do desenvolvimento regional (integrada) sejam conduzidas de forma planejada e articulada.

Souza (2023) coloca que, conforme disposto no PDI 2029-2023, cada *campus* tem uma ou mais áreas de atuação que, consequentemente, delineia as práticas de ensino, pesquisa e extensão a serem desenvolvidas. O quadro 31 apresenta a situação do campus Formiga. Percebe-se que o campus não tem uma grande área de atuação, o que engloba bacharelados e licenciaturas. Conforme identificado nessa tese, o IFMG campus Formiga carrega consigo decisões feitas em sua gênese que impactam diretamente nessas informações. A escolha de

curso ao longo dos anos não foi alvo de planejamento junto à comunidade, além de sofrer com decisões da antiga matriz em relação à competição por oferta.

Quadro 31 Grandes áreas de atuação e eixos tecnológicos, por campus

Campus	Grandes áreas de atuação (bacharelados/licenciaturas)	Eixos Tecnológicos (superiores em tecnologia e técnicos)
<i>Campus Formiga</i>	-	Controle e Processos Industriais, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação

Fonte: Adaptado de Souza (2023, p.27).

Souza (2023) chama atenção para a necessidade de o mapeamento dos eixos tecnológicos serem realizados ao longo da vigência do PDI. Assim, o autor busca mapear e apresenta Arranjos Produtivos Locais / Regionais direta ou indiretamente articulados aos *campi* do IFMG, em uma abordagem ampla, contemplando, além do aspecto econômico, aspectos territoriais, ambientais, sociais e culturais.

O terceiro ponto que sobressai é a fragilidade do mundo da vida e a necessidade de engajamento. O diagnóstico revela que a comunidade formiguense não “acordou” para o significado do IFMG, resultando em baixo engajamento e falta de sentimento de pertencimento. O desinteresse dos jovens por cursos superiores longos, a resistência à liderança e a falta de perspectiva, muitas vezes influenciada pela família, que prioriza o salário imediato, são evidências de que o mundo da vida (a esfera social, cultural e de valores) está fragilizado.

A comunicação e a imagem institucional são percebidas como deficientes, o que reforça o desconhecimento do IFMG pela população local e impede a materialização do seu papel social. A comunidade é frequentemente construída como beneficiária passiva, em vez de agente ativo, o que é um resultado do insulamento e da falta de mecanismos de diálogo contínuo. A Pedagogia Crítica de Paulo Freire (1979), que é um dos pilares teóricos da Gestão Social, exige que a educação ajude o homem a se tornar sujeito, e não objeto, por meio da conscientização e da problematização da realidade. A Gestão Social é o veículo para incluir essa racionalidade substantiva e comunicativa no processo decisório, forçando a instituição a sair do seu “ensimesmamento”.

Quanto à percepção da comunidade sobre a formação oferecida pelo IFMG campus Formiga, pode-se destacar que a percepção dos empresários está profundamente alinhada com a racionalidade instrumental que presidiu a fundação do campus, sendo a mão de obra pronta para a economia local. Os empresários criticam que o aluno chega com uma visão acadêmica

(teórica) e pouca experiência prática, o que gera a necessidade de a empresa criar “trilhas de preparação” internas. Isso comprova que a Racionalidade Instrumental (lógica de custo-benefício) inicial do campus – que definiu os cursos com base na otimização de professores – falhou em entregar o resultado prometido.

A dificuldade em desenvolver liderança e a resistência do jovem em iniciar a graduação são vistas como carências comportamentais e éticas. Isso reforça a visão de que a educação, na visão dos empresários, precisa ser uma ferramenta para o amadurecimento pessoal e o comprometimento, legitimando a crítica à ausência de uma formação humana integral no currículo.

A percepção da sociedade civil organizada (Tatame do Bem) e dos professores das escolas públicas reflete a frustração do ideal emancipatório prometido pela Lei 11.892/08. A falta de conhecimento da comunidade sobre a oferta do IFMG campus Formiga e a ausência de cursos em áreas essenciais (Mineração, Saúde, Logística) sugerem que o insulamento burocrático – a dificuldade de transformar a autonomia legal em diálogo efetivo – persiste. A não realização da Cidadania Deliberativa (consulta à comunidade) no momento da escolha dos cursos resultou neste desalinhamento percebido.

Embora o campus Formiga confira ao egresso resiliência, autonomia e preparo acadêmico (emancipação subjetiva), a instituição não emancipou o seu entorno. O alto índice de evasão no Ensino Médio, motivado pela necessidade de trabalho e pela falta de perspectiva, que é o jovem querer “ganhar dinheiro” e buscar formação rápida, prova que o campus ainda não conseguiu ligar-se à realidade local para oferecer a práxis transformadora.

As críticas comunitárias têm origem direta nas decisões de formalização do campus. A crítica unânime à infraestrutura (laboratórios antigos, ausência de RU) e a problemas de permanência e localização é a consequência material da decisão histórica de se construir o campus em um prédio cedido pela prefeitura e do embargo da nova sede. O pragmatismo inicial e o cálculo de baixo custo para garantir a sede resultaram no atual “calcanhar de Aquiles” do campus.

O debate sobre a “perda do caráter técnico e tecnológico” do IFMG e a excessiva teorização é um reflexo direto da disputa pela identidade durante a formalização (CEFET versus IFMG), em que a racionalidade instrumental do MEC pressionou por cursos de Licenciatura e Graduação (visando ao prestígio universitário e à verticalização), em detrimento da ênfase técnica e aplicada essencial para o desenvolvimento regional imediato.

A percepção da comunidade, portanto, valida a crítica teórica da tese: a ineficácia social do IFMG Formiga é o resultado direto da burocracia insulada e da racionalidade instrumental que presidiu sua criação, gerando um desalinhamento estrutural entre o que a Lei ordena e o que a comunidade necessita.

Nesse contexto, o paradigma de Gestão Social é, portanto, um imperativo político-pedagógico para o Campus Formiga, pois se apresenta como constructo vital para superar o “insulamento decisório” e garantir que a voz da sociedade, representada nos grupos focais (Tatame do Bem, empresários, professores), se transforme em ajuste de oferta e em planejamento de Ensino, Pesquisa e Extensão. A Cidadania Deliberativa garante que a definição dos cursos seja legítima, com pluralismo e igualdade política na deliberação, em oposição à lógica da otimização de custos (Racionalidade Instrumental). E, por fim, o foco do modelo, ancorado na Pedagogia Crítica, garante que o resultado da gestão seja a emancipação social, ou seja, a expansão das capacidades e da autonomia dos sujeitos, e não apenas a eficiência técnica.

Esse diagnóstico confirma que as contradições do Campus Formiga - o desalinhamento da oferta, o insulamento decisório e a fragilidade da autonomia - são sintomas de uma gestão que tem permitido a prevalência da Racionalidade Instrumental sobre o imperativo social e emancipatório de sua fundação. O paradigma de Gestão Social é, assim, o aprimoramento vital para resgatar o mandato legal do IFMG, injetando a força do diálogo e da ética na burocracia.

7. PARADIGMA DE GESTÃO SOCIAL PARA O IFMG

Conforme exposto, a análise revela que o IFMG campus Formiga tem potencial para ser um agente de transformação, mas a fragilidade na articulação com o território e a prevalência da racionalidade instrumental no seu cotidiano limitam a concretização do seu mandato de Desenvolvimento Local Regional e Emancipação. Este capítulo responde ao quarto objetivo específico do estudo, sendo esse: propor um paradigma de gestão social para o IFMG Campus Formiga, que incorpore as categorias e os princípios da gestão social, da cidadania deliberativa e da pedagogia crítica, no sentido de atender aos objetivos a que se propôs o IFMG em sua concepção, no sentido de contribuir para a promoção do desenvolvimento local e regional, proporcionando as condições de emancipação social dos estudantes.

7.1 Fundamentos do Paradigma de Gestão Social: Argumento central

Conforme apresentado no diagnóstico crítico, o IFMG campus Formiga opera sob uma estrutura legal, que é a Lei 11.892/08, que criou os IFs e preza a gestão democrática e a autonomia administrativa. As comunidades interna e externa reconhecem a alta qualidade do ensino oferecido pela instituição, além de compreender que o rigor acadêmico proporciona aos estudantes disciplina, maturidade e desenvolvimento pessoal e profissional.

Nesse sentido, o PGS IFMG Campus Formiga proposto se posiciona como um aprimoramento necessário da gestão atual, buscando minimizar as contradições sistêmicas encontradas na instituição por meio do diagnóstico realizado. O foco principal se concentra em reduzir a distância entre o que a Lei 11.892/08 exige - o desenvolvimento local e regional com uma gestão democrática - e o que a prática entrega, conforme descrito, com decisões insuladas e desalinhamento com o mercado. O paradigma se estrutura como um motor de diálogo para estimular a racionalidade comunicativa e transformar a racionalidade instrumental.

Os resultados deste estudo demonstram que a racionalidade instrumental (foco em otimização interna) falhou em traduzir o mandato legal em realidade, criando contradições que podem ser sintetizadas como segue:

1. Formalmente, o IFMG tem autonomia, mas o campus Formiga percebe uma “alta dependência do Governo Federal” e “pouca autonomia” para gerir infraestrutura e orçamento. Isso se manifesta em decisões insuladas e burocráticas;

2. Historicamente, a definição dos cursos seguiu a racionalidade instrumental relativa ao custo e à otimização do corpo docente, resultando em decisões insuladas e desalinhamento com o mandato legal de promover o desenvolvimento regional;
3. Existe um desalinhamento da oferta de ensino com o mercado local, evidenciado pela falta de cursos em áreas de demandas territoriais de desenvolvimento e a evasão escolar devido à incompatibilidade dos cursos integrais com a necessidade de trabalho;
5. O desconhecimento do IFMG campus Formiga por parte da comunidade local reflete a falha na comunicação com a comunidade.

O PGS IFMG Campus Formiga é o veículo para inserir a racionalidade comunicativa (o porquê das decisões, baseado no bem comum) e submeter a racionalidade instrumental (o como das decisões, baseado na otimização). Ele poderá aprimorar o modelo vigente ao forçar a materialização da gestão democrática prevista na Lei, criando canais efetivos para que o feedback de professores, empresários, estudantes e entidades, como o Tatame do Bem, se transformem em ajuste de oferta e não em relatórios sem acompanhamento. A Gestão Social visa, em última instância, superar o “insulamento decisório” e garantir que as escolhas de cursos sejam feitas com base em uma triangulação de informações, a competência docente somada à demanda e à vocação regional, e não apenas na “otimização de professores” ou na “vontade do MEC”.

O PGS se apresenta como uma alternativa ideal para o IFMG Campus Formiga, não como um substituto, mas sim como um aprimoramento vital da gestão burocrática e instrumental hoje vigente. A solução não é eliminar a razão instrumental, mas subordiná-la à razão comunicativa, delimitando seus limites para preservar a liberdade e a humanidade (Habermas 1981). Sua implementação é importante para resgatar o mandato legal da Lei 11.892/08, pois a gestão burocrática falhou em traduzir a autonomia formal em eficácia social. Enquanto a legislação exige o desenvolvimento local e regional, as análises empreendidas nesta tese demonstram o persistente desalinhamento da oferta com o mercado local e decisões insuladas, tornando o PGS um caminho para repercutir a voz da sociedade no processo decisório da instituição.

7.2 O Paradigma de Gestão Social

O paradigma proposto nessa tese integra as categorias Gestão Social, Cidadania Deliberativa e Pedagogia Crítica. A união dessas categorias busca garantir que as decisões sejam tomadas de forma democrática, transparente e alinhada com as necessidades de todos os envolvidos para o desenvolvimento regional. A seguir, apresentam-se as categorias que se integram para formar o PGS IFMG Campus Formiga.

A Gestão Social é organizada em três eixos principais: IBC, Esferas Públicas e Emancipação (Cançado; Pereira; Tenório, 2013). O IBC pressupõe que o bem-estar coletivo promove o bem-estar individual e a sua construção com Solidariedade e Sustentabilidade ajuda a estabelecer as bases da democracia. A próxima categoria é a Esfera Pública, *lócus* para que a Gestão Social ocorra de fato; é a arena para seu desenvolvimento na perspectiva habermasiana (Oliveira; Cançado; Pereira, 2010; Cançado; Tenório; Pereira, 2013; Cançado; Pereira; Tenório, 2015). As Esferas Públicas são onde acontece o diálogo entre Estado, Sociedade e Mercado e é por meio dessa ação dialógica que as pessoas trocam ideias, opiniões e filtram o que é mais importante. Para que esse diálogo seja justo, as categorias complementares da Esfera Pública são essenciais, incluindo a Democracia Deliberativa (processo decisório) e a Racionalidade (subordinação da lógica instrumental ao agir comunicativo), Dialogicidade (capacidade de comunicar e entender as pessoas), Intersubjetividade (interação entre o “Ego e o Alter” pela compreensão do diálogo), Comunidades de Prática (dinâmica de interação) e Interorganizações (Cançado; Tenório; Pereira, 2015).

A última categoria é a Emancipação que representa o ponto de chegada e o resultado último da Gestão Social. A Emancipação significa livrar-se da tutela de alguém e pensar por si mesmo, na busca de autonomia (Cançado, 2011, 2014). Quando os sujeitos alcançam a Emancipação, tornam-se autônomos e agem para resolver seus próprios problemas, sendo capazes de entender o mundo e o lugar que ocupam nele.

A cidadania deliberativa é um conjunto de regras para garantir que as decisões tomadas nas Esferas Públicas sejam justas e inclusivas. Ela foca na Transparência e Inteligibilidade do diálogo, garantindo canais de informação claros e a fiscalização dos resultados (Controle Social). Além disso, estabelece regras para a Inclusão e Pluralidade, assegurando que todos (Governo, Empresas e Pessoas Comuns) tenham a mesma chance de falar e decidir, sem coerção, bem como regras para a Autonomia e o Controle, permitindo que o objetivo seja o Bem Comum.

O processo de Educação Emancipatória e Dialógica, na perspectiva de Paulo Freire (2016), é um ciclo contínuo de transformação da consciência e da realidade, que se inicia na passividade e avança para a participação ativa. Para o autor, o ciclo começa com o indivíduo em uma posição passiva ou desinformada em relação à sua realidade, sendo essa uma Posição Ingênua. A partir dessa posição, o indivíduo passa por um processo de conscientização, que, segundo Freire (2016), envolve a obtenção de convicções. A conscientização leva o indivíduo a deixar a passividade e adotar uma Posição Crítica em relação ao mundo que o cerca. O indivíduo, agora com uma posição crítica, passa a se ver e a agir como um sujeito ativo que age sobre a realidade que aprendeu a compreender.

Essa ação se manifesta como participação ativa e democrática, em que o indivíduo influencia as decisões e os processos de seu entorno. A participação ativa e a ação do sujeito culminam na mudança da realidade local e regional, cumprindo o propósito emancipatório. O ciclo se fecha, levando a uma nova posição ingênua (em relação a novos problemas ou a uma nova realidade transformada), e o processo de aprendizado e ação recomeça.

O PGS está na interseção entre Gestão Social, Cidadania Deliberativa e Pedagogia Crítica, cada uma mantendo um pilar desse processo conforme quadro 32.

Quadro 32 – Base conceitual do PGS IFMG Campus Formiga

Pilar	Contribuição Central para o PGS IFMG Campus Formiga
Gestão Social	Fornece a Lógica da decisão, garantindo que o processo seja dialógico e superando a burocracia monológica.
Cidadania Deliberativa	Fornece a Estrutura da decisão, garantindo que o processo seja legítimo e plural, superando a racionalidade utilitária na deliberação
Pedagogia Crítica	Fornece o Propósito da decisão, garantindo que o resultado da gestão e do ensino seja a emancipação, superando a mera eficiência técnica

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Ao unir os pilares Gestão Social e Cidadania Deliberativa, no contexto do IFMG campus Formiga, garante-se uma gestão participativa e legítima, ou seja, quando há a participação da comunidade essa ação encontra legitimidade no mundo da vida. Pode-se ilustrar com os Conselhos e Fóruns, pois, em uma gestão participativa, eles não são apenas consultivos, mas sim espaços de diálogo racional em que a autoridade é compartilhada entre os atores do IFMG campus Formiga e a comunidade, garantindo que as decisões sejam tomadas por consenso.

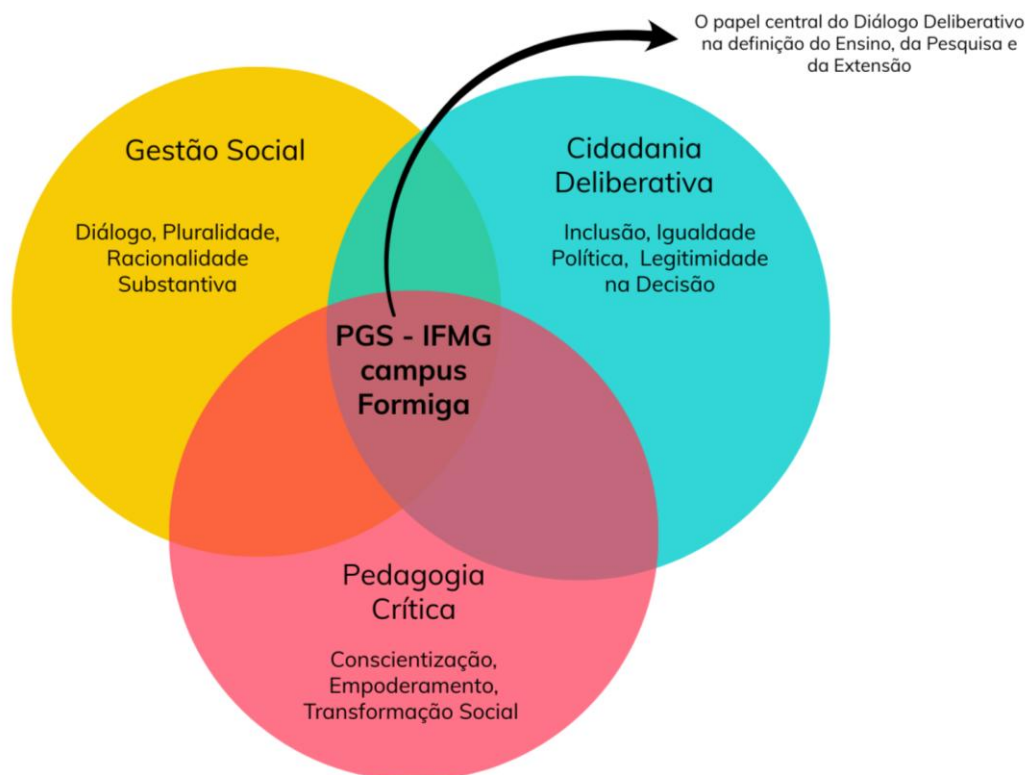
Na interseção entre a Gestão Social e a Pedagogia Crítica, a gestão participativa leva à emancipação. Nesse sentido, o modelo de gestão deve priorizar ações, pesquisas e cursos que

rompam com a dicotomia histórica da EPT, garantindo que a formação humana integral não seja colonizada pela lógica utilitária do mercado. A gestão é um ato político-pedagógico, em que a opinião da comunidade e do estudante tem o objetivo de transformar a realidade e não apenas se ajustar a ela.

E, por fim, na interseção entre Cidadania Deliberativa e Pedagogia Crítica, encontra-se a formação para a cidadania ativa. O currículo (Matriz Curricular) deve ser definido de forma a preparar os estudantes para serem sujeitos nos fóruns da Cidadania Deliberativa, tornando a formação técnica indissociável da capacidade de intervenção social e política.

O Paradigma de Gestão Social (PGS) do IFMG *Campus Formiga* é o ponto central em que os três pilares se interconectam. Esse ponto central é o processo que assegura que a definição de Ensino (EN), Pesquisa (P) e Extensão (EX) — a tríplice missão dos IFs — seja um ato fundamentado nos três pilares: dialógico (Gestão Social), legítimo (Cidadania Deliberativa) e focado na transformação (Pedagogia Crítica), conforme verifica na figura 34.

Figura 34 - Ciclo do PGS IFMG Campus Formiga



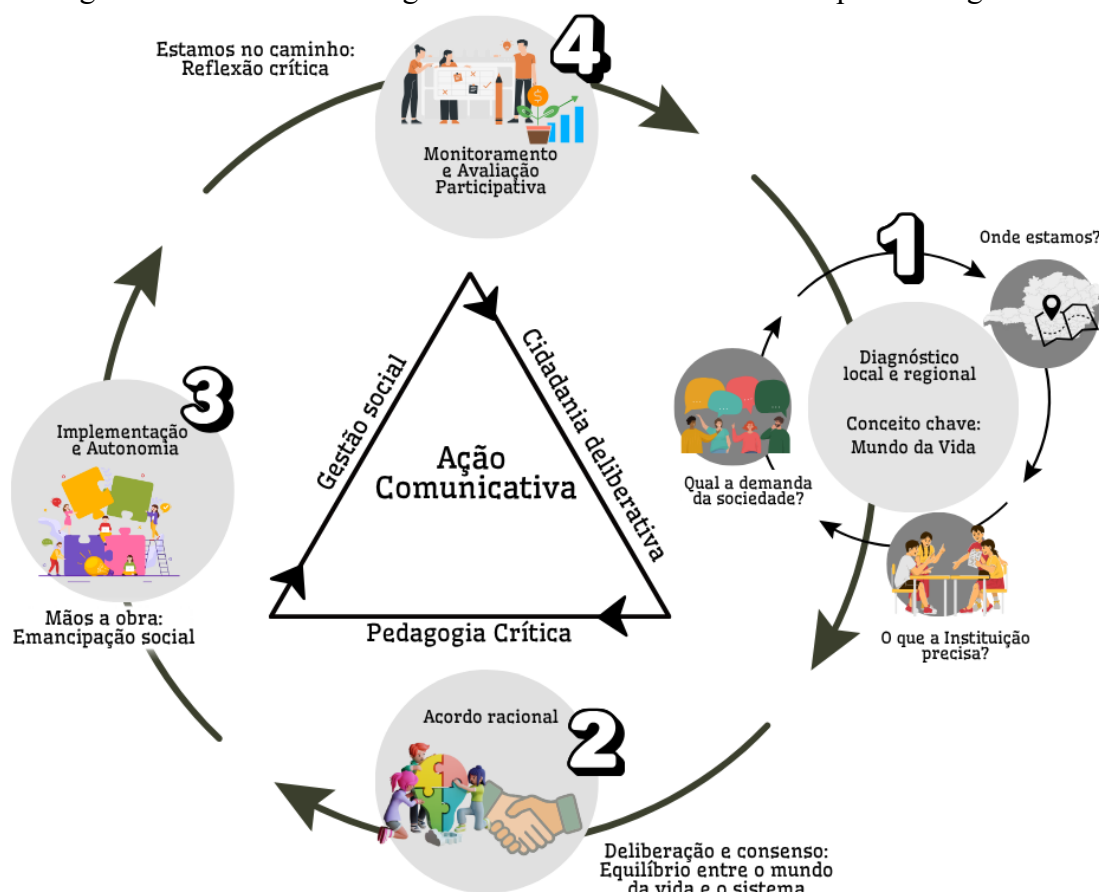
Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Importante destacar que EN, P e EX formam a tríplice missão dos IFs, definida pela Lei 11.892/08 como a identidade legal e social dessas instituições. Isso significa que o paradigma

de Gestão Social propõe que a comunidade participe ativamente e de forma dialógica em três aspectos essenciais da instituição: i) EN, decidindo quais cursos devem ser oferecidos e como eles devem ser estruturados; ii) P, definindo quais problemas regionais a instituição deve pesquisar, garantindo que a produção de conhecimento seja relevante para o desenvolvimento local; iii) definindo quais ações devem ser oferecidas à comunidade (cursos de curta duração, consultorias, dentre outros.), garantindo que a instituição não seja uma ilha, mas um “agente” de transformação social.

A figura 35 ilustra um ciclo de gestão e ação social do PGS do IFMG Campus Formiga, fundamentado na teoria da ação comunicativa, que busca o equilíbrio entre Mundo da Vida, as necessidades da comunidade local e regional e o Sistema, representados pelas regras e estruturas da organização.

Figura 35 - Ciclo do Paradigma de Gestão Social IFMG Campus Formiga



Fonte: Elaborado pela autora, 2025

1.Diagnóstico local e regional: o mundo da vida

Essa etapa busca compreender a realidade local, guiada pelo IBC, sendo um espaço social e cultural, onde as pessoas interagem, dialogam e constroem suas necessidades. Esse diagnóstico é um processo circular, em que as esferas públicas se formam, mantendo, assim, uma escuta ativa de problemas, ideias e prioridades da comunidade. Ele se divide em três etapas fundamentais e complementares que podem ser consideradas miniesferas públicas, conforme descrito a seguir:

- i) Onde estamos? Essa etapa explora o território onde o IFMG campus Formiga se insere, considerando que esse é um espaço em permanente transformação e demanda uma constante atualização de suas características. Neste estudo essa etapa foi realizada por meio da identificação de estudos feitos na área, como, por exemplo, o livro do professor Leandro Aguiar (2023) e do PDI 2024/2028 da instituição.
- ii) De que a instituição precisa? Essa etapa busca identificar a percepção da comunidade acadêmica sobre a instituição, identificando forças e fraquezas, dentre outros aspectos que surgem durante o diagnóstico. Este estudo foi realizado por meio do DRPE e pode ser considerado um ponto de partida. Agora, é preciso dar seguimento por meio de uma comissão interdisciplinar com levantamento contínuo de dados institucionais.
- iii) Qual a demanda local e regional? Criação de um conselho formado pela comunidade externa, composto de diferentes atores, sendo, egressos, sociedade civil, poder público, empresários e/ou CDL. A formação deve ser feita de forma igualitária para todas as categorias representadas.

É necessário identificar quem deve participar do processo, compreendendo o poder e o interesse dos envolvidos: Sociedade, Mercado e Estado. É importante destacar que o Diagrama de Venn já mapeou os atores e suas influências, sendo o DRPE realizado no campus um valioso aliado no desenvolvimento de uma Gestão Social.

Em cada uma das miniesferas públicas formadas, a tomada de decisão deve ser feita considerando os critérios da Gestão social, cidadania deliberativa e da Pedagogia Crítica.

Para um diagnóstico verdadeiramente participativo e transparente, é necessário criar locais e as regras para o diálogo e a tomada de decisão compartilhada. Para melhor compreensão, é importante retornar ao conceito de Esferas Públicas. Essas constituem um fluxo de comunicação que fundamenta a deliberação pública. Para Habermas (2011), é uma rede que possibilita a comunicação de conteúdos, posicionamentos e opiniões. Os fluxos

comunicacionais envolvidos nessas esferas são filtrados e sintetizados, podendo convergir em opiniões públicas ligadas a temas-problemas específicos.

Assim, para que esse espaço aconteça, é essencial o fortalecimento da democracia deliberativa. A participação ativa e a pluralidade são resultados do engajamento da comunidade na tomada de decisão. O engajamento é a ponte entre a intenção de participação e pluralidade e a efetiva ação. A participação ativa não acontece por acaso. As pessoas só se dedicam a um processo se estão engajadas, ou seja, se sentirem que sua presença, voz e tempo são valorizados e que podem gerar um impacto real. Um ambiente de confiança, transparência e relevância é o que gera engajamento. Se os sujeitos se engajam, eles se sentem motivados a contribuir com suas experiências e saberes.

A pluralidade não significa apenas ter a opção de falar, mas ter a motivação para se manifestar. Para que diferentes vozes e interesses sejam ouvidos, é preciso que esses grupos se sintam convidados, representados e que o ambiente seja seguro para que possam expressar suas perspectivas diversas (e por vezes conflitantes) sem medo de retaliação ou desconsideração. Isso requer um engajamento ativo na construção desse espaço. Um grupo só se engaja, se acredita que sua perspectiva será legitimamente considerada, não apenas ignorada. Promover o engajamento é uma premissa fundamental para a operacionalização da Gestão Social, pois, sem ele, a participação ativa e a pluralidade que caracterizam esse paradigma dificilmente se concretizarão de forma efetiva.

Embora Cançado, Pereira e Tenório (2013) não usem diretamente o termo engajamento, como conceito primário, a própria premissa da Gestão Social e da Cidadania Deliberativa implica na mobilização e na ação dos sujeitos para a construção das esferas públicas. Sem a adesão e o envolvimento ativo dos diferentes atores, o diálogo e a deliberação ficam prejudicados ou se tornam meras formalidades. A gestão social e a cidadania deliberativa pressupõem o engajamento como condição *sine qua non* para a superação da racionalidade instrumental e a construção de decisões legítimas. A ausência de engajamento enfraquece a força do melhor argumento. Freire (1996), com sua Pedagogia Crítica, dá o propósito para o engajamento, pois, ao promover a conscientização, busca exatamente o engajamento dos oprimidos na luta por sua libertação. O engajamento na gestão de um IF seria uma forma de exercer essa conscientização, transformando a realidade.

Nesse contexto, o engajamento não é um mero desejo, mas uma condição estrutural e psicossocial para a efetivação da Gestão Social, podendo ser promovido por meio de: incentivos tanto materiais quanto simbólicos, como o reconhecimento e a visibilidade dos resultados; a

construção de identidade criando um sentido de pertencimento à missão do IFMG; censo de autoeficácia e impacto, permitindo a crença de que a participação faz a diferença e estruturas deliberativas que garantam voz e legitimidade ao processo.

Desse modo, destaca-se que promover a participação ativa e a pluralidade dentro de um paradigma de Gestão Social, especialmente em uma instituição como o IFMG, exige ações intencionais e bem estruturadas que superem a simples “convocação” para reuniões. A participação ativa vai além da presença, envolve engajamento, contribuição e sentir-se parte da decisão.

A criação de espaços deliberativos legítimos perpassa pela formação de fóruns permanentes, conselhos ampliados, orçamento participativo, bem como a instituição de fóruns regulares para discussão de temas estratégicos (ex: definição de cursos, projetos de extensão prioritários), com pautas abertas e tempo suficiente para o debate aprofundado, estimulando o caráter deliberativo dos conselhos existentes ou criando espaços plurais envolvendo estudantes, professores, técnicos, egressos, sociedade civil, setor produtivo e poder público. E, por fim, desenvolver mecanismos em que a comunidade possa discutir e priorizar a alocação de recursos em áreas específicas, fomentando a corresponsabilidade.

Para que a participação ativa aconteça plenamente, é preciso formação e sensibilização dos envolvidos. Os participantes podem ser preparados em técnicas de debate, escuta ativa, construção de consenso e argumentação racional, superando a “cultura do silêncio”. Palestras e campanhas informativas são importantes para se divulgar a importância da participação, assim como os canais existentes e os resultados já alcançados, mostrando que a voz da comunidade faz diferença.

A Pedagogia Crítica, por meio de metodologias ativas de ensino, oferece meios de desenvolvimento dos participantes. Nesse contexto, podem ser desenvolvidos: i) Oficinas de planejamento participativo, envolvendo os atores na construção conjunta de planos e metas para o campus, assim como para a região; ii) Grupos de trabalho (GTs) temáticos com membros diversos para discutir problemas específicos e propor soluções detalhadas antes de levar à decisão final em um fórum maior; iii) Pesquisas participativas e diagnósticos comunitários, envolvendo a comunidade na coleta de informações e na identificação de suas próprias necessidades e potencialidades, como um passo inicial para a definição de cursos e projetos.

A pluralidade reconhece e valoriza a diversidade de perspectivas e interesses. Nesse sentido, é importante garantir a representatividade. Para isso, pode ser feito um mapeamento de atores sociais relevantes na comunidade de Formiga e região, como associações de bairro,

sindicatos, conselhos municipais, cooperativas, empresas, movimentos sociais, líderes religiosos, minorias étnicas, dentre outros. Além desse mapeamento, deve-se assegurar que os espaços de decisão tenham representatividade obrigatória para diferentes segmentos, o que envolve estudantes de cursos distintos, minorias, diferentes setores econômicos, representantes de ONGs, dentre outros.

A acessibilidade e a inclusão são garantidas mantendo uma linguagem clara e acessível, evitando jargões técnicos ou acadêmicos que excluam parte da população. As reuniões e os eventos devem ser em locais acessíveis e em horários que permitam a participação de trabalhadores e estudantes. Criar um ambiente onde todos os saberes (acadêmico, técnico, empírico, popular) sejam valorizados e considerados na mesma medida, combatendo a hierarquização do conhecimento e garantindo o respeito e a escuta ativa. Os mediadores ou facilitadores devem ser experientes para garantir que todos tenham voz, que as discussões sejam respeitadas e que a diversidade de opiniões seja canalizada para a construção e não para o conflito improdutivo.

De posse desse diagnóstico, seguimos para a segunda etapa, em que acontece o acordo racional.

2.Acordo racional: equilíbrio entre o mundo da vida e o sistema

O acordo racional busca a deliberação e o consenso ao equilibrar o mundo da vida e o sistema na tomada de decisão. Na esfera pública, foi construído o diagnóstico local e regional na percepção dos envolvidos, baseado na ação comunicativa.

Nesse momento, deve existir um acordo que leve em consideração a necessidade apresentada pela comunidade e o que propõe a legislação, sendo um equilíbrio entre o sistema e o mundo da vida. O Mundo da Vida é a esfera da nossa existência social em que se constroem a cultura, a identidade e a coesão social. Seu funcionamento é coordenado pela racionalidade comunicativa, ou seja, pelo entendimento mútuo, diálogo e consenso livre de coação. Os atores que formam o mundo da vida são as famílias, a escola, as associações comunitárias, os movimentos sociais e a esfera pública política. A sua função é a produção e reprodução simbólica da sociedade, sendo essa a fonte de significado, valores e solidariedade (Tenório, 1998,2008; Habermas, 1981).

O Sistema, é a esfera das estruturas organizacionais altamente complexas e funcionais que surgiram para gerenciar a sociedade moderna. Ele é separado do diálogo cotidiano e

funciona de forma impessoal e objetiva. Seu funcionamento é coordenado pela racionalidade instrumental, focada no cálculo de meios e fins e na eficiência. É formado pelo Estado (Administração Pública, Burocracia) e pelo Mercado. Tem como função o gerenciamento da complexidade e satisfação de necessidades materiais de maneira eficiente (Tenório, 1998,2008; Habermas 1981).

O equilíbrio é rompido quando a lógica do Sistema, sendo essa a racionalidade instrumental, invade e subordina o Mundo da Vida, que funciona sob a lógica da racionalidade comunicativa. Habermas chama isso de colonização do Mundo da Vida. A racionalidade comunicativa, se caracteriza quando os aspectos da vida, que deveriam ser regidos pelo entendimento e pela solidariedade (como saúde e educação) passam a ser coordenados exclusivamente pelo mercado e pelo lucro (o dinheiro como fim, e não como meio). Na colonização do Mundo da Vida, as decisões do Estado que deveriam ser fruto de debate e deliberação (legitimadas pelo diálogo) são tomadas de forma técnica, impessoal e monológica (o poder como fim, e não como meio).

Como consequência, a sociedade perde sua capacidade de produzir significado, de formar consensos éticos e de integrar-se socialmente. O foco na eficiência e no cálculo sufoca o diálogo, levando a crises de legitimidade, desconfiança e apatia política.

A Gestão Social é uma estratégia para defender o Mundo da Vida da colonização pelo Sistema. Nesse contexto, a Gestão Social propõe institucionalizar a Racionalidade Comunicativa do Mundo da Vida nos processos do Sistema, em vez de a lógica do Sistema dominar o Mundo da Vida. Isso significa priorização do processo decisório (a gestão) que deve ser baseado no consenso e na deliberação entre os sujeitos, ou seja, na lógica do Mundo da Vida e fortalecimento dos espaços públicos (como conselhos, fóruns, audiências), onde os cidadãos podem exercer a crítica e a participação, garantindo que as decisões do Sistema (Estado e grandes corporações) sejam legítimas e transparentes.

Portanto, quando se fala em equilíbrio, propõe-se uma relação de tensão democrática, em que a racionalidade dialógica e humana do Mundo da Vida deve orientar e controlar a racionalidade técnica e instrumental do Sistema. Conforme diagnóstico realizado no IFMG campus Formiga, percebe-se que a racionalidade instrumental tem sido predominante no processo de gestão, colonizando o Mundo da Vida.

3.Implementação e autonomia: emancipação social

Essa etapa busca garantir que as ações que foram definidas sejam colocadas em prática. A corresponsabilização dá sentido a toda a atividade desenvolvida até o momento. Nesse sentido, definir “quem faz o que” e “quando deve fazer” direciona as ações e garante seu cumprimento. O seu foco principal é garantir que a participação não termine na decisão, mas se estenda à execução, promovendo a corresponsabilização e, em última instância, a emancipação social. O foco deve ser na gestão participativa da execução e no empoderamento dos atores.

A implementação deve ser vista como uma ação intersubjetiva contínua. A corresponsabilização é a manifestação prática do acordo alcançado na fase anterior. Se a decisão foi baseada no entendimento mútuo, a execução deve ser mantida por meio da comunicação sobre o progresso e os desafios.

A autonomia retira o ator social da posição de mero objeto da política pública e o coloca como sujeito capaz de gerenciar seu próprio destino. Ao ser corresponsável pela execução, o cidadão pratica ativamente a cidadania deliberativa. Ele não apenas vota ou opina; ele gere recursos, resolve conflitos de execução e presta contas, aprofundando sua competência cívica. Ao focar em como as tarefas serão feitas (de forma participativa e autônoma), a implementação se torna o ponto onde a teoria da Gestão Social se torna uma práxis emancipadora.

A Pedagogia Crítica de Paulo Freire é o alicerce pedagógico fundamental para que a etapa de implementação e autonomia possa, de fato, gerar emancipação social e não apenas uma nova forma de controle. Com seu foco na conscientização e no diálogo horizontal, a pedagogia crítica, fornece as ferramentas para que a corresponsabilização se torne emancipadora.

A primeira ferramenta seria o diálogo como método, o que pressupõe a ação comunicativa na prática. A Pedagogia Crítica insiste que o processo de aprendizagem e de tomada de decisão seja dialógico, e não bancário, em que o saber é depositado pelos “gestores” nos “executores”. Na fase de implementação, isso significa que o planejamento detalhado (“quem faz o quê e quando”) não é uma instrução, mas sim um diálogo contínuo entre todos os envolvidos. Os problemas que surgem na execução são tratados como temas geradores para um novo ciclo de aprendizagem e ajuste coletivo.

Temas Geradores são o eixo da proposta metodológica freireana. Eles são a forma prática de operacionalizar a educação libertadora, que é fundamental para a emancipação social como finalidade da Gestão Social. São conteúdos que emergem diretamente da realidade dos

sujeitos, das contradições e dos problemas vividos pelos educandos, servindo como ponto de partida para a reflexão crítica (conscientização) e a ação transformadora (práxis) (Freire, 1970). Não são temas escolhidos arbitrariamente pelo educador (ou gestor), mas sim descobertos no diálogo com a comunidade.

Após o diálogo, tem-se a conscientização e a leitura do mundo. A implementação bem-sucedida, sob uma ótica crítica, exige que os atores compreendam o porquê de estarem fazendo algo e o impacto social de suas ações. Na conscientização, os participantes não apenas executam uma tarefa, mas refletem criticamente sobre como aquela tarefa se insere no contexto maior das políticas sociais da desigualdade e dos direitos. Isso evita que a execução se torne uma rotina mecânica e sem sentido. Já na transformação, a Pedagogia Crítica “vê” a prática (a implementação) como um ato político de intervenção na realidade. Ao assumir a responsabilidade, o grupo está ativamente reescrevendo sua realidade, o que é a própria definição de práxis (ação-reflexão-ação).

Em seguida, é estabelecida a autonomia por meio da desmitificação do poder, pois a autonomia exige que os atores percebam que têm a capacidade de influenciar o processo. A Pedagogia Crítica ajuda a “traduzir” o conhecimento técnico-burocrático (do Sistema) para que todos possam compreendê-lo e participar de suas decisões, quebrando a hierarquia do saber. Isso é fundamental para que a corresponsabilidade não se torne apenas uma aceitação passiva de ordens.

Nesse contexto, no âmbito da Gestão Social, a Pedagogia Crítica funciona como a metodologia ativa que transforma os princípios conceituais (habermasianos) em uma prática emancipadora (freireana) durante a fase de “Mãos à Obra”. Sem ela, a “implementação e autonomia” pode facilmente degenerar em uma nova forma de tecnocracia ou gerenciamento de tarefas sem o engajamento transformador esperado.

Na prática, podem ser criados planos de ação detalhados e deliberados, em que definimos “quem faz o que e quando”; os planos não devem ser impostos, mas sim construídos coletivamente. A definição de papéis pode ser feita por meio de oficinas ou reuniões de planejamento em que os atores sociais (cidadãos, técnicos, gestores) definam conjuntamente as responsabilidades específicas (o quê) e os prazos (quando). Isso transforma a corresponsabilidade em um acordo negociado, e não em uma ordem hierárquica. Além da definição de papéis, é essencial garantir que os executores tenham os recursos e a formação necessária para realizar a tarefa. A autonomia será ineficaz se não for acompanhada de competência.

É preciso também estabelecer canais transparentes e ágeis (digitais ou presenciais) para a comunicação constante sobre o andamento das atividades, permitindo ajustes rápidos e *feedback* contínuo. O acompanhamento das ações deve ser feito de forma mútua. Os atores envolvidos devem monitorar seus pares e a si mesmos, reforçando o controle social na fase de execução.

Promover a emancipação é o ponto alto da fase em que a Gestão Social se distingue da Gestão Estratégica. Assim, exercer o poder decisório (dentro dos parâmetros definidos), para os grupos ou indivíduos que estão na ponta da execução, significa confiar na capacidade dos sujeitos sociais de tomar decisões pertinentes ao contexto. É relevante valorizar o aprendizado adquirido durante a execução (a práxis) e a forma como a comunidade se organizou para resolver problemas, pois isso constrói capital social e capacidade de autogestão futura (emancipação).

4. Monitoramento e avaliação participativa: reflexão crítica

Esta etapa transforma o acompanhamento de projetos de uma função meramente técnica em um processo político-pedagógico. Para se concretizar a reflexão crítica e a confiança, a etapa deve ser desenvolvida com ações e mecanismos que gerem transparência constante e proativa; monitoramento como prática cidadã e avaliação para ajuste de rota.

A transparência constante e proativa constrói confiança. Assim, é necessário implementar relatórios de status acessíveis e frequentes para a comunidade, usando linguagem clara, e não apenas jargão técnico. Os mecanismos de divulgação devem ser dialógicos, utilizando ferramentas que permitam *feedback* imediato da comunidade sobre os dados apresentados, como, por exemplo: painéis comunitários atualizados, sessões de prestação de contas abertas, plataformas digitais de fácil uso.

Em relação ao monitoramento, os indicadores de sucesso e de progresso (métricas) devem ser definidos em conjunto com a comunidade na fase de planejamento. Isso garante que a gestão não seja avaliada apenas pelo que os técnicos consideram importante, mas pelo que os cidadãos valorizam, como tempo de espera por um serviço, qualidade da relação gestor-cidadão, e não apenas o número de serviços entregues. A criação de grupos mistos, com gestores, técnicos e membros da comunidade, responsáveis por coletar informações e analisar o progresso *in loco*, fortalece o controle social durante a execução.

A avaliação para ajuste de rota é o momento de Reflexão Crítica. Realizar reuniões periódicas de avaliação, em que as informações de monitoramento são apresentadas, é contribuir para uma reflexão crítica do processo. O foco não é culpar, mas sim problematizar os desvios ou atrasos (como nos Temas Geradores). Pode-se questionar: O que causou o desvio? O planejamento original subestimou o problema? A realidade ensinou algo que não sabíamos? Nesse sentido, os ajustes na rota devem ser resultado da deliberação dessas sessões. Isso garante que as decisões corretivas sejam legítimas e aceitas por todos, reforçando a confiança e o aprendizado contínuo.

O monitoramento e a avaliação são o momento da reflexão dentro do ciclo da práxis. Os atrasos ou problemas na implementação são vistos como Temas Geradores que ensinam aos participantes e gestores sobre as dificuldades estruturais da realidade. Essa reflexão crítica permite que os ajustes na rota sejam uma forma de aprendizagem coletiva, garantindo que a próxima interação do ciclo (a próxima ação ou projeto) seja mais consciente e, portanto, mais emancipadora. Esta etapa, ao fechar o ciclo com a análise crítica e o ajuste de rota, garante que o Paradigma de Gestão Social seja um sistema vivo, aprendiz e adaptativo, e não um processo rígido.

Se o PGS é um processo contínuo de Práxis (ação-reflexão-ação), a etapa final é a formalização da aprendizagem e a revalidação da legitimidade para dar o primeiro passo no próximo ciclo. Esta etapa transforma os resultados e os aprendizados da gestão em conhecimento que irá fundamentar as próximas ações.

O processo consiste em considerar a reflexão crítica e usá-la para formalizar uma nova agenda social para o próximo ciclo de gestão. O fechamento do ciclo deve ser desenvolvido através de três ações principais que garantem a sustentabilidade.

Sistematizar e consolidar o conhecimento é registrar a Práxis. Não basta que a comunidade e os gestores saibam o que aprenderam; esse conhecimento precisa ser formalmente registrado. Isso inclui documentar os sucessos e fracassos da implementação, os ajustes de rota e seus motivos, e o novo entendimento crítico da realidade que surgiu, que serão os novos temas geradores. Esse registro pode ser apresentado em um evento de encerramento de ciclo, em que os resultados consolidados são apresentados a toda a comunidade, garantindo que o conhecimento não fique restrito ao grupo que monitorou.

É preciso também fazer a reinstitucionalização da agenda social, sendo essa uma revalidação do mandato. Os novos Temas Geradores e as prioridades emergentes, identificados na avaliação, devem ser revalidados em um grande fórum ou assembleia. Este é o momento de

formalmente fechar as prioridades antigas e legitimar as novas. O consenso sobre a nova agenda social se torna a base para o novo Planejamento Social. Isso encerra e reabre o ciclo com um ponto de partida mais rico e maduro.

Celebrar a participação e os resultados, reconhecendo publicamente o papel dos cidadãos e grupos que se envolveram na corresponsabilização, incentiva a participação em um novo ciclo. As estruturas participativas (Conselhos, Comitês) que funcionaram bem devem ser fortalecidas e mantidas, garantindo que o arcabouço para a Gestão Social continue existindo e operando autonomamente no futuro.

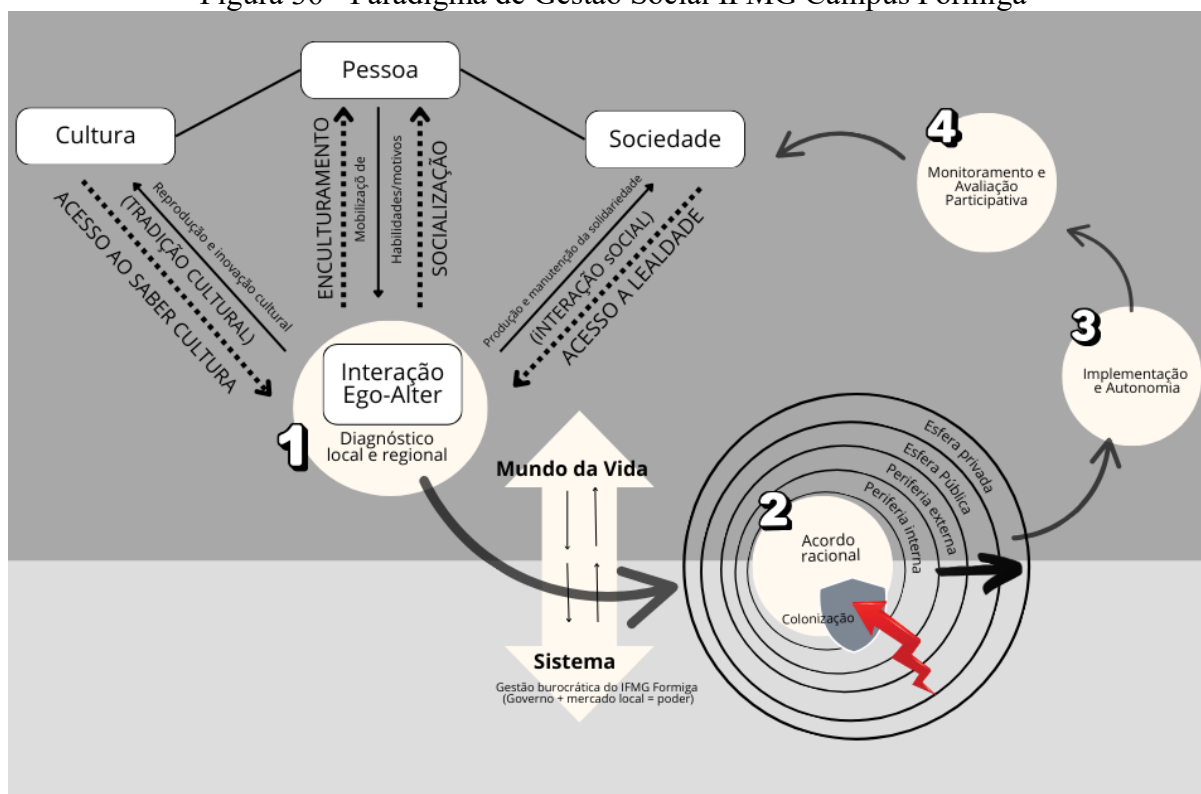
A transição é sustentada pela necessidade de o processo se manter legítimo e funcional ao longo do tempo. O fechamento do ciclo garante que o Mundo da Vida (que coordena o processo) continue a se reproduzir simbolicamente. Ao transformar a experiência em conhecimento e em confiança, a comunidade mantém sua capacidade de agir comunicativamente e de exercer influência sobre o Sistema. A sustentabilidade da Gestão Social é, portanto, a sustentabilidade da prática dialógica.

Para Freire, a emancipação é um processo contínuo. Cada ciclo bem-sucedido de gestão, que começa e termina com o diálogo, é um passo na extinção da racionalidade opressora e instrumental. O reinício do ciclo, baseado no aprendizado, garante que a comunidade se torne cada vez mais autônoma e menos dependente de gestores ou técnicos externos para definir seu destino. Ao fechar um ciclo, a Gestão Social não apenas cumpre um projeto, mas aprimora a própria capacidade da comunidade de se autogerir, garantindo a verdadeira sustentabilidade e a materialização da emancipação social. Todo o processo do paradigma da Gestão Social, fundamentado nos conceitos habermasianos do mundo da vida e do sistema, no caso do IFMG Formiga, está ilustrado na Figura 36, a seguir.

A figura 36 apresenta uma síntese teórica e metodológica do Paradigma de Gestão Social IFMG Campus Formiga, transpondo a densidade da Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas para a realidade organizacional do IFMG Campus Formiga. No topo da estrutura, são apresentados os três componentes fundamentais do Mundo da Vida, sendo esses a Cultura, a Sociedade e a Pessoa, que operam de forma circular e recursiva. A Cultura fornece o saber acumulado e a tradição; a Sociedade estabelece as normas de integração e lealdade; e a Pessoa, através da socialização e do encultramento, desenvolve a identidade e a motivação necessárias para o agir. O ponto de partida situa-se na Interação Ego-Alter, onde ocorre o diagnóstico local e regional. Este é o coração do agir comunicativo, sugerindo que a gestão do

campus não deve ser uma imposição técnica de cima para baixo, mas um encontro de sujeitos que buscam o entendimento mútuo sobre as necessidades reais da comunidade de Formiga.

Figura 36 - Paradigma de Gestão Social IFMG Campus Formiga



Fonte: Adaptado de Habermas (2012).

A parte central do paradigma ilustra visualmente o conflito clássico entre o Mundo da Vida e o Sistema. O Sistema, movido pelas mídias do poder e do dinheiro e representado pela gestão burocrática e pelas pressões de mercado, tenta exercer uma força de colonização sobre os espaços de diálogo. O raio vermelho que aponta para o centro do gráfico simboliza essa tentativa de invasão, enquanto o escudo no acordo racional representa a resistência da Gestão Social. Para proteger esse núcleo de decisão coletiva, utilizamos o modelo de centro e periferia, onde as demandas nascem nas periferias internas e externas — onde estão os movimentos sociais, os estudantes e a comunidade regional — e fluem pelas esferas pública e privada até atingirem o centro, garantindo que o consenso alcançado seja legítimo e não apenas uma formalidade administrativa.

Finalmente, a transição para a prática fecha o ciclo de emancipação proposto. Ao converter o acordo racional em implementação e autonomia, rompe-se com a lógica da obediência cega, substituindo-a por uma ação baseada na convicção coletiva. Esse processo culmina no monitoramento e avaliação participativa, que difere radicalmente das métricas

tecnocráticas tradicionais por priorizar a percepção dos envolvidos sobre o impacto social e o desenvolvimento regional. O resultado desse ciclo não é apenas administrativo, mas pedagógico e social, alimentando novamente o Mundo da Vida e fortalecendo a capacidade da instituição de atuar como um agente de transformação e emancipação para seus alunos e para a região de Formiga.

Em última análise, o Paradigma de Gestão Social proposto para o IFMG Campus Formiga consolida-se não apenas como um modelo administrativo, mas como uma práxis política que busca reverter a lógica da colonização burocrática. Ao colocar o entendimento mútuo e a participação periférica no centro da tomada de decisão, o modelo assegura que a instituição cumpra sua missão primordial de promover o desenvolvimento regional e a emancipação humana. Assim, a gestão deixa de ser um fim em si mesma para tornar-se o meio pelo qual a comunidade acadêmica e a sociedade local exercem sua soberania, transformando o campus em um autêntico espaço de democracia deliberativa e justiça social.

7.3 PGS do IFMG Campus Formiga na prática

O PGS do IFMG Campus Formiga, na prática, requer transformar os princípios em ações concretas e rotinas. A seguir, apresentam-se ações para as lacunas encontradas nessa tese, como participação, transparência, infraestrutura e alinhamento regional (Quadro 33).

Quadro 33 – PGS do IFMG Campus Formiga na prática

Ação	Detalhamento	Finalidade
Fase 1: Envolvimento e Transparência Imediatos (Primeiros 6 meses)		
Devolutiva do DRPE à comunidade acadêmica	Diretoria-Geral e a Comissão Interdisciplinar (a ser criada) devem apresentar publicamente o relatório do DRPE à comunidade interna	Transparência e prestação de contas.
Criação de um painel de Gestão Social	O Setor de TI com apoio da Diretoria de Administração e Planejamento devem criar um portal online simples e de fácil acesso, com um painel (tipo dashboard) que apresente: a) O orçamento e os custos de manutenção (ex.: água, energia, terceirizados). b) O status atualizado de projetos prioritários (ex.: reforma Bloco A, quadra)	Transparência Financeira.
Atuação dos Colegiados	A Diretoria de Ensino e a Diretoria Geral devem reunir-se com o Conselho Acadêmico e as reuniões de área para debater: a) O desalinhamento de cursos e as novas propostas; b) Estratégias para aumentar a relação aluno/professor.	Gestão Democrática e Participação

Melhoria Imediata no Bem-Estar	A Diretoria de Administração e Planejamento deve alocar verbas de custeio ou buscar recursos adicionais com empresários/ementas: a) Colocar cobertura ou quebra-sol no espaço de convivência subutilizado b) Aumentar o número de mesas e bancos na área de alimentação (mesmo provisoriamente)	Foco Integral no Bem-Estar e Permanência
Fase 2: Alinhamento Estratégico e Regional (6 a 18 meses)		
Plano de Comunicação Estratégica	Designar a área de Comunicação e a área de Assuntos Institucionais para elaborar um Plano de Marketing e Comunicação Ativa que: a) Comunique a qualidade do ensino; b) Divulgue os cursos técnicos e a vocação para o desenvolvimento regional. c) Busque parcerias com a mídia e o poder público local para placas e eventos conjuntos	Comunicação Estratégica e Posicionamento
Integração Setor/Mercado (Cursos)	O Setor de Extensão, Inovação, Pesquisa e Pós-Graduação deve formalizar um Comitê Consultivo Regional reunindo com ACIF CDL, F7 dentre outros para: a) Discutir a flexibilização dos estágios (férias, carga horária adaptada). b) Ajudar na elaboração de currículos de cursos FIC e EAD Lato Sensu alinhados às necessidades do mercado.	Alinhamento com o Mercado e Expansão Acadêmica
Modelo de Retenção de Egressos	A Diretoria de Ensino junto a uma Comissão Interdisciplinar deve institucionalizar o acompanhamento de egressos (pesquisa iniciada pela Renata) e usar os dados para ajustar o currículo e direcionar a comunicação.	Monitoramento e Aprendizagem
Estratégia de Captação de Recursos	A Diretoria de Administração e Planejamento deve criar uma área de captação de recursos complementares, focada em: a) Editais específicos (além do MEC). b) Convênios com prefeituras vizinhas. c) Articulação com a FAPEMIG (com base na crítica da “universidade de segunda classe”)	Fortalecimento da autonomia local (Diversifica a fonte de recursos, quebrando a dependência)
Fase 3: Consolidação e Cultura (A Partir de 18 meses)		
Programa de Formação de Lideranças	O Setor de Gestão de Pessoas em parceria com os docentes da instituição deve oferecer treinamento contínuo com foco em liderança, gestão de pessoas e visão estratégica para TAEs e Docentes.	Cultura de Pertencimento e Liderança
Oficialização do RU e Espaços de convivência	Com recursos próprios e externos captados, iniciar a construção do Restaurante Universitário (RU) e o ambulatório	Foco no bem-estar
Consolidação da Escuta	Institucionalizar o Relatório Anual de Gestão Social do Campus, onde os resultados de todos os Fóruns e Comitês são sintetizados e devolvidos à comunidade para o planejamento do próximo ano.	Ciclo de Gestão Social: Garante que o paradigma seja contínuo e que a voz da comunidade seja o principal insumo para o planejamento.

Fonte: Elaborado pela autora (2005)

Em síntese, o PGS proposto para o IFMG Campus Formiga transcende a mera reorganização administrativa para configurar-se como uma tecnologia de gestão democrática. Ao articular a Gestão Social como lógica, a Cidadania Deliberativa como estrutura e a Pedagogia Crítica como propósito, o modelo oferece a síntese necessária para superar o insulamento decisório e a colonização da tríplice missão (Ensino, Pesquisa e Extensão) pela racionalidade instrumental.

Diferente dos modelos tradicionais de gestão estratégica, o PGS não busca a eficiência pela conformidade, mas a eficácia social pela emancipação. Ele estabelece um ciclo contínuo em que o diagnóstico do “Mundo da Vida” e o acordo racional subordinam o “Sistema” ao interesse bem compreendido da comunidade regional. Portanto, a implementação deste ciclo, do diagnóstico à reflexão crítica, representa o inédito viável para o Campus Formiga, permitindo que a instituição resgate a sua identidade legal e pedagógica, transformando o rigor acadêmico em um instrumento de soberania e desenvolvimento humano integral.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese teve como objetivo geral compreender, analisar e caracterizar o modelo de Gestão do IFMG Campus Formiga, no que diz respeito ao alcance dos objetivos a que se propôs em sua concepção no sentido de contribuir para a promoção do desenvolvimento local e regional, proporcionando a emancipação social dos estudantes, com base nas categorias da gestão social, da cidadania deliberativa e da pedagogia crítica. É possível concluir que, embora o IFMG Campus Formiga tenha se consolidado como uma instituição de excelência técnica, o alcance pleno de sua missão de promover o desenvolvimento local e a emancipação humana ainda enfrenta barreiras estruturais e gerenciais. A análise demonstrou que a transição de um modelo de gestão puramente administrativo para um modelo pautado na Gestão Social, na Cidadania Deliberativa e na Pedagogia Crítica é o caminho fundamental para que a instituição cumpra sua função social originária.

Ao contextualizar a relação histórica do campus com a cidade de Formiga no sentido de compreender a relação deste com a comunidade local e regional ao longo dos anos, destaca-se a transição entre a expectativa de criação do campus e a consolidação institucional. Ao resgatar a fase que antecede a criação do Campus Formiga, bem como sua formalização e desenvolvimento posterior, as considerações finais apontam para um ciclo de grandes expectativas e desafios de pertencimento.

Originalmente, a concepção do campus foi marcada por um forte anseio da comunidade local e regional, que via na instituição não apenas uma escola técnica, mas um motor de transformação socioeconômica e um símbolo de democratização do acesso ao ensino de qualidade. Os dados históricos e os relatos coletados indicam que o nascimento da unidade foi fruto de uma mobilização política que depositou no IFMG a missão de superar o vazio educacional da região de Formiga.

Entretanto, a análise da fase posterior à criação revela um paradoxo: se, por um lado, o campus se consolidou estruturalmente e ganhou reconhecimento pela excelência acadêmica, por outro, nota-se um distanciamento gradual entre o planejamento institucional e os anseios cotidianos do território. A pesquisa de campo demonstrou que as promessas de um desenvolvimento regional integrado deram lugar, em muitos momentos, a uma lógica de insularidade institucional, em que a burocracia e a verticalização das decisões limitaram a participação da comunidade externa.

Conclui-se, portanto, que a relação histórica do campus com seu território passou por um processo de arrefecimento da dialógica original. O resgate dessa trajetória evidencia que a

atual “carência de pertencimento” e o “isolamento das chefias”, identificados no diagnóstico, são problemas comuns, mas sintomas de um modelo de gestão que se afastou da proposta de sua gênese. Assim, a retomada da história do campus serve como um alerta para a necessidade de reinvenção do pacto entre a instituição e a sociedade formiguense.

No que tange à avaliação da formação profissional oferecida pela instituição sob a ótica da sociedade civil, as evidências colhidas revelam um cenário de descompasso estratégico. Embora a excelência técnica da instituição seja reconhecida, a percepção dos atores sociais e produtivos da região aponta para um fenômeno de insulamento institucional, no qual a oferta educativa não acompanha, na velocidade necessária, as mudanças e carências do território.

A análise dos dados, reforçada pela realização do DRPE, demonstra que existe uma lacuna entre os cursos ofertados e as demandas reais do arranjo produtivo local. A sociedade civil percebe o IFMG como uma instituição de alto prestígio, porém com uma atuação muitas vezes voltada para dentro de si mesma, resultando em um “desalinhamento da oferta de cursos” que limita o impacto do campus no desenvolvimento regional. Este distanciamento sugere que os mecanismos tradicionais de escuta da comunidade externa têm sido insuficientes ou meramente proforma, carecendo de uma efetiva racionalidade comunicativa.

Conclui-se que, para a sociedade civil, a função social do campus, de ser um motor de desenvolvimento local, encontra-se em estágio de latência. A percepção externa indica que a instituição é vista como uma “oportunidade subaproveitada” pelo território, não por falta de qualidade técnica, mas por uma rigidez curricular e administrativa que dificulta a porosidade da instituição às demandas sociais. Portanto, a superação deste descompasso exige que o campus transite para um paradigma de Gestão Social que valide o saber da comunidade local como subsídio legítimo para o seu planejamento estratégico, garantindo que a formação oferecida seja, de fato, um instrumento de emancipação e progresso regional.

Ao avaliar a emancipação do estudante egresso do IFMG Campus Formiga sob sua própria perspectiva, tem-se uma realidade ambivalente. Os dados sugerem que a instituição obtém pleno êxito na qualificação técnica, conferindo aos seus egressos as competências necessárias para a inserção no mercado de trabalho. No entanto, quando analisada sob a lente da Pedagogia Crítica, a percepção de emancipação integral apresenta nuances que merecem atenção reflexiva.

Os resultados da investigação apontam que grande parte dos egressos se percebe como “sujeitos aptos”, mas não necessariamente como “sujeitos transformadores”. Existe um descompasso entre o domínio das técnicas produtivas e a consciência crítica sobre o seu papel

na estrutura social. Para muitos, a passagem pelo campus foi vista como um degrau para a ascensão socioeconômica individual — o que é legítimo —, mas nota-se uma lacuna no desenvolvimento da conscientização necessária para que o indivíduo atue como agente de mudança no território. Em outras palavras, o egresso tende a se sentir mais uma “peça de excelência” para a engrenagem produtiva do que um protagonista da cidadania deliberativa.

Esta constatação é o ponto alto da crítica pedagógica desta tese: a estrutura de ensino, embora de alta qualidade, ainda se encontra fortemente vinculada à lógica da racionalidade instrumental. A emancipação, conforme preconizada por Freire e discutida nas categorias da Gestão Social, pressupõe que o estudante desenvolva a capacidade de ler o mundo para além da técnica. Considera-se que, para o IFMG alcançar seu objetivo de promoção da emancipação social, é imperativo que o currículo e a vivência institucional transcendam a “pedagogia do mercado” e incorporem práticas que estimulem a reflexão política, a autonomia decisória e o compromisso com o bem comum. A percepção do egresso como sujeito crítico é, portanto, o inédito viável que ainda demanda a consolidação de uma gestão dialógica e menos tecnocrática.

O eixo central desta tese reside na proposição da Gestão Social como paradigma para o IFMG Campus Formiga. Diante das fragilidades diagnosticadas nos objetivos anteriores, notadamente o insulamento institucional e a racionalidade instrumental no ensino, o paradigma proposto emerge não como uma ferramenta meramente administrativa, mas capaz de reverter o distanciamento entre a instituição e seu território.

A realização do DRPE demonstrou que é possível romper com a verticalidade decisória ao criar uma Esfera Pública real dentro do campus. Portanto, o paradigma de Gestão Social mostrou-se eficaz ao integrar as categorias da Cidadania Deliberativa e da Pedagogia Crítica em um ciclo de escuta ativa e coprodução de conhecimento. Diferente dos diagnósticos tradicionais, que frequentemente tratam a comunidade como objeto passivo, o PGS permitiu que docentes, técnicos, discentes e a sociedade de Formiga atuassem como sujeitos coletivos, identificando causas raízes de problemas históricos e formulando soluções como a reestruturação da oferta de cursos e a priorização da segurança alimentar e bem-estar estudantil.

Considera-se que o PGS proposto oferece a resposta necessária ao descompasso identificado entre a missão institucional e a prática cotidiana. Ele atua como uma ponte dialógica permitindo ao IFMG transitar de uma gestão centrada na burocracia para uma gestão pautada na racionalidade comunicativa. Ao institucionalizar o diálogo e a participação como eixos estratégicos, o campus não apenas otimiza seus recursos, mas efetiva sua função social de promover o desenvolvimento regional e a emancipação humana. O PGS revela-se, portanto,

como o suporte metodológico para o “inédito viável”: a construção de uma instituição que aprende com o seu território e que educa para a liberdade.

Em suma, esta tese de doutorado reafirma que a excelência técnica de um Instituto Federal só atinge a sua plenitude quando caminha “pari passo” com a relevância social e a emancipação dos seus sujeitos. A investigação demonstrou que as lacunas históricas e os descompassos entre a instituição e o território de Formiga não são intransponíveis; são, antes, convites à adoção de novas racionalidades. Ao propor e validar o paradigma de Gestão Social via DRPE, este trabalho entrega ao IFMG Campus Formiga mais do que um diagnóstico, entrega uma metodologia de convivência democrática.

Considera-se, finalmente, que a educação, entendida como bem comum, exige uma gestão que seja, simultaneamente, técnica na execução e social na deliberação. Que este estudo sirva de alicerce para que o Campus Formiga não se limite a formar profissionais para o mercado, mas que continue a forjar cidadãos capazes de transformar a sua própria realidade. Afinal, a verdadeira eficácia institucional não se mede apenas pelos indicadores de desempenho, mas pela capacidade da instituição de ser um reflexo vivo dos anseios e da identidade do povo que a sustenta. Por meio da Gestão Social e da Pedagogia Crítica, o IFMG pode, enfim, consolidar-se como o inédito viável de uma educação pública, gratuita e profundamente transformadora.

Apesar dos avanços teóricos e práticos alcançados, esta investigação apresenta limitações que devem ser consideradas na interpretação dos seus resultados e que podem servir de baliza para o aprimoramento de futuras incursões de pesquisa sobre o tema. Embora o DRPE busque a máxima participação, uma limitação comum é a dificuldade de mobilização de certos setores da sociedade civil ou até mesmo de grupos internos mais resistentes ao diálogo. O silêncio de alguns atores pode ter ocultado matizes que enriqueceriam ainda mais o diagnóstico. A tese propõe a Gestão Social como paradigma de gestão em uma instituição que, historicamente, é regida por normas rígidas e centralizadoras (racionalidade instrumental). Uma limitação reside na dificuldade de transpor a barreira burocrática imediata para que as decisões deliberadas no DRPE se transformem em ações administrativas instantâneas.

A partir das reflexões evidenciadas nesta pesquisa e considerando as limitações inerentes ao recorte temporal e metodológico aqui adotado, recomendam-se as seguintes trilhas para investigações futuras:

1. Sugere-se a realização de um estudo longitudinal que acompanhe a implementação das diretrizes deliberadas no PGS no IFMG – Campus Formiga. O objetivo seria avaliar o impacto real dessas decisões nos indicadores de retenção e sucesso acadêmico, bem como na percepção de pertencimento da comunidade ao longo de um ciclo completo de PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional).
2. Propõe-se que o PGS proposto para o IFMG Campus Formiga seja aplicado em outros *campi* da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com o intuito de comparar como diferentes arranjos produtivos e sociais locais influenciam a eficácia do diálogo entre instituição e território.
3. Recomenda-se uma investigação aprofundada sobre as barreiras subjetivas e culturais dos gestores públicos frente à transição da racionalidade instrumental para a racionalidade comunicativa. Um estudo focado na “resistência institucional” ajudaria a compreender por que processos dialógicos ainda encontram dificuldades de institucionalização.
4. Sugere-se pesquisar como a inserção formal de práticas de Gestão Social e Pedagogia Crítica nas matrizes curriculares dos cursos técnicos e superiores altera a percepção de emancipação dos discentes, comparando-os com egressos de currículos puramente tecnicistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AETRAPP. **Monitoramento cidadão de focos de mosquitos Aedes, transmissores de dengue, zika, chikungunya e febre amarela urbana.** Comunidades gerando dados para o combate aos mosquitos. Disponível em: <<https://estudantes.aetrapp.org/>>. Acesso em: 27 mar. 2020.
- ADMINISTRAÇÃO agradece ao deputado Reginaldo Lopes pela vinda do “IFET”. **Nova Imprensa**, Formiga, ano 12, n 610., p.3, 24 out. 2008.
- ALCÂNTARA, V. C. **Mundo-da-vida e sistema: o lócus da gestão social sob a abordagem habermasiana.** Dissertação de Mestrado—Lavras: Universidade Federal de Lavras, 2015.
- ALCÂNTARA, V. C. **Práticas de gestão das águas minerais e os movimentos deliberativos da gestão social no Circuito das Águas no sul de Minas Gerais.** coDoutorado—Lavras: Universidade Federal de Lavras, 2018.
- ALCÂNTARA, V. DE C.; PEREIRA, J. R.; SILVA, É. A. F. Gestão Social e Governança Pública: aproximações e (de)limitações teórico-conceituais. **Revista de Ciências da Administração**, p. 11–29, 7 dez. 2015.
- ALLEBRANDT, S. L. **Cidadania e gestão do processo de desenvolvimento: um estudo sobre a atuação dos conselhos regionais e municipais de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, de 1990 a 2009.** Doutorado—Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2010.
- AMANO, T.; LAMMING, J. D. L.; SUTHERLAND, ESTUDANTES. J. Spatial Gaps in Global Biodiversity Information and the Role of Citizen Science. **BioScience**, v. 66, n. 5, p. 393–400, 1 maio 2016.
- ANPAE. **DISCURSOS E AÇÕES ACERCA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E A INFLUÊNCIA INTERNACIONAL.** Disponível em: https://anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT6/GT6_Comunicacao/RaquelDallagnol_GT6_integral.pdf. Acesso em: 04 set. 2025.
- ARANTES, A. K.; COSTA, M. ESTUDANTES. B. C. DA. Dos Liceus aos Institutos Federais: 110 anos de história da rede federal. **ForScience**, v. 7, n. 2, 3 jan. 2020.
- ARANTES, R. A. **et al. As emendas parlamentares no Brasil: história, regras e desafios.** Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2021.
- AULA inaugural do CEFET. **Nova Imprensa**, Formiga, ano 11, n.525, p. 6, 09 mar. 2007.
- BACICH, L.; MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática.** 1. ed. [s.l.] Penso Editora, 2018. v. 1
- BALLARD, ESTUDANTES. L. *et al.* Contributions to conservation outcomes by natural history museum-led citizen science: Examining evidence and next steps. **Biological Conservation**, v. 208, p. 87–97, abr. 2017.

BALLARD, ESTUDANTES. L.; DIXON, C. G. ESTUDANTES.; HARRIS, E. M. Youth-focused citizen science: Examining the role of environmental science learning and agency for conservation. **Biological Conservation**, v. 208, p. 65–75, abr. 2017.

BARBER, B. **Strong Democracy: participatory politics for a new age**. Londres e Los Angeles: University of California Press, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROSO, J. *et al.* The Challenges of Searching for and Retrieving Qualitative Studies. **Western Journal of Nursing Research**, v. 25, n. 2, p. 153–178, 1 mar. 2003.

BARTHOLO, M. G. DE P. **Em busca de uma escola. As políticas públicas e a implantação do IFG/Campus Inhumas**. Dissertação de Mestrado —Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

BLUE CHANGE. Citizen Science Initiative. Bebeu Água. **Projeto de Ciência Cidadã**. Disponível em: <<https://bluechangeinitiative.wordpress.com/portfolio/bebeu-agua/>>. Acesso em: 06 maio/2021.

BONNEY, R. *et al.* Citizen Science: A Developing Tool for Expanding Science Knowledge and Scientific Literacy. **BioScience**, v. 59, n. 11, p. 977–984, dez. 2009.

BOULLOSA, R. F.; SCHOMMER, P. C. Gestão social: caso de inovação em políticas públicas ou mais um enigma de Lampedusa? Em: RIGO, A. S. *et al.* (Eds.). **Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento: ações, articulações e agenda**. Recife: UNIVASF, 2010. p. 65–92.

BRASIL. Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. **Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 9 dez. 1994, p. 18882.

BRASIL. Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005. **Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994**. Diário Oficial da União, Brasília, 18 nov. 2005, Seção 1, Edição extra.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 30 dez. 2008a, Seção 1, p. 1.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 ago. 202.

BRASIL. MEC/Setec. **Concepção e diretrizes** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: MEC/Setec, 2008b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituições da Rede Federal**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em 20 de agosto de 2023a.

BRASIL. MEC/SETEC 001/2007. **Chamada pública de propostas para apoio ao plano de expansão da rede federal de educação tecnológica – FASE II**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/edital_chamadapublica.pdf. Acesso em 17 de agosto de 2023b.

BRASIL ESCOLA. **Neoliberalismo no Brasil: implementação e resumo**. Disponível em: <https://estudantes.todamateria.com.br/neoliberalismo-no-brasil/>. Acesso em: 04 set. 2025.

BURGESS, ESTUDANTES. K. *et al.* The science of citizen science: Exploring barriers to use as a primary research tool. **Biological Conservation**, v. 208, p. 113–120, abr. 2017.

CANÇADO, A. C. **Fundamentos teóricos da gestão social**. Doutorado—Lavras: Universidade Federal de Lavras, 2011.

CANÇADO, A. C. Gestão social. Em: BOULLOSA, R. DE F. (Ed.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 80–84.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão Social: epistemologia de um paradigma**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2013.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. Fundamentos Teóricos da Gestão Social / Fundamentos de la gestión social: una aproximación teórica / Theoretical foundations of the social management. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 5, n. 1, p. 4–19, 26 mar. 2015.

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, p. 681–703, set. 2011.

CARMO, G. do **Instrumentos metodológicos da Gestão Social**. Dissertação—Lavras: Universidade Federal de Lavras, 2022.

CARMO, G. do *et al.* Avanços teóricos do campo de conhecimentos da gestão social: Uma análise integrativa. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 28, p. e86823, 9 maio 2023.

CAPPA, F. *et al.* When does crowdsourcing benefit firm stock market performance? **Research Policy**, v. 48, n. 9, p. 103825, nov. 2019.

CASTRO, ESTUDANTES. B.; SOUZA, V. C. O.; VOLPATO, M. M. L.; ALVES, ESTUDANTES. M. R.; VIEIRA, T. G. C. Solução tecnológica para promover a ciência cidadã no mapeamento de áreas cafeeiras em Minas Gerais. In. **SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO (SBSR)**, 2017, Santos. Anais XVIII do Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. São Paulo, maio 2017, p. 5636 - 5643.

CAZELLA, Ademir Antonio; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato Sérgio. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: contribuições ao debate**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

CEFET em Formiga se torna independente. **O Pergaminho**, Formiga, ano, n., p.9, 01 set. 2007.

CEFET agora é UNED. **Nova Imprensa**, Formiga, ano 11, n 251., p.6, 06 set. 2007a.

CEFET de Formiga será independente. **O Pergaminho**, Formiga, ano XVI, n. 2.094, p.12, 26 abr. 2007b.

CEFET em Formiga forma suas primeiras turmas. **O Pergaminho**, Formiga, ano, n., p. , 04 mar. 2008.

CEFET de Formiga irá virar campus e oferecerá cursos superiores e de pós. **O Pergaminho**, Formiga, ano , n , p.5, 15 abr. 2008a.

CEFET-FORMIGA será independente em 2008. **Nova Imprensa**, Formiga, ano 11, n 551., p.13, 06 set. 2007.

CHANDLER, M. *et al.* Contribution of citizen science towards international biodiversity monitoring. **Biological Conservation**, v. 213, p. 280–294, set. 2017.

CONRAD, C. C.; HILCHEY, K. G. A review of citizen science and community-based environmental monitoring: issues and opportunities. **Environmental Monitoring and Assessment**, v. 176, n. 1–4, p. 273–291, 17 maio 2011.

COSTA, A. M. DA. **Educação profissional e interiorização: o caso de Volta Redonda como expressão do nacional**. Dissertação de Mestrado—Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

CRONIN, P.; RYAN, F.; COUGHLAN, M. Undertaking a literature review: a step-by-step approach. **British Journal of Nursing**, v. 17, n. 1, p. 38–43, 1 jan. 2008.

CUNHA, L. A. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, p. 89–107, 2000.

CURSOS do Cefet são apresentados a empresários. **O Pergaminho**, Formiga, ano, n., p. 5, 16 mar. 2007.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora UnB, 2001.

DE PAIVA, A. L. *et al.* Em Busca das Práticas: Contribuições Epistemo-metodológicas das Teorias da Prática aos Estudos da Gestão Social. **Administração Pública e Gestão Social**, p. 34–44, 1 jan. 2018.

DEN BROEDER, L. *et al.* Citizen Science for public health. **Health Promotion International**, p. daw086, 23 dez. 2016.

DEPUTADO atribui crise política a “SUB-GRUPO” do PT. **Nova Imprensa**, Formiga, p. 8, 09 set. 2005.

DEPUTADO petista visita Formiga e cogita projetos. **Nova Imprensa**, Formiga, ano 9, n.463, p. 1, 30 dez. 2005a.

DEPUTADOS Virgílio Guimarães e Odair Cunha visitam Formiga. **O Pergaminho**, Formiga, 09 set. 2005. p. 5.

DEWEY, J. **Como Pensamos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

DOMROESE, M. C.; JOHNSON, E. A. Why watch bees? Motivations of citizen science volunteers in the Great Pollinator Project. **Biological Conservation**, v. 208, p. 40–47, abr. 2017.

DRYZEK, J. **Foundations and frontiers of deliberative governance**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

ECOLOGIA E AÇÃO. ECOA. Disponível em: < <https://ecoa.org.br/ecoa-institucional/>>. Acesso em 27 mar. 2020.

EXOSS CITIZEN SCIENCE PROJECT. **Monitoramento de meteoros**. Disponível em: <<http://press.exoss.org/projetos/>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

FAIRCLOUG, N. **Discurso e Mudança Social**. 1. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FISCHER, F. **Reframing public policy. Discursive politics and deliberative practices**. New York: Oxford University Press, 2003.

FISCHER, F. **Democracy and expertise. Reorienting Public Policy**. New York: Oxford University Press, 2009.

FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução a uma agenda. Em:

FISCHER, T. (Ed.). **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FISCHER, T. M. D. Perfis visíveis na gestão social do desenvolvimento. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 5, set. 2006.

FISCHER, T.; MELO, V. P. Programa de desenvolvimento e Gestão Social: uma construção coletiva. Em: FISCHER, T.; ROESCH, S.; MELO, V. (Eds.). **Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para ensino**. Salvador: EDUFBA, CIAGS/UFBA, 2006. p. 13–41.

FONOTROPICA. **Bioacústica em tempos de coronavírus**. Disponível em: <<http://fonotropica.ufba.br/bioacustica-em-tempos-de-coronavirus.php>>. Acesso em: 05 mai. 2021.

FORMIGA já tem R\$1,2 milhão para iniciar obras da nova sede do Cefet. **O Pergaminho**, Formiga, ano XVII, n 2.252, p.9, 13 dez. 2007.

FORMIGA já tem R\$1,2 milhão para iniciar obras da nova sede do Cefet. **O Pergaminho**, Formiga, ano XVII, n 2.252, p.9, 13 dez. 2007.

FRANÇA FILHO, G. C. Definindo gestão social. Em: SILVA JR, J. T. *et al.* (Eds.). **Gestão Social Práticas em Debate, Teorias em Construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008. p. 26–36.

FREIRE, P. **Conscientização**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. **Conscientização. Tradução: Thiago José Risi Leme**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2016. v. 3ª reimpressão

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 51. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação? Tradução: Rosiska Darcy de Oliveira**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FRIGOTTO, G. *et al.* O “estado da arte” das pesquisas sobre os IFs no Brasil: a produção discente da pós-graduação – de 2008 a 2014. Em: **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. 1. ed. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Rio de Janeiro, 2018. v. 1p. 320.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (ORGS). **A formação do cidadão produtivo: A cultura de mercado no ensino médio técnico**. 1. ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. v. 1

FRIGOTTO, G. (ORG.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. 1. ed. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Rio de Janeiro, 2018. v. 1

FUNDAÇÃO FHC. **Educação no Brasil: políticas públicas dos últimos trinta anos**. Disponível em: <https://fundacaoofhc.org.br/linhasdotempo/educacao/>. Acesso em: 04 set. 2025.

GAHYVA, ESTUDANTES. Tocqueville e Gobineau no mundo dos iguais. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 49, n. 3, p. 553–582, 2006.

GALVÃO, C. M.; SAWADA, N. O.; TREVIZAN, M. A. Revisão sistemática: recurso que proporciona a incorporação das evidências na prática da enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 12, n. 3, p. 549–556, jun. 2004.

GARCIA, A. S. *et al.* Aprofundamento das esferas públicas para a gestão social: caminhos para uma reconstrução empírico-descritiva e normativa. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 16, n. 2, p. 163–185, jun. 2018.

GODOY, A. C. Estudo de Caso qualitativo. Em: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R. B.; SILVA, A. B. (Eds.). **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais. Paradigmas, Estratégias e Métodos**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2010. p. 115–146.

GUERRA, J. F. C.; TEODÓSIO, A. D. S. S. Gestão social: aspectos que a aproximam dos domínios da Administração. **Reuna**, v. 19, n. 3, p. 49–64, 2014.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social**. Tradução de Paulo Astor Soethe. São Paulo: Martins Fontes, 2012. v. 1.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista**. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: Martins Fontes, 2012. v. 2.

HERNANDÉZ, A. R.; CANÇADO, A. C. Analisis de la gestión social brasileña a través de la teoría de la decolonialidad1. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 6, n. 1, p. 25–43, 2017.

IBGE. Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://estudantes.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/2017/21802-divisao-regional-do-brasil-em-regioes-geograficas-imediatas-e-intermediarias.html>. Acesso em: 3 abril 2025.

IFMG. Instituto Federal de Educação: **Nossas Unidades**. Disponível em <https://estudantes.ifmg.edu.br/portal/sobre-o-ifmg/o-que-e-o-ifmg> . Acesso em 18/08/2023.

IFMG, 2023a. Instituto Federal de Minas Gerais Campus Formiga. **Sobre a Instituição**. Disponível em: <<https://estudantes.formiga.ifmg.edu.br/sobre-a-instituicao>>. Acesso em: 03 ago. 2023.

IFMG, 2023b Instituto Federal de Minas Gerais Campus Bambuí. **Boletim de Serviços**. Disponível em: <https://estudantes.bambui.ifmg.edu.br/portal/images/PDF/Boletim_Servico/2007/Boletim_2007_5.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2023.

IFMG, 2023c. Instituto Federal de Minas Gerais Campus Bambuí. **Boletim de Serviços**. Disponível em: <<https://estudantes.bambui.ifmg.edu.br/portal/uncategorised/boletim-de-servicos>>. Acesso em: 15 mai. 2023a. >. Acesso em: 15 mai. 2023.

IFMG, 2023d. Instituto Federal de Minas Gerais Campus Bambuí. **Boletim de Serviços**. Disponível em: <https://estudantes.bambui.ifmg.edu.br/portal/images/PDF/Boletim_Servico/2008/Boletim_2008_3.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2023.

- IFMG, 2023e. Instituto Federal de Minas Gerais Campus Bambuí. **Boletim de Serviços**. Disponível em: <
https://estudantes.bambui.ifmg.edu.br/portal/images/PDF/Boletim_Servico/2008/Boletim_2008_5.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2023.
- IFMG, 2023f. Instituto Federal de Minas Gerais Campus Bambuí. **Boletim de Serviços**. Disponível em: <
https://estudantes.bambui.ifmg.edu.br/portal/images/PDF/Boletim_Servico/2008/Boletim_2008_4.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2023e >.
- IFMG, 2023f. Instituto Federal de Minas Gerais Campus Bambuí. **Boletim de Serviços**. Disponível em: <
https://estudantes.bambui.ifmg.edu.br/portal/images/PDF/Boletim_Servico/2008/Boletim_2008_10.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2023f >.
- INAUGURAÇÃO do Cefet é adiada para 6 de junho. **O Pergaminho**, Formiga, ano XV, n.1.784, p. 1, 26 jan. 2006.
- INICIADAS obras da escola técnica federal em Formiga. **O Pergaminho**, Formiga, ano XV, n.1.817, p. 4, 15 mar. 2006.
- INICIADAS obras do Cefet e do Lar Solidário em Formiga. **O Pergaminho**, Formiga, ano XV, n.1.896, p. 5, 11 jun. 2006a.
- IRWIN, A. **Citizen Science: a study of people, expertise and sustainable development**. London and New York: Routledge, 1995.
- JERRETT, M. *et al.* Validating novel air pollution sensors to improve exposure estimates for epidemiological analyses and citizen science. **Environmental Research**, v. 158, p. 286–294, out. 2017.
- JOHNSTON, A. *et al.* Estimates of observer expertise improve species distributions from citizen science data. **Methods in Ecology and Evolution**, v. 9, n. 1, p. 88–97, 25 jan. 2018.
- JUSTEN, C. E. O Angelus Novus Emoldurado à Gestão Social: Reflexões acerca da Construção de Políticas Públicas Emancipadoras. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 36, p. 135, 18 out. 2016.
- KHOURI, Flávia. Lula sanciona lei mudando organização dos Cefets. **Nova Imprensa**, Formiga, ano, p., 31 dez 2008.
- KOBORI, ESTUDANTES. *et al.* Citizen science: a new approach to advance ecology, education, and conservation. **Ecological Research**, v. 31, n. 1, p. 1–19, 17 jan. 2016.
- KOSMALA, M. *et al.* Assessing data quality in citizen science. **Frontiers in Ecology and the Environment**, v. 14, n. 10, p. 551–560, dez. 2016a.
- KOSMALA, M. *et al.* Assessing data quality in citizen science. **Frontiers in Ecology and the Environment**, v. 14, n. 10, p. 551–560, dez. 2016b.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Content analysis**: an introduction to its methodology. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2004.

KULLENBERG, C.; KASPEROWSKI, D. What Is Citizen Science? A Scientometric Meta-Analysis. **Plos One**, v. 11, n. 1, jan. 2016.

LAND-ZANDSTRA, A. M. *et al.* Motivation and learning impact of Dutch flu-trackers. **Journal of Science Communication**, v. 15, n. 01, p. A04, 21 jan. 2016.

LE COZ, J. *et al.* Crowdsourced data for flood hydrology: Feedback from recent citizen science projects in Argentina, France and New Zealand. **Journal of Hydrology**, v. 541, p. 766–777, out. 2016.

LIEBENBERG, L. *et al.* Smartphone Icon User Interface design for non-literate trackers and its implications for an inclusive citizen science. **Biological Conservation**, v. 208, p. 155–162, abr. 2017.

LOPES, A. L. M.; FRACOLLI, L. A. Revisão sistemática de literatura e metassíntese qualitativa: considerações sobre sua aplicação na pesquisa em enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 771–778, dez. 2008.

LOPES, N. P. G. Ciência Cidadã. Disponível em: <
<http://professor.ufabc.edu.br/~natalia.lopes/cienciacidada/>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

MAISTRELLO, L. *et al.* Citizen science and early detection of invasive species: phenology of first occurrences of *Halyomorpha halys* in Southern Europe. **Biological Invasions**, v. 18, n. 11, p. 3109–3116, 4 nov. 2016.

MARCADO 1º vestibular da escola técnica de Formiga. **O Pergaminho**, Formiga, ano XV, n.1.989, p. 5, 24 nov. 2006.

MARTA, O. DE S. **Integração do IFMG: Centralização, Descentralização e desconcentração**. Dissertação de Mestrado—Belo Horizonte: Universidade FUMEC, 2012.

MARTINS, D. G. DE M. **Ciência cidadã e a comunicação pública: alternativas educacionais para o ensino médio na área de resíduos sólidos urbanos**. Dissertação de Mestrado—Lavras: Universidade Federal de Lavras, 2022.

MARTINS, D. G. DE M.; CABRAL, E. ESTUDANTES. DE S. Panorama dos principais estudos sobre ciência cidadã. **ForScience**, v. 9, n. 2, p. e01030, 29 out. 2021.

MCDONALD, D. *et al.* American Gut: an Open Platform for Citizen Science Microbiome Research. **MSystems**, v. 3, n. 3, 26 jun. 2018.

MCKINLEY, D. C. *et al.* Citizen science can improve conservation science, natural resource management, and environmental protection. **Biological Conservation**, v. 208, p. 15–28, abr. 2017.

MICRORREGIÃO de Formiga é a 14ª em geração de emprego em Minas. **O Pergaminho**, Formiga, ano XV, n.1.795, p. 1, 10 fev. 2006.

MOURA, E. A. **Inserção dos Institutos Federais e o desenvolvimento local: um estudo de caso em Laranjal do Jari**. Dissertação de Mestrado —Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

NASCIMENTO, Matheus Monteiro; CAVALCANTI, Claudio Jose de Holanda; OSTERMANN, Fernanda. Dez anos de instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: o papel social dos institutos federais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 101, n. 257, p. 120-145, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.101i257.4420>. Acesso em: 05 fev. 2025.

NELMS, S. E. *et al.* Investigating the distribution and regional occurrence of anthropogenic litter in English marine protected areas using 25 years of citizen-science beach clean data. **Environmental Pollution**, v. 263, p. 114365, ago. 2020.

OLIVEIRA, V. A. R. **Interesse público, gestão pública e gestão social: significados e conexões**. Doutorado—Lavras: Universidade Federal de Lavras, 2012.

OLIVEIRA, V. A. R.; CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R. Gestão social e esfera pública: aproximações teórico-conceituais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 8, n. 4, p. 616–623, 2010.

O PERGAMINHO. **Cefet em Formiga se torna independente**. Formiga, ano XVII, n. 2.183, p.9, 01 set. 2007.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília; São Paulo: Fundação Santillana; Editora Moderna, 2011.

PACHECO, E. M. **Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: IFRN, 2010.

PACHECO, E.; REZENDE, C. Institutos Federais um futuro por armar. Em: SILVA, C. J. R. (ORG.) (Ed.). **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões**. Natal: Editora do IFRN, 2009. p. 70.

PACÍFICO FILHO, M.; BORGES, T. P.; CANÇADO, A. C. Gestão Social: Fernand Braudel e a Ampliação dos Debates em Torno de sua Contextualização Histórica. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 42, p. 124, 29 dez. 2017.

PALMA, D. A. **Monitoramento de qualidade da água com o enfoque ciência cidadã: estudo de cem Brazilândia**. Monografia de Projeto Final—Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

PALMER, J. R. B. *et al.* Citizen science provides a reliable and scalable tool to track disease-carrying mosquitoes. **Nature Communications**, v. 8, n. 1, p. 916, 24 out. 2017.

PEREIRA, J. R. Visões mediadoras e o papel dos diagnósticos participativos na organização de assentamentos rurais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, 2001.

PEREIRA, J.R. **Diagnostico Participativo: o método DRPE**. Tubarão-SC, Editora Perito, 2017. 178p.

PERES JR, M. R.; PEREIRA, J. R. Abordagens teóricas da Gestão Social: uma análise de citações exploratória. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, n. 2, p. 221–236, jun. 2014.

PIECZKA, M.; ESCOBAR, O. Dialogue and science: Innovation in policy-making and the discourse of public engagement in the UK. **Science and Public Policy**, v. 40, n. 1, p. 113–126, 1 fev. 2013.

PINHEIRO, L. S.; CANÇADO, A. C. Contribuições para a Construção do Conceito de Emancipação e suas Implicações para o Campo da Gestão Social. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 3, n. 2, 17 mar. 2014.

POCOCK, M. J. O. *et al.* The diversity and evolution of ecological and environmental citizen science. **PLOS ONE**, v. 12, n. 4, p. e0172579, 3 abr. 2017.

PONCIANO, L. Estímulo à curiosidade e envolvimento com a pesquisa científica: Comunidade é chamada a participar de projetos científicos pela PUC Minas. **Estado de Minas Educação**, 2019. Disponível em: <https://estudantes.em.com.br/app/noticia/especiais/educacao/2019/07/29/internas_educacao,1073208/envolvimento-com-pesquisa.shtml>. Acesso em: 24 mar. 2020.

PONCIANO, L. Ciência ao alcance de todos. **Revista PUC Minas**, Belo Horizonte, n. 19, 2019. Disponível em: <<http://estudantes.revista.pucminas.br/materia/ciencia-ao-alcance-de-todos-2/>>. Acesso em 03 nov. 2021.

PREFEITURA anuncia escola profissionalizante para Formiga. **O Pergaminho**, Formiga, 09 ago. 2005. p. 5.

PREFEITURA de Formiga lançará bases para o CEFET. **Nova Imprensa**, Formiga, 07 out. 2005a. p. 6.

RAMOS, V. S. **Desenvolvimento local e território: uma reflexão sobre o papel dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Dissertação de Mestrado —Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

RIESCH, ESTUDANTES.; POTTER, C.; DAVIES, L. Combining citizen science and public engagement: the Open Air Laboratories Programme. **Journal of Science Communication**, v. 12, n. 03, p. A03, 5 nov. 2013.

RODRIGUES, Juliana. Orçamento secreto: o que é, como funciona e por que o STF o considerou inconstitucional. **BBC News Brasil**, [S. l.], 19 dez. 2022. Disponível em: [link da matéria]. Acesso em: 22 mar. 2026.

SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **Revista de Administração da UFSM**, v. 2, n. 2, p. 250–269, 24 jul. 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAVE BRASIL. **Sociedade para a Conservação das Aves do Brasil**. Disponível em: <<http://savebrasil.org.br/cidadao-cientista-1>>. Acesso em: 27 mar. 2020

SCHULTZ, C. B. *et al.* Citizen science monitoring demonstrates dramatic declines of monarch butterflies in western North America. **Biological Conservation**, v. 214, p. 343–346, out. 2017.

SELL, Carlos Eduardo. **Max Weber: democracia e heteronomia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE A BIODIVERSIDADE BRASILEIRA. **SIBBR**. Disponível em: <<https://estudantes.sibbr.gov.br/cienciacidade/projetos.html>>. Acesso em: 23 mar. 2020.

SILVA, Marcelo Paulo da. CEFET iniciará atividades em Formiga no próximo ano. **Nova Imprensa**, Formiga, ano 9, n.452, p. 6, 14 out. 2005.

SOARES, M. D.; SANTOS, R. D. C. Ciência Cidadã: o envolvimento popular em atividades científicas. **Revista Ciência Hoje**, v. 47, p. 38–43, 2011.

SOUZA, Leandro de Aguiar e. **Arranjos produtivos, territórios, educação profissional e tecnológica: o IFMG e suas articulações potenciais**. [S. l.]: [s. n.], 2023. 1 e-book (261 f.). ISBN 978-65-85821-14-8.

SWANSON, A. *et al.* A generalized approach for producing, quantifying, and validating citizen science data from wildlife images. **Conservation Biology**, v. 30, n. 3, p. 520–531, 25 jun. 2016.

TENÓRIO, F. G. **Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado**. 3. ed. Ijuí: Editora da Unijuí, 2008a.

TENÓRIO, F. G. **Tem Razão a Administração?** Rio Grande do Sul: Unijuí, 2008b.

TENÓRIO, F. G.; ARAÚJO, E. T. DE. Mais uma vez o conceito de gestão social. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 18, n. 4, p. 891–905, out. 2020.

TENORIO, F. G.; LÓPEZ PARRA, F.; TENÓRIO, G. M. ¿Tiene ancestralidad el concepto de gestión social? **Estudios de la Gestión. Revista Internacional de Administración**, 3 jan. 2022.

TORI, S.; PAPPERS, J.; KESERÜ, I. Developing disruptive mobility scenarios for rural areas. Participatory mobility scenario building in a Belgian village for the year 2050. **European Transport Research Review**, v. 14, n. 1, p. 33, 22 dez. 2022.

TOURAINÉ, Alain. **O retorno do actor: ensaio sobre sociologia**. Tradução de Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 1987. (Coleção Economia e Política).

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram introduzidos na América em virtude do estado social democrático. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TRIVINOS, A. ESTUDANTES. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Portal UFLA. **Centro Brasileiro de Ecologia de Estradas lançou hotsite do Sistema Urubu**. Disponível em: <<https://ufla.br/arquivo-de-noticias/7761-centro-brasileiro-de-ecologia-de-estradas-lancou-hotsite-do-sistema-urubu>>. Acesso em: 05 maio. 2021.

VERGARA, S. C. Repensando a relação ensino aprendizagem em administração: argumentos teóricos, práticas e recursos. **Organizações & Sociedade**, v. 10, n. 28, p. 131–142, dez. 2003.

VILLELA, L. E. Escopo metodológico. Em: TENÓRIO, F. G. (ORGS) (Ed.). **Cidadania e desenvolvimento local: critérios de análise**. Rio de Janeiro: FGV, 2012. p. 35–46.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977. Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 15 nov. 2025.

WOOLLEY, J. P. *et al.* Citizen science or scientific citizenship? Disentangling the uses of public engagement rhetoric in national research initiatives. **BMC Medical Ethics**, v. 17, n. 1, p. 33, 4 dez. 2016.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução de Cristhianne de Moura Brochado e Danieli Roberta Viana. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZEVIN, M. *et al.* Constraining Formation Models of Binary Black Holes with Gravitational-wave Observations. **The Astrophysical Journal**, v. 846, n. 1, p. 82, 1 set. 2017.

APÊNDICE A – Relação das matérias que mencionam o CEFET/IFMG

Relação de reportagens dos jornais O Pergaminho e Nova Imprensa que noticiam sobre o IFMG dos anos 2005

Jornal	Título da matéria	Resumo
O Pergaminho 09/08/2005	Prefeitura anuncia escola profissionalizante para Formiga	A Prefeitura anuncia que irá instalar uma unidade do CEFET de Bambuí na cidade. A previsão de funcionamento é para o início do ano seguinte. O secretário municipal de Educação, Geraldo Reginaldo Oliveira, destaca que a escola profissionalizante oferecerá cursos de design em moda e gestão comercial, com o objetivo de capacitar a mão de obra local. A iniciativa visa atender à demanda por qualificação profissional e promover o desenvolvimento econômico da região.
Nova Imprensa 09/09/2005	Deputado atribui crise política a “SUB-GRUPO” do PT	A reportagem trata da visita do Deputado Federal Virgílio Guimarães ao Prefeito Aluísio Veloso para discutir parcerias entre a prefeitura e órgãos federais. O objetivo é fortalecer a ligação entre o município e o governo federal para obter verbas e inclusão em programas em andamento. Virgílio mencionou uma parceria recente para a extensão do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) em Formiga, com um investimento de R\$450 mil. Ele também comentou sobre a crise política atual, atribuindo-a a subgrupos de uma facção do PT, liderados por Zé Dirceu, que causaram grandes conflitos internos.
O Pergaminho 09/09/2005	Deputados Virgílio Guimarães e Odair Cunha Visitam Formiga	A reportagem relata a visita dos deputados federais Virgílio Guimarães e Odair Cunha, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), à cidade de Formiga. Os políticos estiveram no gabinete do prefeito Aluísio Veloso para discutir projetos de administração municipal e apoio a iniciativas locais. Virgílio Guimarães destacou a importância de sua relação com Formiga, mencionando que a cidade é uma prioridade para ele. Falou ainda de uma parceria recente para a extensão do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) em Formiga, com um investimento de R\$ 450 mil. Esta parceria visa fortalecer a educação técnica e profissional na região, beneficiando os estudantes e a comunidade local. Odair Cunha enfatizou a necessidade de articular um novo processo de trabalho junto ao município. Durante a entrevista, Virgílio Guimarães falou sobre a crise política nacional e a importância de manter a confiança no partido. A reportagem inclui fotos dos deputados em reunião com o prefeito.
Nova Imprensa 07/10/2005	Prefeitura de Formiga lançará bases para o CEFET	A reportagem informa que, no dia 11 de outubro, a Prefeitura de Formiga assinará um convênio com o CEFET de Bambuí, às 09 horas na sede da Secretaria de Educação. A unidade do CEFET será importante para a infraestrutura do ensino, consolidando Formiga como cidade polo. A qualificação profissional de formação técnica é necessária para todos os segmentos da economia do município, sendo este um dos motivos para a implantação do CEFET.

		Segundo o Prefeito Aluísio Veloso, a criação do CEFET beneficiará não só Formiga, mas toda a região do centro-oeste, pois a economia depende de mão de obra qualificada em grande escala.
Nova Imprensa 14/10/2005	CEFET iniciará atividades em Formiga no próximo ano	A Secretaria Municipal de Educação de Formiga anunciou inscrições para contratação de professores temporários para 2006. A seleção dará prioridade aos aprovados no concurso de 2003. As vagas contemplam educação infantil, ensino fundamental e técnico. Os salários variam de R\$ 560 a R\$ 1.432,14, dependendo da função. O CEFET também abrirá seleção para docentes em cursos técnicos. As contratações ocorrerão conforme a necessidade de cada instituição.
O Pergaminho 30/11/2005	Educação abrirá inscrições para contratação temporária em 2006	Foi firmado um convênio entre a Prefeitura de Formiga e o CEFET-BambuÍ para a criação de uma unidade educacional no bairro São Luiz. A nova estrutura contará com 8 salas de aula e um laboratório de informática. Os cursos iniciais serão Gestão Comercial e Manutenção em Redes, com possível expansão para Design de Modas. O projeto visa oferecer educação técnica gratuita e de qualidade. A Prefeitura será responsável pelos custos com profissionais. A iniciativa destaca a importância da formação técnica especializada
Nova Imprensa 02/12/2005	Estão abertas as inscrições para professores do CEFET	A Secretaria Municipal de Educação de Formiga anunciou inscrições para contratação de professores temporários para 2006. A seleção dará prioridade aos aprovados no concurso de 2003. As vagas contemplam educação infantil, ensino fundamental e técnico. Os salários variam de R\$ 560 a R\$ 1.432,14, dependendo da função. O CEFET também abrirá seleção para docentes em cursos técnicos. As contratações ocorrerão conforme a necessidade de cada instituição.
O Pergaminho 28/12/2005	Virgílio Guimarães fala em projetos para turismo e aeroporto de Formiga	O deputado federal Virgílio Guimarães anunciou R\$ 580 mil em recursos para obras em Formiga. R\$ 500 mil serão destinados ao CEFET e R\$ 80 mil para a construção de uma quadra poliesportiva no bairro São Judas. O deputado destacou a importância da parceria com a administração municipal. Também mencionou investimentos para o aeroporto de Formiga. A promessa é de melhorias na infraestrutura local. Virgílio ressaltou o compromisso com o desenvolvimento da cidade.
Nova Imprensa 30/12/2005	Deputado petista visita Formiga e cogita projetos	O deputado Virgílio Guimarães visitou Formiga e reforçou a destinação de recursos para obras no município. R\$ 580 mil foram liberados, sendo R\$ 500 mil para o novo CEFET e R\$ 80 mil para a quadra poliesportiva. A unidade do CEFET será construída próxima à escola São Luiz. Virgílio também abordou o projeto de asfaltamento da estrada para o aeroporto local. O parlamentar destacou a importância dos investimentos em infraestrutura e turismo. A visita ocorreu sob apoio da administração municipal.
O Pergaminho 26/01/2006	Inauguração do CEFET é adiada para 6 de junho	A Prefeitura de Formiga anunciou o adiamento da inauguração do CEFET, inicialmente prevista para fevereiro de 2006, para o dia 6 de junho. O motivo do adiamento é a comemoração do aniversário da cidade. As aulas, no entanto, começarão em março, em salas cedidas provisoriamente pela Escola Municipal São Luiz. A sede

		definitiva ainda será construída com recursos federais, destinados por meio do deputado Virgílio Guimarães. O secretário Túlio Fonseca afirmou que a Prefeitura organizará as turmas com base na nota do processo seletivo. Também foi cogitada a criação de novos cursos, como Design de Moda e outros no campus de Bambuí.
Nova Imprensa 03/02/2006	Secretaria Municipal de Educação realiza cerimônia de abertura do Ano Escola	A cerimônia oficial de abertura do ano letivo de 2006 foi realizada no Salão Paroquial da Matriz, reunindo professores e autoridades locais. O secretário Geraldo Reginaldo apresentou as metas cumpridas em 2005 e os projetos para 2006. As metas incluem a informatização das escolas, aquisição de livros, material escolar, e apoio ao CEFET e à nova escola de período integral. A adesão ao programa Brasil Alfabetizado também foi destacada. A palestra de abertura foi ministrada por José Amaral, com mensagem final do prefeito em exercício Alvano Pieroni.
O Pergaminho 15/03/2006	Iniciadas obras da escola técnica federal em Formiga	A Prefeitura de Formiga iniciou as obras do CEFET no bairro São Luiz, com serviço de terraplanagem em terreno de mais de 8 mil m². A construção ocorre próximo ao Centro de Educação Integral, e a inauguração está prevista para 6 de junho, data do aniversário da cidade. As aulas terão início em agosto em espaço provisório, até a conclusão da sede. A unidade oferecerá cursos técnicos de nível médio com 30 vagas iniciais. A Prefeitura estuda implantar futuramente o curso de Design de Moda. A obra tem apoio do deputado Virgílio Guimarães e contará com recursos do Governo Federal.
O Pergaminho 11/06/2006	Iniciadas obras do Cefet e do Lar Solidário em Formiga	As obras do CEFET e do Lar Solidário tiveram início em Formiga com previsão de conclusão em até seis meses. O CEFET, com 1.572 m² de área construída no bairro São Luiz, contará com salas de aula, laboratório e espaço administrativo, totalizando um investimento de R\$ 757 mil. Já o Lar Solidário, no bairro Nossa Senhora de Lourdes, terá 1.300 m² e atenderá idosos em situação de vulnerabilidade. O projeto do Lar é fruto de parceria entre a Prefeitura, a ONG Unidos por Formiga, BNDES e outros entes. Ambas as obras visam fortalecer a infraestrutura educacional e social da cidade.
O Pergaminho 24/11/2006	Marco 1º vestibular da escola técnica de Formiga	Foi anunciado o primeiro vestibular do CEFET em Formiga, com provas agendadas para janeiro de 2007. As inscrições começariam na segunda-feira seguinte, e os cursos gratuitos oferecidos inicialmente seriam: Gestão Comercial, Informática e Promotor de Eventos. O secretário Geraldo Reginaldo celebrou a conquista como a realização de um sonho para a cidade. O prédio da nova unidade, em construção no bairro São Luiz, estava previsto para ser concluído até janeiro. As provas ocorreriam na Escola Municipal Franklin de Carvalho e a taxa de inscrição seria de R\$ 25. O processo seletivo visa atender à demanda por qualificação profissional no município.
O Pergaminho 28/11/2006	Iniciadas as inscrições para Vestibular do Cefet em Formiga	As inscrições para o primeiro vestibular do CEFET em Formiga foram abertas no dia 28 de novembro de 2006 e seguem até 29 de dezembro, com taxa de R\$ 20. Os candidatos podem se inscrever pelo site da prefeitura ou na

		Secretaria de Educação. Serão oferecidos três cursos técnicos gratuitos: Gestão Comercial, Informática (com ênfase em redes e manutenção) e Promoção de Eventos. As aulas começarão em março de 2007 e ocorrerão na Escola Municipal Franklin de Carvalho até a conclusão do prédio próprio, em construção no bairro São Luiz. As provas acontecerão no dia 6 de janeiro
O Pergaminho 22/12/2006	Formiga receberá 2 escolas de ensino profissionalizante no início de 2007	O município de Formiga anunciou a instalação de duas instituições de ensino profissionalizante para o início de 2007: o CEFET e o CVT (Centro de Vocação Tecnológica). Além disso, o Lar Solidário e a Universidade Aberta do Brasil também terão suas atividades iniciadas. O prefeito Aluísio Veloso e o secretário municipal de Educação, Geraldo Reginaldo, destacaram a importância desses projetos para a qualificação de jovens e adultos. A expectativa é de que essas iniciativas contribuam para o desenvolvimento local, ampliando o acesso à educação técnica e superior.
O Pergaminho 23/12/2006	Cefet abre inscrições para concurso de professor	O Cefet abriu inscrições para concurso de professor nas unidades de Formiga, Bambuí e Piumhi, com prazo até 11 de janeiro. Em Formiga, são oferecidas quatro vagas nas áreas de administração, turismo e informática. A seleção inclui prova de títulos e prova didática. Em Bambuí e Piumhi, há mais 13 vagas. Os cursos técnicos ofertados incluem gestão comercial, informática, manutenção de redes e eventos. As provas ocorrerão entre 17 e 19 de janeiro, e o resultado será divulgado no site do Cefet.
O Pergaminho 28/12/2006	Inscrições para vestibular do Cefet terminam amanhã	As inscrições para o vestibular do Cefet em Formiga se encerram no dia seguinte, com provas marcadas para 6 de janeiro de 2007 na Escola Municipal Franklin de Carvalho. São oferecidos cursos técnicos gratuitos em gestão comercial, informática e promotor de eventos, com duração de um ano. A unidade de Formiga funcionará inicialmente como extensão do Cefet Bambuí. Continuam também abertas as inscrições para concurso de professores em Formiga, Bambuí e Piumhi, com provas entre 17 e 19 de janeiro. O Cefet de Formiga está localizado no bairro São Luiz.
O Pergaminho 30/12/2006	Inscrições para vestibular podem ser feitas até amanhã pela internet	A matéria informa que as inscrições online para o vestibular do CEFET em Formiga podem ser feitas até o dia seguinte (31 de dezembro de 2006). O prazo para cadastro presencial na Secretaria de Educação já havia sido encerrado. Serão oferecidos três cursos técnicos: Gestão Comercial, Informática e Redes, com 30 vagas cada. As aulas começarão em março de 2007, na Escola Municipal Franklin de Carvalho. A unidade de Formiga ainda funciona como extensão do CEFET de Bambuí, mas há previsão de que, futuramente, torne-se independente. Todos os cursos são gratuitos e os candidatos passarão por prova seletiva
O Pergaminho 09/01/ 2007	Curso de informática faz mais procurado no vestibular do Cefet	O curso técnico de informática (rede e manutenção) foi o mais disputado no vestibular do Cefet em Formiga, com 192 inscritos para 30 vagas, resultando em média de 6,4

		candidatos por vaga. Ao todo, 345 candidatos participaram do processo seletivo, que ofertou 85 vagas distribuídas também entre os cursos de gestão comercial (121 inscritos) e promotor de eventos (32 inscritos). As provas foram aplicadas no dia 6 de janeiro na Escola Municipal Franklin de Carvalho, e o gabarito já havia sido divulgado.
O Pergaminho 16/01/ 2007	Matrículas do Cefet serão feitas na próxima semana	Os aprovados no vestibular do Cefet em Formiga devem efetuar a matrícula na semana seguinte à publicação, na Secretaria Municipal de Educação. As aulas dos cursos técnicos de promoção de eventos, gestão comercial e informática (rede e manutenção) iniciarão no dia 1º de março. O curso de informática foi o mais concorrido, com média de 6,4 candidatos por vaga. A matéria também apresenta a lista completa dos aprovados por ordem alfabética, além de excedentes classificados. Ao todo, 345 pessoas participaram do processo seletivo.
Nova impressa 09/03/2007	Aula inaugural do Cefet	A aula inaugural do CEFET aconteceu no dia 1º de março, com presença de autoridades, como o prefeito de Formiga, diretores da unidade de Bambuí e o vereador Gonçalo Faria. O evento marcou o início das atividades na nova sede da escola, que estava com as obras quase concluídas. A diretora Maria Emília Chaves apresentou o espaço aos alunos. A ausência de outros membros do governo foi justificada como um evento voltado exclusivamente aos estudantes. O texto sugere, porém, uma possível falha de comunicação institucional sobre o evento.
Nova impressa 16/03/2007	Cursos do Cefet são apresentados a empresários	Cerca de 80 empresários e representantes de entidades públicas de Formiga participaram de um café empresarial na CDL, onde os cursos técnicos do CEFET foram apresentados. A proposta era aproximar a escola do setor produtivo local e ajustar sua formação às necessidades do mercado. Foram destacados os cursos de gestão comercial, informática e promotor de eventos. A parceria com a CDL e a ACIF buscava integrar os empresários à construção da grade curricular. O secretário de educação, Geraldo Reginaldo de Oliveira, conduziu a apresentação.
O pergaminho 12/04/ 2007	Cefet terá concurso para professores substitutos	O CEFET abriu inscrições para concurso de professores substitutos para as unidades de Formiga e Bambuí . As inscrições poderiam ser feitas até a segunda-feira seguinte na sede da instituição (Rua São Luís Gonzaga, s/n, Bairro São Luiz). A taxa era de R\$ 30 .
O pergaminho 26/04/ 2007	Cefet de formiga será independente	A matéria informa que o CEFET de Formiga deixará de ser vinculado à unidade de Bambuí , passando a ter gestão própria . Isso ocorre em um momento de reestruturação da Rede Federal de Educação Tecnológica. Formiga está entre os 150 municípios selecionados no país a receber essa autonomia, no contexto de expansão e fortalecimento dos centros federais de ensino técnico e tecnológico. Com a independência administrativa, o CEFET Formiga ganhará maior capacidade de gestão e desenvolvimento local, consolidando sua identidade institucional.

O pergaminho 24/05/2007	Cefet terá vestibular em julho	O vestibular do Cefet em Formiga e Bambuí foi marcado para 15 de julho de 2007, com a inclusão do novo curso técnico em “web”. Também serão ofertadas vagas para os cursos de “promoção de eventos”, “rede e manutenção de informática”, “gestão comercial” e o Proeja. Serão seis turmas ao todo. A segunda turma de gestão foi criada por demanda local, diante do crescimento do setor comercial. O edital com mais informações estava previsto para sair ainda naquela semana.
31/05/2007	Alunos do Cefet proverão ‘noite romântica á italiana’	Alunos do curso de promoção de eventos do Cefet organizaram uma comemoração especial para o Dia dos Namorados, intitulada “Noite Romântica à Italiana”. O evento, parte de um trabalho didático, ocorreu na Cantina da Mama no dia 12 de junho, com sorteio de brindes e apresentações musicais com violino e violão. O cardápio incluiu pratos típicos italianos como nhoque, pizza e macarrão, além da sobremesa palha italiana. A iniciativa envolveu toda a turma, e contou com apoio de músicos locais. As reservas puderam ser feitas por telefone.
O pergaminho 20/06/ 2007	Palestra do Cefet irá propor ações de conscientização ambiental	O Cefet de Formiga promoveu uma palestra sobre conscientização ambiental com o tema “Agenda 21”, marcada para uma quinta-feira às 18h30. O evento, organizado pelos alunos do curso de promoção de eventos, teve como palestrante o secretário municipal de Gestão Ambiental, Edson Toledo. A iniciativa visou debater ações locais para o meio ambiente, inspiradas no plano global da Agenda 21 adotado em 1992. A palestra abordou temas como cidadania, sustentabilidade e novos modelos de desenvolvimento. Fátima Aparecida Silva Toledo também participou da organização. O evento reforçou o compromisso do Cefet com educação e responsabilidade social.
O pergaminho 21/06/ 2007	Cefet terá festa junina no dia 30	O Cefet de Formiga ofertou cursos técnicos gratuitos e realizou diversos vestibulares entre 2006 e 2007, com destaque para o curso de informática, o mais concorrido. A unidade se tornou independente da sede de Bambuí, ganhando autonomia administrativa e financeira. Foram promovidas ações como palestras ambientais, festas temáticas e eventos didáticos como a “Noite Romântica à Italiana” e festa junina, organizados por alunos. A escola também se aproximou da comunidade e do setor empresarial local, buscando alinhar seus cursos às necessidades do mercado de trabalho.
O pergaminho 22/06/2007	Alunos do Cefet realizarão manhã recreativa no abrigo para menores	O Cefet de Formiga promoveu diversos vestibulares, com destaque para o curso técnico em informática, o mais concorrido. A unidade se tornou independente de Bambuí, ganhando autonomia e recursos diretos do Governo Federal. Além da formação técnica, os alunos realizaram eventos didáticos e culturais como a Noite Romântica, festa junina, ações ambientais e recreativas, como a visita ao Abrigo para Menores. A escola também buscou aproximação com empresários locais para alinhar seus cursos às demandas do mercado, fortalecendo sua atuação educacional e social na região.

O pergaminho 25/06/2007	Cefet faz hoje matriculas de aprovados no vestibular	Entre 2006 e 2007, o Cefet de Formiga se destacou por sua expansão e consolidação como referência educacional. Conquistou autonomia em relação à unidade de Bambuí, ampliou a oferta de cursos técnicos e promoveu vestibulares com alta procura. Realizou eventos educativos, culturais e sociais organizados pelos alunos, como festas, palestras e ações em instituições sociais. Também buscou diálogo com o setor empresarial para alinhar a formação às demandas do mercado. Nesse período, abriu concursos para professores e investiu em infraestrutura e descentralização.
O pergaminho 30/06/2007	Alunos do cefet participam de uma jornada de informática em Piumhi	Entre 2006 e 2007, o Cefet de Formiga destacou-se por sua consolidação como referência em educação técnica. Tornou-se independente da unidade de Bambuí, ampliou seus cursos — incluindo o novo de Web — e organizou vestibulares concorridos. Promoveu eventos como festas juninas, palestras ambientais e noites temáticas, além de ações sociais em abrigos. Também incentivou a participação estudantil em eventos externos, como a Jornada de Informática em Piumhi. Com forte articulação com empresas e a comunidade, buscou alinhar ensino, cidadania e mercado de trabalho.
O pergaminho 13/07/ 2007	Cefet inicia na segunda sua 1º semana técnico-acadêmica	Entre 2006 e 2007, o Cefet de Formiga viveu um período de expansão e consolidação. Tornou-se independente da unidade de Bambuí, ganhou autonomia administrativa e promoveu novos cursos, como Web e Proeja. O centro se destacou por atividades como festas juninas, ações sociais, palestras ambientais, semanas técnico-acadêmicas e eventos comemorativos organizados pelos alunos. Houve intensa articulação com empresários e a comunidade, além de vestibulares bastante concorridos. A instituição também incentivou a participação discente em jornadas externas e promoveu concursos para professores substitutos.
O pergaminho 19/07/ 2007	Sai lista de aprovados no Cefet	Entre 2006 e 2007, o Cefet de Formiga passou por um importante processo de consolidação institucional. Tornou-se independente da unidade de Bambuí, ganhando autonomia e recebendo investimentos diretos do Governo Federal. Foram implantados novos cursos como Web e Proeja, com processos seletivos concorridos — em um deles, foram 162 inscritos para 65 vagas. A instituição promoveu eventos culturais, ações sociais e semanas acadêmicas. Alunos também participaram de jornadas externas e organizaram atividades práticas como festas temáticas e palestras. Concursos públicos para professores também movimentaram o cenário educacional local.
Nova impressa 06/09/2007	CEFET agora é UNED	No mesmo dia em que Formiga soube da autonomia do CEFET, a unidade foi transformada em UNED. UNED significa Unidade Descentralizada, com gestão e identidade próprias. Durante o anúncio, o prefeito prestou homenagem ao professor Ivan Chaves e à coordenadora Aparecida Coelho. Ambos foram importantes para a conquista da independência da unidade de Formiga.

		A cerimônia contou com alunos e autoridades locais, marcando um momento especial. Ivan Chaves destacou que esse resultado foi fruto de apoio político e trabalho coletivo.
O pergaminho 06/09/2007	Cefet - Formiga será independente em 2008	A partir de 2008, o Cefet-Formiga deixará de ser extensão e se tornará uma unidade independente. Essa mudança trará diversos benefícios para a cidade e para a educação técnica local. Está previsto um investimento de R\$ 3,5 milhões do Governo Federal em infraestrutura. Outros R\$ 3,5 milhões serão destinados à manutenção da nova unidade. Haverá concursos para contratar professores e funcionários exclusivos para Formiga. Além disso, a oferta de cursos será ampliada, aumentando as oportunidades de formação profissional.
O pergaminho 07/11/2007	16 cidades participam de curso no Cefet	O Cefet de Formiga promoveu um curso de capacitação em processamento de declarações de imóveis rurais. Participaram servidores de 16 cidades mineiras, com aulas gratuitas e ministradas durante uma semana. O curso foi voltado a trabalhadores das Unidades Municipais de Cadastro (UMCs). Formiga é destaque como a 4ª cidade de Minas com mais imóveis rurais, atrás de Unaí, Patos de Minas e Caratinga. A formação ajuda os servidores a processarem corretamente os dados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR). A capacitação foi coordenada pelo INCRA, com apoio da UFMG e do gerente regional Márcio Ferreira da Costa.
O pergaminho 30/11/2007	Abertas inscrições para cursos do Cefet	O Cefet Bambuí – extensão de Formiga – abriu inscrições para o processo seletivo de 2008. Os interessados podem se cadastrar pela internet até 31 de dezembro ou pelos Correios até 17 de dezembro. Entre os cursos oferecidos estão Informática, Enfermagem e Manutenção de Computadores. As aulas serão nos turnos matutino e noturno, com duração de 1 a 1 ano e meio. O edital com todas as informações está disponível no site oficial da instituição. O objetivo é ampliar o acesso ao ensino técnico e qualificar mais jovens em Formiga e região.
O pergaminho 05/12/2007	Cefet comemorará Dia do Gestor Comercial na próxima sexta-feira	O Cefet de Formiga realizará um evento para celebrar o Dia do Gestor Comercial na próxima sexta-feira. A comemoração será às 18h30, no ginásio da Escola Municipal Franklin de Carvalho. O objetivo é aproximar empresários e alunos do curso técnico de Gestão Comercial. Durante o evento, donos de empresas poderão conhecer as habilidades dos alunos em formação. Segundo o Cefet, gestores comerciais atuam no planejamento, vendas e coordenação de serviços. Interessados devem confirmar presença por telefone, com horários disponíveis pela manhã e à tarde.

O Pergaminho 13/12/2007	Formiga já tem R\$ 1,2 milhões para iniciar obras da nova sede do Cefet	A Prefeitura de Formiga doou um terreno de 20 mil metros quadrados para a construção da nova sede do Cefet. A medida atende à exigência do Governo Federal, já que a sede atual tem apenas 8 mil metros quadrados. A construção contará com 4 mil m² iniciais, abrigando laboratórios, biblioteca, refeitório e salas de aula. A previsão é que a sede fique pronta até junho de 2008, beneficiando cerca de 300 alunos. A nova estrutura permitirá mais cursos, melhor infraestrutura e maior capacidade de atendimento. Essa expansão marca um avanço importante para a educação técnica e o desenvolvimento regional.
O Pergaminho 20/12/2007	Senado aprova e Cefet irá virar Instituto Federal	O Senado aprovou o projeto de lei que transforma os Cefets em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Com a mudança, o Cefet de Formiga passará a ter mais autonomia para criar e registrar cursos e diplomas. A proposta prevê a criação de 38 novos centros de ensino em todo o país, aguardando apenas sanção presidencial. O Instituto Federal de Formiga poderá oferecer ensino médio integrado, cursos superiores e tecnológicos. Mais da metade das vagas será destinada a cursos técnicos para estudantes do ensino médio. A iniciativa fortalece a educação pública e profissionalizante, beneficiando milhares de estudantes.
O Pergaminho 29/12/2007	Prorrogadas inscrições do Cefet	O prazo de inscrições para o processo seletivo do Cefet foi prorrogado até 6 de janeiro. Os candidatos devem se inscrever pelo site oficial, mediante pagamento de taxa no valor de R\$ 20. Em Formiga, estão disponíveis vagas para cursos técnicos em gestão comercial, informática, redes e eventos. As provas acontecerão no dia 13 de janeiro, na sede do Cefet, das 8h às 12h. Também há vagas para cursos superiores na unidade de Bambuí, com provas realizadas em Formiga. A prorrogação visa dar mais tempo para os interessados concluírem a inscrição.
O Pergaminho 19/01/2008	Cefet terá concurso para professor substituto	O CEFET abrirá concurso para professor substituto, oferecendo 8 vagas no total: 7 para o campus de Bambuí e 1 para o de Formiga. As vagas abrangem áreas como Ciências Contábeis, Letras, Ciências da Computação, Engenharia Civil e Física. Os interessados devem se inscrever presencialmente no CEFET de Formiga entre os dias 13 e 17 de janeiro, das 13h às 17h, pagando uma taxa de R\$ 17,00. É necessário entregar currículo, comprovantes de títulos e preencher uma ficha de inscrição. A seleção será baseada em análise de títulos e entrevista. O resultado final será divulgado até 31 de janeiro no site oficial.
O pergaminho 04/03/2008	Cefet em formiga forma suas primeiras turmas	O CEFET de Formiga realizou a formatura das suas primeiras turmas, com cerimônia no auditório do Unifor. Vinte e dois alunos se formaram nos cursos de Gestão Comercial e Promoção de Eventos. O evento contou com a presença de autoridades locais, professores e familiares dos formandos. Foram homenageados docentes, coordenadores e funcionários da instituição. O prefeito destacou a

		importância do CEFET em sua trajetória pessoal e no desenvolvimento da cidade. Os cursos tiveram duração de um ano, com estágio supervisionado e apresentação de trabalhos finais
O pergaminho 15 /03/ 2008	Cefet de formiga irá virar campus e oferecerá cursos superiores e de pós	O CEFET de Formiga deixará de ser uma unidade vinculada a Bambuí e se tornará um campus autônomo, com previsão de oferecer cursos superiores, mestrado e doutorado. A proposta foi aprovada pelo MEC, mas ainda depende de votação no Congresso Nacional. A mudança faz parte do plano de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. Um novo prédio será construído no bairro Vargem Grande, em Formiga. O objetivo é atender à crescente demanda por ensino técnico e superior na região. O campus oferecerá cursos voltados às áreas de mecânica, indústria e gestão, fortalecendo o desenvolvimento local.
Nova Imprensa 24/10/2008	Administração agradece ao deputado Reginaldo Lopes pela vinda do 'IFET'	A administração de Formiga agradeceu ao deputado federal Reginaldo Lopes pelo apoio decisivo na vinda do IFET (atual IFMG) para a cidade. Durante jantar com autoridades locais e regionais, foi ressaltada a importância do empenho político e técnico para garantir os recursos necessários à instalação da instituição. O prefeito Aluísio Veloso destacou a persistência da equipe e o apoio do deputado para transformar o projeto em realidade. Reginaldo Lopes enfatizou o impacto social e educacional que o IFET traria para o município. O evento contou com participação de lideranças políticas e membros do CEFET de Bambuí. A instalação do IFET é vista como marco para o desenvolvimento educacional e econômico de Formiga
O pergaminho 11/11/ 2008	Cefet terá curso superior da engenharia elétrica	O CEFET de Formiga oferecerá, a partir de breve, o curso superior de Engenharia Elétrica, com vestibular previsto ainda para o ano de 2008. A iniciativa é mais um passo na consolidação da unidade como polo de ensino tecnológico. O diretor Robson de Castro Ferreira explicou que a infraestrutura está sendo adaptada para atender às exigências do novo curso. No segundo semestre do ano seguinte, será implantado também o curso técnico em Eletromecânica. A proposta visa ampliar as oportunidades de formação profissional na região. O CEFET Formiga já oferecia cursos técnicos e de qualificação voltados à área industrial.
O pergaminho 20/11/ 2008	Cefet divulga lista de aprovados para a segunda fase do concurso	O CEFET divulgou a lista de candidatos aprovados para a segunda fase do processo seletivo de professores substitutos. A próxima etapa do concurso será realizada nos campi de Formiga e Bambuí, conforme área e cargo escolhidos. A seleção inclui prova de desempenho didático, entrevista e avaliação de títulos. A relação com os nomes dos classificados está disponível no site oficial da instituição. O edital contém todas as orientações para a participação na fase seguinte. Candidatos devem ficar atentos às datas e aos documentos exigidos para garantir a continuidade no processo.
Nova impressa	Nota de esclarecimento	A FUOM/UNIFOR-MG divulgou nota esclarecendo que não teve envolvimento na organização do concurso público

21/11/ 2008	Concurso CEFET/BambuÍ	do CEFET/BambuÍ, realizado em 09/11/2008. A instituição apenas cedeu suas instalações como apoio, sem responsabilidade sobre a aplicação ou coordenação das provas. Problemas ocorridos no dia, como o fechamento de estacionamentos e da praça de alimentação, foram de responsabilidade exclusiva da coordenação do concurso, enviada pelo CEFET/MG. A nota reforça que a parceria foi apenas estrutural. A FUOM/UNIFOR-MG afirma não ter qualquer relação com os transtornos enfrentados por candidatos. O comunicado busca preservar a imagem da instituição diante dos incidentes
O pergaminho 26/11/2008	Professora do CEFET em Formiga participará do Projeto Rondon	A professora Rejane Siqueira Júlio, do CEFET em Formiga, foi selecionada para participar do Projeto Rondon, coordenado pelo Ministério da Defesa. Ela atuará nas operações da região Centro-Norte, levando ações educativas e sociais a comunidades carentes. Rejane será responsável por oficinas e atividades voltadas ao desenvolvimento local, trabalhando temas como educação, saúde e cidadania. A docente vê a participação como uma oportunidade de crescimento profissional e contribuição social. O Projeto Rondon busca unir instituições de ensino superior e comunidades em situação de vulnerabilidade. A iniciativa tem apoio do MEC e promove integração entre conhecimento acadêmico e transformação social.
O pergaminho 02/12/2008	Inscrições para o vestibular do cefet terminam hoje	O CEFET de Formiga encerra hoje as inscrições para seu vestibular, oferecendo vagas nos cursos de Engenharia Elétrica, Gestão de Finanças e Técnico em Informática – Programação Comercial. As inscrições devem ser feitas online, com impressão do boleto no valor de R\$ 45,00 para cursos técnicos e R\$ 48,00 para cursos superiores. As provas estão previstas para o dia 13 de dezembro. As aulas serão ministradas no campus do CEFET, localizado na Rua São Luiz, Bairro São Luiz. Os cursos são voltados para o turno diurno e incluem teoria e prática, com estrutura moderna e apoio de professores qualificados. Informações adicionais podem ser obtidas pelo telefone da instituição.
O pergaminho 03/12/2008	Cefet de Formiga recolhe donativos para desabrigados em Santa Catarina	O CEFET de Formiga (Centro Federal de Educação Tecnológica) está arrecadando doações para os desabrigados das enchentes em Santa Catarina. A campanha aceita alimentos não perecíveis, produtos de limpeza e higiene, água mineral e colchões. As doações podem ser entregues até sexta-feira, das 7h às 22h30, na unidade do bairro São Luiz. Os itens serão repassados às vítimas por meio de parceria com o CVT local. A iniciativa é parte de uma mobilização nacional das unidades do CEFET. Em Santa Catarina, 118 pessoas morreram, 54 estão desaparecidas e mais de 78 mil estão desalojadas.
Nova impressa 04/12/2008	Cefet divulga resultado final de concurso publico	O CEFET (Centro Federal Tecnológico) divulgou o resultado final do concurso público em seu site oficial. As 32 vagas foram destinadas a candidatos com níveis de escolaridade fundamental, médio e superior. As oportunidades foram para cargos como administrador, engenheiro civil, nutricionista, psicólogo, técnico de laboratório, entre outros. A carga horária é de 40 horas

		semanais. Os salários variam de R\$ 1.143,36 a R\$ 1.747,83. Os aprovados também terão direito a auxílio-alimentação, transporte e adicional por titulação.
O pergaminho 10/12/2008	Provas do vestibular do cefet ocorrerão no Joaquim Rodarte	As provas do vestibular do CEFET de Formiga serão realizadas na Escola Estadual Joaquim Rodarte, e não mais na sede do centro, como inicialmente previsto. O motivo da mudança de local não foi divulgado. As provas acontecem no sábado e no domingo, com a participação de candidatos da região. Os cursos ofertados incluem informática, mecânica, química e outros. A alteração do local foi comunicada dias antes do exame. adicionais podem ser obtidas com a própria escola.
O pergaminho 13/12/2008	470 prestam vestibular para o cefet neste fim de semana em Formiga	Neste fim de semana, o CEFET de Formiga realiza vestibular com a participação de cerca de 470 candidatos. As provas foram divididas em dois dias: sábado, com 270 inscritos, e domingo, com 200. O curso mais concorrido é o de Gestão Financeira, com 6,5 candidatos por vaga. Os exames ocorrem na Escola Estadual Joaquim Rodarte, e os portões se fecham meia hora antes. É exigido documento com foto para entrada, e não será permitida entrada após as 7h50. O gabarito será divulgado no mesmo dia das provas, com resultado final previsto para o fim da semana seguinte.
O pergaminho 20/12/2008	Senado aprova e cefet ira virar instituto federal de educação, ciência e tecnologia	O Senado aprovou o projeto que transforma o CEFET de Formiga em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF). A proposta faz parte da criação de 38 novos institutos federais no país, restando apenas a sanção presidencial. O novo campus do IF de Formiga será construído no bairro Vargem Grande. A instituição passará a oferecer cursos técnicos, ensino médio integrado, graduação e especializações. A mudança visa ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade. A nova rede será composta por unidades em diversos estados, como Minas Gerais, Santa Catarina, Goiás e Bahia.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

APÊNDICE B – Quadro de referências DRPE Campus Formiga

Temas geradores	Observações	Questões	Continua Técnicas
1 Cursos Oferecidos (Ensino)	Mestrado Graduação Técnico FIC Extensão	Como os cursos são ofertados? Com base em que os cursos são ofertados? Como esses cursos são estruturados? Quais as diferenças entre cursos FICs e extensão Por que ofertar mestrado? Há demandas de cursos pela sociedade? Como são atendidas?	Calendário sazonal Rotina diária
2 Pesquisa	Projetos concluídos Projetos em Andamento Pré-Incubação	As demandas da sociedade são incluídas na elaboração dos projetos de pesquisa? Há alguma orientação institucional? Como é definida a temática do projeto? Como os estudantes participam dos projetos?	Calendário sazonal Rotina diária
3 Inovação	Marcas Registradas Patentes Certificados Direitos autorais	Como as inovações contribuem para o desenvolvimento regional? Como as inovações têm contribuído para a profissionalização dos estudantes?	Entrevista semiestruturada com informantes chaves
4 Infraestrutura	Laboratórios Sala de aula Acessibilidade Estacionamento o Prédios	A infraestrutura é adequada às necessidades do campus? Tem acessibilidade? Como é a gestão patrimonial do IFMG-campus Formiga? Quais são as perspectivas de ampliação?	Mapeamento Caminhada Transversal Técnica da construção
5 Plano de Desenvolvimento Institucional	Objetivos estratégicos	A gestão do IFMG- campus formiga monitora a execução dos objetivos estratégicos? Como é feito?	Entrevista semiestruturada com informantes chaves
6 Comunicação	Comunicação entre o instituto e comunidade Comunicação pública da ciência Divulgação científica e tecnológica	Como é feita a comunicação com a sociedade? Como os estudantes participam da divulgação dos eventos e trabalhos científicos da instituição? Como os conteúdos jornalísticos são elaborados para a divulgação científica?	Entrevista semiestruturada com informantes chaves Rotina Diária

Temas geradores	Observações	Questões	Técnicas
7 Estrutura organizacional	Capacidade gerencial Representação Estudantil, Estatuto e Regimento interno	A estrutura organizacional é adequada às demandas que a sociedade tem? A estrutura organizacional favorece ou limita a capacidade gerencial do IFMG- campus Formiga? Os estudantes estão devidamente representados na estrutura organizacional? Como as normas institucionais são elaboradas? O estatuto e o regimento interno na sua avaliação precisam ser atualizados? e por quê? A quantidade de técnicos e professores é suficiente para atender os estudantes?	técnica da apresentação Entrevista semiestruturada
8 Gestão de Pessoas	Professores Técnicos administrativos Estudantes	Quais são as perspectivas de ampliação do quadro de professores técnicos e estudantes? Como a avaliação institucional é feita? Como é aproveitada essa avaliação?	Entra e sai (adaptado)
9 Cultura/ Eventos / Esporte	Participação em eventos Promoção de eventos internos Programação cultural	Como é feita a programação cultural anual? Como os estudantes participam da programação cultural? Como é a participação da sociedade nos eventos culturais da instituição?	Calendário sazonal (adaptado)
10 Entidades estudantis	Grêmios Atlética Organização das entidades	Qual é o relacionamento do campus com essas entidades? Como essas entidades participam da gestão da instituição? Quais as contribuições que a gestão do instituto oferece para a consolidação dessas entidades?	Diagrama de Venn
11 Organizações parceiras	Convênios Contratos Projetos compartilhados	Quais são os principais parceiros do IFMG-campus Formiga? e por que são os principais? Qual é a importância das parcerias para o instituto e por quê? Quais são os tipos de parcerias estabelecidas?	Diagrama de Venn

Fonte: Relatório DRPE (2025, p.10-12).

Gestão Social para o Desenvolvimento Regional: o caso do IFMG Formiga

ROTEIRO DE QUESTÕES PARA GRUPO FOCAL

OBJETIVO GERAL DO PROJETO: Construir um modelo de Gestão social do IFMG Campus Formiga, que potencialize a transformação da realidade social da região de atuação do IFMG e que possibilite tanto ao estudante quanto aos docentes a emancipação social (habilidade/ capacidade/ autonomia), criando condições emancipadas de organização do trabalho.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS CORRELACIONADOS:

- i) identificar e analisar a percepção da sociedade civil organizada formiguense e da região sobre a formação profissional dos cursos oferecidos pelo IFMG;
- ii) identificar as demandas da sociedade em relação a cursos em Formiga e região.

GRUPO FOCAL I – Alunos do IFMG campus Formiga

1. Apresentação dos participantes (quanto tempo **de formação, trabalha na área, qual cidade...**)
2. Como vocês avaliam a **formação dos estudantes** das escolas no sentido de prepará-los para a continuidade dos estudos e para o exercício de uma profissão? (problemas e dificuldades)
3. Considerando as necessidades de **desenvolvimento do município de Formiga e da região do entorno**, na avaliação de vocês, quais seriam os principais cursos de ensino médio integrado e de formação profissional que contribuiria para o desenvolvimento regional? Por quê?
4. Na avaliação de vocês, **quais seriam os cursos de maior demanda que os estudantes** que vocês formam procuram em Formiga e na região? Explique.

Gestão Social para o Desenvolvimento Regional: o caso do IFMG Formiga

ROTEIRO DE QUESTÕES PARA GRUPO FOCAL

OBJETIVO GERAL DO PROJETO: Construir um modelo de Gestão social do IFMG Campus Formiga, que potencialize a transformação da realidade social da região de atuação do IFMG e que possibilite tanto ao estudante quanto aos docentes a emancipação social (habilidade/ capacidade/ autonomia), criando condições emancipadas de organização do trabalho.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS CORRELACIONADOS:

- i) identificar e analisar a percepção da sociedade civil organizada formiguense e da região sobre a formação profissional dos cursos oferecidos pelo IFMG;
- ii) identificar as demandas da sociedade em relação a cursos em Formiga e região;

GRUPO FOCAL I – Tatame do Bem

1. Apresentação dos participantes (quanto tempo **de formação, trabalha na área**, qual **cidade...**)
2. Como vocês avaliam a **formação dos estudantes** das escolas no sentido de prepará-los para a continuidade dos estudos e para o exercício de uma profissão? (problemas e dificuldades)
3. Considerando as necessidades de **desenvolvimento do município de Formiga e da região do entorno**, na avaliação de vocês, quais seriam os principais cursos de ensino médio integrado e de formação profissional que contribuiria para o desenvolvimento regional? Por quê?
4. Na avaliação de vocês, **quais seriam os cursos de maior demanda que os estudantes** que vocês formam procuram em Formiga e na região? Explique.

Gestão Social para o Desenvolvimento Regional: o caso do IFMG Formiga

ROTEIRO DE QUESTÕES PARA GRUPO FOCAL

OBJETIVO GERAL DO PROJETO: Construir um modelo de Gestão social do IFMG Campus Formiga, que potencialize a transformação da realidade social da região de atuação do IFMG e que possibilite tanto ao estudante quanto aos docentes a emancipação social (habilidade/ capacidade/ autonomia), criando condições emancipadas de organização do trabalho.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS CORRELACIONADOS:

- i) identificar e analisar a percepção da sociedade civil organizada formiguense e da região sobre a formação profissional dos cursos oferecidos pelo IFMG;
- ii) identificar as demandas da sociedade em relação a cursos em Formiga e região;

GRUPO FOCAL I – Empresários

1. Apresentação dos participantes (quanto tempo **de formação, trabalha na área, qual cidade...**)
2. Como vocês avaliam a **formação dos estudantes** das escolas no sentido de prepará-los para a continuidade dos estudos e para o exercício de uma profissão? (problemas e dificuldades)
3. Considerando as necessidades de **desenvolvimento do município de Formiga e da região do entorno**, na avaliação de vocês, quais seriam os principais cursos de ensino médio integrado e de formação profissional que contribuiria para o desenvolvimento regional? Por quê?
4. Na avaliação de vocês, **quais seriam os cursos de maior demanda que os estudantes** que vocês formam procuram em Formiga e na região? Explique.

APÊNDICE F – Roteiro de entrevista semiestruturado dos grupos focais: Professores da Rede Pública de Formiga, Pais e Córrego Fundo

Gestão Social para o Desenvolvimento Regional: o caso do IFMG Formiga

ROTEIRO DE QUESTÕES PARA GRUPO FOCAL

OBJETIVO GERAL DO PROJETO: Construir um modelo de Gestão social do IFMG Campus Formiga, que potencialize a transformação da realidade social da região de atuação do IFMG e que possibilite tanto ao estudante quanto aos docentes a emancipação social (habilidade/ capacidade/ autonomia), criando condições emancipadas de organização do trabalho.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS CORRELACIONADOS:

- i) identificar e analisar a percepção da sociedade civil organizada formiguense e da região sobre a formação profissional dos cursos oferecidos pelo IFMG;
- ii) identificar as demandas da sociedade em relação a cursos em Formiga e região.

GRUPO FOCAL I – Professores da Rede Pública de Formiga, Pais e Córrego Fundo – ensino fundamental e médio, 10 participantes

1. Apresentação dos participantes (quanto tempo na área de ensino, quais disciplinas leciona, qual escola está vinculada...)
2. Como vocês avaliam a formação dos estudantes das suas escolas no sentido de prepará-los para a continuidade dos estudos e para o exercício de uma profissão? (problemas e dificuldades)
3. Considerando as necessidades de desenvolvimento do município de Formiga e da região do entorno, na avaliação de vocês, quais seriam os principais cursos de ensino médio integrado e de formação profissional que contribuiria para o desenvolvimento regional? Por quê?
4. Na avaliação de vocês, quais seriam os cursos de maior demanda que os estudantes que vocês formam procuram em Formiga e na região? Explique.
5. Considerando que em Formiga o IFMG oferece cursos de ensino médio integrado e cursos profissionalizantes, na avaliação de vocês, esses cursos são suficientes para atender as demandas de Formiga e região, tanto em relação a quantidade de vagas quanto em relação às modalidades? Explique.

Gestão Social para o Desenvolvimento Regional: o caso do IFMG Formiga

ROTEIRO DE QUESTÕES PARA GRUPO FOCAL

OBJETIVO GERAL DO PROJETO: Construir um modelo de Gestão social do IFMG Campus Formiga, que potencialize a transformação da realidade social da região de atuação do IFMG e que possibilite tanto ao estudante quanto aos docentes a emancipação social (habilidade/ capacidade/ autonomia), criando condições emancipadas de organização do trabalho.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS CORRELACIONADOS:

- i) identificar e analisar a percepção da sociedade civil organizada formiguense e da região sobre a formação profissional dos cursos oferecidos pelo IFMG;
- ii) identificar as demandas da sociedade em relação a cursos em Formiga e região.

GRUPO FOCAL I – Ex-alunos do IFMG campus Formiga

1. Apresentação dos participantes (quanto tempo **de formação, trabalha na área, qual cidade...**)
2. Como vocês avaliam a **formação dos estudantes** das escolas no sentido de prepará-los para a continuidade dos estudos e para o exercício de uma profissão? (problemas e dificuldades)
3. Considerando as necessidades de **desenvolvimento do município de Formiga e da região do entorno**, na avaliação de vocês, quais seriam os principais cursos de ensino médio integrado e de formação profissional que contribuiria para o desenvolvimento regional? Por quê?
4. Na avaliação de vocês, **quais seriam os cursos de maior demanda que os estudantes** que vocês formam procuram em Formiga e na região? Explique.

ESTÃO abertas as inscrições para professores do CEFET. **Nova Imprensa**, Formiga, 02 dez. 2005, ano 9, n.459, p. 6, 02 dez. 2005.

Estão abertas as inscrições para professores do CEFET

O CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica) abriu o processo de seleção para os professores que desejam lecionar no CEFET.

A Prefeitura está já recolhendo os currículos dos interessados.

Conforme informou a coordenadora de projetos Aparecida Silva, os currículos de profissionais de nível superior nas áreas de Informática, Administração, Ciências Contábeis, Línguas Estrangeiras (Inglês e Espanhol) e Matemática, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação até o dia 09 de dezembro.

As datas das próximas etapas do processo de seleção serão divulgadas posteriormente.

O CEFET

A unidade do CEFET vai ser construída próximo à Escola São Luiz, com recursos do Governo Federal e vai oferecer os cursos de gestão comercial e informática, rede e manutenção. Os interessados em se inscrever nos cursos deverão passar por uma prova de seleção no início do ano de 2006.

EDUCAÇÃO abrirá inscrições para contratação temporária em 2006. **O Pergaminho**. Formiga, ano XV, n. 2745, p.7, 30 nov. de 2005.

7 Formiga - MG - Quarta-feira, 30 de Novembro de 2005 **O Pergaminho**

Educação abrirá inscrições para contratação temporária em 2006

Aprovados no concurso de 2003 serão chamados; contratados ficarão com as vagas que sobram

A Secretaria Municipal de Educação abrirá na próxima quinta-feira inscrições para contratação temporária de profissionais da área em 2006. Elas poderão ser feitas até o dia 12, na Rua Barão de Piumhi, 92, Centro.

Segundo a chefe da Seção de Recursos Humanos do Departamento, Kelle Nara Duarte, o concurso da Educação realizado em 2003 será prorrogado por mais dois anos. Com isso, os aprovados serão chamados para trabalhar no próximo ano e as vagas que sobram serão ocupadas pelos contratados, que atuarão em escolas municipais urbanas e rurais, centros de educação infantil e órgãos do sistema ou conveniados.

A partir do dia 19 de dezembro, será divulgada a classificação dos candidatos. A contratação será para funções de professor I, pedagogo, professor II (todas as disciplinas) e assistente de educação infantil. Ela ocorrerá nos dias 24, 25 e 26 de janeiro. Nesses dias, os candidatos deverão apresentar o atestado médico que comprove aptidão para a função.

CEFET

Os interessados em participar do processo seletivo de professores para a unidade do Cefet (Centro Federal de Educação Tecnológica), em Formiga, já devem entregar seus currículos na Secretaria de Educação. Serão contratados profissionais da área de informática, administração, ciências contábeis, matemática e línguas estrangeiras (inglês e espanhol). A entrega deve ser feita até o próximo dia 9. As datas das próximas etapas do processo seletivo serão divulgadas posteriormente.

O Cefet será construído próximo à Escola Municipal São Luiz. Ainda não há previsão de início das obras, mas as aulas deverão começar em março de 2006. Os cursos oferecidos pela instituição serão designer de moda, gestão comercial e manutenção em rede, todos de nível pós-médio. Em Formiga, a princípio, a unidade será dependente da escola profissionalizante de Bambuí.

CONCURSO MUNICIPAL

A Prefeitura de Formiga realizará no próximo ano um outro concurso público. Conforme afirmou Kelle, não haverá vaga para a área de Educação devido à prorrogação do processo seletivo de 2003.

CONCURSO ESTADUAL

Foram abertas ontem as inscrições para o concurso público da Secretaria Estadual de Educação para os cargos de inspetor, analista educacional e assistente técnico educacional na unidade central da secretaria e superintendências regionais. Elas podem ser feitas até o dia 12 pelo site www.educacao.mg.gov.br.

No total, são 1.101 vagas.

O cargo de inspetor exige curso superior em pedagogia, com habilitação em inspeção escolar, ou pedagogia acrescido de pós-graduação lato sensu na especialidade de inspeção. O de analista é para pessoas graduadas em engenharia civil/arquitetura, ciências contábeis, administração ou informática. Para a função de assistente, é exigido curso técnico de nível médio.

A remuneração vai de R\$960 a R\$1.142,32. As vagas de inscrição são de R\$20 para cargos de analista e assistente e R\$29,70 para inspetor. O candidato desempregado, desde que comprove essa condição, deverá efetuar a inscrição exclusivamente em superintendências regionais de ensino ou Centro de Referência do Professor, em Belo Horizonte. As provas serão realizadas na capital e municípios-sede das superintendências no dia 28 de janeiro, das 15 às 19 horas.

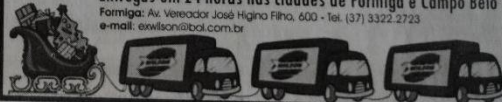
Lojista, está na hora de pensar em como fazer deste Natal um sucesso de vendas.

Faça o pedido de suas mercadorias e, então, transporte pela Expresso Wilson.

Frete especial para final de ano

Entregas em 24 horas nas cidades de Formiga e Campo Belo

Formiga: Av. Vereador José Higinio Filho, 600 - Tel. (37) 3322-2723
e-mail: exwilson@bol.com.br



EDITAL N° 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2007

O Substituto do Diretor Geral do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bambuí, no uso de suas atribuições e de acordo com o Item 7.1 do Edital 17/2006, resolve:

Homologar o **resultado final do Concurso Público** para Professor de 1° e 2° Graus (Professor Substituto – Contrato Temporário), para o CEFET-BAMBUÍ e Unidades de Formiga e Piumhi, Processo nº 23000.086604/2006-34, de acordo com a seguinte classificação:

CEFET-BAMBUÍ:

Meio Ambiente – Opção “A” – Cássio Roberto Silva Noronha (92,5) 1° lugar; Neiva Maria Batista Vieira (77) 2° lugar e Rossana Pierangeli Godinho Silva (64) 3° lugar.

(*)Candidatos eliminados: Ronelza Rodrigues da Costa (50,5) e Oscar Von Bentzen Rodrigues Neto (54).

Meio Ambiente – Opção “B” – Karine Cristina Bicalho Ribeiro (96) 1° lugar; Luís Antônio Coimbra Borges (94) 2° lugar; Éricks Tobias Vargas (82) 3° lugar e Leonardo Henrique Soares Magalhães (75) 4° lugar.

Mecânica – Opção “A” – Sebastião Amílcar de Figueiredo Santos (não compareceu).

Mecânica – Opção “B” – não houve candidatos inscritos.

Psicologia no Trabalho – Emilia Maria Aparecida Chaves (90) 1° lugar; Clewton Freitas Júnior (87) 2° lugar; Bruno Alvarenga (84) 3° lugar e Índira Mara Azzi Criscoulo (81) 4° lugar.

Turismo – Lilian Carla Moreira Bento (74) 1° lugar; Lavinia Lopes Silva (72) 2° lugar e Amanda Mesquita de Carvalho (61) 3° lugar.

Alimentos – “A” - Nayara Penoni (68) 1° lugar.

Alimentos – “B” – Simone Melo Vieira Costa (96) 1° lugar; Lilliane Ribeiro (95) 2° lugar; Gustavo Rodrigues Morgado (80) 3° lugar; Gabriela Paulinelli Almeida (65) 4° lugar e Elaine Nassau Silva (61) 5° lugar.

Saúde – (*) Candidato eliminado: Carlos Aparecido Ramos (51).

Gestão “A” – José Augusto Costa (80) 1° lugar.

Gestão “B” – Hilton César Casagrande (79) 1° lugar.

(*) Candidata eliminada: Marilda da Silva Copertino de Souza (58).

Gestão “C” – Edson Arlindo Silva (93) 1° lugar.

Informática – Santiago Silva Pereira (85,3) 1° e Márcio José Chaves (69,7) 2° lugar.

(*) Candidato eliminado: Júnio Moreira (45,7).

(*) Não obtiveram 60% na Prova de Desempenho, conforme Item 6.3.2 do Edital nº 17/2006.

UNIDADE DE FORMIGA:

Turismo – (*) Candidata eliminada: Ruth Alves Costa (48).

Gestão – Petrônio Santos Costa (88) 1° lugar; Vagner Rosalem (83) 2° lugar; Paulo Rodrigues Filho (79) 3° lugar e Sara Barbosa Nogueira (70) 4° lugar; Nádia de Castro Carvalho – não compareceu.

Informática “A” – José Wagner Silva de Carvalho (65,3) 1º lugar e Rodrigo Dantas Nunes (60) 2º lugar.

(*) Candidatos eliminados: Valter Oliveira Albino (30,7); Gilberto Adriano Guimarães (56,3) e Juliana de Sousa Ribeiro (47,7).

Informática “A” – Aracele Garcia de Oliveira (80) 1º lugar e Mauricio Ribeiro Silva Filho (71,7) 2º lugar.

(*) Candidato eliminado: Luciano Massahud de Sousa (57). Rogério Costa Canto – não compareceu.

(*) Não obtiveram 60% na Prova de Desempenho, conforme Item 6.3.2 do Edital nº 17/2006.

UNIDADE DE PIUMHI:

Turismo – Érika Fernanda Araújo Soares (98) 1º lugar e Paulo Henrique de Matos Almeida (67) 2º lugar. Gustavo Tadeu Campos – não compareceu.

Gestão “A” – Tarcísio Oliveira Vasconcelos (98) 1º lugar; Juliano Mendonça Terra (86) 2º lugar; Karina Kamila Teixeira (75) 3º lugar e Leandra do Couto Teixeira (60) 4º lugar. Vanessa das Graças Moraes e Janaina Terra de Oliveira Andrade – não compareceram.

Gestão “B” – Júlio César Silva Faria (74) 1º lugar e Adriana Aparecida (63) 2º lugar. Leonardo Francisco da Silva – não compareceu.

Informática “A” – Andresa Correa Oliveira (71) 1º lugar e Luciano Assis Viana (64) 2º lugar.

Lady Dayane Souza Faria e Polyane Cristine Tozzi Pedrosa – não compareceram.

Informática “B” – Helenice Cristina Ferreira (85,3) 1º lugar; Renata Rodrigues Oliveira (70) 2º lugar e Leandro Barbosa Perácio (3º lugar). (*) Candidata eliminada: Stella Maria Gomes Tomé (47,3).

Informática “C” – Carlos José da Costa (66,3) 1º lugar.

(*) Não obteve 60% na Prova de Desempenho, conforme Item 6.3.2 do Edital nº 17/2006.

Obs. O presente Edital está disponível na íntegra no Sítio www.cefetbambui.edu.br.

Registre-se e Publique-se.

Paulo Afonso Rezende de Andrade

* DOU de 30/01/2007, Seção 3, Página 14.

de 2007 Biblioteca Pública Municipal Dr. Sôcrates Bezerra Mendes PERIÓDICOS O Pergaminho

Matrículas do Cefet serão feitas na próxima semana

Aulas terão início no dia 1º de março para os três cursos técnicos oferecidos

Os aprovados no vestibular do Cefet (Centro Federal de Educação Tecnológica) devem ficar atentos. É que as matrículas para quem passou em primeira chamada serão feitas apenas no próximo dia 25. O dia 26 já será para quem passou em segunda chamada. As matrículas ocorrerão na Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Barão de Plumhi (em cima da Farmácia Wagner). As aulas começarão em 1º de março.

Em Formiga, são disponibilizados três cursos técnicos: promoção de eventos, gestão comercial e informática (rede e manutenção). O vestibular ocorreu dia 5 passado, na Escola Municipal Franklin de Carvalho. Ao todo, 345 pessoas se inscreveram para as 85 vagas.

O curso mais procurado foi o de informática. De acordo com a Secretaria de Educação, 192 candidatos disputaram 30 vagas, dando uma média de 6,4 candidatos por vaga.

CONFIRA A LISTA DE APROVADOS

CANDIDATOS APROVADOS PARA O CURSO TÉCNICO EM PROMOÇÃO E EVENTOS (ORDEM ALFABÉTICA)

1 - Ana Rita Alves - Formiga	10 - Fernanda Lucila da Silva - Formiga	19 - Ricardo Silva Gilmair - Formiga
2 - Andreia do Nascimento Faria Costa - Formiga	11 - Fernanda Pereira de Oliveira Nunes - Formiga	20 - Roberta Aparecida Rodrigues Ferreira - Formiga
3 - Anistete Fernandes Avelar - Formiga	12 - Jairo Mateus de Souza - Formiga	21 - Tais Tagliari Mendes Belchior - Formiga
4 - Benedita Selva Almeida - Formiga	13 - Marina Piz Fideles - Campinas - SP	22 - Thales Neves Mendes - Formiga
5 - Breno Cassimiro Correia - Formiga	14 - Manoel Luiz do Couto SA - Formiga	23 - Thales Gonçalves Pereira - Formiga
6 - Deilson Gonçalves Miranda - Formiga	15 - Nayara Cristina Vieira - Formiga	24 - Thiago Nunes de Silva - Formiga
7 - Douglas Alves de Almeida - Formiga	16 - Paulo José de Oliveira - Formiga	
8 - Eliana Reis - Formiga	17 - Renata Marques dos Santos - Formiga	
9 - Fabiana Aparecida Silva Toledo - Formiga		

CANDIDATOS APROVADOS PARA O CURSO TÉCNICO EM GESTÃO COMERCIAL (ORDEM ALFABÉTICA)

1 - Adão José de Oliveira - Formiga	15 - Leandro dos Reis Sousa - Formiga	30 - Wilson da Silva Junior - Formiga
2 - Alessandra Alves Belo - Formiga	16 - Luciene Costa Alves - Formiga	
3 - Aline Cristina Sousa - Formiga	17 - Luiz Gustavo Sousa Silva - Formiga	
4 - Aline dos Reis Souza - Formiga	18 - Marcela Silva Costa - Formiga	
5 - Aylson dos Campos Cruz - Formiga	19 - Marcos Raulo Avelar Castro - Formiga	
6 - Ana Teresa Mourão Gonçalves - Formiga	20 - Marcos Paulo Frazão - Formiga	
7 - Anderson Luiz de Faria - Formiga	21 - Marcos Vinícius Paula - Formiga	
8 - Angélica Maria de Fátima Leão - Formiga	22 - Mayra de Oliveira Lima - Formiga	
9 - Anderson Luiz de Faria - Formiga	23 - Natália Tostle Resende - Formiga	
10 - Diego Campos de Oliveira - Formiga	24 - Nayara Lizandra Leal - Formiga	
11 - Fabiane Aparecida Centeno - Formiga	25 - Romulo Cabral de Oliveira - Formiga	
12 - Flávia Amaral dos Santos - Formiga	26 - Sérgio Matheus de Castro - Formiga	
13 - Geilson Jairo Calado - Formiga	27 - Taynã Ribeiro Costa de Moura - Formiga	
14 - Henrique Souza Rodrigues Oliveira - Formiga	28 - Thiago Lello Pinheiro - Formiga	
	29 - Vinícius Batista Gonçalves - Formiga	

CANDIDATOS APROVADOS PARA O CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA - REDE E MANUTENÇÃO (ORDEM ALFABÉTICA)

1 - Adenauer Viegas da Silva - Formiga	16 - Jesimar da Silva Arantes - Formiga	29 - Rosilene Candida Lourenço - Formiga
2 - Adulio Souza Ferreira - Formiga	17 - Leimar Ribeiro Damasceno Silva - Formiga	30 - Uldiano Campagner Neto - Formiga
3 - Ana Carolina de Araújo Batista - Formiga	18 - Luis Fernando de Oliveira - Formiga	
4 - Anderson Luiz das Chagas - Formiga	19 - Luis Guilherme de Faria - Formiga	
5 - Bruno Sitercourt de Freitas - Formiga	20 - Márcio da Silva Arantes - Formiga	
6 - Cristiano da Costa Guimarães - Formiga	21 - Moisés Messias de Oliveira - Formiga	
7 - Davidson Maia da Silva - Formiga	22 - Monique Dairine de Faria - Formiga	
8 - Diego Balbino Silva - Formiga	23 - Nardon Dias Leal - Formiga	
9 - Diego Fernandes Gondim - Formiga	24 - Paulo Marco Monteiro Teixeira - Formiga	
10 - Ester Geilson de Almeida - Formiga	25 - Paulo Roberto Oliveira de Jesus - Formiga	
11 - Eduardo Teixeira Franco - Formiga	26 - Raymi Fernandes Faria - Formiga	
12 - Elton José Pereira - Formiga	27 - Ricardo Aparecido Gonçalves da Silva - Formiga	
13 - Fernando Aparecido Brito - Formiga	28 - Ricardo José da Fonseca - Formiga	
14 - Fernando Henrique Teixeira - Formiga		
15 - Francisco José Dias - Formiga		

CANDIDATOS EXCEDENTES (ORDEM CLASSIFICATÓRIA)

1 - Apolônia Maria de Araújo Batista - Formiga	16 - Ricardo Silva Gilmair - Formiga
2 - Ana Carolina Muenari dos Santos - Formiga	17 - Roberta Aparecida Rodrigues Ferreira - Formiga
3 - Vinícius Costa Santos - Formiga	18 - Tais Tagliari Mendes Belchior - Formiga
4 - Jeanine Rose Araújo Santos - Formiga	19 - Thales Neves Mendes - Formiga
5 - Fernando Henrique de Freitas - Formiga	20 - Thales Gonçalves Pereira - Formiga
6 - Gustavo Black Martins - Formiga	21 - Thiago Nunes de Silva - Formiga
7 - Natália Bruna Dias - Formiga	22 - Zilma dos Reis Rodrigues - Formiga
8 - Eliza Marcia de Melo - Formiga	
9 - Antonio Nogueira Camargos - Formiga	
10 - Eulália Roberta da Silva - Formiga	

CANDIDATOS EXCEDENTES (ORDEM CLASSIFICATÓRIA)

1 - Elaine Fátima de Faria Mariano - Formiga	16 - Ricardo Silva Gilmair - Formiga
2 - Luan Morino Marques Ramos - Formiga	17 - Roberta Aparecida Rodrigues Ferreira - Formiga
3 - Amanda Alves Pacheco - Formiga	18 - Tais Tagliari Mendes Belchior - Formiga
4 - André Oliveira Almeida - Formiga	19 - Thales Neves Mendes - Formiga
5 - Marcelo Gabriel Amarante - Formiga	20 - Thales Gonçalves Pereira - Formiga
6 - Roger Santos Ferreira - Formiga	21 - Thiago Nunes de Silva - Formiga
7 - Nilo Sobrinho Silva - Formiga	22 - Zilma dos Reis Rodrigues - Formiga
8 - Mateus Rodrigues Costa - Formiga	
9 - Ari Gonçalves da Fonseca Junior - Formiga	
10 - Matheus Pessoa Mariano - Formiga	

O Pergaminho. Matrícula do Cefet serão feitas na próxima semana. Formiga, ano XVI, n.1.916, p.10, 16 de janeiro de 2007.

ANEXO D – O CEFET em aproximação com a comunidade

DIA DOS NAMORADOS

Alunos do Cefet promoverão 'Noite romântica à italiana'

Evento faz parte de trabalho didático; haverá sorteio de brindes e show com violinistas e violonista

Alunos do curso de promoção de eventos do Cefet (Centro Federal de Educação Tecnológica) já estão organizando uma comemoração para o Dia dos Namorados (12 de junho). A "Noite Romântica à Italiana" ocorrerá na Cantina da

Mama, em frente ao Colégio Santa Teresinha, a partir das 20h30.

O evento faz parte de um trabalho didático que terá de ser desenvolvido por toda a sala. O grupo responsável por essa comemoração é formado por Paulo

José de Oliveira (Paulinho do Sindicato), Bernadete Seixas, Maira Pilz, Thiago Nunes e Manoel Luiz.

Na noite do dia 12, haverá sorteio de brindes para os casais e um show com os músicos Heber Santos (violino),

Lucas Freitas (violino) e Samuel Geraldo (violão). Dentre os pratos servidos, estarão nhoque, pizza e diversos tipos de macarrão e, na sobremesa, palha italiana.

As reservas de mesas podem ser feitas a partir de hoje pelo 3322-5778 ou pelo 9923-8122.

O Pergaminho. Curso de informática foi o mais procurado no vestibular do Cefet. Formiga, ano XVI, n.2.091, p.6, 31 de maio de 2007.

Palestra do Cefet irá propor ações de conscientização ambiental

'Agenda 21' é o tema do evento, marcado para começar às 18h30 da próxima quinta-feira

O Cefet (Centro Federal de Educação Tecnológica) Bambuí - Unidade Formiga - prepara uma palestra que irá sugerir ações de conscientização ambiental aos participantes. O evento será gratuito, amanhã, a partir das 18h30, nas dependências do Cefet formiguense.

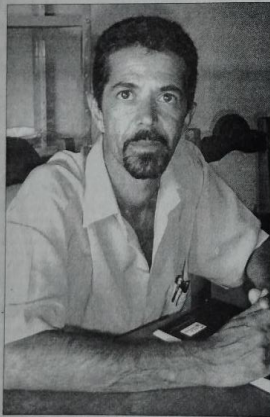
Com o tema "Agenda 21", a palestra será ministrada pelo secretário municipal de Gestão Ambiental, Edson Toledo. O tema leva o mesmo nome de um plano de ação proposto pelo Governo Federal em 1992. Visa a ser adotado nacionalmente e localmente por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana provoque impacto ao meio ambiente.

Segundo Edson, durante a palestra, ele falará sobre as causas ambientais, como recuperação de nascentes, saneamento básico, coleta de lixo e outros. "A ideia é fazer com que as pessoas, depois de tomarem conhecimento das propostas, se conscientizem e promovam ações locais, seja em sua casa, no seu trabalho, em prol do meio ambiente."

Para o secretário, o maior desafio existente hoje nos municípios é com relação à coleta de lixo, especificamente à destinação final dos materiais. "É uma boa oportunidade para as pessoas saberem da importância de se separar o lixo, praticarem e repassarem esse ensinamento."

A palestra está sendo organizada pelos alunos do curso de promoção de eventos Andréa de Nascimento Félix Costa, Fátima Aparecida Silva Toledo, Roberta Aparecida Rodrigues Ferreira e Zilma dos Reis Rodrigues.

Segundo Fátima, são esperadas cem pessoas para o evento, entre alunos do Cefet, secretariado municipal e população em geral. "O plano 'Agenda 21' constitui-se na mais abrangente tentativa já realizada de orientar as pessoas para um novo padrão de desenvolvimento, cujo alicerce é a sinergia das sustentabilidades ambiental, social e econômica."



O secretário municipal de Gestão Ambiental, Edson Toledo, será o palestrante da 'Agenda 21'.

Fátima Aparecida Silva Toledo faz parte do grupo de alunos que está organizando o evento.

O Pergaminho. Palestra do CEFET irá propor ações de conscientização ambiental; Formiga, ano XVI, n.2.112, p.6, 20 de junho de 2007.



O Pergaminho. CEFET terá festa junina dia 30. Formiga, ano XVI, n.2.112, p.6, 20 de junho de 2007.



O Pergaminho. Alunos do CEFET realização manhã recreativa no Abrigo para menores. Formiga, ano XVI, n.2.114, p.6, 22 de junho de 2007.



O Pergaminho. Alunos do CEFET participam de jornada de informática em Piumhi. [Formiga](#), ano XVI, n.2.122, p.6, 30 de junho de 2007.



O Pergaminho. CEFET inicia na segunda sua 1ª semana técnico acadêmica. [Formiga](#), ano XVI, n.2.114, p.6, 22 de junho de 2007.

16 cidades participam de curso no Cefet

O Cefet (Centro Federal de Educação Tecnológica) em Formiga está promovendo nesta semana o segundo módulo do curso "Capacitação em processamento de declarações de cadastro de imóveis rurais". Servidores de 16 cidades participam das aulas no município. São trabalhadores que já atuam nas Unidades Municipais de Cadastro (UMCs).

As aulas são gratuitas e terminarão na sexta-feira. Elas são ministradas das 8 às 17 horas. As cidades representadas são: Pompéu, Buritizeiro, Guarda-Mor, São Gonçalo do Pará, Três Corações, Formiga, Deolinópolis, Matutina, São Francisco de Sales, São Pedro da



O curso será finalizado na sexta-feira

União, Itamoji, Luz, Candeias, Brumadinho, Itapeerica e Cláudio.

O trabalho está sendo oferecido pela Superintendência Regional do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em Minas Gerais. O responsável é o gestor regional do Incra,

Márcio Ferreira da Costa de Belo Horizonte. Ele é gerente do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e formado em estatística pela UFMG.

As UMCs são responsáveis pelo cadastramento de imóveis e por demais serviços relacionados a propriedade rural

nos municípios.

Segundo Márcio, Formiga é a quarta cidade de Minas Gerais com o maior número de imóveis rurais. Ela fica atrás de Unai, Patos de Minas e Caratinga. "O curso será muito útil para a capacitação dessas pessoas, no processamento de imóveis classificados como minifúndios e pequenas propriedades."

O primeiro módulo do curso foi realizado na capital mineira há cerca de um ano. Depois desta etapa, os servidores terão acesso ao SNCR, sistema eletrônico que reúne informações sobre todos os imóveis rurais do país, para cadastrar imóveis e corrigir dados.

O Pergaminho. 16 cidades participam de curso no Cefet. Formiga, ano XVI, n.3.003, p.4, 7 de novembro de 2007.

história por dois atores. interpretarão duas crianças no Auto de Natal

Cefet comemorará Dia do Gestor Comercial na próxima sexta-feira

Os professores e alunos do Cefet em Formiga festejarão o Dia do Gestor Comercial. O evento ocorrerá na próxima sexta-feira, às 18h30 horas, no Ginásio Odete Khoury, na Escola Municipal Franklin de Carvalho.

A comemoração tem como objetivo integrar os empresários e os formandos em gestão comercial. Os donos de empresas poderão ter conhecimento do tipo de serviço que os alunos em formação serão capazes de oferecer.

De acordo com o Cefet, os gestores comerciais planejam, dirigem e coordenam atividades relacionadas à comercialização e à venda dos produtos e serviços de uma empresa ou instituição.

Os interessados em comparecer ao evento devem confirmar presença pelo telefone 3322-1700, das 13 horas às 16 horas e das 19 horas às 22 horas.

O Pergaminho. Cefet comemorará dia do Gestor Comercial na próxima sexta-feira. Formiga, ano XVI, n.3.003, p.4, 5 de dezembro de 2007.

26 de novembro de 2008

PERGAMINHO

O Pergaminho

Professora do Cefet em Formiga participará do 'Projeto Rondon'

Rejane Siqueira Julio atuará nas operações Centro-Norte do projeto, coordenado pelo Ministério da Defesa

A professora Rejane Siqueira Julio, do curso de licenciatura em matemática da unidade do Cefet em Formiga, atuará nas operações Centro-Norte do "Projeto Rondon". Além dela, participará do projeto seis alunos e um professor da unidade de Bambuí.

Conforme contou Rejane Siqueira Julio, ela teve sua proposta aprovada e desenvolverá atividades na cidade de Alenquer, no Pará. A professora disse que viajou para a cidade no começo deste mês para conhecer as condições do local.

As ações estão previstas para ocorrer de 9 de janeiro a 14 de fevereiro do ano que vem, em ginásios, escolas, além de comunidades específicas pertencentes à cidade de Alenquer. "Faremos palestras, oficinas, minicursos e demais atividades sobre direito e justiça social, saúde e educação."

Para Rejane Siqueira, essa é uma boa oportunidade de aprendizado para os alunos e também para os professores. "Com certeza essa viagem contará pontos na formação do aluno. Eles vão vivenciar uma outra realidade e também poderão contribuir com o pessoal da cidade."

O PROJETO

O "Projeto Rondon" é um projeto de integração social que envolve atividades voluntárias de universitários. As ações buscam aproximar os estudantes à realidade do país, além de contribuir para o desenvolvimento de comunidades carentes.

O Rondon é coordenado pelo Ministério da Defesa e tem o apoio da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

O projeto empenha-se em desenvolver a capacitação de organizações da sociedade civil na defesa dos direitos de cidadania, como também na capacitação de educadores do ensino fundamental para a prática da leitura. Desde a criação do projeto, em 11 de julho de 1967, já foram realizadas várias atividades de cidadania, bem-estar, desenvolvimento local, sustentável e de gestão pública.



A professora Rejane Siqueira Julio

O Pergaminho. Professora do Cefet em Formiga participará do 'Projeto Rondon. Formiga, ano XVI, n.3.003, p.4, 26 de novembro de 2008.

Formiga é contemplada e Cefet se torna Unidade Descentralizada

ALINE FRAZÃO

aline_fra@yahoo.com.br

O ministério da educação vai investir R\$ 750 milhões na construção de escolas técnicas federais em 150 municípios. Esta ação faz parte do Plano de Desenvolvimento de Educação (PDE).

Doze cidades no estado de Minas Gerais foram contempladas na segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Em 6º lugar, Formiga foi escolhida para ter uma UNED (Unidade Descentralizada). O Cefet, que era

até então uma unidade de Bambuí, passará a ser uma escola federal. A maior vantagem disso é que a prefeitura de Formiga não terá mais gastos com a escola, tudo ficará por conta do governo federal.

Além do investimento de 750 milhões em educação em todo o país, o governo irá destinar 500 milhões por ano, para custeio e salários de professores e funcionários da rede educacional. Inicialmente, todas as unidades deverão oferecer pelo menos cinco cursos técnicos de nível médio. Serão feitas audiências públicas nas regiões du-

rante 120 dias, onde ficarão definidas as áreas dos cursos, de acordo com a demanda. Segundo previsões, as primeiras escolas serão inauguradas no primeiro semestre de 2008, com início das aulas em agosto, e os concursos públicos para contratação de professores e funcionários ocorrerão nos primeiros meses do próximo ano.

O Cefet, atualmente, oferece cursos vespertino e matutino, atendendo a cerca de 120 alunos, sendo muitos desses oriundos de outras cidades da região, como Arcos, Pains, Córrego Fundo, e com uma aluna do estado de São Paulo. Com a inauguração da UNED, a previsão é de que aumente esse número de alunos e se prevê que a área de atuação vá abranger em média, um raio de 50 quilômetros. Segundo Geraldo Reginaldo, secretário de Educação e Esportes, essa escola federal será de grande valia para a cidade. "Formiga será considerada celeiro da educação em toda a região."



Glaudson Rodrigues

Cefet de Formiga foi selecionado entre 150 municípios do Brasil, e dentre 12 cidades de Minas, ficando em 6º lugar na classificação

FORMIGA é contemplada e CEFET se torna Unidade Descentralizada. Nova Imprensa, Formiga, ano 11, n.551, p. 15, 06 set. 2007.